

FRANCISCO CLAUDIO TAVARES

**NAS SOMBRAS DO DESERTO VERDE:
IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS NO SETOR DE PAPEL E CELULOSE - O CASO
DA BAHIA SUL**

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

São Paulo - 2005

FRANCISCO CLAUDIO TAVARES

**NAS SOMBRAS DO DESERTO VERDE -
IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS NO SETOR DE PAPEL E CELULOSE: O CASO
DA BAHIA SUL**

Doutorado em Ciências Sociais

Tese apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais (Sociologia), sob a orientação da Profª Drª Ana Amélia da Silva.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

São Paulo - 2005

Banca Examinadora

Autorizo, exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese por processos fotocopiadores ou eletrônicos.

Assinatura _____

Local e data _____

DEDICATÓRIA

In memoriam

Odilio Tavares Moreira

Da Luz ele veio, como luz ele viveu, para a Luz ele voltou.

Jurandir P. Lima

Amigo e professor.

AGRADECIMENTOS

À Raimunda, minha mãe, pelo amor sem limites.

À Sonia pelo incentivo.

À Tereza pelo apoio diário e incansável na construção de cada passo desta tese.

À profa. Dra. Helena Ribeiro que aceitou este projeto de pesquisa e comigo caminhou, com ternura e dedicação, orientando os meus primeiros passos até a Qualificação.

À profa. Dra. Ana Amélia da Silva que assumindo a segunda etapa desta tese desdobrou-se na orientação, na leitura, nas sugestões e nas críticas pautando-se pelo respeito e pelo diálogo.

Sonhando ...

À pequenina Vitória: que você não viva em um “deserto verde” mas em um paraíso de muitos tons verdes, de águas abundantes e cristalinas, de pássaros livres e cantantes, de múltiplos sorrisos humanos, de respeito do ser humano à Mãe Natureza e de esperança num mundo sustentável.

Construtores...

Professores do Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais que souberam transmitir o rigor da pesquisa e a capacidade de ensinar.

Todos os entrevistados que aceitaram dar seus depoimentos e assumiram-se como protagonistas.

Profa. Dra. Adelaide Nardocci e ao prof. Dr. Alexandre Luzzi Las Casas pelas indicações e correções fraternas na Qualificação.

Profa. Rosa Rodrigues, acima de tudo uma amiga, que nestas horas lê, apóia, questiona, pergunta, indica e incentiva.

Profa. Marina Alvarenga e ao Prof. Roberto B. da Silva pelo apoio técnico.

TAVARES, Francisco Claudio. Nas sombras do deserto verde - impactos socioambientais no setor de papel e celulose: o caso da Bahia Sul. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica. **Tese de Doutorado em Ciências Sociais (Sociologia)**, 2005. 253 p..

RESUMO

Esta tese concentra-se no estudo de caso da Bahia Sul Celulose e Papel, um projeto industrial de grande envergadura, implantado em 1989, no município de Mucuri, região do Extremo Sul da Bahia, e destinado à exportação de celulose e de papel. Utilizando-se de uma matéria-prima renovável – o eucalipto –, encontramos, na interface desta pesquisa, um delicado e complexo tema que é o da expansão das florestas desta planta exótica por enormes extensões de terra que se deslocam por vários estados (Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Bahia). Deste deslocamento em alta velocidade para atender ao aumento da produção de celulose e papel, deriva a expressão “deserto verde” que já ganha presença marcante na literatura socioambiental pela disputa de seus significados entre os vários interesses em conflito: o empresariado do setor, o poder público e a comunidade local (que inclui desde moradores, trabalhadores, sindicalistas, movimentos sociais locais, comunidades quilombolas, grupos indígenas, e outros). Reunidos os elementos centrais que compõem as partes de nossa pesquisa, esta tese apresenta uma visão de que os impactos socioambientais existem e marcam de forma clara e contundente as relações entre o capital (exógeno e sua dinâmica não-democrática de expansão), os atores sociais (com seus sonhos de ascensão e de consumo), a coletividade (enquanto portadora de uma dinâmica social, cultural e política) e o poder público (que, ao mesmo tempo, legisla a favor da sustentabilidade e, de outro, cede espaços para a implantação de grandes projetos industriais que afetam o equilíbrio ambiental e não garantem geração de empregos, nem aumento de arrecadação de impostos). Portanto, “deserto verde” é, para esta tese, mais do que uma importante bandeira de luta que reúne, hoje, redes de movimentos sociais, entidades civis e organizações não-governamentais. Trata-se de se debruçar sobre as “sombras” dos impactos sócio-ambientais numa reflexão que aponte para uma nova ordem de segregação e apartação, definida pelos imperativos dos aspectos técnicos e econômicos e, que, no limite, podem prenunciar uma “desertificação” da vida.

Palavras-chave – impacto socioambiental/ “deserto verde” / atores sociais / papel e celulose / Bahia Sul.

TAVARES, Francisco Claudio. *In the shadows of the green desert - socio-environmental impact of a pulp and paper factory: the Bahia Sul case*. São Paulo: Catholic University. **Doctorate Thesis in Sociology**, 2005. 253 p.

ABSTRACT

This thesis focuses on the case of Bahia Sul Celulose e Papel, a high profile industrial project for paper and pulp exportation implemented in 1989 in Bahia's southern city of Mucuri. Their use of eucalyptus as renewable raw material has led our research to a delicate and complex subject, that is, the expansion of forests of this exotic plant along enormous stretches of land throughout some states (Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro and Bahia). Such high speed allocation meant to provide for the increase of cellulose and paper production has generated the expression "green desert", which is establishing itself in environmental literature and whose meaning is being disputed among several conflicting interests: businesses in the sector, government offices, and local communities (which include residents, workers, union members, social movements, *quilombola* communities, Indian groups, and others). Having established that scenario as the center of our research, our work argues that the socio-environmental impact is clear and forcefully defines the relations between the capital (which is exogenous, and has a non-democratic dynamics of expansion), the social actors (with their dreams of social ascension and consumption), the community (considered in its social, cultural and political dynamics), and government (which, on the one hand, legislates in favor of sustainability and, on the other, yields to the implantation of great industrial projects that harm the environment and do not guarantee jobs nor increase in tax revenues). Therefore, "green desert" is, for this thesis, more than an important motto that nowadays congregates nets of social movements, civil entities and non-governmental organizations. It is an opportunity to lean over the "shadows" of environmental problems in a reflection that points to a new order of segregation and disavowance, which is defined by the imperatives of technical and economic aspects, and which may, ultimately, bring about the "desertification" of life.

Keywords – *socio-environmental impact/ "green desert" / social actors / pulp and paper/ Bahia Sul*

SUMÁRIO

Página de aprovação	2
Dedicatória e agradecimentos	3
Resumo	5
<i>Abstract</i>	6
INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO 1 A questão ambiental e a questão social	32
1.1 Política industrial, meio ambiente e riscos ambientais	65
1.2 Impactos socioambientais - EIA/RIMA	79
Capítulo 2 O setor de papel e celulose no Brasil	104
2.1 Projeções de produção e consumo	106
2.2 Investimentos do setor de papel e celulose	107
2.3 VERACEL	108
2.4 Eucalipto: matéria-prima renovável	110
2.4.1 Monocultura: problema principal?	118
2.5 O papel do BNDES	120
Capítulo 3 A Bahia Sul Celulose e Papel	129
3.1 O projeto de expansão	138
3.2 O Relatório de Administração	140
3.3 Responsabilidade Social Corporativa	149

Capítulo 4 As “sombras” do deserto verde	162
4.1 Visita à Bahia Sul Celulose e Papel	163
4.2 Refletindo sobre Mucuri	169
4.3 Atores e movimentos sociais	186
4.2 “Os nativos” e “os de fora”	197
Considerações finais	202
Bibliografia	209
Anexos	224
Anexo 1 – Roteiro de trabalho e de entrevistas	224
Anexo 2 – Rede Alerta Contra o “Deserto Verde”	226
Anexo 3	247

INTRODUÇÃO

Para nos aproximarmos da temática desta tese, tomamos inicialmente o caminho que enuncia as raízes etimológicas que rondam o conceito de impactos socioambientais. Assim, a palavra “impacto” origina-se do Latim (*impactus, a, um*) significando “impelido contra” (*part.pas. de impingere*) “arremetido, impelido, ir de encontro a, bater contra, empurrar violentamente”. Por derivação, no sentido figurado, significa entre outros, “impressão ou efeito muito fortes deixados por certa ação ou acontecimento”¹

Em Português², a palavra “*impacto*” aparece como “s.m. (Do lat. *Impactus*.)”. Dentre seus muitos significados, destacamos: “Queda repentina de uma carga sobre uma estrutura” e, em sentido figurado, “Choque: impacto emocional”. Também em inglês, a palavra “*impacto*”,³ (s.m. *impact; shock; a hit by a bomb or bullet*). significa um choque por uma bomba ou um projétil. Na mesma direção, a palavra francesa, *choc*, significa “abalo, encontro violento de um objeto com outro, combate; encontro violento, com impacto ou abalo brusco; oposição violenta, conflito”.⁴

Podemos, ainda, na abrangência da noção de “*impacto*”, associar a choque, as palavras “*catástrofe*” e “*risco*”. Para a palavra “*catástrofe*”⁵, sua origem remonta ao grego: *katastrophê*, ês, “agitação, transtorno, ruína, desastre”. Como rubrica da ecologia, “grande distúrbio, único ou raro, ao qual a *comunidade* não se encontra adaptada, e que geralmente envolve grande mortalidade e destruição: *ecocatástrofe*”. Já para *risco*, em francês, *risque*,⁶ encontramos os significados: “probabilidade de perigo, perigo, inconveniente mais ou menos previsível; ocorrência que não depende exclusivamente da vontade dos interessados”.

¹ Dicionário Houaiss. Datação: 1721.

² Grande Dicionário Larousse Cultural da Língua Portuguesa, 1999.

³ Novo Dicionário Folha - Webster's, 1996.

⁴ Dicionário Houaiss. Datação: 1694 .

⁵ _____. Datação: 1679.

⁶ _____. Datação: século XVI.

Reunindo a palavra impacto à palavra ambiental, Grisi (102:2002) nos ensina que “impacto ambiental refere-se, geralmente, à ação induzida pelo homem e seu efeito sobre os ecossistemas ou ainda seu efeito e significância para os seres humanos”. Para a expressão ambiental, segundo Art (2001: 339), ela é a “(...) soma total das condições externas circundantes no interior das quais um organismo, uma condição, uma comunidade ou um objeto existe”.

De um modo geral, a palavra contém a idéia de um grande choque, de um desastre, de alguma coisa muito pesada ou algo muito negativo.

Assumindo para a palavra impacto o conceito de choque, esta tese coloca em evidência a implantação do projeto industrial da fábrica de celulose e papel Bahia Sul, em Mucuri, extremo sul da Bahia. Busca averiguar se, e de que forma, ocorreram impactos socioambientais. Portanto, um *choque* ou vários *choques* em cadeia, com efeitos multiplicadores nas relações entre os diversos atores sociais envolvidos neste processo. Assim, procura refletir sobre as repercussões no meio ambiente local em Mucuri e na região do entorno do projeto, tendo em vista que a implantação da Bahia Sul afeta diretamente as condições sociais e ambientais da vida da população.

Na interface desta pesquisa encontramos um delicado e complexo tema que é o da expansão da floresta de eucalipto em grandes extensões de terra, e se deslocando para vários estados. Deste deslocamento, em alta velocidade para atender ao aumento da produção de celulose e papel, deriva uma expressão que já ganha presença marcante na literatura socioambiental e é motivo de fortes ações de redes de movimentos sociais, entidades civis e organizações não-governamentais - o conceito de “deserto verde”.

Entendendo por impactos socioambientais todo o processo que afeta as pessoas (condições de vida, valores, cultura, imaginário etc), os ecossistemas e os riscos ambientais intrínsecos, esta tese teve por objetivo, partir da literatura desenvolvida nas Ciências Sociais,

particularmente a Sociologia Ambiental, em que o referencial teórico propiciou a observação da realidade pesquisada (o meio ambiente, a implantação da fábrica e o município de Mucuri), e o comportamento dos atores sociais envolvidos. Buscou-se extrair desta reflexão as dinâmicas do processo de implantação da Fábrica e a constituição das relações formais e não-formais entre os três atores sociais.

Uma segunda aproximação à temática procura traçar um “retrato impressionista” de alguns discursos, parciais sem dúvida, mas que nos aproximam do tema e do objeto de análise. Assim, posicionando o setor de celulose e papel como *não-impactante* do meio ambiente – e, portanto, rebatendo as críticas de ONGs e outros grupos sociais que questionam a ação negativa das plantações de eucalipto -, Boris Tabacof destaca que, “Não haverá dificuldades para elevar a área florestal. Nós plantamos. Somos um setor que sempre protegeu a natureza, ecológico por natureza”.

Ao pensar uma alternativa ao processo de plantação de eucalipto como monocultura e em larga escala e para reduzir seus impactos socioambientais, Celso Foelkel⁷ coloca que a necessidade de florestas plantadas é fundamental para a economia, para a geração de emprego, para o fornecimento de matéria-prima e para o desenvolvimento social. Aponta que o planejamento, o conhecimento do ecossistema, o manejo florestal, a intercalação de culturas, o melhoramento genético, a irrigação, o controle de pragas etc. podem contribuir para um menor impacto ambiental. O autor apresenta o *modelo agro-florestal multi-diversificado* que “(...) combinaria mais espécies, maior segregação de idades e tipos de culturas, plantações em mosaicos mais diversificados, incluindo agricultura, dando uma paisagem mais agradável e sustentavelmente mais sadia”. Continua o autor detalhando este modelo e seus resultados positivos com a geração de “(...) toras para as serrarias, lenhas para

⁷ FOEKL, Celso. Plantando florestas para gerar benefícios e riquezas. **Revista O Papel**. fev. 2005, p.. 28-29. O autor é vice-presidente da ABTCP e consultor da Grau Celsius/Celsius Degree. Disponível em [http:// www.celso-foelkel.com.br](http://www.celso-foelkel.com.br).

combustível, toras para celulose e papel, folhas para fármacos e óleos essenciais, biomassa, flores, produção de mel, cogumelos, produção agrícola e zootécnica (...).”

Na mesma linha da necessidade de construção de alternativas para a produção de florestas, e com o intuito de reduzir os impactos socioambientais da grande e extensa plantação de eucalipto, o *Projeto Floresta Social*⁸ desenvolvido por pesquisadores da Universidade Federal de Minas Gerais, coordenado por Maria Rita Muzzi e Nadja Horta de Sá, obteve resultados positivos com a plantação de eucalipto em conjunto com espécies nativas, em Jaíba, no norte de Minas Gerais. As pesquisadoras relatam que “os experimentos mostraram um grande enriquecimento do solo quando plantamos o eucalipto com a caatinga arbórea, a principal vegetação nativa da região, [e que] as áreas mistas apresentam maior presença de microrganismos, além de fixarem mais carbono na parte aérea das plantas, na madeira e também no solo”.

Finalmente, e visando a introduzir outras vozes e falas a Rede Alerta Contra o Deserto Verde enfatiza o lado negativo da expansão da monocultura de eucalipto e todas as consequências socioambientais desse processo, como se observa no relato que segue, fruto de um manifesto desta Rede.

Brasil: a Rede Alerta contra o deserto verde exige mudança do modelo florestal. Cem organizações do Espírito Santo, Bahia, Rio de Janeiro e Minas Gerais reuniram-se nos dias 28 e 29 de junho [2003] em Porto Seguro, Bahia, no II Encontro Nacional da Rede Alerta Contra o Deserto Verde. As organizações elaboraram uma carta a ser enviada ao Presidente Lula, a congressistas e ao Banco Mundial, exigindo uma maior atenção ao problema descrito a seguir:

Nós, representantes de comunidades quilombolas, Tupinikins, Pataxós, Guaranis, pescadores e campesinas e dezenas de entidades presentes ao II Encontro Nacional da Rede Alerta Contra o Deserto Verde, movimento que luta contra a expansão da monocultura do eucalipto para produção de celulose e carvão vegetal no Espírito Santo, Bahia, Rio de Janeiro e Minas Gerais, vimos denunciar as profundas violações dos direitos econômicos, culturais e socioambientais provocadas por este complexo agroindustrial exportador. Ao longo das últimas quatro décadas, este complexo tem destruído o modo de vida de comunidades locais. As empresas do setor continuam invadindo suas terras, causando o êxodo rural e a conseqüente dispersão de muitas comunidades. Os rios nessas regiões foram degradados pela contaminação por uso intensivo de agrotóxicos e por um processo de secamento relacionado ao plantio em larga escala, ambos comprometendo a pesca e a

⁸ **Notícias – Fapesp. Floresta Social.** Por Thiago Romero. 02 mar. 2005. As pesquisadoras são do Instituto de Ciências Biológicas (ICB) da UFMG.

qualidade e quantidade da água potável(...). As empresas, com seu discurso desenvolvimentista, têm estimulado uma migração enorme de trabalhadores em busca da promessa de emprego. Hoje, o que resta são milhares de ex-trabalhadores, muitos mutilados pelo trabalho danoso, que foram demitidos como resultado de um processo violento e nefasto de automatização e terceirização. A perda da dignidade dessas pessoas é explícita quando constatada a existência de um alto índice de prostituição infantil nos bairros onde os ex-trabalhadores abandonados residem. E as pessoas que resistem, no meio da monocultura de eucalipto, estão perdendo sua identidade e sua riqueza cultural e sofrendo literalmente um processo de isolamento profundo. Quem resiste contra este projeto desumano está sujeito a tentativas de cooptação e até ameaças de morte.

Lamentavelmente, o Estado tem sido cúmplice das práticas dessas empresas. Há quatro décadas que fornece altos empréstimos através do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e que concede licenças ilegais para plantios - não respeitando áreas de preservação permanente - e fábricas (...).⁹

Evitando uma posição maniqueísta, é possível, no entanto, perceber interesses distintos, passíveis de serem nucleados em dois pólos: de um lado, as vozes e discursos que enfatizam (e, lutam contra) o lado negativo da expansão da monocultura do eucalipto e todas as consequências socioambientais desse processo; de outro, o discurso do capital enfatizando a proteção ao meio ambiente e a especificidade do setor em utilizar uma matéria-prima renovável.

Ainda para efeitos desta introdução, agrupamos – para o conceito socioambiental -, duas considerações para a pesquisa: o impacto (choque) social na comunidade e o impacto (choque) no meio ambiente. No caso específico do impacto social é evidente que as relações sociais locais foram alteradas. Um grande projeto de uma fábrica cria imediatamente nos agentes sociais da comunidade esperanças, expectativas, desafios, sonhos, projetos pessoais e, talvez, uma grande utopia de uma mudança de vida radical, fruto do emprego em uma grande fábrica, seja esse emprego direto ou terceirizado.

O que se verificou, concretamente, a partir da implantação do projeto e na operação específica da fábrica, é que muitos destes sonhos foram totalmente destruídos, pois os “nativos” (moradores de Mucuri e da região), não apresentavam as “condições de saber”

⁹ Documentos produzidos pela Rede Alerta Contra o Deserto Verde, pelo grande significado que contém foram reproduzidos em Anexo nesta tese, assim como a lista das entidades que a compõem.

requeridas por uma fábrica de *primeiríssimo* mundo, em uma realidade marcada por precárias condições sociais, culturais e educacionais. As motivações formadas no imaginário individual e no imaginário coletivo foram, aos poucos, dando lugar à dura constatação de dois universos distintos: “os nativos” não-incluídos na fábrica e “os de fora”, incluídos e empregados na Bahia Sul. Na fala dos moradores, a expressão “de fora”, significa o desnível, a distância, o inacessível entre dois mundos separados por alguns quilômetros: o da fábrica, da tecnologia, do emprego, do segundo idioma, do salário, dos bens de consumo, enfim daquilo que poderíamos chamar de acesso ao mercado de bens e serviços. Ou melhor, a constituição da cidadania política, econômica, social e cultural, fica na total dependência de que “(...) tudo é possível, graças ao emprego na fábrica”. *Vis-à-vis* aparece a mesma vida pacata de sempre, o mesmo pequeno comércio, as férias escolares e o carnaval para alugar as casas aos turistas e viver do comércio, a mesma sina dos avós, dos pais, dos filhos e, quem sabe, de seus futuros netos e, assim, sucessivamente. Nada mudou, quanta pasmaceira!, quando tudo era sonho e esperança de progresso.

A dura realidade mostrou que continuam inalteradas as condições de acesso à estrutura sócio-econômica. A propriedade das terras, meio de vida de muitas famílias, mudou para pior: alguns proprietários, aproveitando-se da alta de preços oriunda da demanda de terras pela Bahia Sul, venderam seus imóveis. Agora não têm propriedade e o dinheiro acabou, obrigando-os a migrar para a cidade de Mucuri, portanto, aumentando o contingente de pobres. Como os “nativos” não conseguiram empregos na fábrica, a possibilidade de melhorarem suas vidas esvaiu-se como em um sonho. Sem salário, a precariedade do consumo de bens e serviços continuou e, por conseguinte, também não deslanchou o mercado local que poderia criar - no efeito dominó – empregos, se houvesse um aumento da demanda. Dessa forma, a estrutura social permanece inalterada para os “nativos” que internalizam a

contradição dos dois mundos tão próximos: a classe média da fábrica, e eles, os excluídos do sistema.

Soma-se a este processo social, praticamente estanque, a formação de uma nova apartação social, sobrepondo-se aos problemas sociais já existentes, as novas contradições entre a riqueza dos trabalhadores da fábrica e a pobreza daqueles que não conseguiram espaço na fábrica. Nesta conjuntura, os “nativos” encontram uma barreira sócio-econômica para a comunidade alcançar, segundo nos mostra Oliveira (1998, p.9), “patamares mínimos de cidadania e de convívio democrático, esteios da figura insubstituível do Estado de Direito Democrático”. Para impedir ou barrar os mecanismos de ascensão da comunidade local adotam-se, de forma mascarada e/ou dissimulada, amplos leques de inter-relação entre o setor empresarial, o sistema financeiro estatal e o próprio Estado através da ação dos Poderes Executivo e Legislativo. Nesta direção é que concordamos com Oliveira (cit.), quando diz que, “a história brasileira é assim uma espécie de história de uma permanente exceção”, indo de encontro, a nosso ver, com a já clássica afirmação defendida por Florestan Fernandes em *A Revolução Burguesa no Brasil* – a tese da “incompatibilidade radical entre capitalismo e democracia na periferia”.

Temos, portanto, um quadro de progresso material, social, econômico, cultural e político lastreado pelo capitalismo avançado, em uma periferia completamente despreparada para esta inserção forçada, o que parece confirmar uma exclusão geo-econômica: uma ilha de excelência no mesmo contexto geográfico de um mar de precariedade e exclusão. O resultado deste processo mantém e aprofunda a imagem dos “nativos” como uma comunidade *caminhando contra o vento, sem lenço e sem documento*, para lembrar Caetano Veloso.

No projeto de instalação da Bahia Sul, o capitalismo avançado não conseguiu oferecer espaço para a formação de uma classe operária no estilo da promessa burguesa: salário, mercado, consumo e, tampouco, o tripé liberal clássico: liberdade, igualdade, fraternidade.

Se, do ponto de vista sócio-econômico, não ocorreram mudanças importantes e significativas com o advento do capitalismo avançado na periferia, uma segunda face desta mesma realidade aparece na quase ausência de abertura do processo de participação aos atores sociais na discussão, destino e utilização dos recursos ambientais. Expressa no documento da Eco-92, a *sustentabilidade ambiental* foi claramente minimizada, pois a implantação da Bahia Sul e de todos os outros projetos de investimento, ou o aumento da produção já existente, levaram a um aumento extraordinário e desmesurado na plantação – como monocultura - do eucalipto, convergindo para o já mencionado “deserto verde”.¹⁰

Com efeito, aquilo que já se tornou parte do “estado da arte” da sociologia ambiental, referindo-se à importância indelével dos processos de participação política na formulação do destino das comunidades, enquanto afirmação dos direitos da cidadania, não se verificou no caso estudado. De forma clara e límpida, podemos afirmar que os indivíduos de Mucuri e região perderam duas grandes batalhas: não foram chamados para o trabalho na fábrica, e não participaram das decisões sobre a sustentabilidade dos recursos naturais e ambientais.

Não obstante, o setor de celulose e papel tem desenvolvido e incorporado processos de controle de produção e de gestão ambiental cada vez mais apurados, dentro dos limites dados pela ciência e tecnologia disponíveis. É preciso salientar, porém, o risco inerente aos processos e às tecnologias. Importa saber que não há intervenção humana sem impacto ambiental e social.

Na palavra impacto / choque, a questão ambiental tem necessidade de ser estudada, pois nenhum desenvolvimento da ciência, da tecnologia do processo de produção, das leis ambientais e das normas de qualidade, da prevenção de riscos pode afirmar assegurar ou até mesmo monitorar o impedimento ou, minimamente, os efeitos colaterais ao meio ambiente, em um projeto de tal envergadura. A construção, a operacionalização (24 horas por dia, 365

¹⁰ A Rede Alerta Contra o Deserto Verde realizou entre 28 e 29 jun. 2004, em Porto Seguro, Bahia o II Encontro Nacional, com a presença de cem organizações. Foram elaboradas cartas endereçadas ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, aos congressistas e aos dirigentes do Banco Mundial.

dias), a demanda por matérias-primas - e aqui cabe destacar o eucalipto com sua ação deletéria -, o deslocamento de pessoas, a pressão sobre a demanda por água, a necessidade de sistemas de esgoto e seu respectivo tratamento são algumas das consequências. Afirmar que os impactos ambientais iniciais, de médio e longo prazo, são inevitáveis, nos parece o mínimo que podemos, responsavelmente, como cidadãos e pesquisadores, extrair desta tese.

Reunidos os elementos centrais que compõem as partes de nossa pesquisa, esta tese apresenta a hipótese de que os impactos socioambientais, particularmente no caso da Bahia Sul, existem e marcam de forma clara e contundente as relações entre o capital (exógeno e sua dinâmica não-democrática de expansão), os atores sociais (com seus sonhos de ascensão e de consumo), a coletividade (enquanto portadora de uma dinâmica social, cultural e política) e o poder público (que, ao mesmo tempo, legisla a favor da sustentabilidade e cede espaços para a implantação de grandes projetos industriais que afetam o equilíbrio ambiental e não garantem geração de empregos nem aumento de arrecadação de impostos).

Dialeticamente, o capital, os atores sociais, a coletividade e o poder público se movimentam neste complicado e complexo jogo do capitalismo atrasado, dependente e subordinado sob o véu de que, sendo “emergentes”, disputamos uma corrida cujas medalhas de ouro e de prata já têm donos. Para as medalhas de bronze, talvez os custos sejam maiores que os benefícios.

Como terceira e última aproximação, cabem algumas considerações em relação ao avanço das tecnologias e seus impactos socioambientais, de forma bastante resumida, a serem retomadas nos capítulos que seguem.

A história da humanidade é marcada pelo processo de produção de bens materiais necessários à sua vida e à sua reprodução. Para realizar o processo de produção, o ser humano foi criando, desenvolvendo e aperfeiçoando instrumentos e técnicas que permitiram produzir cada vez mais em termos de quantidade, de qualidade e de utilização de tempo. Para atender

às necessidades básicas e às necessidades que foram sendo criadas e incorporadas à sociedade moderna a partir de 1750, sob a égide do capitalismo, instaurou-se no longo prazo um processo que desaguou em uma crise ecológica sem precedentes com um perfil nitidamente global. Este processo foi sendo gestado pelo quase “modelo único” simbolizado pela industrialização acelerada e levou à urbanização aos países que logo entraram na Revolução Industrial, com sua posterior expansão aos países de industrialização atrasada ou tardia, como no caso do Brasil. O desenvolvimento do capitalismo centrado na formação do mercado passou a guiar os processos de decisão baseados no princípio da racionalidade econômica.

O processo produtivo capitalista foi avançando em grande velocidade sobre o meio ambiente. Apoderando-se e apropriando-se cada vez mais dos recursos naturais, colocou-os a serviço do processo de produção. De resto – e isto é notório –, o processo de produção capitalista e o mercado fizeram dos recursos naturais uma “mercadoria”, como o já realizado com a mão-de-obra.

Neste sentido, a opção foi pelo crescimento econômico, entendido como aumento da produção, e que resultou nos padrões de desenvolvimento econômico, negligenciando a questão ambiental, local e mundial. O paradigma construído se dava numa relação unidimensional, isto é, apenas centrada nos indicadores materiais de produção. Como afirma Almeida (2002:29), o processo de produção estava “(;;;) com os olhos vidrados nas chaminés das fábricas que surgiam (...)”. Além de constituir um processo de produção predatório em relação ao meio ambiente, o desenvolvimento social ficou restrito aos países que impulsionaram suas economias na esteira da Revolução Industrial e na Revolução de Base Microeletrônica. Mesmo dentro desses países, o acesso ao desenvolvimento social foi diferenciado.

Quanto aos países subdesenvolvidos, distantes da Revolução Industrial, a questão ambiental estava longe de qualquer compreensão e de políticas públicas ou empresariais de

preservação ambiental. Neste particular é importante lembrar que na Conferência de Estocolmo (1972), a representação brasileira chefiada pelo general José Costa Cavalcanti defendeu o crescimento econômico mesmo que isto afetasse o meio ambiente. A linha de raciocínio era de que “A pior poluição é a da pobreza”.¹¹ Portanto, para combater a pobreza seria permitido um certo nível de poluição. A crítica contundente era contra os países já industrializados apontados como os grandes responsáveis pela agressão ao meio ambiente. Neste sentido, competia a esses países o custo da redução da poluição, confirmado em um dos argumentos defendidos pela delegação brasileira, assim exposto: “Como a poluição industrial é provocada principalmente pelos países desenvolvidos, compete a esses países o maior ônus na luta contra ela”.¹² Ou seja, a idéia central era de que, em um contexto de busca do desenvolvimento, os países “subdesenvolvidos” poderiam ter a liberdade de usar seus recursos naturais independente de uma postura de preservação e gestão ambiental.

A partir da Revolução Industrial (1750) os países altamente industrializados maximizaram os processos produtivos com o desenvolvimento de tecnologias - máquinas, equipamentos e processos produtivos - aumentando a oferta de mercadorias, quase que ilimitadamente. A idéia de crescimento sem barreiras formou-se como um paradigma da sociedade ocidental.

As técnicas desenvolvidas até a Revolução Industrial, resultantes da necessidade de respostas concretas para a sobrevivência da humanidade, foram incorporadas pela tecnologia e seu amplo desenvolvimento e aplicação em todos os ramos da atividade humana. As novas tecnologias, principalmente a partir dos anos 90, vão determinar novas e conflituosas “relações com o ambiente, com a sociedade, com a arte e com o futuro do humano”, na visão de Garcia dos Santos (2003, p.9).

¹¹ ALMEIDA, F. **O bom negócio da sustentabilidade**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002. p. 37-52. Cap. 2,

¹² *Idem*

No caso específico da Bahia Sul, não se trata apenas de uma única inovação tecnológica, por exemplo, aplicada no setor de papel e celulose. Trata-se, isto sim, de novas relações derivadas da velocidade e da amplitude de implementação das novas tecnologias que envolvem toda a estrutura social, econômica, política, cultural, temporal, local e mundial. Isto implica em grandes mudanças de “(...) percepções e práticas que passaram a ser constantemente modificadas, reordenadas,. reconfiguradas”.¹³ Emerge, assim, a imagem chapliniana dos “Tempos modernos”, na velocidade do som que altera, destrói, desintegra mas, dialeticamente, constrói, integra e organiza sob uma nova ótica do tempo, dos riscos, dos custos sociais desiguais e, ainda indefinidos. Além disso e pelo centro, afasta-se do âmago do debate e da intervenção da política para tornar a tecnologia em uma “ciência neutra e despolitizada”, fruto de uma equipe de cientistas protegida em suas redomas de pesquisa, em seus laboratórios ultra-secretos.

Neste grande contexto, Garcia dos Santos chama a atenção para a necessidade urgente de “(...) politizar completamente o debate sobre a tecnologia e sua relação com a ciência e o capital (...)”. A isto, podemos acrescentar a acuidade da análise de Oliveira ao ponderar que, “(...) o capital antepõe-se aos movimentos dos sujeitos, e essa anteposição destrói e aniquila o assombro, a criação; a pirataria sobre a biodiversidade é emblemática”. Este autor conclui, afirmando que “(...) a longa acumulação técnico-científica das sociedades tribais é apropriada pelo capital como virtualidade e devolvida agora – se o for – como elemento estranho ... às suas matrizes.” Neste sentido, as relações entre o capital, sua acumulação e a tecnologia estão dentro de um complexo campo de relações que, atualmente, requer um amplo, profundo e consistente debate entre a sociedade civil, os cientistas, os capitalistas e o poder público. Acrescente-se que os riscos implícitos em cada nova tecnologia não são conhecidos, pois as

¹³ *Op. cit.*

experiências em laboratórios trabalham com modelos de seleção de variáveis que são ultrapassadas na prática.

A contradição intrínseca ao sistema capitalista - que transforma tudo em mercadoria e que contabiliza somente os custos tangíveis -, aparece na forma de uma não-contabilização das externalidades negativas no que diz respeito ao meio ambiente. De uma forma bem resumida, temos a socialização dos custos ambientais pagos por parte da humanidade em benefício de alguns - os que consomem em níveis sofisticados e exacerbadamente - e a apropriação privada dos lucros¹⁴, nos países desenvolvidos e também pelas elites dominantes dos países em desenvolvimento¹⁵. Um caso emblemático é a recusa do governo George Walker Bush em assinar o Protocolo de Kyoto sob a alegação de que afetaria a economia norte-americana.

Olhando por outro prisma, a sociedade também convive com um processo de produção que aplica inovações tecnológicas de última geração, fruto da pesquisa e da ciência aplicada. Neste patamar, poder-se-ia pensar que o alto grau de desenvolvimento da tecnologia viria conciliar processos sustentáveis de produção com o atendimento das necessidades humanas, reduzindo o impacto ambiental. As tecnologias de ponta constituem-se em uma mercadoria com alto preço, fruto de seu desenvolvimento em países que atingiram maiores avanços no campo da pesquisa. Um novo modelo de produção sustentável - local e mundial - deveria levar em consideração um grande esforço coordenado internacionalmente para trocas de experiências e de disponibilização de tecnologias a custo zero, ou a preços extremamente reduzidos. Nesta direção, o papel de coordenação seria supra-nacional, formado a partir dos

¹⁴ Os impactos ambientais traduzem-se também na socialização de doenças causadas direta ou indiretamente pelos processos produtivos. Decorre, portanto, um aumento na demanda dos serviços públicos de saúde, sobrecarregando o sistema que se encontra em grandes dificuldades.

¹⁵ ACSELRAD, Henry afirma que nos dois governos de Fernando Henrique Cardoso, a sustentabilidade do meio ambiente dependeu fortemente da sustentabilidade dos bancos. Ou seja, com o estreitamento da esfera pública e da capacidade de fazer política (, ..), quem governa o meio ambiente é o mercado - pela exploração predatória das florestas (...), a exportação dos recursos naturais e de energia barata para o mercado global. Henri Acsehrad. Políticas ambientais e construção da democracia. In: VIANA, G., SILVA, M., DINIZ, N. (orgs.). **O desafio da sustentabilidade**: um debate socioambiental no Brasil.

Estados nacionais, pois o mercado, em si, não teria condições de uma coordenação desta magnitude. Todo esse esforço estaria voltado para alcançar o máximo de sustentabilidade, além de provocar uma profunda revisão nos padrões de consumo. É neste sentido que se poderia pensar em um “estágio superior de responsabilidade socioambiental”, para usar uma expressão de Demajorovic (2003, p.13), na linha de “um pensar e um agir ambiental global”.

Ao mesmo tempo em que ações sustentáveis são desenvolvidas por algumas empresas, a lógica e a prática do sistema de produção capitalista podem apresentar-se em um conflito permanente entre o discurso autoritário do capital e a comunidade local. Enquanto o discurso do capital é envolvente, pois oferece à comunidade, além de outras coisas, empregos e, em decorrência, acesso ao mercado de bens e serviços, por outro lado, a comunidade pode não ser chamada (e, freqüentemente não é) a participar na formulação da instalação de uma fábrica, ou de um complexo produtivo. Além de não ser mobilizada para os mecanismos já existentes de planejamento urbano, plano diretor, discussões sobre o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) etc., quando isto ocorre, nada garante que seus preceitos não serão manipulados ou fraudados. Isto denota o caráter perverso e “simbiótico” entre as pressões do capital e o apoio sempre irrestrito das prefeituras e da comunidade que, muitas vezes, só aparecem para a foto de inauguração da fábrica. Pode-se dizer que, em um país de relações muito autoritárias, com um embrionário processo de participação política, essa fórmula (ainda) é bastante utilizada.

A título de ilustração, podemos recorrer a dois exemplos da ação deletéria do capital. O primeiro deles refere-se ao município de Mogi das Cruzes¹⁶ que lutou para sediar um setor da General Motors (GM), dentro de uma mobilização política para a industrialização. Todo o assunto ficou restrito à Prefeitura e à Câmara Municipal além, é claro, dos jornais locais. A GM se instalou no município e não há nenhuma informação sobre o que a empresa trouxe de

¹⁶ Município localizado a 60 km da Capital, com acesso à via Dutra, Ayrton Senna e ao Porto de Santos. Localizam-se no Município as Universidades de Mogi das Cruzes e Braz Cubas, a Faculdade do Clube Náutico Mogiano e a Faculdade de Filosofia e Teologia Paulo VI, além de uma unidade do SENAI.

emprego, impostos, ações sociais etc. Na Proposta Orçamentária para 2005¹⁷ (Mensagem GP n. 1217/04 – fls.5) aparece a informação de que a GM tem incentivos fiscais no período de 1998 a 2019, conforme Lei Municipal 4596 de 06/03/1997 e 4791 de 08/07/1998. No esquema que é conhecido como guerra fiscal, as Prefeituras concedem isenções para que as empresas se instalem em seus Municípios. Para ilustrar isso, elaboramos a tabela abaixo.

Tabela 3

Incentivos fiscais - Prefeitura Municipal de Mogi das Cruzes.

Empresa	Período dos incentivos fiscais (anos)	Término dos incentivos fiscais
Elgin Máquinas	40	2012
Valtra do Brasil	50	2021
Aços Villares	40	2011
Melhoramentos Papéis	40	2017
SABESP	30	2032
Edinfor Informática	05	2007
Reichhold do Brasil	10	2014

Fonte: Proposta Orçamentária para 2005 (Mensagem GP n. 1217/04 – fls.5-6)

O outro exemplo refere-se ao nosso objeto de estudo quando da instalação da Bahia Sul Papel e Celulose no município de Mucuri. É emblemático o discurso de um gerente da Bahia Sul: “Quando vi o local da Bahia Sul era só mato; hoje existe uma cidade: que progresso!”. Neste caso, o discurso do capital centra sua ação no progresso derivado da instalação da fábrica. Para a Prefeitura significa integrar o município no clube da

¹⁷ Embora as leis de incentivos fiscais sejam votadas na Câmara Municipal, sabemos que não há discussões com a sociedade civil para esclarecimentos e até mesmo uma rejeição dos incentivos, relativamente ao que a empresa possa oferecer ao município.

industrialização e aumentar a arrecadação, mesmo com a concessão de incentivos fiscais. Para alguns moradores, significa a (única) chance de ascensão social via emprego e salário. Para o estado da Bahia, significa ampliar sua presença no produto interno bruto nacional. Resta saber se a comunidade participou, democrática e ativamente, das discussões sobre os impactos socioambientais deste progresso¹⁸.

Um dos eixos do discurso do capital refere-se sempre à criação de novos empregos, ao aumento da arrecadação de impostos e, como um modismo recente, à participação social da empresa na comunidade. Embora a legislação tenha criado o RIMA e o Estudo Prévio de Impacto Ambiental (EIA) estes, dependendo de como são conduzidos, podem ser mais uma técnica do que, efetivamente, um processo de discussão política sobre os efeitos de uma fábrica ou de um complexo produtivo. A comunidade local assiste, na maioria das vezes, à industrialização sem nenhum conhecimento, participação e, portanto, questionamento dos impactos socioambientais de um determinado projeto. As pessoas criam sonhos e desenham situações na quais haverá sempre prosperidade e felicidade e não contam com os riscos inerentes às grandes mudanças que ocorrerão ao longo do tempo.

Nesta perspectiva, também se ergue outro aspecto a considerar e que se refere aos organismos financeiros nacionais e/ou internacionais (BNDES, Banco Mundial etc.), blocos geo-econômicos (CEE, NAFTA etc.), determinando condicionantes para o financiamento de projetos que reduzam os impactos socioambientais, ou para a importação de mercadorias em processos de produção sustentável, fixando a obrigatoriedade das empresas terem normas internacionais, como ISO 9000, ISO 14000, certificação florestal etc. O centro da questão está em que, nos países desenvolvidos, as empresas consideradas “sujas, poluentes e de grande

¹⁸ A reportagem apresentada pelo O Estado de S. Paulo, 30 de novembro de 2003, p. B-5 tem como título “Sonho de papel anima sul da Bahia”. A enviada especial Renée Pereira reproduz fielmente os depoimentos dos moradores esperando o progresso com a vinda da fábrica Veracel.

impacto ambiental” não se instalam, mas podem instalar-se - financiadas com capital dos países desenvolvidos – nos países emergentes.

Assim, por um viés desencadeador de uma visão que, para dizer o mínimo, solapa os direitos “dos outros”, elementos externos a uma comunidade local podem determinar (pela força financeira e política que têm), uma exportação às avessas dos impactos ambientais, em nome de princípios positivos de regras visando reduzir impactos socioambientais¹⁹. Por outro lado, se a comunidade local não participa (porque não é motivada, não está organizada ou não conhece seus direitos) ela aparece como passiva embora, legalmente, sua participação seja uma exigência através do RIMA. Não se deve descartar que interesses não expostos claramente possam conduzir um processo de implantação de uma fábrica, fazendo o discurso somente do lado bom do projeto.

As inter-relações que se formam em um processo de instalação de uma fábrica são profundamente complexas. Envolvem interesses múltiplos e diversos, relações políticas instáveis, nível de conhecimentos diferenciados, uso de terminologias especializadas, conhecimento já desenvolvido, previsão de riscos inerentes ao processo de produção, história do setor, impactos socioambientais, dentre muitos outros. Portanto, para este jogo, colocam-se em campo os atores sociais: os investidores, os financiadores, o poder público, a comunidade, as ONGs, os consumidores. A mediação deste processo é política. O que se decidir vai influenciar o meio ambiente e a vida de todos e de cada um. Mesmo que seja no extremo sul da Bahia, servem os motes ambientalistas: “Pensar globalmente, agir localmente”, “Brasil

¹⁹ SILVA-SANCHES, Solange S. (2000, p. 18 e 19) afirma a existência de uma pressão internacional sobre o Brasil principalmente pela violência no campo e pelas altas taxas de desmatamento na Amazônia. Também enfatiza que as questões ambientais são uma preocupação dominante no sistema-mundo. Dois novos sujeitos de direito estão presentes: as gerações futuras e a própria natureza. Francisco de Oliveira (no Prefácio) acrescenta a estes dois sujeitos, os direitos do passado, isto é, o patrimônio universal.

socioambiental: Desenvolvimento, sim! De qualquer jeito, não!²⁰ “Sementes: patrimônio dos povos a serviço da humanidade”.²¹

Em um contexto mais amplo, a globalização da economia e da produção podem se deslocar para os países onde a legislação ambiental e a organização da comunidade sejam relativamente mais débeis. Assim, fábricas consideradas “sujas, poluentes e de alto impacto ambiental” e as que se concentram na exportação de produtos com alta intensidade de uso dos recursos naturais, uma vez atendidas as condições mínimas ambientais de interesse das agências internacionais e/ou dos blocos geo-econômicos importadores, começam a fazer parte do mercado internacional. Grande parte dessa exportação dos países emergentes se faz necessária para o pagamento das compras de bens de capital e tecnologias e para os pagamentos do juro e de parte da interminável dívida externa, como no caso específico do Brasil²². O processo de globalização da produção e a divisão internacional da produção e do trabalho aparecem, assim, em dupla face: de um lado existem normas ambientais rigorosas e a necessidade de aumentar as exportações, mas, de outro lado, as discussões com a comunidade são minimizadas ou inexistentes na formulação de um projeto de política industrial ou mesmo para a discussão de um projeto de desenvolvimento nacional.

O objetivo desta tese, portanto, procura estudar os impactos socioambientais no setor de papel e celulose, tendo como estudo de caso, a implantação da Bahia Sul Papel e Celulose, no município de Mucuri (extremo sul da Bahia) e, por pano de fundo, as “sombras” dos eucaliptos que formam o “deserto verde”.

²⁰ **Almanaque Brasil Socioambiental.**

²¹ Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) – Brasil.

²² A frase lançada pelo então presidente da República Fernando Henrique Cardoso “exportar ou morrer” mostra a exata dimensão da necessidade de obtenção de dólares. O presidente Luis Inácio Lula da Silva também mostrou sua preocupação com as exportações afirmando que “(...) cada ministro deveria ser um caixeiro viajante ‘vendendo’ o Brasil”. Não há porque ser contra as exportações, porém, é necessário medir sua eficiência pra o desenvolvimento social e os impactos ambientais daí decorrentes.

Cabe destacar, nesta introdução, os procedimentos metodológicos utilizados para a pesquisa que se desenrolou por várias áreas do conhecimento acadêmico, do saber e dos discursos dos atores sociais envolvidos em suas múltiplas aparências e interconexões. O movimento inverso, de fixar apenas uma área específica do conhecimento, restringiria a captação das mais variadas formas de respostas aos impactos socioambientais, dadas pelos atores sociais, neste caso, o empresário, o poder público e a comunidade local.²³ Dessa forma, todo o amplo levantamento bibliográfico, teórico e documental – livros, teses, dissertações, documentos oficiais da Bahia Sul e de outras empresas do setor de papel e celulose, recortes de jornais, documentos da Rede Alerta contra o Deserto Verde e vários outros sinalizados nesta tese – apontaram para três grandes áreas do conhecimento. São elas, em relação direta com o objeto de estudo: a Sociologia Ambiental, a Economia Ecológica e a Geografia. Nosso objetivo teórico esteve voltado para a construção de pontes que ligam estas áreas do conhecimento em suas especificidades e para a análise do discurso dos atores sociais. Portanto, na revisão bibliográfica, buscamos o embasamento teórico em quatro grandes linhas, a saber: a questão ambiental, os atores sociais, os investimentos, as questões geoeconômicas e recursos naturais, tendo por questão central os diversos impactos causados pela construção e operação da Fábrica.

Em relação à pesquisa de campo, e numa primeira aproximação, utilizamos as idéias de Sousa Santos (2003, p. 61) quando afirma que “No paradigma emergente o conhecimento é total, tem como horizonte a totalidade universal (Wigner) ou a totalidade indivisa (Bohm). Mas sendo total, é também local”. Esta reflexão nos remete à questão do meio ambiente que, mesmo sendo local – a instalação da Bahia Sul Papel e Celulose – em um específico lugar geográfico, é ao mesmo tempo “total”, pois seus efeitos podem ser expandidos tanto para o seu entorno como para distâncias enormes entre o seu lugar específico e a ocorrência de

²³ O Prof. Dr. Edgard de Assis Carvalho, no Seminário de Pesquisa para Doutorado, ministrado no 2º semestre de 2003, alertava de que “(...) há sempre a necessidade de ampliarmos as análises sobre o objeto de estudo para um sistema aberto interdisciplinar”.

impactos ambientais. O autor se refere ao *paradigma emergente* como aquele que permite “(...) não a especialização fragmentária da pós-modernidade que não é disciplinar e sim temática”, mas a “constituição de temas locais adotados por grupos sociais concretos como projetos de vida locais, reconstituir a história de um lugar, manter um espaço verde (,,,) fazer baixar a taxa de mortalidade infantil (,,,) erradicar uma doença, etc.”. Neste sentido, o tema local dos impactos socioambientais ocasionados pela Bahia Sul Papel e Celulose foi trabalhado em uma dimensão do particular e local mas, também, no contexto de que as “sombras” do eucalipto podem conduzir a um “deserto verde” na concepção exata da palavra *deserto*.²⁴ Também importantes foram as pistas fornecidas por Figueira²⁵ (2004, p.25) quando relata que:

O encontro com o outro e o estranhamento não deveriam ser ruins, pelo contrário; deveriam ser uma fonte de enriquecimento mútuo. Os múltiplos intercâmbios de uma existência são bem-vindos; a diferença é desejável, desde que não diminuam um dos lados da relação na sua singularidade e especificidade; desde que, no final do encontro, os dois lados saiam valorizados e não humilhados.

Para realizarmos o trabalho de pesquisa de campo, definimos como fundamentais: a visita ao município de Mucuri, a visita às instalações da Bahia Sul, a visita ao sindicato dos trabalhadores e a visita à secretaria de Meio Ambiente. Esta seleção de pesquisa tinha como objetivo conhecer o Município de Mucuri *in loco* (pessoas, ruas, praças, o comércio, a infraestrutura etc.); conhecer as instalações físicas da fábrica (trabalhadores, máquinas, tecnologias etc.); conhecer a ação do sindicato em uma região que não tinha nenhuma tradição histórica de uma grande fábrica e de questões sobre a politização das relações de trabalho; ouvir

²⁴ A palavra *desertificação da vida* foi por nós introduzida no Resumo desta tese, sinalizando para os excluídos, ou “descartáveis” que, no caso em estudo, não o são apenas do mercado de trabalho, ou das políticas públicas essenciais, mas de um mundo da vida em que produtividade técnica e econômica, comanda os impactos socioambientais que se desresponsabilizam pela questão social em sua amplitude, como veremos. Agradeço à minha orientadora, a associação da palavra com a expressão “deserto verde” que apareceu em relato de um dos entrevistados para esta tese.

²⁵ Figueira relata que sendo padre, pesquisador e sempre acompanhado por um sindicalista teve mais espaço para trabalhar ou sofreu reações de distanciamento dos entrevistados.

representantes da Secretaria do Meio Ambiente que pensamos encontrar envolvida em grandes questões temáticas e de práticas que permitissem a conciliação possível entre os recursos naturais e a existência de uma grande fábrica.

Como nosso tempo de permanência foi de seis dias, contatos e atores que não tínhamos sequer imaginado foram inseridos no material empírico, seja para as entrevistas formais – gravações e anotações - seja como informações relevantes que deram ao pesquisador pistas sobre os vários olhares e significados pessoais daquilo que dá origem a esta tese, qual seja, os impactos socioambientais de um empreendimento como o da fábrica Bahia Sul Celulose e Papel. Nosso tempo ficou dividido entre o desempenho do papel formal de pesquisador e o daquele que observa temas que sequer haviam sido pensados, o que resultou, pensamos, numa pesquisa etnográfica bastante abrangente. Outro instrumento de coleta e análise foi o diário de campo que elaboramos durante todo o período da viagem. As anotações que embasaram nossa pesquisa etnográfica permitiram a análise de várias situações aqui apresentadas.

Ao final da pesquisa, contabilizamos dezoito entrevistas qualitativas realizadas em janeiro de 2004, assim distribuídas: professora (1); diretor de escola (1); proprietária de pousada (1) e proprietário de restaurante (1).

Tabela 2 - Entrevistados por setor.
Número de entrevistados e percentual.

Setor	N. de pessoas	%
Serviços (1)	4	22,23
Poder Executivo	3	16,67
Poder Legislativo	3	16,67
Bahia Sul	3	16,67
Sindicato dos Trabalhadores	2	11,11
ONG Golfinho	1	5,55
Comerciante	1	5,55
Pastoral da Criança	1	5,55
Total	18	100

Elaboração: Francisco Claudio Tavares

No primeiro capítulo, descrevemos e refletimos sobre alguns marcos teóricos que configuram a questão ambiental e a suposta racionalidade econômica e os impactos socioambientais decorrentes. Consideramos, também, a presença da legislação advinda da pressão por parte de movimentos sociais, ONGs e outras entidades civis envolvidas na questão ambiental.

No segundo capítulo, analisamos o setor de papel e celulose no Brasil, a partir do seu crescimento em momentos de implantação e desenvolvimento no país. Destacamos o papel preponderante do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) como agente fomentador da política industrial, e as empresas do setor frente à necessidade de expansão da plantação do eucalipto para a produção da celulose – matéria prima indispensável ao abastecimento das fábricas.

No terceiro capítulo, destacamos o caso da Bahia Sul Papel e Celulose, como um dos maiores projetos do setor, desenvolvido pelo Grupo Suzano Feffer, com desembolso no montante de US\$ 1,2 bilhão de dólares. Este projeto nasceu em 1987, com a constituição

jurídica da empresa Bahia Sul Celulose e Papel. As obras civis tiveram início em 1989. Em 1992, a fábrica era inaugurada para a produção de celulose e, em 1993, a fábrica de papel começava suas operações industriais. A partir de novembro de 2004, após o processo de otimização da fábrica, a produção aumentou mais 60 mil toneladas de celulose por ano. Em outubro de 2004, o Conselho de Administração aprovou os estudos de viabilidade para a duplicação da fábrica que deve consumir US\$ 1,28 bilhão. Em 2007, quando estiver duplicada, produzirá 1,25 milhão de toneladas de celulose por ano. Atualmente, o maior projeto de fábrica de celulose e papel do Brasil é o da Veracel, na Bahia, uma *joint venture* entre a Aracruz Papel e Celulose (líder mundial na produção de celulose branqueada de eucalipto) e a sueco-finlandesa Stora Enso, que deverá ser inaugurada em maio deste ano.

O quarto capítulo, cujo título provindo de uma fala de um dos entrevistados forneceu o título desta tese, retoma as entrevistas com os atores sociais sobre a Bahia Sul, o município de Mucuri, os dilemas da implantação da fábrica sobre suas vidas decorrentes dos impactos socioambientais.

Por último, nas considerações finais, retomamos os desafios dos impactos socioambientais, derivados de um projeto de tal envergadura.. As diferenças entre os “nativos” e “os da Bahia Sul”, marcam neste momento da pesquisa um divisor que apenas solidifica a injusta e perversa distribuição de renda e de acesso aos bens materiais necessários a uma vida digna para todos. Esta é uma consideração importante. Neste contexto, parece claro que a expressão “deserto verde” vai se espalhando geograficamente, com efeitos que, a médio e longo prazo, serão sentidos por todos pois, quando o local entra em crise, esta repercute sobre o global. Esta é outra consideração importante para a reflexão sobre os impactos ambientais, antes que as “sombras” reduzam os espaços em um deserto, desta vez, sem o verde.

CAPÍTULO 1

A QUESTÃO AMBIENTAL E A QUESTÃO SOCIAL

No desenvolvimento da Revolução Industrial e no uso cada vez mais intensivo das tecnologias de produção e processo, formou-se um paradigma cujo pressuposto era o crescimento ilimitado da produção tendo como razão de ser o atendimento das necessidades humanas ilimitadas e o desenvolvimento da sociedade. Nilo Diniz (2001, p.7) afirma que este paradigma levou a uma contradição pois:

(...) o propalado crescimento ilimitado (...) colocava em risco a própria base material de sua reprodução (isto é, os recursos naturais seriam extintos ao longo do processo) (...) e não se poderia admitir (...) um modelo de desenvolvimento que externalizava seus custos sociais e ambientais e ampliava a desigualdade socioeconômica em todo o mundo.

A isto poderíamos acrescentar que a distância entre as nações que se industrializaram no período de 1750 a 1850 e as não-industrializadas seria agora reforçada e ampliada pelo domínio das novas tecnologias embutidas nos bens de capital e pelo alto grau de concorrência no capitalismo industrial. O paradigma que se construiu foi o de que aos países não-industrializados caberia uma participação como fornecedores de matérias-primas e produtos semi-industrializados e de mercado cativo dos países centrais ou, no limite, receptores das indústrias poluentes que não mais poderiam se instalar nos países desenvolvidos.

O processo de produção capitalista, ao utilizar-se do meio ambiente e de seus recursos naturais em uma velocidade jamais sentida pela natureza, colocou no centro da discussão a própria sobrevivência do sistema produtivo, isto é: haveria condições de oferta dos recursos naturais na mesma velocidade com que se move o capitalismo industrial e o modelo de

consumo instituído como paradigma de desenvolvimento? Essa discussão perpassa toda a estrutura política, econômica, social, biológica, cultural, envolvendo cada cidadão especificamente, todos os habitantes da terra, os governos, as instituições supra-nacionais, as entidades da sociedade civil, os meios de comunicação, os cientistas. Enfim, um tema que tem abrangência mundial.

A divisão internacional do trabalho, da produção e do uso dos recursos naturais se espalhou dos países industrializados (dominantes) para os países emergentes, juntamente com o aumento do comércio mundial, ligando-os a uma rede de produção de mercadorias²⁶, que permitiu aos países industrializados manter e aumentar a ênfase no seu desenvolvimento e no crescente bem-estar de sua população através de um exacerbamento nos níveis de consumo (matérias-primas e energia; obsolescência das máquinas e bens de consumo; formação excessiva de lixo industrial e domiciliar etc) para os países emergentes, acenou com a condição de atingir patamares e indicadores considerados de desenvolvimento²⁷. Esta relação desencadeou, na abordagem de Leff (2001, p.15) “(...) a marca de um limite e o sinal que reorienta o processo civilizatório da humanidade”. Neste sentido, o autor entende que “A crise ambiental veio questionar a racionalidade e os paradigmas teóricos que impulsionaram e legitimaram o crescimento econômico, negligenciando a natureza”. Se, claramente e com a urgência requerida, mudanças estruturais não foram operacionalizadas, muitas medidas estão sendo tomadas para minimizar os impactos socioambientais deste modelo de produção e consumo. Qual seria, então, o caminho a seguir? Existiria algum parâmetro que indicasse uma nova relação de produção e de consumo? Diante do consumo ilimitado dos países ricos e da

²⁶ POLANY afirma que como “(...) o solo não pode ser deslocado fisicamente, a sua produção pode, se os meios de transporte e a lei permitirem.” OHLIN, no mesmo texto, diz que “Assim, a mobilidade dos bens compensa, de alguma forma, a falta de mobilidade inter-regional dos fatores”. Ver: POLANYI, Karl. **A grande transformação** : as origens da nossa época. 2. ed. Rio de Janeiro, Campus, 2000.

²⁷ Além da exploração colonial de muitos países hoje considerados emergentes, a partir dos anos 1970 a crise da dívida externa, a globalização financeira e a reestruturação conservadora produtiva ‘obrigaram’ os emergentes a participarem cada vez mais do comércio internacional como forma de obter dólares para o pagamento da dívida e como necessidade para as transferências de lucros para os países de origem das corporações.

exaustão dos recursos naturais dos países emergentes, Leff (2001, p.15) aponta para a possibilidade do surgimento de um novo paradigma no qual:

A sustentabilidade ecológica aparece (...) como um critério normativo para a reconstrução da ordem econômica, como uma condição para a sobrevivência humana e um suporte para chegar a um desenvolvimento duradouro, questionando as próprias bases de produção.

Neste contexto, *a sustentabilidade ecológica* - o novo paradigma - nortearia o processo de produção e consumo tendo em vista a escassez, a necessidade da preservação dos recursos, a sua distribuição mundial.

Do ponto de vista empresarial, Almeida (2002:, p.19-20) apresenta o conceito do *World Business Council for Sustainable Development* para a Responsabilidade Social Corporativa (RSC) como parte integrante da sustentabilidade: “(...) a sustentabilidade é um conceito e um conjunto de práticas que estão sendo construídos coletivamente por indivíduos e instituições de todo o mundo para a sobrevivência de todos”.

Ao lidarmos com certas expressões, torna-se necessário precisar o seu conceito. Assim, Sandroni (199: 2004) conceitua o desenvolvimento sustentável como um:

Conceito que pertence ao campo da Ecologia e da Administração e que se refere ao desenvolvimento de uma empresa, ramo industrial, região ou país, e que em seu processo não esgota os recursos naturais que consome nem danifica o meio ambiente de forma a comprometer o desenvolvimento dessa atividade no futuro.

No estudo intitulado *Limites do Crescimento*²⁸ (1972) a constatação sobre a insustentabilidade do modelo de produção atual é clara, ao afirmar que “O ritmo de crescimento da economia mundial só se sustenta graças a uma exploração crescente e insustentável dos recursos naturais e ao comprometimento das condições do meio ambiente humano”. A conclusão apontava que no máximo em 100 anos, portanto em 2072, o limite de desenvolvimento do planeta seria atingido. As reações negativas a esta análise vieram dos países desenvolvidos e dos subdesenvolvidos. Para os primeiros, a previsão do esgotamento dos recursos significava o fim do crescimento da produção industrial e uma redução no nível de consumo; para os segundos, era o fechamento da porta para o desenvolvimento baseado no padrão até então vigente.

É importante salientar que esta assertiva vale para os países desenvolvidos que, com alto grau de utilização dos recursos naturais e um estilo de vida baseado no consumo desenfreado, utilizam tanto seus próprios recursos como os recursos dos países em desenvolvimento, quer sob a forma de importação de matérias-primas, quer como produtos semi-industrializados ou industrializados²⁹.

Outro elemento fundamental para a exploração dos recursos naturais em quantidade e velocidade sem precedentes diz respeito ao modo como o conceito de crescimento econômico foi sendo desenvolvido no campo teórico da Ciência Econômica. A produção em massa, a abertura de novos mercados, a eficiência, a maximização dos recursos, os custos de produção decrescentes foram sendo absorvidos pelos países em desenvolvimento como sinal de melhora das condições de vida: o chamado desenvolvimento sócio-econômico. Alguns autores

²⁸ Relatório produzido para o “Clube de Roma” pelos pesquisadores Dennis Meadows, Donella Meadows, Jorgen Sanders e William Beherens do Instituto de Tecnologia de Massachussets (MIT). No Brasil, o relatório transformado em livro foi publicado pela Perspectiva em 1973.

Em julho de 1971 foi realizada uma conferência internacional do Clube de Roma, Rio de Janeiro, quando foram discutidas e apresentadas teses sobre as incompatibilidades entre o modelo de crescimento econômico e os recursos naturais. ALMEIDA, 2002. p. 37-39.

²⁹ O Brasil, como grande exportador de produtos primários (especialmente no período 2001-2003), utiliza cada vez mais terra e água para esta produção. A agricultura consome, aproximadamente, 45% de toda a água utilizada.

defendiam políticas iguais às dos países ricos para alcançar o crescimento econômico e o respectivo desenvolvimento³⁰.

No período de 04 a 16 jun. 1972, realizou-se a Conferência Internacional sobre Meio Ambiente Humano convocada pela Organização das Nações Unidas, em Estocolmo, Suécia³¹. Nesta Conferência procurou-se:

(...) reconciliar o desenvolvimento com a conservação dos recursos naturais. Fala-se em reduzir ou reverter os impactos da poluição industrial (...). Em defesa da qualidade de vida, muitos movimentos se organizam nos diferentes países, especialmente a partir de demandas localizadas.

O estudo Limites do Crescimento (1972) apontava as principais causas e consequências do modelo de produção em curso. Considerava que se fossem mantidos os níveis de industrialização, poluição, produção de alimentos e exploração dos recursos naturais, os limites do crescimento seriam atingidos em menos de cem anos e, para a humanidade, seria o começo do fim.³² Já a Conferência das Nações Unidas (1972) imprime um tom mais ameno de redução dos impactos ambientais, a partir de ações no processo de produção.

Ao tratar das questões ambientais, surgem duas expressões que ganham força *qualidade de vida e movimentos sociais*. A primeira expressão, embora de sentido muito amplo, vai permeando os diversos ambientes e ganhando status de palavra-chave também nas discussões sobre o meio ambiente. A segunda expressão indica que a sociedade civil terá um papel de fundamental importância na discussão, na proposição, no poder de pressão e na busca de alternativas por um processo de produção sustentável, portanto menos destruidor do

³⁰ Por exemplo, SMITH, Adam. em **A Riqueza das Nações**: investigação sobre sua natureza e suas causas (1776), defendia a expansão dos mercados.

³¹ Participaram 1200 delegados de 112 nações.

³² ALMEIDA, Fernando. p. 37-41.

meio ambiente e que preserve condições de vida para as futuras gerações. A organização da sociedade civil nas questões ambientais tem apresentado uma enorme variação: ONGs nacionais e internacionais, institutos de pesquisa, grupos de conscientização, formação de redes em temas comuns, utilização da Internet para denúncias, projetos, trocas de informações etc. Neste caso particular, a Rede Alerta contra o Deserto Verde conta com uma articulação que envolve mais de cem entidades sociais. A principal preocupação da Rede é com o crescimento da monocultura do eucalipto para a produção de celulose e carvão vegetal nos Estados do Espírito Santo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Bahia. Como proposta, a Rede luta pela criação de políticas públicas que recuperem o passivo socioambiental existente e incentivem ações que fortaleçam as diversidades biológicas, culturais e agroecológicas³³ dentro do princípio de que “Monoculturas não são florestas”. Neste sentido poderíamos fazer um paralelo entre o relatório Dag-Hammar skjöld (1975)³⁴ que afirmava que as melhores terras agriculturáveis tinham sido destinadas às elites locais pelos países colonizadores e hoje as melhores terras estão sendo destinadas às grandes plantações de monocultura para a produção de eucaliptos, dentro da lógica de exportação forçada pela dívida externa.

Não podemos negar que todas as questões colocadas a partir da Conferência de Estocolmo estão mais presentes do que nunca. Ao longo do tempo muitas medidas foram sendo tomadas para minimizar os efeitos negativos sobre o meio ambiente. Os avanços são modestos diante de toda a problemática ambiental.

É necessário evidenciar que o eixo paradigmático do modelo de produção pós-Revolução Industrial foi centrado no pressuposto de que a racionalidade econômica estava dada a partir de um uso racional dos recursos escassos – este “racional” se apresenta de forma questionável - e não do impacto deste uso sobre a natureza ou sobre a carga que a natureza

³³Conforme: Manifesto contra o deserto verde e a favor da vida. Disponível em <http://www.wrm.org.uy/paises/Brasil/manifesto.html>. Acesso em 7 maio de 2004.

³⁴ Relatório realizado com a participação da ONU contando com políticos e pesquisadores de 48 países. O relatório pede mudanças na estrutura de propriedade do campo. Neste particular a luta do MST traz para o debate a questão da reforma agrária e agrícola. Disponível em: <http://www.eco.unicamp.br>. Acesso em 28 fev. 2005.

poderia suportar pela velocidade de consumo dos recursos renováveis e não-renováveis e dos efeitos negativos sobre o meio ambiente. Como não se calculavam os custos das externalidades negativas do consumo violento e predatório sobre a natureza, apenas apareciam na contabilidade das empresas os custos reais de produção, mais a margem de lucro para a formação do preço. Neste sentido a reflexão de Leff (2001, p.15) nos ajuda a entender como a visão mecanicista do pensamento cartesiano acoplou-se à teoria econômica e desenvolveu um falso conceito de progresso da civilização moderna que resultou na formação de um enorme passivo ambiental e na degradação da natureza que, em alguns casos, não tem condições de recuperar-se ou demandaria, para tal, um custo exorbitante, dentro das limitações orçamentárias da economia brasileira³⁵.

Para orientar um novo paradigma de respeito à importância da natureza e questionar a prática da produção e do consumo vigentes, surge o conceito de sustentabilidade que reconhece a função de suporte da natureza, condição potencial do processo de produção sustentável. O sentimento social e a visibilidade da crise ambiental refletem a irracionalidade ecológica dos padrões dominantes de produção e de consumo nos países desenvolvidos e nos países em desenvolvimento. Desta maneira, inicia-se o debate teórico e político para valorizar a natureza, internalizar as externalidades socioambientais ao sistema econômico, discutir, debater e apresentar soluções que compatibilizem a diversidade dos saberes, as inovações tecnológicas e os níveis de desenvolvimento social.

Para apoiar um novo modelo de desenvolvimento, Maurice Strong, em 1973, lançou o *conceito de ecodesenvolvimento*, Ignacy Sachs definiu seis princípios fundamentais:

³⁵ Nos dois primeiros anos do governo Lula (2003 e 2004), o Orçamento Federal foi contingenciado. A liberação de recursos financeiros, de um esquema de segurança pelo Exército e de uma legislação ambiental de emergência foi pressionada pelo assassinato da missionária norte-americana Doroty Stang, em Anapu, Pará, em 12 de fevereiro de 2005. A notícia teve imediata repercussão internacional, então, o Governo Federal agiu! Ver: Anapu sobrevive da madeira, mas vive caos na saúde. Laura Capriglione, Folha de São Paulo, 24 de fevereiro de 2005, pág. A-8. Atenção especial para uma frase de um fazendeiro entrevistado relatando sua visão sobre a economia local: “Mas é uma economia predatória” e continuou “O caboclo recebe R\$ 200 por uma árvore de ipê, ou R\$ 100 por uma de jatobá. Os caminhões param na propriedade do sujeito, derrubam a árvore e levam para a serraria”.

satisfação das necessidades básicas; solidariedade com as gerações futuras; participação da população envolvida; preservação dos recursos naturais e do meio ambiente; elaboração de um sistema social que garanta emprego, segurança social e respeito a outras culturas; programas de educação³⁶.

Outro conceito fundamental para o entendimento da busca de um novo paradigma que conecte o meio ambiente e a produção, sem destruir o primeiro e atendendo às necessidades humanas, é apresentado no referencial do:

Desenvolvimento sustentável³⁷, aquele que harmoniza o crescimento econômico com a promoção da equidade social e preservação do patrimônio natural, garantindo assim que as necessidades das atuais gerações sejam atendidas sem comprometer o atendimento das necessidades das gerações futuras. (**Almanaque Brasil Socioambiental**. 2005, p. 452)..

Os conceitos de ecodesenvolvimento³⁸ e desenvolvimento sustentável se complementam, dando uma visão harmônica com respeito à formação de um novo paradigma: meio ambiente - ser humano - produção – gerações futuras. É preciso notar que, mesmo com as melhores intenções teóricas, as condições práticas para a operacionalização deste novo paradigma ainda caminham lentamente frente ao gravíssimo problema do passivo ambiental. Se, como relatado no documento do Clube de Roma, 2072 marcará a data de uma crise irreversível, a cada dia nos aproximamos desta crise e a lentidão com que as medidas são tomadas mostram o pequeno impacto que este estudo tem provocado nas ações e nas políticas públicas e empresariais. Pensar globalmente e agir localmente pode ajudar, mas a intensidade da crise e a profundidade das mudanças requeridas necessitam de urgência e coragem.

³⁶ Disponível em <http://www.eco.unicamp.br>. Acesso em 28 fev. 2005.

³⁷ Em 1983 a ONU criou a Comissão Mundial sobre meio Ambiente e Desenvolvimento presidida por Gro Harlem Brundtland, primeira-ministra da Noruega. A Comissão Brundtland concluiu seu relatório em 1987, propondo que o desenvolvimento econômico fosse integrado à questão ambiental.

³⁸ Existe concordância em atribuir a Ignacy Sachs, da Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais de Paris (EHESS), a primazia no desenvolvimento dos conceitos.

A crise ambiental - decorrente do paradigma de produção baseado na exploração ilimitada dos recursos ambientais, no consumo excessivo nos países desenvolvidos, na pobreza generalizada e na exploração irracional dos recursos nos países subdesenvolvidos - trouxe a idéia de que as externalidades socioambientais deveriam ser internalizadas ao sistema econômico. Nesse sentido Sachs³⁹ afirma que “Deste processo crítico surgiram as estratégias do ecodesenvolvimento, promovendo novos tipos de desenvolvimento fundados nas condições e potencialidades dos ecossistemas e no manejo prudente dos recursos”.

Do ponto de vista empresarial, o desenvolvimento sustentável seria obtido pela competição nos mercados onde os preços refletiriam todos os custos, inclusive os custos ambientais, agora internalizados ao processo de produção. Supondo um mercado sem interferências de políticas públicas de subsídios e um acirrado grau de competição⁴⁰, a transparência na formação dos preços conduziria a uma competição que promoveria uma redução dos gastos em matérias-primas e insumos (isto é, uma menor agressão ao meio ambiente) conduzindo a uma alta eficiência e otimização do processo produtivo como um todo. Neste sentido, a escassez ambiental elevaria o preço em questão, o que estimularia tecnologias poupadoras do recurso escasso e/ou sua substituição por um novo, de menor custo e de maior oferta. Em decorrência, haveria uma menor poluição ambiental que, resultado da maior sinergia dos processos e de uma redução dos impactos ambientais negativos, minimizaria até mesmo questões de saúde pública.

³⁹ SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**: idéias sustentáveis. 2. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2002. Ver: Critérios de sustentabilidade. O autor enumera oito critérios: social, cultural, ecológico, ambiental, territorial, econômico, político (nacional), político (internacional).

⁴⁰ O tema relativo à grande concorrência nos mercados apresenta-se de um ângulo relativamente falso pois há cada vez menos empresas concorrentes, dado que a exigência de capital é imensa. Por exemplo, os investimentos na Bahia Sul somaram US\$ 1,2 bilhão de dólares. Por outro lado a concorrência é efetivada entre as grandes empresas do setor num jogo de divisão do mercado mas não de destruição do concorrente. Neste sentido é emblemático que a Votorantin Celulose e Papel e a Suzano Bahia Sul Celulose e Papel, concorrentes, em novembro de 2004, tenham adquirido a Ripasa, também do setor de papel e celulose. Fernando Almeida, em **O bom negócio da sustentabilidade**, trabalha com o conceito de grande concorrência como mais um meio para atingir a sustentabilidade. Ver: Os pontos-chave da sustentabilidade nas empresas.

No início da formação da Economia Política⁴¹, os recursos naturais tiveram lugar de destaque. Os fisiocratas (“economistas” franceses do século XVIII) criaram a noção de produto líquido, afirmando que somente a terra ou a natureza seria capaz de realmente produzir algo novo: “(...) só a terra multiplica um grão de trigo em muitos grãos de trigo; as demais atividades apenas transformavam os produtos da terra”. A Escola Clássica (Inglaterra, 1776 – 1848) alertou para a escassez dos recursos naturais, para o aumento da população e a redução da oferta agrícola, para a baixa produtividade da agricultura e para a escassez das terras férteis. Por diversas razões, entre elas o desenvolvimento das novas tecnologias e o avanço do pensamento da Escola Neoclássica (1870 – 1914), a análise econômica praticamente ignorou as questões relacionadas aos Recursos Naturais. O pensamento dominante defendia a tese que a abundância ou infinitude dos recursos naturais não os colocava como bens econômicos que têm custo e preço de mercado e sequer os recursos naturais apareciam nas representações dos modelos que explicavam o funcionamento da economia.

Somente a partir de 1970, com a já referida publicação do relatório do “Clube de Roma” que indicava os ‘limites do crescimento do modelo em vigor’, o tema dos recursos naturais voltou a fazer parte da análise econômica. Para a corrente da Economia Ecológica a existência de limites absolutos no uso dos recursos naturais é um dado real, assim também como a idéia de perdas irreversíveis é absolutamente concreta em um contexto de incertezas científicas na medida que cada nova tecnologia aplicada traz em si um grau de risco não conhecido e difuso. Haveria, portanto, a necessidade de uma mudança nos padrões de produção (mudança da base tecnológica) e de consumo (padrões culturais) que, em nome da sustentabilidade, utilizasse os conceitos da sustentabilidade em uma nova ordem ambiental e em um novo padrão de acumulação capitalista.

A Economia Ecológica (MAY, LUSTOSA e VINHA, 2003, p.11-12), é apresentada como sendo o:

⁴¹ SILVA, Maria Amélia da. **Economia dos Recursos Naturais** e ROMEIRO, Ademar R. **Economia ou Economia Política da Sustentabilidade**. In: MAY, Peter H., LUSTOSA, Maria Cecília, VINHA, Valéria da. (orgs.). *Economia do Meio Ambiente*. ROMEIRO, Ademar R. *Economia Ecológica*. In: **Almanaque Brasil Socioambiental**. SANDRONI, Paulo. **Novíssimo Dicionário de Economia**.

(...) surgimento de um novo paradigma ... como um campo de conhecimento transdisciplinar, desenvolvido a partir do reconhecimento de que, de um lado, o sistema socioeconômico baseia-se e depende dos sistemas naturais e, de outro lado, ele interfere e transforma o funcionamento destes últimos.

Segundo os autores, não há como separar os campos de conhecimento da Economia e da Ecologia em seus aspectos convencionais, pois a questão que está colocada – no campo acadêmico e no campo das decisões concretas - refere-se ao desenvolvimento sustentável que perpassa todo o enfoque destas duas ciências e as conecta ao campo de estudos das Ciências Sociais e às demais disciplinas do conhecimento humano.

A temática do meio ambiente transbordou para as esferas de domínio da comunidade internacional, nacional e local, ganhando visibilidade nos meios de comunicação social⁴². Em torno do tema formaram-se ONGs e redes de informação que, utilizando-se da Internet, comunicam-se em tempo real.

O tema meio ambiente passou da esfera absolutamente técnica para as esferas pública, política e da cidadania, além de desencadear ações individuais. No Brasil, especialmente, a realização da Eco-92 trouxe o tema para o cotidiano da sociedade. É bom lembrar que a Constituição Federal de 1988, no capítulo VI – Do Meio Ambiente, artigo 225 e seus incisos, já trata de questões ambientais e, no inciso VI, determina a promoção da educação ambiental em todos os níveis de ensino. A Educação Ambiental (com uma vastíssima bibliografia) vem sendo desenvolvida como disciplina básica ou dentro de temas transversais, no ensino fundamental, médio, superior e na pós-graduação. Livros de Teoria Econômica já trazem capítulos onde o tema meio ambiente está presente.

⁴² Vários jornais têm colunas direcionadas às questões científicas e/ou ambientais. Entre eles a **Folha de S.Paulo** (Folha Ciência), **O Estado de S. Paulo** (Ambiente) e **Gazeta Mercantil** (Meio Ambiente).

Não podemos deixar de frisar que no clássico de Celso Furtado, *Formação Econômica do Brasil*, escrito em 1959, as queimadas já estão registradas como um ataque destrutivo ao meio ambiente.

Citando o simpósio internacional “*Man’s role in changing the face of the earth*” Sobral (1997, p. 140-141) afirma “(...) que as transformações feitas pela humanidade na superfície terrestre não eram recentes, datando da utilização do fogo e da agricultura, mas que elas vinham se acelerando e aumentando de intensidade, desde a Revolução Indústria I (...)” isto é, a partir de 1750. Neste sentido, Romeiro (2003: 3-5) enfatiza que “(...) se todas as atividades produtivas respeitassem princípios ecológicos básicos, sua expansão não poderia ultrapassar os limites ambientais globais que definem a “capacidade de carga” (*carrying capacity*) do planeta”. Neste contexto:

(...) a “pegada ecológica” (ecological footprint) resultante do tamanho da população multiplicado pelo consumo per capita de recursos naturais, dada a tecnologia, indicaria a magnitude da punção que a humanidade exerceria sobre o meio ambiente.

A contradição intrínseca do sistema capitalista - que transforma tudo em mercadoria e que contabiliza somente os custos tangíveis – aparece na forma de uma não-contabilização das externalidades negativas no que diz respeito ao meio ambiente. De uma forma bem resumida, temos a socialização dos custos ambientais, pagos por parte da humanidade em benefício de alguns – os que consomem em níveis sofisticados e exacerbadamente - e a apropriação privada dos lucros⁴³ nos países desenvolvidos e também na elite dominante dos

⁴³ Os impactos ambientais traduzem-se também na socialização de doenças causadas direta ou indiretamente pelos processos produtivos. Decorre, portanto, um aumento na demanda dos serviços públicos de saúde sobrecarregando o sistema que se encontra em grandes dificuldades.

países em desenvolvimento⁴⁴. Um caso emblemático é a recusa do governo George Walker Bush em assinar o Protocolo de Kyoto sob a alegação de que afetaria a economia norte-americana.

Em uma aproximação arriscada pode-se dizer que a globalização e o neoliberalismo fizeram um novo arranjo industrial, financeiro, de mercadorias, de serviços e logístico entre as maiores empresas do mundo. No limite, o arranjo deu certo para este pequeno grupo de empresas globalizadas, mas na questão ambiental, o colapso é visível. Leis (2001, p. 26) afirma que:

Contrariando o otimismo neoliberal que, enquanto no nível econômico aumenta a ordem, por meio de uma melhor utilização dos recursos existentes na escala global, no nível socioambiental se favorece a desordem e prejudica a governabilidade, dado o aumento da degradação ecológica do planeta muito além da capacidade dos governos para controlá-la.

Na mesma direção de uma crítica ao paradigma vigente e sua perversidade ambiental, surge a “sustentabilidade como um novo paradigma” que se opõe à desorganização vigente. Neste sentido, Leff (2001, p. 9) analisa e aprofunda estas questões ao constatar que “(...) a degradação ambiental, a pobreza e a globalização” levam a uma crise no modelo de desenvolvimento da humanidade. Esta crise tem sua marca na “modernidade truncada”⁴⁵ e é visível na questão da sustentabilidade. Em suas palavras:

⁴⁴ ACSELRAD afirma que nos dois governos de Fernando Henrique Cardoso, a sustentabilidade do meio ambiente dependeu fortemente da sustentabilidade dos bancos, ou seja, com o estreitamento da esfera pública e da capacidade de fazer política (,,,) quem governa o meio ambiente é o mercado – pela exploração predatória das florestas (...) pela exportação dos recursos naturais e de energia barata para o mercado global. Henri Acselelad. Políticas ambientais e construção da democracia. In: VIANA, G., SILVA, M., DINIZ, N. (orgs.). **O desafio da sustentabilidade: um debate socioambiental no Brasil.**

⁴⁵ Modernização pode ser conceituada como “O processo de mudança econômica, social e política pelo qual determinada sociedade supera estruturas tradicionais, criando novas formas de produção, mecanismos racionais de dominação e novos padrões de comportamento. De um modo geral, o processo de modernização desenvolve-se dentro de uma sistemática de equilíbrios e conflitos. Conforme Sandroni (2004, p.403-404. Em Florestan Fernandes (1981, p.203), encontramos que “(...) a Revolução Burguesa denota um conjunto de transformações econômicas, tecnológicas, sociais, psicoculturais e políticas que só se realizam quando o desenvolvimento capitalista atinge o clímax de sua evolução industrial”. A formação moderna brasileira deriva da industrialização sob a hegemonia da burguesia industrial, primeiramente “subordinada” aos interesses do setor exportador interno de onde se originam os capitais para a industrialização por substituição de importações. Em um segundo momento, as relações de composição da burguesia com setores militares esclarecidos e a monopolização do poder político através do Estado vão definindo o quadro sobre o qual se moverá a burguesia. Em terceiro lugar, o

A degradação ambiental, o risco de colapso ecológico e o avanço da desigualdade e de pobreza são sinais eloqüentes da crise do mundo globalizado. A sustentabilidade é o signifiante de uma falha fundamental na história da humanidade; crise de civilização que alcança seu momento culminante na modernidade, mas cujas origens remetem à concepção do mundo que serve de base à civilização ocidental. A sustentabilidade é o tema do nosso tempo, do final do século XX e da passagem para o terceiro milênio, da transição da modernidade truncada e inacabada para uma pós-modernidade incerta, marcada pela diferença, pela diversidade, pela democracia e pela autonomia. (Leff, 2001. p. 9)

Embora possamos ver o mundo atualmente em um contexto de grandes incertezas, as questões ecológicas e ambientais ganharam uma expressão e uma dimensão que ultrapassam os espaços locais para tornarem-se um tema recorrente da mídia, da sociedade civil, dos movimentos sociais, do mundo acadêmico, do empresariado e do poder público.

Realçando a questão de uma sustentabilidade ligada a um novo paradigma e a um novo saber, isto é, um “saber ambiental”.

Nestes tempos está se forjando o saber ambiental (...) Saber sobre um ambiente que não é a realidade visível da poluição, mas o conceito da complexidade emergente onde se reencontram o pensamento e o mundo, a sociedade e a natureza, a biologia e a tecnologia, a vida e a linguagem. Ponto da história que induz uma reflexão sobre o mundo atual, do qual emergem as luzes e sombras de um novo saber. De um saber atravessado por estratégias de poder em torno da reapropriação (filosófica, epistemológica, econômica, tecnológica e cultural) da natureza.

Na esfera de um olhar reflexivo e crítico, o autor acentua sua crença em uma mudança “(...) que ressignifica as concepções do progresso, do desenvolvimento e do crescimento sem limite, para configurar uma nova racionalidade social que se reflete no campo da produção e do conhecimento, da política e das práticas educativas”. Este processo seria possível a partir do *campo ambiental*, assim, “O ambiente emerge (...) de seu campo de externalidade das

capitalismo monopolista está em expansão e subordinará a burguesia a um processo de relacionamento que forçará a dominação externa, a desigualdade social e o subdesenvolvimento. Resumidamente, Florestan Fernandes (1981, p.219), afirma que “Em nome do “desenvolvimento econômico acelerado”, ampliou-se e aprofundou-se, a incorporação da economia nacional e das estruturas nacionais de poder à economia capitalista mundial e às estruturas capitalistas internacionais de poder”. Também podemos acrescentar que o processo de modernização industrial brasileiro é bastante peculiar, pois a dependência da importação dos bens de capital e de tecnologia, juntamente com a necessidade de financiamento externo nos coloca em uma posição bastante desfavorável para determinar um modelo estratégico de desenvolvimento. Essa precariedade foi agravada ainda mais com a onda neoliberal da abertura indiscriminada dos mercados dos países emergentes e do relativo protecionismo dos países desenvolvidos.

ciências, do poder centralizado e da racionalidade econômica”, isto é, “o saber ambiental sacode o jugo de sujeição e desconhecimento ao qual foi submetido pelos paradigmas do conhecimento”. Portanto, o meio ambiente passa a ter um destaque especial na configuração de um novo modelo de desenvolvimento cuja lógica não seja a atual que nos conduz a um processo caótico quando somente visa a produção sem internalizar, discutir e debater os efeitos perversos de todo o paradigma atual.

O autor, de forma explícita, abre o leque de questões para que possamos compreender a penetração e a propagação do conceito de ambiente e o quanto esse conceito pode ajudar na construção da interdisciplinaridade como, também, no questionamento dos domínios do saber que, até então, se mostravam refratários a uma abertura para a inclusão do tema em seus estudos.

Ferreira e Viola (1996, p.8) atestam a dificuldade para um projeto de *interdisciplinaridade* no meio acadêmico embora reconhecendo que já exista uma produção sobre a questão ambiental, mas com claros limites *teórico-metodológicos de cada disciplina*. Apontam que a idéia de sustentabilidade está associada a três dimensões fundamentais: *democracia, equidade, eficiência*⁴⁶.

Utilizamos o amplo conceito construído por Leff (2000, p.12) para fixar as inter-relações a partir do *conceito de ambiente* que cristaliza uma nova opção de paradigma sócio-ambiental-econômico e altera profundamente o próprio objeto de estudo das ciências, pois parte-se do conceito de ambiente para proceder à interdisciplinaridade:

O conceito de ambiente gera portanto uma corrente que vai se entrelaçando nas tramas da sustentabilidade e nas artimanhas do discurso do desenvolvimento sustentável⁴⁷, definindo categorias de racionalidade e de saber ambiental,

⁴⁶ Por democracia os autores entendem eleições livres e um sistema legal que regula as relações sociais; o conceito de equidade está ligado às mesmas oportunidades que todos têm; a eficiência se refere à avaliação do custo-benefício na tomada de decisões.

⁴⁷ Em **Economia do Meio Ambiente**, Ademir Ribeiro Romeiro (2003, p.5) refere-se à expressão “desenvolvimento sustentável” como sendo um conceito normativo que surgiu com o nome de ecodesenvolvimento no início da

problematizando o avanço das ciências e da interdisciplinaridade, para penetrar com sua visão crítica no campo das etnociências, do habitat, da população, do corpo, da tecnologia, da saúde e da vida. Assim o conceito de ambiente vai colocando à prova seu sentido questionador, transformador e recreativo nos domínios do saber.

Podemos citar dois exemplos concretos do setor de celulose e papel – nosso objeto de estudo – que mostram o avanço da “corrente de entrelaçamento do desenvolvimento sustentável” a que se referiu Leff: o eucalipto e o processo de produção de celulose. O eucalipto (matéria-prima para a produção de celulose) vem sofrendo profundas modificações e transformações genéticas para permitir um produto mais homogêneo, com a mesma altura para facilitar o corte da árvore e com o mesmo diâmetro para facilitar o corte em cavacos etc. Atualmente, a engenharia genética está desenvolvendo o desmembramento do DNA do eucalipto para conseguir melhorias no plantio, na qualidade da fibra e na redução de custo da matéria-prima. Embora absolutamente coerente com os padrões de avanço tecnológico na produção específica do eucalipto, a expansão das plantações em extensas áreas de São Paulo, Espírito Santo, Minas Gerais, Maranhão e Bahia trazem um alto grau de preocupação para pequenos produtores, quilombolas, comunidades indígenas, ambientalistas, pesquisadores, ONGs, e da sociedade civil organizada. A monocultura de uma árvore exótica (originária da Austrália) com sua imensa altura está produzindo nos estados onde é plantada em grandes extensões o que se convencionou chamar de “deserto verde”. Assim, de um lado, a ciência e a tecnologia fazem um grande esforço em minimizar os impactos ambientais; de outro lado, a grande extensão das plantações traz pesados impactos socioambientais, econômicos e políticos para os mais fracos na estrutura do capitalismo.

Quanto ao processo de produção de celulose, as novas tecnologias estão reduzindo os impactos ambientais negativos, fruto do “avanço e da interdisciplinaridade das ciências” não só pela redução de custo que os novos processos permitem obter, como também pela pressão

década de 1970 que é atribuído a Ignacy Sachs, da Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais (EHESS) de Paris.

da sociedade, da legislação nacional e local, dos grupos ambientalistas, das padronizações internacionais (e, portanto, que permitem o acesso aos mercados com alto grau de exigência ambiental) o que leva a uma melhoria na sinergia do setor.

Reforçando a tese de Leff sobre o “avanço da interdisciplinaridade das ciências”, no campo da Teoria Econômica três perguntas básicas são utilizadas para se entender a estruturação do sistema de produção capitalista. São elas: o quê e quanto produzir? Como produzir? E para quem produzir?

A resposta à primeira questão (o que e quanto produzir?) nos remete às empresas, pois são elas que devem pesquisar e responder às necessidades materiais da sociedade, através dos investimentos e da organização e gestão da produção.

A segunda questão (como produzir?) aponta para a técnica e para a tecnologia. É central entender que o desenvolvimento das técnicas e das ciências aplicadas aos processos produtivos nos conduziu a processos de produção menos impactantes, mas é necessário afirmar que toda tecnologia gera novos riscos que, em tese, deveriam ser menores que os riscos das tecnologias anteriores.

Por outro lado é de fácil evidência reconhecer que o desenvolvimento de novas tecnologias requer pesados investimentos em educação, ciência e pesquisa e que os países emergentes têm pouca capacidade para este financiamento, mesmo quando o Estado entra com recursos. As demandas destes países são imensas e a arrecadação do Estado necessita atender às enormes necessidades da sociedade, além dos gargalos dos juros e do principal das dívidas interna e externa.

Neste particular, faz-se necessário salientar que as pesquisas e o desenvolvimento de novas tecnologias são aplicados aos processos de produção para reduzirem e/ou minimizarem os efeitos prejudiciais ao meio ambiente, reduzir o consumo de matérias-primas e insumos, atender ao cumprimento de normas e padrões de qualidade para a exportação etc. Temos

então um paradoxo: as tecnologias de ponta pertencem aos países desenvolvidos e às suas corporações; os países emergentes as compram para poderem exportar e, assim, fazer frente ao estrangulamento externo. Ao mesmo tempo aumentam suas dívidas em dólares e/ou abrem suas economias para terem acesso a tais tecnologias que necessitam da exportação para fazerem frente às novas dívidas. Desencadeia-se um círculo vicioso.

É importante frisar que o processo tecnológico atual está perpassando praticamente todas as realidades já consagradas e definidas para trazer o “novo”. Neste sentido é preciso salientar que o “novo” pode ser visto de várias maneiras a partir do observador, do lugar social da observação e dos impactos por ele causados.

No olhar negativo, o “novo” remete ao medo, à desestruturação, à dúvida recorrente, à falta de visibilidade, a efeitos colaterais, a riscos e acidentes, a impactos locais e globais, enfim, a uma dúvida de como será o futuro e suas conseqüências para a humanidade e para a natureza.

Em um olhar positivo, o novo pode nos conduzir a uma transição muito singular. As novas tecnologias, segundo Garcia dos Santos (2003, p. 27), estão nos conduzindo “(...) a um plano molecular (...) que tem alcance global”. Assim, “(...) a riqueza biológica, os recursos naturais, não são mais recursos naturais nem biológicos: foram reduzidos, no plano molecular, à condição de componentes”.

O desenvolvimento da tecnociência conduz a grandes tecnologias que a partir dos anos 90 causaram grandes impactos sobre o trabalho, a produção, as informações, o conhecimento, a vida, a cultura e, por sua vez, são apropriadas pelo capital que as transforma em valor no mercado global.

Nesta mudança de base tecnológica para uma *sociedade molecular*, as Ciências Sociais que trabalham o processo social, agora devem deslocar seu eixo, pois “(...) o que interessa são os processos e, aliás, mais do que estes, os processamentos. Até mesmo os

homens passaram a ser vistos como processadores de informação”. Toda esta mudança conduz a uma modificação da “(...) percepção em todos os planos, em todas as dimensões na nossa vida”. (GARCIA dos SANTOS, 2003, p. 27).

Em um contexto amplo é preciso afirmar que as tecnologias não são um dado abstrato, neutro, indiferente, sem impactos, sem custos, sem origem e passado, apenas tecnologias. Apresentá-las somente como uma benesse é questionada pelo autor acima quando diz: “É claro que há uma profusão de discursos de glorificação e de marketing dos produtos e das benesses do progresso tecnológico; é claro também que a ela tenta se contrapor uma crítica de riscos que a adoção da estratégia de aceleração tecnológica comporta”. Ao mesmo tempo é fundamental que a discussão da tecnologia seja uma discussão sócio-política e politizadora que englobe “(...) a tecnologia e suas relações com a ciência e com o capital e com as políticas tecnológicas dos Estados ou das estratégias das empresas (...)”. Somente o entendimento de que as “(...) opções tecnológicas são sempre questões sócio-técnicas, e devem ser encaradas pela sociedade como interesse público” poderia, no limite, minimizar seus impactos, evitar grandes riscos e estar a serviço dos interesses locais.

Por fim, e de extrema importância, a terceira questão “para quem produzir” diz respeito ao acesso aos bens e à distribuição de renda entre os diversos agentes econômicos. É evidente observar que as duas questões anteriores (“que e quanto produzir?” e “como produzir?”) vão influenciar direta e significativamente no resultado desta última questão. Na relação entre a fábrica (localização), o processo de produção (tecnologia), o emprego (salário) e os impactos socioambientais teremos como resultado um ciclo vicioso (altos custos sociais e ambientais) ou um ciclo virtuoso (baixos custos sociais e ambientais).

A relação acima pode ser mais visível na análise de Rattner (*apud* Martins, 2001, p.98) quando afirma que:

Encaramos o meio ambiente como sendo o produto da interação entre os homens e a natureza e da interação entre os próprios homens, em espaços e tempos concretos

e com dimensões históricas e culturais específicas que expressam também o significado político e econômico das mudanças que se pretende induzir ou sustentar.

A centralidade da análise de Rattner destaca e prioriza a interação ao invés do domínio ou do predomínio do homem; este não é o dominador da natureza, mas é um dos elementos constitutivos do ecossistema em pequena e em grande escala. Tem responsabilidades para com o ecossistema e recebe destes sinais, à medida que desenvolve ações para prover suas necessidades. A atenção de Rattner também é dirigida para as condições históricas e culturais, portanto concretas, que permeiam os processos de interação e de decisões que são tomadas pelos homens.

Quanto às mudanças, Rattner as coloca sob o prisma do significado político e econômico, isto é, todo o processo de produção capitalista está enraizado na sua dinâmica decisória de elementos políticos que conduzem os processos de macro-decisões referentes à produção.

O nosso objeto de estudo está marcado pela localização de um mega-projeto de investimento na construção de uma fábrica de celulose e papel em uma região geográfica que não tinha nenhuma experiência de projetos dessa envergadura. Além da fábrica em si, este projeto necessita de grandes áreas para plantação de eucalipto. É claro que para implantá-lo foram cumpridas as exigências legais. Mas, neste contexto, os efeitos negativos de impactos socioambientais só foram sentidos pela comunidade quando todo o processo de produção começou a funcionar. Assim, mesmo amparado pela legislação, a questão do “deserto verde”, isto é, a plantação extensiva do eucalipto só foi sentida e questionada por parte da comunidade local quando efetivamente começou a produzir impactos negativos. Outro efeito negativo que só foi detectado na prática refere-se à impossibilidade de uma maciça contratação de mão-de-obra local por dois motivos simples: a alta tecnologia poupadora de mão-de-obra e a alta qualificação exigida para se trabalhar com esta tecnologia. Assim, de

imediatos, cumpridas as exigências legais, a comunidade deu um “cheque em branco” para a implantação da fábrica; no desenrolar do processo, aparecem agora questionando os efeitos dos impactos socioambientais.

Neste particular a ocorrência de grandes acidentes ecológicos⁴⁸ como Union Carbide, em Bhopal⁴⁹, o vazamento em Chernobyl⁵⁰ e o vazamento da Exxon Valdez, no Alasca⁵¹ estão em um primeiro momento ligados a esta permissão⁵² de produzir, dada pela sociedade. Mas quando os acidentes acontecem, as pressões sociais e políticas – locais, nacionais e internacionais - convergem para tomadas de decisão que podem ser do próprio mercado (queda das ações da empresa), dos consumidores (boicote aos produtos) e do Estado (na forma de multas, de nova legislação ou de fechamento da empresa). Nestes casos, perdem sentido e eficácia e a lógica do discurso empresarial que defende o modelo vigente de aplicação das novas tecnologias – supondo-as absolutamente seguras e isentas de riscos - e trata os acidentes ambientais como fatalidades intrínsecas dos processos de produção e como elementos constitutivos da própria aprendizagem da humanidade, isto é, esta aprendizagem é constituída pelo mecanismo de “erros e acertos”. Neste sentido, Demajorovic (2003: 33-35) afirma que “Até meados da década de 1980, predominou no discurso empresarial uma resistência a qualquer iniciativa de minimizar os impactos socioambientais decorrentes da atividade produtiva”.

⁴⁸ O acidente da fábrica Cataguazes – Minas Gerais (2003) - é paradigmático: vazaram mais de 1,2 bilhão de litros de produtos tóxicos. Antes do acidente ambiental, a empresa abria suas portas para visitação e para mostrar o seu sistema de gestão ambiental.

⁴⁹ Bhopal, cidade da  ndia Central, onde ocorreu um dos maiores desastres ecológicos de origem industrial. Em dezembro de 1984, um vazamento de isocianato de metila provocou, no mínimo, 3 mil mortes e gravíssimos problemas de saúde em milhares de pessoas. SANDRONI, 2004: 54; DEMAJOROVIC, 2003, p. 34.

⁵⁰ No mínimo 10 mil mortes mais problemas de câncer na popula o . DEMAJOROVIC, 2003, p.34.

⁵¹ Grav ssimos prejuízos ao ecossistema. DEMAJOROVIC, 2003, p.34.

⁵² Esta permissão pode não ser tácita,   medida que a sociedade confia no discurso do empresário e no desenvolvimento da tecnologia para garantir a qualidade do processo de produ o ou mesmo nos controles instituídos pelas empresas. Muito interessante foi a entrevista a um telejornal, de um senhor, quando comentou a explosão no VLS, (2003), na base de lançamento de Alcântara, no Maranhão: **“Nós ficamos aqui sem saber o que fazer; ninguém nos diz nada; ninguém nos d  uma informa o”**. A popula o local não foi preparada para uma situa o de risco ou uma situa o de extrema emergência.

Em uma sociedade em que tudo é calculado (horas, capacidade de produção, custos, lucros, rendimento, rentabilidade, estoques, produtividade etc.), seja pelo controle com instrumentos simples, usuais e de domínio público, seja por avançados modelos matemáticos, estatísticos e econométricos que exigem sistemas computacionais de elevada capacidade de resolução -, esta mesma visão de cálculo aparece com intensidade no campo da relação do ser humano com o meio ambiente. Dados estatísticos, análises temáticas locais ou globais aparecem e são divulgados, muitas vezes segundo interesses próprios. De um mesmo quadro estatístico surgem diversas análises e enfoques para o presente e para o futuro, que oscilam entre perspectivas aterrorizantes, moderadas e tranquilizadoras.

Não se pode negar que existe um esforço de alguns setores empresariais, de Organizações Não Governamentais (ONGs), do Poder Público, das universidades e centros de pesquisa, da informação (mais simples e acessível) por parte da mídia⁵³ para a elaboração (teórica e conceitual), medição (real, in loco), formatação de parâmetros (tolerâncias) e divulgação de dados referentes às condições ambientais e seus impactos sobre a vida humana e sobre o Planeta. As medições bio-físico-químicas de parâmetros para enquadramento de indicadores de poluição desenvolvem-se constante e aceleradamente. É através destes parâmetros que as empresas se movem gerencial e tecnologicamente para se integrar a padrões assim definidos. É através destes padrões que ficamos sabendo, por exemplo, se a qualidade do ar está ótima, aceitável ou em estado crítico. Um exemplo marcante de indicadores e de sua utilização apaixonada e ideológica diz respeito às florestas tropicais. Sabe-se que “Cerca de 75% das emissões globais (de gases como o dióxido de carbono) provêm da queima de combustíveis fósseis (petróleo,

⁵³ Neste sentido, o uso da Internet pelas ONGs e pelos diversos grupos ligados ao meio ambiente traz uma contribuição imensa para a circulação das informações. Merecem destaque os programas de televisão que têm apresentado constantemente as questões sobre meio ambiente. Neste particular a TV Cultura (São Paulo) é digna de crédito por sua atuação na área da educação ambiental.

carvão mineral e gás natural), principalmente nos países industrializados. Os outros 25% ... devem-se, principalmente, ao desmatamento tropical”⁵⁴.

Especificamente o setor de papel e celulose com sua alta demanda por eucalipto avança para uma fronteira agrícola, fruto de um desmatamento já ocorrido, ou no sistema de fomento, no qual o pequeno ou médio proprietário planta dentro das normas definidas pela Bahia Sul. Como monocultura de extensão, os impactos ambientais são profundos. Neste sentido, ganha força uma política de contestação a este tipo de atividade que, juntamente com as florestas tropicais sendo desmatadas, levanta contra o País teses e acusações de estarmos propiciando o desmatamento que afeta globalmente o Planeta. Neste sentido, a reflexão e a análise de Leff (2001, p.65) são rigorosas quando diz que “Não existe um instrumento econômico, ecológico ou tecnológico capaz de calcular o “valor real” da natureza na economia (..)”. Na perspectiva de uma crítica à Teoria Econômica, Penteado (2003, p. 66-67) constata que:

Nas teorias de ciclos econômicos desenvolvidas seja pelos neoclássicos, seja pelos neokeynesianos, nenhuma perturbação cíclica tem ou poderá ter origem em problemas ambientais. Essa visão não enxerga a possibilidade de um eventual fracasso das tecnologias humanas em resposta aos crescentes desafios que continuaremos tendo pela frente.

Porém, o ponto mais crítico é o que o autor aponta como sendo a causa da exclusão das questões ambientais na formulação das teorias econômicas, pois:

Para a Economia, o desconhecimento das leis físicas e biológicas beira o abismo que separa a realidade do caos. A produção de bens e mercadorias nesse campo teórico brota do nada, não interferindo de forma alguma com as vastas relações socioambientais da nossa civilização.

⁵⁴ **Folha de S. Paulo:** Caderno Mais: 2003, p. 16-17.

Nesta configuração, além da dificuldade ou quase impossibilidade do cálculo racional ser trazido para dentro da Teoria Econômica, existem as questões sociais ligadas à cultura, direitos comuns e interesses sociais que se estabelecem fora do mercado e, portanto, não são passíveis de cálculo econômico.

Fazendo referência a uma Economia Política do Ambiente, Leff (2001, p.67-68) enfatiza que esta deveria abranger “(...) as condições ecológicas de sobrevivência e produção, como também o conflito social que emerge das formas dominantes de apropriação da natureza e da contaminação ambiental”.

Decorrente deste campo, temos a formalização de um conflito social agudo que aparece quando o capital leva a cabo sua dinâmica de produção dentro do atual modelo de exploração dos recursos naturais, de privatização dos lucros, de redução de impostos e de ganhos fiscais, da socialização das perdas para a sociedade. Ao mesmo tempo em que a comunidade local espera por emprego e salário para mudar seu patamar de vida e inserir-se na dinâmica do consumo, vê que esta dinâmica não chega e que efeitos inesperados começam a fazer parte de seu cotidiano. Por exemplo, o aumento do preço da terra, a expulsão de pequenos e médios produtores locais, a pauperização de antigos proprietários de terras, a falta de alimentos básicos, a impossibilidade de plantar nas “sombras dos eucaliptos”, o crescimento da cidade, a poluição causada por milhares de caminhões que transportam eucalipto, matérias-primas e produto acabado etc. Neste grande tabuleiro de conflito social, o Estado desnuda seu caráter contraditório: quer as empresas para a geração de impostos e de empregos, mas também precisa assegurar a ordem, despolitizando as questões ambientais e neutralizando as pressões de grupos organizados. Ganha força uma política de alianças entre as empresas e o Estado na forma de parcerias. Como criticar a empresa quando ela é parceira do poder público? Como pressionar o Estado quando ele depende dos recursos financeiros e materiais da empresa?

Obrigada pela legislação, as empresa apresentam o EIA e o RIMA. Neste caso, o que se discute é o que já se sabe e é de conhecimento público. Mas aquilo que é o inesperado, o risco, a insegurança do sistema, os efeitos socioambientais, somente será vivido em cada momento do desenrolar do processo de produção com suas dinâmicas. Não seria urgente e até mesmo obrigatório um fórum amplo e permanente de discussões e avaliações que envolvessem os três atores sociais – a empresa, a comunidade e o poder público – para um acompanhamento minucioso de todo o processo de produção e de seus impactos socioambientais?⁵⁵ Mesmo dentro da perspectiva da propriedade privada, seria possível tentar mudar a relação do capital e do seu entorno, ? Estas questões estão colocadas para uma ampla e profunda discussão.

Nesta ótica, na perspectiva de um novo relacionamento mais aberto e mais democrático, podemos aceitar a tese de que “(...) o ambientalismo gera novas teorias e valores que questionam a racionalidade econômica dominante, orientando a ação social para a construção de outra racionalidade produtiva, fundada nos potenciais da natureza e da cultura” nas observações de Leff (2001, p.68).

Almeida (2002, p. 54-55) já avança sua análise para um modelo transdisciplinar “(...) necessita-se de um novo paradigma orgânico, holístico e integrador (...) um modelo transdisciplinar, mais sintético do que analítico, capaz de desvendar e explicar as relações entre as partes”.

Confirmando a existência de uma distribuição injusta e perversa dos custos socioambientais e de seus impactos entre os países, Penteado (2003, p.10) refere-se “(...) à necessidade de um mundo social e ambientalmente melhor para todos, e não apenas para alguns”.

⁵⁵ Por exemplo, a empresa colocaria à disposição todos os indicadores de qualidade e monitoramento ambiental de suas operações. Estas reuniões seriam publicas e periódicas, inclusive com a participação dos acionistas majoritários e representantes dos acionistas minoritários.

O paradigma da Revolução Industrial do século XVIII é uma realidade que coloca em contradição o modelo dos países já industrializados com o dos países em desenvolvimento. Vargas (2004, p. 119-120;) refere-se a este conflito afirmando que:

A persistência nas sociedades industrializadas de padrões de produção e consumo com elevado índice de desperdício e a reprodução desses padrões nos países de industrialização mais recente têm como andaime comum um paradigma de bem-estar cujas conseqüências para o meio ambiente requerem rigoroso questionamento.

Para o autor é ainda mais grave quando se pensa que “O Brasil infelizmente está reproduzindo na sua economia o mesmo modelo de desenvolvimento econômico dos países ricos, com financiamento, empresas e tecnologia estrangeiros, cujo resultado para a natureza e a biodiversidade deveria ser bem conhecido (...)”. Neste sentido Penteado (2003, p. 29) revela que:

A visão (...) de um mundo rico super-amigo da natureza e um mundo atrasado completamente devastador é equivocada, colonialista e tendenciosa, pois, ao não reconhecer os erros cometidos em seus próprios territórios, as nações ricas não se sentem dispostas a arcar com parte dos custos financeiros necessários para reverter o colapso socioambiental planetário ou até mesmo proteger regiões ainda intocadas pelo homem (...).

Neste sentido, mesmo com um discurso (ou até mesmo pressões) de apoio às práticas ambientais e às exigências do cumprimento de normas de conformidade de qualidade, de rastreamento, de conduta social etc., os países ricos não transferem tecnologias de última geração para minimizar os impactos ambientais nos países emergentes e/ou pobres que exportam produtos *in natura* ou semi -industrializados. Ou seja, pressionam do ponto de vista prático e das exigências para vendas em seu mercado interno, mas não se dispõem a ajuda concreta nem no que se refere ao processo de produção (tecnologia de ponta, tecnologias para “produção mais limpa” etc.) nem para reduzir seus níveis de consumo, visando a minimizar os impactos ambientais nas economias produtoras.

Boff (2004, p.94) apresenta uma importante reflexão sobre o papel da tecnologia clássica. Esta tecnologia é descrita como:

(...) excessivamente energívora, suja e ecodesequilibradora (...) [causadora do] (...) desequilíbrio do sistema terra (pois ela é uma) tecnologia rudimentar, agressiva e poluidora. (...) [que] implica sistemática exploração dos recursos naturais, o envenenamento dos solos, a deflorestação, a poluição atmosférica e a quimicalização dos alimentos etc.

A “tecnologia clássica”, para o autor, já não é usada nos países desenvolvidos, em função da política ambiental pública (legislação), das políticas de “produção mais limpa”, dos conceitos de responsabilidade ambiental e social, e da participação da sociedade nas questões ambientais. A contradição, a nosso ver, estaria em que os países ricos vendem esta tecnologia para os países periféricos. O desenvolvimento da industrialização retardatária (1930-1961) ocorrida no Brasil é perceptível por fotografias e desenhos em livros didáticos sobre São Paulo e suas fábricas com imensas chaminés atestando o progresso da “locomotiva brasileira”. Era o cartão-postal do progresso com a frase “São Paulo não pode parar”.

Aqui, é preciso fazer um reparo nesta afirmativa. No setor de celulose e papel, no Brasil, já está ocorrendo uma superação. Atualmente, as tecnologias utilizadas pelas fábricas são as de última geração, isto é, do estágio mais avançado do desenvolvimento tecnológico. Esta tecnologia é importada⁵⁶. Se não fosse assim, os países desenvolvidos não comprariam celulose e papel do Brasil.

Para ilustrar o interesse dos países desenvolvidos na importação de papel do Brasil, tendo em vista a rígida obediência do setor aos padrões de qualidade internacionais aliados ao baixo custo de produção, a Cia. Suzano exportou em média, no período de 1999 a 2004⁵⁷, 61,5% de sua produção vendida. Em 2004 as exportações atingiram 714 mil toneladas,

⁵⁶ As máquinas da Voith Paper Máquinas e Equipamentos Ltda, no Brasil desde 1964, respondem por 80% da produção brasileira de papel. **O Papel**, jan. 2005, p. 51-52.

⁵⁷ Relatório da Administração - 2003. **Gazeta Mercantil**, 19 fev. 2004, p. A-30; *Idem*, 2004. **Gazeta Mercantil**, 18 a 20 fev. 2005. Total da produção exportada em % por ano: 1999 (59%), 2000 (68%), 2001 (68%), 2002 (62%), 2003 (54%) e 2004 (56%).

respondendo por 55,6% do volume total de vendas, com um crescimento de 4,3% sobre o volume de 2003. A receita líquida das exportações cresceu 3%, perfazendo um total de R\$ 1,28 bilhão. As exportações em 2004⁵⁸ tiveram como destino Europa (43%), América Latina (23%), Ásia (21%), América do Norte (12%) e Outros (1%). Pelos dados, 55% das exportações destinam-se à Europa e à América do Norte, rigorosos com as questões ambientais de suas importações.

Assim pode-se falar de uma combinação perversa, pois a necessidade de dólares que o Brasil tem é dupla: para pagar juros e parte da dívida externa; para pagar as importações de bens de capital e os *royalties* utilizados no setor, o que acaba forçando as exportações. O aumento da produção de papel e celulose leva ao agravamento das questões socioambientais: os conflitos pelo uso alternativo da terra na expansão do eucalipto, a grande utilização de água no sistema, a redução da produção local de alimentos, o desalojamento de comunidades já estabelecidas, as mudanças culturais e o empobrecimento dos pequenos produtores.

No raciocínio que estamos construindo, a tecnologia clássica é agressiva, a industrialização no Brasil foi retardatária, o país necessita de dólares, o setor de papel e celulose precisa exportar para saldar seus compromissos de importação etc. – não podemos deixar de mencionar dois estudos obrigatórios por lei: o EIA e o RIMA que devem informar à sociedade os ganhos e perdas para o projeto que está sendo estudado. Nesta área de conflito não se deve esquecer que o sistema capitalista se estrutura na oferta de novos produtos de modo contínuo para determinar novas vendas e assim fazer girar os ciclos do capital-produtivo, capital-dinheiro e capital-mercadoria. Portanto, nesta arena de disputas políticas, nenhum dos atores perde de vista as relações entre a produção presente e futura e os impactos na natureza que serão derivados da aprovação de um projeto.

⁵⁸ Resultados 2004 – Suzano Bahia Sul Papel e Celulose S.A. **Gazeta Mercantil**. 18 – 20 fev.. 2005, p. 2-3.

Nessa direção, podem todos os custos ambientais de um projeto serem expressos rigorosamente em unidades monetárias? Puzatchenko (2002:205) diz que “A noção de preço só surge quando existe uma dualidade nas relações, ou seja, para obter alguma coisa é preciso ceder algo. Nessas relações, o preço não pode ser rigorosamente fixado”. Mas, então, como serão fixados os preços? Uma pista dada pelo autor é que o preço “É determinado pelas utilidades dos fenômenos comparados e pela expressão dos fenômenos no espaço e no tempo”.

Coloca-se, então, a categoria da utilidade como centro da discussão. O ser humano vive dentro de um contexto econômico e social de definições de utilidade para tudo o que faz e tudo o que compra. Por exemplo, a água é essencial à vida humana, no entanto, nada se pode comprar com ela (como meio de troca); já um diamante tem um extremo valor econômico (como meio de troca), mas não satisfaz nenhuma necessidade humana.

Na economia capitalista de mercado, as decisões de investimentos são tomadas, via de regra, tendo em vista o valor econômico medido pela referência da moeda. Nos cálculos de viabilidade econômica para os investimentos, consegue-se definir e apresentar as taxas previstas de retorno para o longo prazo. Mas no caso do meio ambiente esta operação não encontra uma resposta clara e precisa, pois as medições referem-se àquilo que se conhece. Assim, a implantação de uma fábrica ou a duplicação de uma estrada destrói vidas no ecossistema local, para as quais não existe capacidade de mensuração. Nesse ponto Puzatchenko (2002, p.206) diz que isto só vale para a mensuração, só teria sentido para uma “(...) vida ativa de uma geração (20 a 25 anos) e não pode ser extrapolada para períodos mais extensos” e conclui afirmando que “(...) é absolutamente insuficiente para fundamentar as ações favoráveis à vida de algumas gerações. Mas, como a utilidade está ligada aos processos sociais, culturais, políticos e econômicos de cada época, apresenta-se, então, como um problema inteiramente insolúvel”.

Nesse contexto, até a década de 1970, as utilidades estiveram ligadas às atividades industriais. A partir de então, as reflexões sobre a crise ambiental conduziram a uma visão de que as utilidades relacionadas à preservação do meio ambiente poderiam ser utilizadas como diferenciais de competitividade. As reservas de recursos naturais (estoques) guardariam a possibilidade de utilização pelas futuras gerações, tendo como premissa que, no “estado da arte” relativa à questão ambiental, todas as coisas serão necessárias no futuro porque o são no presente, ou porque a tecnologia disponível não nos mostra uma alternativa para a produção.

Nessa direção o próprio autor (2002, p.206) afirma que, do ponto de vista do meio ambiente, a utilidade aparece:

(...) não como uma medida econômica, mas como uma categoria própria de todo o sistema (centrada no) desenvolvimento do conhecimento científico do sistema planetário e das suas estruturas e componentes regionais (que) amplia as idéias de utilidade. Portanto, é praticamente impossível determinar economicamente essas utilidades.

Exemplificando, o petróleo é uma fonte de energia que move a sociedade atual e, portanto, deve ser consumido com parcimônia, pois, caso contrário, no futuro não haverá como obter energia, dada a sua escassez. Mas, se o ser humano dominar a energia nuclear, por exemplo, o petróleo passará a ser apontado como um grande culpado dos problemas ambientais em decorrência de sua utilização em larga escala.

Tomando como objeto de estudo o setor de papel e celulose – um setor em rápida e grande expansão da produção - pensava-se que, com a introdução do computador e o uso generalizado do disquete, do CD e do e-mail, a demanda por papel para escrever seria reduzida ao longo do tempo.

O que se constata é que, ao contrário, esta demanda cresce em virtude de um processo de criação de novas utilidades para o papel, aliado à impressão em larga escala de e-mails, notícias, textos de jornais, revistas e livros, saldos bancários, trabalhos escolares etc., nas

empresas, nas escolas e nas residências. Temos, portanto, um aumento no consumo de papel para escrever que está obrigando as fábricas de papel à expansão das plantas de produção existentes e a novos investimentos.

Notam-se dois movimentos complementares nesta situação: as tecnologias trazidas pelo uso e difusão do computador forçaram a um processo de aumento da produção de papel para escrever, o que implicou novas tecnologias de produção e processo que foram desenvolvidos sob a orientação de sustentabilidade e de uso cada vez mais racional das matérias-primas e dos insumos. Mas, diferentemente do processo de inovações tecnológicas na produção, o aumento da demanda por eucalipto – matéria-prima para a produção de celulose, é crescente e implica aumento da área plantada e o conseqüente risco do aumento do “deserto verde”.

Segundo previsões para 2005⁵⁹, a Suzano Bahia Sul Papel e Celulose adicionará 32,2 mil hectares de terras na formação de suas florestas próprias de eucaliptos, perfazendo um total de 200 mil hectares; no segmento de fomento, as terras incorporadas serão da ordem de 8,5 mil hectares, totalizando 64 mil hectares. O aumento da plantação de eucalipto ocorrerá nos estados da Bahia (extremo sul), Espírito Santo e São Paulo. A área do Maranhão destina-se a pesquisas. No total, a empresa investirá R\$ 420 milhões no aumento da área plantada, colheita, transporte e pesquisa.

Vimos, até o momento e segundo os autores consultados, que a questão ambiental tem primazia na formulação de um novo paradigma de relacionamento com a natureza e seus fluxos, produção, consumo, acesso aos bens, sustentabilidade da produção, redução da pobreza, interdisciplinaridade entre as áreas de conhecimento - exatas, humanas e biológicas – e que a Revolução Industrial com seu paradigma da produção a qualquer custo nos levou a uma situação muito próxima do caos socioambiental.

⁵⁹ KARAM, Rita. **Gazeta Mercantil**. 02 maio 2005. p.. A-12.

Entre o cumprimento da lei e os processos sociais existe um enorme caminho a trilhar. Um passo importante desse caminho é a organização da comunidade para lutar e defender seus direitos. Além da organização da comunidade, é preciso ter conhecimento, força política e articulação.

O capital sempre mostrará a utopia de novos tempos: empregos, salários e a possibilidade de consumo o que, na verdade, apenas realimenta o processo de acumulação capitalista entre os vários setores empresariais, cujo centro é o lucro. É aqui que entra o discurso das “parcerias público-privadas” e, freqüentemente, na chave perversa: “Não tem emprego para o trabalhador, mas seus filhos estudam na creche pública que a empresa ajuda a manter!”. Podemos invocar Oliveira, quando diz que, “As classes dominantes inventam parcerias com o Estado (...) como uma alternativa à disjuntiva Estado X Mercado” (1999, p.13). A questão que importa e que nos vem de Oliveira, em outro importante estudo sobre os “direitos do antivalor”, é a metamorfose dos fundos públicos em pressuposto do processo de reprodução ampliada do capital.

(...) a mudança mais recente das relações do fundo público com os capitais particulares e com a reprodução da força de trabalho representa uma ‘revolução copernicana’. Para resumir uma tese que se desdobrará ao longo deste ensaio, o fundo público é agora um *ex-ante* das condições de reprodução de cada capital particular e das condições de vida, em lugar de seu caráter *ex-post*, típico do capitalismo concorrencial. Ele é a referência *pressuposta* principal, que no jargão de hoje, sinaliza as possibilidades de reprodução. Ele existe ‘em abstrato’ antes de existir de fato (...). (Oliveira, 1998, p.21).

O que podemos perceber em Mucuri, em seu “modelo de *Welfare State*”, é que o discurso se reveste da palavra supostamente mágica de “parcerias”, pela qual o setor público se vincula à Bahia Sul e que, no limite, joga os grupos sociais excluídos para um campo de conflitos sociais e para o “pior dos mundos”. Sem o Estado para proteger a função de reprodução da força-de-trabalho (ou dos trabalhadores despejados da fábrica), e sem a

empresa para garantir direitos socioambientais, os excluídos ainda se defrontam com ameaças de demissões e retaliações sobre os outros trabalhadores formalmente inseridos na empresa.

É neste quadro, brevemente apontado, que faz sentido a introdução de um novo paradigma ambiental pautado pela “construção da cidadania e da democracia em um grande processo de democratização a partir dos dominados de toda a espécie” (Oliveira, 1999, p.9). Para além da dependência da técnica, da tecnologia, da interdisciplinariedade entre as ciências, a questão é, fundamentalmente, política.

O poder público aparece como fomentador da infra-estrutura – com os recursos dos cidadãos –, receptor dos impostos e distribuidor dos benefícios sociais através de políticas públicas. Sempre? Depende! O que vimos em nossa pesquisa de campo em Mucuri não nos dá tanta certeza da função social do poder público e nos deixou também intrigados sobre o fenômeno da parceria entre poder público e empresa, pois parte da parceria é coberta com recursos também públicos. Francisco de Oliveira (1999, p.13) é claríssimo quando diz que “As classes dominantes inventam parcerias com o Estado (...) como uma alternativa à disjuntiva Estado x Mercado”. O que ocorre neste *Welfare State* em Mucuri (*sic*) é que as parcerias podem conduzir a um bloqueio dos movimentos sociais, pois parte do setor público está ligado à empresa pelas parcerias, ou seja, uma ação enérgica contra a empresa – pela força das pressões populares – pode levar ao cancelamento da parceria. Os mais necessitados perderiam duplamente: sem Estado e sem o apoio da empresa ou, até no limite, com demissões de trabalhadores em retaliação às pressões sociais.

Neste quadro, o surgimento de um novo paradigma socioambiental necessitará da “construção da cidadania (...) e da democracia (...) em um grande processo de democratização (...) a partir dos dominados de toda a espécie (...)” (Oliveira, 1999, p.9) criando cada espaço e avançando para a criação de novos espaços onde sua voz possa ser ouvida e sua participação

seja efetiva. Dependerá da técnica, da tecnologia, da interdisciplinaridade entre as ciências e, também e essencialmente, das relações políticas.

1.1 Política industrial, meio ambiente e riscos ambientais

Maior qualidade ambiental, mais justiça e respeito pela vida humana são um mesmo conceito, um mesmo objetivo. (Marina Silva, ministra do Meio Ambiente).

É possível produzir sem poluir? As novas tecnologias podem nos garantir mais produção com menos impactos ambientais? Quais os impactos socioambientais do atual modelo de produção? O Estado pode aprofundar ou minimizar os impactos ambientais através da legislação, de políticas de planejamento industrial e ambiental?

Poderíamos remeter estas questões, inicialmente, à metáfora do presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva anunciando que entraremos no “(...) espetáculo do crescimento do PIB a partir do mês de julho (...)”⁶⁰. Nosso questionamento é se esse ímpeto por mais produção se constitui na senha para minimizar ou neutralizar os avanços já conseguidos na preservação ambiental e se esta obsessão pelo aumento da produção não acarretará em violentos impactos ambientais negativos.

Alguns autores entendem que, no sistema capitalista, reduzir os níveis de produção e dar atenção específica ao meio ambiente é absolutamente impossível, dada a dinâmica interna do próprio sistema, que se baseia na apropriação do lucro privado e minimiza e/ou não contabiliza os custos externos decorrentes da ação sobre o meio ambiente e sobre o uso dos recursos naturais e não-renováveis. Neste caso, não haveria qualquer opção por parte do sistema capitalista em vigor.

⁶⁰ **Valor Econômico**. Primeiro Caderno, 27 jun. 2003. Textualmente o presidente disse que “Estou convencido que esse mês vai começar aquilo que não fizemos antes. E não fizemos antes porque tínhamos responsabilidade”. Segundo o Jornal, “Do presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Luiz Marinho, Lula ouviu a cobrança pelo crescimento econômico para diminuir o desemprego”.

Cientistas, segmentos empresariais e uma grande parte da população entende - os primeiros, por enfatizarem o papel predominante da ciência; os segundos, por acreditarem nas inovações tecnológicas e os últimos, por ligarem a fábrica com o emprego – que, com o auxílio das modernas tecnologias de processo de produção, de gestão ambiental e de controle ambiental, os impactos serão minimizados ao extremo, podendo compatibilizar meio ambiente com produção mais limpa e com menor degradação ambiental.

As sociedades denominadas desenvolvidas e que se erguem como referência em termos de progresso e de tecnologia, definiram que o padrão de desenvolvimento estaria ligado ao consumo em larga escala de bens e serviços, independente dos níveis de pressão sobre a natureza e do esgotamento dos recursos naturais, mesmo sem levar em consideração os respectivos custos e passivos ambientais daí decorrentes. Penteado (2003, p.13) aprofunda esta constatação, afirmando que “(...) o meio ambiente e a sociedade estão sendo tratados no mundo em desenvolvimento com a mesma falta de cuidado dos países ricos, e a raiz desse comportamento está não apenas nas teorias econômicas dominantes, mas no seu principal resultado prático: a obsessão cega pelo crescimento infinito”.

A partir desse processo, desenvolve-se uma velocidade do crescimento da produção que, em tese, deveria ser acompanhada pela natureza na oferta de matérias-primas e recursos naturais compatíveis com esta “obsessão cega” pelo crescimento a qualquer custo⁶¹. O rápido agravamento dos problemas ambientais e sociais – entre eles, o rápido e enorme crescimento demográfico - já é claramente admitido em escala mundial e encontra-se amparado em uma falta de ações concretas de longa envergadura de projetos alternativos ao modelo vigente que altera substancial e radicalmente a produção, o uso dos recursos naturais, o consumo, e tenha em vista as gerações futuras.

⁶¹ “O PIB mundial saltou US\$ 6 trilhões em 1950 para US\$ 43 trilhões em 2000. No ano de 2000, as atividades humanas expandiram-se mais que durante cem anos, isto é entre 1801-1899”, (PENTEADO, 2003, p.22)

Em uma visão crítica, Leis (2001) aponta a contradição dos pressupostos do mercado liberal que, assumindo o discurso da racionalidade econômica quanto à decisão dos agentes produtores na alocação ótima dos recursos escassos, “(...) no nível econômico aumenta a ordem, por meio de uma melhor utilização dos recursos existentes na escala global (...)” mas que conduz “(...) a humanidade em um futuro incerto, embora comum a todos (...)” e, como resultante, apresenta “(...) no nível socioambiental (...) a desordem e prejudica a governabilidade, dado o aumento da degradação ecológica do planeta muito além da capacidade dos governos de controlá-la”.

Para Penteado (2003, p.15):

A sociedade e o meio ambiente estão amparados na mesma insustentabilidade criada pelas principais correntes da Teoria Econômica e pelas políticas implementadas pelos nossos governos. A humanidade está a caminho de uma evidente insustentabilidade socioambiental, definida aqui como uma severa restrição física aos atuais sistemas econômicos, ligada à exaustão dos recursos naturais e ao esfacelamento dos ecossistemas.

Um enfoque importante é o fato de a Teoria Econômica ter dominado o cenário tanto do ponto de vista teórico quanto do ponto de vista ideológico. Uma crítica contundente é disparada neste sentido, pois

(...) a partir de um determinado ponto, as teorias econômicas alcançaram um status suficientemente elevado para ditar as medidas necessárias em torno desse crescimento econômico. Dessa forma, os custos ambientais no corpo teórico hegemônico nunca foram e nem nunca serão relevantes e as nossas vidas também. (Penteado, 2003, p.17)

Para este autor, o centro do problema entre o meio ambiente e o crescimento econômico é dado pela rigidez da idéia entre crescimento incompatível com as leis da natureza pois “A idéia dominante que continua sendo seguida por todos é a da salvação social através do crescimento a qualquer custo, como se as leis da Economia dominassem as leis da natureza e como se esse crescimento fosse o único meio de trazer bem-estar à humanidade”.

Forma-se, assim, uma visão estreita de que a natureza deva e possa seguir a mesma velocidade que o capital aplica e imprime à produção e ao consumo em alta escala, embora a produção e o bem-estar social estejam restritos aos países ricos e desenvolvidos e aos participantes das ilhas de prosperidade e consumo nos países em desenvolvimento.

A partir da década de 1970, estudos científicos publicados e divulgados, por movimentos sociais, ONGs, e rede de entidades de defesa do meio ambiente, começam a colocar no centro do debate a “(..) fragilidade socioambiental como uma limitação do atual modelo de crescimento econômico vigente”. (PENTEADO, 2003, p. 14)

Certamente, a Conferência Mundial do Meio Ambiente - Eco-92⁶² representou um momento significativo neste processo dinâmico que avança e ganha força, embora de modo não generalizado e na mesma velocidade em os problemas ambientais aparecem e são percebidos, estudados e divulgados pela comunidade científica.

Percebe-se, de um modo geral, que o poder público legisla e atua na área ambiental, ao mesmo tempo em que o setor produtivo faz pressões para que esta legislação seja a menor possível⁶³. Em alguns casos a comunidade onde será instalada uma unidade de produção pode avançar no sentido de uma discussão dos impactos socioambientais. As empresas aplicam conceitos e utilizam normas de proteção e gestão ambiental, mas estas ações ficam circunscritas às questões dos custos de produção e à pressão dos respectivos mercados – maior pressão exercida pelos mercados dos países desenvolvidos - pois investimentos em tecnologia, processos e proteção ambiental representam custos de produção no curto prazo, embora, no longo prazo, representem minimização dos impactos ambientais e qualidade de vida. O caso mais gritante, neste momento, é o da relação entre as opções “meio ambiente” e “geração de emprego”. Neste caso haveria um *trade-off* a favor do aumento de emprego

⁶² Realizada em 1992, no Rio de Janeiro, Brasil, aprovou a Agenda 21 que foi assinada por 170 países que se comprometeram a promover o desenvolvimento sustentável e melhorar a qualidade de vida no planeta. SANDRONI, P. **Novíssimo Dicionário de Economia**, 2004, p.. 17.

⁶³ O setor empresarial pode preferir adotar normas internacionais (ISO 9000 e 14000, OHSAS 18001, IFC etc.) pelo efeito de livre adesão.

(situação positiva) com uma redução do controle dos impactos socioambientais (situação negativa). Com a escassez de empregos (que já é estrutural no Brasil, a partir de 1980), a questão ambiental pode ser deixada de lado. Somente um novo paradigma de produção, tecnologia, consumo e sustentabilidade socioambiental, isto é, uma visão global destas relações – apoiada pela ciência, conduzida por políticas industriais e discutida politicamente pela sociedade – poderia ajudar a manter e a avançar as conquistas já alcançadas nas questões ambientais e promover um novo mercado de emprego.

Quanto a uma saída para a gravíssima crise entre meio ambiente, desenvolvimento sócio-econômico e crescimento econômico, Martins (2001, p. 97) apresenta uma reflexão, apontando uma alternativa para o grave problema da relação entre meio ambiente e crescimento econômico. Segundo ele seria possível “(...) a construção de uma política ecoindustrial (...) que poderia se tornar um instrumento de política pública para alcançar uma sociedade sustentável”. Já Penteado (2003, p.29) salienta a primazia da Ecologia, pois “É urgente o entendimento que a Ecologia é dominante sobre a Economia e, enquanto a análise ambiental for marginal e secundária, não há como manter o atual progresso humano na Terra”.

A partir da Revolução Industrial (1750), o modo de produção capitalista-industrial foi se espalhando dos países que adotaram as técnicas industriais, em um primeiro momento, para os demais países. Os primeiros países foram referenciados como “industrializados” enquanto os demais como “em vias de industrialização”⁶⁴.

A inserção de cada país neste modelo de produção ocorreu diferentemente ao longo do tempo e em função de condições históricas e geográficas diferentes. Um conjunto de

⁶⁴ A literatura sobre a denominação dos países não-industrializados é bastante rica. Envolve termos pejorativos como “atrasados” ou expressões vazias como “emergentes”. Integram a lista de países emergentes: África do Sul, Argentina, **Brasil**, Bulgária, Colômbia, Egito, Equador, Filipinas, Marrocos, México, Nigéria, Panamá, Peru, Polônia, Rússia, Turquia, Ucrânia, Venezuela conforme a classificação do JP Morgan, banco norte-americano, que mede o indicador ‘risco-país’ que reflete o interesse de investidores estrangeiros pelos títulos da dívida de um governo. Folha de S. Paulo, 06 jan. 2005, B-4.

fatores como os recursos naturais, os recursos humanos, a educação, a pesquisa pura e aplicada, os investimentos (públicos ou privados) em infra-estrutura, a competição no mercado externo, as políticas macroeconômicas internas etc, desencadearam formas e mecanismos assimétricos de distribuição de ganhos ou perdas entre os países e entre as regiões de cada país.

No Brasil, a industrialização (a partir de 1930) vai ter como característica central o papel do Estado como planejador, produtor e indutor de investimentos. Neste período inicial, as questões relativas ao meio ambiente e aos impactos socioambientais ficaram em plano secundário. O Estado, como planejador, passa a ter como referência a organização dos fatores de produção, a fixação de metas a serem atingidas e os controles de aferição dos resultados. Nesta direção vai exercer sua função de planejador na economia brasileira, essencialmente após a Grande Depressão de 1929 que afetou o setor exportador cafeeiro e deu início ao processo de industrialização retardatária. Embora o modelo liberal da economia capitalista rejeite a ação de intervenção do Estado na economia, no Brasil essa ação foi determinante e essencial. A concepção da política industrial realizada pelo Governo partiu dos grandes eixos macroeconômicos que orientavam as ações e as opções desta política, tendo como exemplo mais claro e contundente o Plano de Metas⁶⁵.

Certamente, a política industrial apresenta relação de interdependência com as demais políticas. A Política Macroeconômica é central e determinante na elaboração do planejamento pois ela opera no mais alto nível de agregação das variáveis. Fazem parte do conjunto de sub-políticas a serem executadas a Política Industrial (com as Metas Setoriais); a Política de Ciência & Tecnologia (com os recursos humanos altamente qualificados e com os institutos

⁶⁵ A literatura sobre planejamento pelo Estado é vasta. O Plano de Metas foi constituído como um planejamento nos níveis econômico, social e de infra-estrutura adotado e implementado por Juscelino Kubitschek no período de 1956-1960. No período de 1972-1979 foram idealizados os Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND I e II), baseado no conceito “segurança e desenvolvimento”. Com a crise externa, o II PND foi realizado parcialmente.

de pesquisas e universidades de ponta); o montante disponível de recursos para investimento em infra-estrutura (recursos do Estado, das empresas privadas nacionais e estrangeiras e demais fontes de financiamento) e as Políticas Instrumentais como o Comércio Exterior, legislação, meio ambiente etc., enquanto elementos constitutivos da Política Macroeconômica.

Do ponto de vista histórico, o grande eixo do planejamento do Estado não continha como elemento central e determinante a questão ambiental e seus impactos socioambientais. Estas questões apareciam como um elemento no conjunto do planejamento. Mas não era apenas o Estado que negligenciava a questão ambiental.

No setor de papel e celulose o caso mais conhecido de desrespeito total ao meio ambiente e, em contrapartida, de uma ação e reação da comunidade é o caso da Indústria de Celulose Borregaard⁶⁶, em Guaíba/RS. A Borregaard, a uma empresa norueguesa que tinha entre seus sócios o governo brasileiro através do BNDES, construiu a fábrica em Guaíba. Lançava oito toneladas de poluentes no ar, entre os quais o gás sulfídrico. Para reagir a este estado de calamidade, foi criada a Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (Agapan) tendo como seu fundador José Lutzenberger. Esta luta ganhou conotações ideológicas, pois os militares questionavam a ação da Agapan e, principalmente, de seu líder. A própria FIESP se colocou contra a entidade e sua luta. A Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul abriu uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar os danos ambientais. O resultado da CPI orientou a suspensão das atividades da fábrica, o aperfeiçoamento do controle de poluição, a reformulação das políticas de reflorestamento e a nacionalização do capital, entre outros. Em 1975, 95% do capital da empresa foi nacionalizado e a empresa trocou de nome para Rio Grande Companhia de Celulose do Sul Ltda, Riocell.

⁶⁶ ALMEIDA, Fernando. **O bom negócio da sustentabilidade**. p. 34-36.

Pelo relato deste caso emblemático, duas lições podem ser tiradas: uma empresa norueguesa implanta uma fábrica altamente poluente cujo sócio é o próprio governo brasileiro – demonstrando todo o descuido com o meio ambiente e a saúde pública. A comunidade e o Poder Legislativo exercem seus direitos de ação para, neste caso, conseguirem um resultado a favor do meio ambiente e da vida.

Pelas considerações desenvolvidas podemos entender que a questão ambiental deverá ser o elemento central de uma (nova) política industrial⁶⁷ no Brasil. No planejamento estratégico do Estado, a questão ambiental será determinante na estrutura deste novo modelo de aliar sustentabilidade socioambiental com crescimento da produção e um nível de consumo responsável. A concessão de financiamento com recursos públicos deverá ter como exigência a otimização da relação de menor impacto ambiental. Os recursos financeiros privados nacionais ou internacionais deverão se guiar pela relação de benefício na alocação dos recursos escassos e, portanto, face às exigências dos investidores e dos consumidores, a minimização dos impactos socioambientais negativos. As pesquisas em ciência e tecnologia deverão centrar seus esforços na descoberta de processos produtivos de menor impacto sobre o meio ambiente, não só na fábrica em si, mas em toda a cadeia produtiva, inclusive no setor de transporte. Os cálculos econômicos e as análises contábeis deverão levar em conta os custos de utilização dos recursos renováveis e não-renováveis e os passivos ambientais gerados na determinação dos custos de produção.

Apenas para deixar referenciada uma articulação da política ecoindustrial⁶⁸, Martins (2001) destaca nove itens considerados fundamentais para uma nova política industrial, sob a coordenação do Governo. Resumidamente, estas são as ações citadas pelo autor: estabelecer

⁶⁷ A expressão (nova) política industrial, que estamos utilizando, refere-se à possibilidade de sua constituição no governo Luiz Inácio Lula da Silva. Neste particular, o Ministério do Meio Ambiente terá um papel muito importante, na medida em que sua participação foi efetiva quanto ao desenho desta política.

⁶⁸ SACHS, Ignacy em **Caminhos para desenvolvimento sustentável**. 2002, p. 47-64 nos oferece um relato sobre as alternativas para um novo desenvolvimento. Cita o denominado *caminho do meio* (Declaração de Cocoyoc, 1975) que não adota as teses da abundância (*the cornucopians*) ou as teses dos catastrofistas (*doomsayers*).

uma visão estratégica: ação do governo como catalisador de um processo de longo prazo e o desenvolvimento de um planejamento ambiental voltado para a sustentabilidade; administração da mudança estrutural: administrar as mudanças, pois alguns setores se tornarão obsoletos e novos setores serão criados; circular industrial *ecosystems*: o resíduo do processo produtivo deve ser matéria-prima em outro processo produtivo com a minimização dos impactos ambientais e a maximização da eficiência ambiental; produtos para suprir necessidades: a ênfase é dada pela produção de produtos necessários e sustentáveis; capacitação de recursos humanos: as questões ambientais fazem parte do processo de educação, incluindo a necessidade da educação do consumidor; acesso a decisões e contabilidade das empresas: passa a ser um direito do trabalhador e do cidadão; mecanismos de mercado para a transformação industrial: através de mecanismos de preços e impostos reduzir as atividades ambientalmente insustentáveis. Novo desenvolvimento tecnológico: investimento maciço em tecnologias que promovam a sustentabilidade e a redução dos riscos; fomento à subsistência sustentável: geração de empregos e oportunidades no campo. Quanto aos processos industriais, o autor menciona a formação de eco-industrial *parks*, ao afirmar que “Os processos industriais deverão ser fechados e limpos, a fim de não gerarem substâncias tóxicas ou de difícil biodegradação, quer no processo produtivo, quer durante seu consumo. Os resíduos devem ser empregados como matérias-primas de outros processos produtivos, inclusive tendo esta característica como central na concepção dos parques industriais (Eco-industrial Parks). Conclui apontando para um conjunto de princípios e práticas que norteariam o uso de resíduos e de lixo, assim os “(...) resíduos e o lixo decorrentes do processo industrial deverão se balizar pelo seguintes princípios, assim colocados em ordem de prioridades: evitar; reutilizar; reciclar; eliminar” .

No atual estágio do capitalismo financeiro circunscrito ao modelo neoliberal, a Política Industrial poderá ser direcionada em grande parte ao atendimento das necessidades do fluxo

de dólares para fazer frente ao pagamento dos juros e do principal da dívida externa. Neste particular, todo o esforço para a preservação do meio ambiente, todo o conhecimento acumulado pelas comunidades locais e toda a luta ambiental poderão ser desprezados ou minimizados sob o argumento da necessidade do aumento do fluxo de recursos em dólares. Se isto ocorrer esta opção reduziria todos os ganhos na preservação ambiental.

Não estamos afirmando que as leis ambientais serão abandonadas. Estamos colocando o tema – nova política ambiental e crescimento urgente da produção – sob a luz de opções de curto prazo, ou seja, as decisões do momento dentro de um quadro referencial de agilidade para responder a desafios contraditórios.

Neste particular, as decisões da Política Industrial ficariam subordinadas às decisões da Política Macroeconômica levando, portanto, ao paradoxo de a implantação de novas indústrias aumentarem os impactos negativos, a saber: aumento dos riscos e de novos impactos socioambientais (derivados da expansão das indústrias), aumento no consumo dos recursos naturais renováveis e não-renováveis, aumento das externalidades negativas, aumento nas importações de bens de capital⁶⁹ com a conseqüente subordinação tecnológica embutida nestes bens.⁷⁰

Resumidamente, mais indústrias gerariam mais dólares e mais empregos, mais impostos (federais, estaduais e municipais), um aumento no PIB, uma possível melhoria no desenvolvimento sócio-econômico e, é claro, ganhos eleitorais em todos os níveis, pois

⁶⁹ Em um primeiro momento haverá necessidade de contrair empréstimos em dólares para o financiamento das importações dos bens de capital (máquinas). Quando a fábrica começar a exportar e receber suas receitas em dólares, os empréstimos serão pagos. Há, portanto, um desequilíbrio de fluxo de caixa que no médio e longo prazos, retornará ao equilíbrio. É evidente que os níveis de competição e de crescimento do PIB do mercado internacional determinarão o resultado final (ganhos ou perdas) que se refletirá no saldo da Balança Comercial e nas demais contas do Balanço de Pagamentos.

⁷⁰ Na importação de bens de capital há uma descapitalização do processo de desenvolvimento de tecnologia no país. As máquinas são compradas dentro de um pacote que prevê uma carência de tempo para que os engenheiros nacionais tenham acesso ao equipamento. Isto cria um processo de subordinação tecnológica que é inconsistente com a necessidade de desenvolvimento de um país que pretende formar uma plataforma de conhecimento e desenvolvimento e de qualificação de seus pesquisadores.

nenhum político aceita o desemprego como um elemento do sistema capitalista embora, na verdade, seja um componente cada vez mais estrutural no sistema capitalista.

Para que possamos sair deste paradoxo, reduzindo os itens negativos já citados, a nova Política Industrial deveria ter como eixo central a predominância da questão ambiental e, correlatamente, o atendimento ao mercado interno (uma prioridade essencial), a geração de tecnologia nacional (poupadora de nossos recursos renováveis e não-renováveis), os ganhos de produtividade e eficiência que reduzam as demandas por matérias-primas, o menor grau possível de impacto ambiental, a fixação de uma política comercial exterior que acentue a preservação do meio ambiente como diferencial de mercado, entre outras.

Mas não podemos ser ingênuos a ponto de pensar que esta nova política industrial seria implantada pacificamente. Os atores sociais (empresários, comunidades, setor público etc.) entrariam em um grande conflito político determinado posições sobre uma agenda de sustentabilidade. O discurso do capital seria de que os grandes investimentos em preservação ambiental inter-relacionados com uma forte legislação ambiental afetariam os lucros de suas atividades e, no limite, dariam ao setor público mais espaço para regular as atividades de mercado; as comunidades envolvidas pressionariam por um desenvolvimento sustentável que preservasse sua cultura e técnica mas que permitisse acesso aos padrões de desenvolvimento; o setor público com sua dupla função de promover o desenvolvimento sustentável e de ampliar o mercado de trabalho ficaria ora refém dos empresários ora refém das comunidades. Haveria necessidade, portanto, de encontrar um espaço e, por consenso, elaborar uma agenda para a implantação do desenvolvimento sustentável.

Dentro de um aspecto mais ligado às questões das políticas públicas, a ministra Marina Silva⁷¹ entende que “As decisões políticas não podem ser tomadas com base em deduções, mas em informações precisas”. E, assim relata que, “(...) com o governo do Partido dos

⁷¹ Refere-se ao texto Meio ambiente: preparando a mudança. **Folha de S. Paulo**. 05 jun. 2003. p. A-3.

Trabalhadores, o componente ambiental chega ao cerne do poder público e que essa expectativa traz a vontade de transformá-la em realidade”.

Ao especificar que o componente ambiental do desenvolvimento econômico deve ser alcançado, a Ministra fixa parâmetros para a conjugação do esperado crescimento e desenvolvimento, quando afirma que:

Só é possível desenvolvimento econômico, social, ético e cultural se olharmos o meio ambiente e os recursos naturais como oportunidades a serem aproveitadas com sabedoria e cuidado. Os recursos naturais no Brasil são abundantes, mas não são infinitos (o princípio da escassez). Ou estabelecemos esse consenso ou transferimos aos nossos filhos um mundo ainda mais violento e poluído .

Ao se referir à questão da tecnologia nos processos de produção, Marina Silva afirma que “(...) pesquisamos novas tecnologias para torná-las mais rigorosas e eficientes”. Neste sentido podemos refletir sobre uma questão de alta complexidade, pois não se pode negar que nas novas tecnologias há sempre um grau de risco implícito que pode gerar impactos negativos – de curto, médio e longo prazo - sobre o meio ambiente, os ecossistemas, a saúde pública etc. Pode-se até levantar a hipótese dos pesquisadores não terem nenhum conhecimento prévio sobre ações mitigadoras para serem colocadas em prática.

Reafirmando a política de desenvolvimento do governo comprometida com um ambiente sustentável e acrescentando a novidade da inclusão social, Marina Silva⁷² informa que no Plano Plurianual 2004-2007 uma das cinco exigências é a do “(...) crescimento ambientalmente sustentável”. E afirma que “Isso significa que o governo quer tornar a qualidade ambiental um critério para o novo ciclo de desenvolvimento com inclusão social”.

Recuperando historicamente as formas de modelo de desenvolvimento e apontando para um novo modelo, Maglio (1995, p. 93-94) faz referência a três modelos de desenvolvimento e os relaciona com a temática ambiental. São eles o hiperdesenvolvimento, o

⁷²SILVA, Marina: Meio ambiente: preparando a mudança. **Folha de S. Paulo**. 05 jun. 2003, p. A-3.

desenvolvimento atenuado e o desenvolvimento sustentável. O modelo intitulado de hiperdesenvolvimento refere-se a um processo de:

(...) desenvolvimento econômico a qualquer custo, ainda que concentrando renda e destruindo os recursos naturais. Não existem considerações sobre a valorização econômica dos recursos naturais. Nessas condições não há interesse em legislação ambiental e, conseqüentemente, não existe um sistema de gestão ambiental institucionalizado.

Podemos perceber neste primeiro modelo a forma pela qual a economia brasileira se desenvolveu até o início dos anos 80, passando pelo desenvolvimentismo⁷³ e pelo “milagre” econômico⁷⁴. Portanto podemos afirmar que, embora já existisse uma legislação ambiental, não havia uma política de gestão e nem a preocupação das grandes empresas em aplicar procedimentos ambientais. Talvez a expressão “chaminé é sinônimo de progresso” seja a mais adequada a esse período.

O segundo modelo, denominado por Maglio de *desenvolvimento atenuado* está condicionado em face do estágio de desenvolvimento das forças produtivas do país; porém a relação com o ambiente ainda é desbalanceada. A gestão ambiental é baseada em alguns controles ambientais, a partir de análise setorial por meios (ar, água e solo). “O sistema de gestão ambiental é parcial e não incide sobre as políticas setoriais. As ações são setorizadas (...)”. (Maglio, 1995, p.94)

A análise do autor apresenta um significado importante, pois demonstra o relativo avanço ocorrido a partir do final da década de 1980, principalmente quando o tema meio ambiente vai ganhando espaço na legislação de vários países desenvolvidos, nos principais organismos internacionais, nos estudos das universidades e institutos de pesquisas, nos

⁷³ O desenvolvimentismo se refere a uma “Ideologia que identifica o fenômeno do desenvolvimento a um processo de industrialização, de aumento de renda por habitante e da taxa de crescimento”. É característico do governo Juscelino Kubitschek (1956-1960) tendo como guia o Plano de Metas nas áreas econômica, social e de infra-estrutura. . SANDRONI, P. **Novíssimo Dicionário de Economia**, 2004, p. 169.

⁷⁴ O “milagre” econômico refere-se ao período de 1968 – 1974 quando a economia apresentou altos índices de crescimento econômico, inflação baixa e alto índice de emprego. SANDRONI, P. **Novíssimo Dicionário de Economia**, 2004, p. 159.

movimentos ambientais e, no Brasil, a partir da Constituição Federal de 05 out. 1988. Isto, sem esquecer da legislação anterior que já sinalizava para o cuidado ambiental.

O *desenvolvimento sustentável* refere-se ao terceiro item do modelo desenvolvido pelo autor que enfatiza:

As relações entre ambiente e desenvolvimento estão integradas ... as políticas de desenvolvimento e o planejamento integrado das atividades setoriais levam em conta os limites colocados pela renovação dos recursos naturais, os padrões ambientais são estabelecidos biologicamente. A análise ambiental é globalizante, baseada no enfoque holístico, e o sistema de gestão é descentralizado com participação da sociedade. (MAGLIO, 1995, p.93-94).

Este modelo está sendo desenvolvido atualmente, com muita ênfase, no setor de celulose e papel. As novas tecnologias nos processos de produção, as políticas de gestão ambiental, a reciclagem, as pistas da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento de 1992 (Eco-92), a Agenda 21, a internacionalização das normas ISO (até mesmo funcionando como barreiras ao comércio internacional), a certificação florestal, a educação ambiental do consumidor, a educação ambiental em todos os níveis de ensino (Constituição Federal de 1988, artigo 225, inciso VI), a atuação do Ministério Público, o aumento das ONGs ambientais, o papel preponderante dos meios de comunicação social tanto na denúncia de desastres ambientais quanto na socialização de informações ambientais, o ilimitado espaço aberto pela Internet etc., nos levam a confirmar que o setor de papel e celulose está cada vez mais integrado ao processo de gestão ambiental. Sobra, sem dúvida, o problema específico do aumento da necessidade de plantação de eucalipto para permitir o aumento da produção.

Para termos uma idéia de como a questão do meio ambiente ganha força entre as empresas do setor de celulose e papel, o título da chamada do informe publicitário da

Votorantin Celulose e Papel (VCP)⁷⁵ estava assim redigido “A preservação do meio ambiente é um atitude cultivada pela VCP . Presente responsável. Futuro Sustentado”. No anúncio da expansão da produção da fábrica de Jacareí/São Paulo (aumento da produção para 1,5 milhão de toneladas anuais), a Votorantin Celulose e Papel (VCP) inseria a frase:

(...) a VCP está ampliando seu compromisso com a produção e a ecologia (...) que faz da VCP a maior reflorestadora do Estado de São Paulo, com mais de 3 milhões de mudas nativas cultivadas e plantadas todo ano. Com um área florestal que ocupa 176 mil hectares, a VCP resguarda 30% de área verde. Isto representa 50% a mais do que a legislação impõe” e, referindo-se à geração de empregos informa que (...) 1200 empregos permanentes, de forma direta e indireta serão gerados”. (**Folha de S. Paulo**, 18 ago. 2003, p. A-5).

Na mesma linha de informar à sociedade ações de preservação do meio ambiente, a Celulose Nipo-Brasileira (Cenibra) reserva 85 mil hectares de terras para preservação ambiental. Sua plantação de eucalipto ocupa uma área de 115 mil hectares⁷⁶.

Mário Higinio Leonel⁷⁷ disse em nota publicada na **Folha de S. Paulo** (4 abr. 2003, p. A-3) que:

(...) a indústria de celulose e papel se orgulha de não utilizar nenhuma árvore nativa para fabricar os seus produtos. A madeira que nossas empresas utilizam provém exclusivamente de eucaliptos e pinus de florestas industriais plantadas com essa finalidade (...) nossas fábricas reúnem três características fundamentais para a sustentabilidade: são recicláveis e reciclados, são rapidamente biodegradáveis e são produzidos a partir de matéria-prima natural e renovável.

1.2 Impactos socioambientais

O EIA refere-se, segundo Milaré (2002, p.51) à “(...) compatibilização desenvolvimento-proteção ambiental (...) a ser elaborado antes da instalação de obra ou

⁷⁵ **Revista O Papel**. Ano LXVI – n. 1, jan. 2005, p. 57-58.

⁷⁶ **Gazeta Mercantil**, 22 jul. 2003, A-11.

⁷⁷ Diretor Executivo da Associação Brasileira de Celulose e Papel – Bracelpa.

atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente” Para o autor “O EIA é absolutamente técnico e multidisciplinar; o RIMA é um instrumento de comunicação à comunidade”.

No Brasil⁷⁸, a legislação ambiental teve início em 1973 com a Secretaria do Meio Ambiente (SEMA), como resultado da participação brasileira na Conferência de Estocolmo (1972). Neste período têm início pesquisas e estudos referentes aos impactos ambientais. Como salientam Sobral E Charles (200, p. 89-90) “Muitas vezes, cientistas brasileiros, organizações externas de ajuda ao desenvolvimento e organizações de proteção ambiental levantaram grandes dúvidas quanto ao impacto ambiental de projetos e manifestavam claramente suas preocupações”. Neste contexto de uma preocupação já em curso com as questões ambientais “(...) o Banco Mundial passou, em 1972, a exigir, pela primeira vez, um EIA como exigência para liberação de créditos. Mais tarde, o EIA passou a ser exigido pelas autoridades do meio ambiente, em alguns poucos Estados (...)”.

Introduzido no Brasil pela Lei 6803, de 02 de julho de 1980, o EIA foi inspirado na legislação norte-americana: *National Environmental Policy Act* – NEPA, de 1969.

A legislação brasileira⁷⁹ contemplada nesta lei “(...) dispõe sobre as diretrizes básicas para o zoneamento industrial nas áreas críticas de poluição”.

Neste texto legal, embora represente um avanço, faltam elementos dinamizadores e abrangentes quanto à questão ambiental em uma sociedade que, desde o início de sua colonização, sofreu e imprimiu uma grande destruição ao seu meio ambiente.

⁷⁸ Para uma visão bem resumida da história do ambientalismo ver: Fernando Almeida. Começa a caminhada para o verde, p. 27-36. Segundo o autor “(...) desde a primeira década do século XIX já existia uma preocupação com questões ambientais como, quando os cursos d’água da cidade do Rio de Janeiro minguaram por causa do desmatamento do maciço da Tijuca.”.

⁷⁹ Apenas para conhecimento, a legislação brasileira de proteção ambiental vem de longa data: Código de Águas (1934), Código Florestal (1934), Código de Pesca (1938), Estatuto da Terra (1964) e Código de caça (1967).

Em 31 de agosto de 1981, foi promulgada a Lei n. 6938 que trata da Política Nacional do Meio Ambiente. Esta lei, fruto da mobilização social e da ação do movimento ambientalista, vai expressar novas funções para o EIA que agora:

(...) é erigido à categoria de instrumento da política nacional do meio ambiente sem qualquer condicionante, já que exigível tanto nos projetos públicos quanto nos particulares, industriais e não-industriais, urbanos ou rurais, em áreas de poluição consideradas críticas ou não (...) importante instrumento de planejamento e controle ambiental' que considera "o meio ambiente na tomada de decisões". (MILARÉ, 2002, p. 56).

Até a obrigatoriedade do EIA no sistema legal brasileiro, as grandes obras eram realizadas "(...) sem um acurado estudo de seus impactos locais e regionais, com o que se perdiam ou se comprometiam, não raro, importantes ecossistemas e enormes bancos genéticos da natureza". O EIA tem por objetivo central "(...) evitar que um projeto (obra ou atividade), justificável sob o prisma econômico ou em relação aos interesses imediatos de seu proponente, se revele nefasto ou catastrófico para o meio ambiente (...) valoriza-se a máxima : é melhor prevenir do que remediar". (MILARÉ, p.52-53)

Para Sobral e Charles (2002, p. 91) três elementos aparecem na elaboração do EIA, a saber: "os problemas ecológicos, os problemas socioeconômicos, apresentação dos efeitos ambientais do projeto". São estes três grandes eixos que sinalizam toda a operação de montagem do EIA: a necessidade de interdisciplinaridade para o aprofundamento do estudo e construção do documento final, a apresentação das questões referentes às mudanças sociais e econômicas geradas a partir do desenvolvimento do projeto e a informação presente sobre os efeitos futuros do projeto na localidade, na região e no âmbito mais geral.

Neste foco, após a elaboração do EIA, os agentes envolvidos podem discutir a partir de um centro de informações delineadas no RIMA.

Do ponto de vista jurídico⁸⁰, o Conselho Nacional do Meio Ambiente - Conama, respaldado pelo Decreto 88351/83 no seu artigo 48, baixou a Resolução n. 001 de 23 de janeiro de 1986 e estabeleceu “(...) definições, as responsabilidades, os critérios básicos e as diretrizes gerais para o uso e implementação da Avaliação de Impacto Ambiental (EIA) como um dos instrumentos da política nacional do Meio Ambiente”.

Um elemento importante na elaboração do EIA é especificado no artigo 7º. que trata de sua realização por equipe multidisciplinar independente do proponente, enquanto o artigo 8º. deita à responsabilidade do empreendedor as despesas e custos referentes à realização do estudo. (MILARÉ, 2002, p. 57). Seguindo o exposto pelo autor (2002, p.75) apresentamos resumidamente as Diretrizes e Conteúdo Mínimo do EIA⁸¹:

- I - Contemplar as alternativas tecnológicas e de localização do projeto, confrontando-as com a hipótese de sua não-execução;
- II - Identificar e avaliar sistematicamente os impactos ambientais gerados nas fases de implantação e operação da atividade;
- III - Definir os limites da área geográfica a ser direta ou indiretamente afetada pelos impactos, denominada área de influência do projeto, considerando-se, em todos os casos, a bacia hidrográfica na qual se localiza;
- IV - Considerar os planos e programas governamentais, propostos e em implantação na área de influência do projeto, e sua compatibilidade.

Da legislação referente ao conteúdo do EIA⁸², destacamos:

- I – Diagnóstico ambiental da área de influência do projeto;
- II – Análise dos impactos ambientais;
- III – Definição de medidas mitigadoras;
- IV - Programa de acompanhamento e monitoramento dos impactos ambientais.

⁸⁰ A abrangente legislação sobre o Meio Ambiente, EIA/RIMA etc. não é o eixo de discussão desta tese. As informações que estamos utilizando são aquelas que nos parecem mais próximas de nossa linha de pesquisa.

⁸¹ Resolução CONAMA n. 001/86, artigo 5º, incisos I, II, III e IV.

⁸² *Idem.* artigo 6º., incisos I, II, III e IV.

O Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) é o documento direcionado aos agentes que se envolvem com a discussão das questões ambientais. De forma e conteúdo mais acessível, o RIMA retratará os estudos técnicos contidos no EIA. Deverá ser elaborado cuidadosamente, contendo o conjunto de informações necessárias de forma clara, completa e em uma linguagem que possa ser compreendida pelos que o utilizarem.

Na resolução do CONAMA consta a composição do RIMA. Para os objetivos deste trabalho, apresentamos, resumidamente, o que deve constar no RIMA⁸³:

II – descrição do projeto e suas alternativas tecnológicas e locacionais, especificando para cada uma delas, nas fases de construção e operação, a área de influência, matérias-primas, mão-de-obra, fontes de energia, processos e técnicas operacionais, efluentes, emissões e resíduos, perdas de energia, empregos diretos e indiretos a serem gerados, relação custo/benefício do ônus e benefícios sociais/ambientais;

III - síntese do diagnóstico ambiental da área de influência do projeto;

IV – descrição dos impactos ambientais, considerando o projeto, as suas alternativas, os horizontes de tempo de incidência dos impactos e indicando os métodos, técnicas e critérios adotados para sua identificação, quantificação e interpretação;

VII – programa de acompanhamento e monitoramento dos impactos.

Tanto o EIA como o RIMA devem ficar disponíveis para a publicidade e a participação pública, através de audiências públicas⁸⁴; “expor aos interessados o conteúdo do produto em análise e do RIMA, dirimindo dúvidas e recolhendo dos presentes as críticas e sugestões a respeito”. Não se pode negar que a participação dos cidadãos interessados nas questões ambientais é, no processo democrático, um exercício pleno das liberdades e da corresponsabilidade na definição dos projetos industriais e sua cadeia produtiva e no questionamento dos impactos socioambientais com as respectivas ações mitigadoras. Evidentemente as discussões envolvendo o RIMA representam o momento e o espaço do conflito entre os diversos atores sociais. A expressão conflito tem por significado a discussão,

⁸³ *Idem.* 001/86, artigo 9º., parágrafo único.

⁸⁴ *Op. cit.* CONAMA 237/97, artigo 3º.

as perguntas, as provocações, as dúvidas, o questionamento etc. ao quadro técnico das empresas na busca de uma maior aferição do grau de risco e impactos conhecidos e previsíveis de acontecimentos na unidade de produção.

No setor de papel e celulose as questões colocadas para discussão vão desde o consumo, tratamento e reutilização de água na produção de celulose e de papel, os efluentes, o odor, as matérias-primas de risco (cloro, soda, ácido clorídrico, ácido sulfúrico, dióxido de cloro etc), a poluição causada pelo transporte sobre caminhões, o nível de ruído, o aumento da população local e os impactos sobre a geração de lixo e sobre o sistema de infra-estrutura, o consumo de energia elétrica, a extensão da plantação de eucalipto, as isenções dadas pelos três níveis de governo, o plano de emergência em caso de acidentes etc.

Para o poder público, principalmente para o governo municipal, a discussão do RIMA mostra o momento em que é necessário apresentar o Plano Diretor do município, sob pena de não se estabelecer as metas de orientação do crescimento e desenvolvimento urbano e rural, bem como suas áreas específicas. É o momento de mostrar à sociedade organizada sob quais condições a empresa se instalará no município. Aparecem, por necessidade legal, as isenções de impostos – no tempo e em renúncia fiscal – e a contrapartida em empregos e ações sociais. Toda a luta do governo local pode ser resumida à expressão “fábrica é progresso e emprego” tentando dissimular questões gravíssimas como a geração líquida de empregos e os respectivos salários que podem estar muito aquém da demanda local.

Evidentemente, o capital se apresentará como o grande benfeitor do município, mostrando-se como altamente competente na sua especialização, em suas tecnologias de ponta, na história de sucesso do setor, no reduzidíssimo nível de acidentes ambientais e do trabalho, na ação pró-ativa da gestão ambiental e da modernização do sistema de produção. Em uma expressão usual, “sem risco e com emprego”. Com a edição da Lei Federal 9605/98, a Lei de Crimes Ambientais, que pune sob a ótica penal, administrativa e civil, tanto a pessoa

física como a jurídica, Moreira dos Santos (2005) faz uma análise, concordando que a lei em si é muito importante para o ordenamento jurídico sobre o meio ambiente, porém foi introduzida em uma situação de celeuma e de falta de estrutura para sua aplicabilidade. Também se refere à ineficiência do setor estatal burocrático, assinalando que sua demora operacional e uma parafernália legislativa levam à incertezas o empreendedor, o investidor, e principalmente, o capital externo. Reconhece o papel do Ministério Público e credita às ONGs um importante papel ativo e formulador de políticas. Quanto à legislação municipal, a partir do Estatuto da Cidade, observa que há uma atual dificuldade, pois os municípios têm extrapolado sua competência jurídica.

Neste palco de discussões sobre o RIMA, as ONGs aparecem com seu quadro técnico e seu linguajar especializado. As ONGs realmente engajadas com as comunidades deveriam servir de mediadoras entre os discursos do capital com sua lógica asséptica, do governo com sua necessidade de gerar empregos, e das comunidades locais; muitas vezes, formadas por pessoas simples.

Deste embate, não precisa sair, necessariamente, como resposta local um “não à fábrica”, mas uma série de recomendações e protocolos que, já no curto prazo, estejam sinalizando a realidade entre o RIMA e a prática cotidiana da empresa. Cada RIMA poderia ter um grande protocolo local que serviria de base para um acompanhamento constante, sério, fiscalizador e pró-ativo entre o governo e as ONGs.

O artigo 11 da Resolução do CONAMA assim se refere à participação da sociedade

(...) Respeitando o sigilo industrial, assim solicitado e demonstrado pelo interessado, o RIMA será acessível ao público. Suas cópias permanecerão à disposição dos interessados nos centros de documentação da SEMA⁸⁵ e do órgão estadual de controle ambiental correspondente (...), e, (...) ao determinar a execução do estudo de impacto ambiental e apresentação do RIMA, o órgão estadual competente ou a SEMA ou, quando couber, o município, determinará o prazo de recebimento dos comentários a serem feitos pelos órgãos públicos e demais

⁸⁵ Secretaria Estadual do Meio Ambiente (SEMA)

interessados e, sempre que julgar necessário, promoverá a realização de audiência pública para informação sobre o projeto e seus impactos ambientais e discussão do EIA.

A própria formulação do EIA apresenta um tripé que obriga sua elaboração prévia por assessoria especializada e multidisciplinar. Embora a Constituição Federal de 1988, no artigo 225, inciso IV, afirme apenas sobre o EIA “(...) exigir, na forma da lei para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade (...)”. O Conama regulamentou a obrigatoriedade do EIA por assessoria especializada e multidisciplinar. Quanto ao RIMA, o Conama regulamentou a obrigatoriedade da elaboração e da consulta popular, bem como a transparência da decisão administrativa que poderá inclusive ser questionada na Justiça.

Desse modo, casos os EIAs obedecessem aos encaminhamentos dentro dos padrões definidos, pode-se supor a redução dos impactos ambientais e sociais no processo de produção e nas suas externalidades. Mas toda obra ou atividade humana é impactante. O menor grau possível de impacto é que deveria ser observado antes da aprovar a instalação do projeto. O controle da execução do projeto dentro das normas previstas e o acompanhamento e monitoramento das operações poderão resultar na mitigação dos elementos negativos que são intrínsecos aos processos de produção, mesmo com tecnologias de ponta. Estas, se minimizam elementos negativos dos processos anteriores, trazem riscos desconhecidos para o novo processo de produção.

Nardocci (1999, p. 1) diz que:

A sociedade atual é caracterizada por imensos instrumentais tecnológicos – nuclear, espacial eletrônico – sustentados por um domínio científico nunca antes visto. No entanto, defronta-se com um acentuado aumento de fontes potenciais de ameaça à vida no planeta”. Ou seja, a cada nova tecnologia, um novo risco e uma nova complexidade. Coerentemente, a autora afirma que “O impacto potencial do desenvolvimento e das mudanças no estilo de vida, bem como o aumento da sensibilidade para os perigos à saúde e segurança, têm colocado os riscos e a qualidade ambiental entre uma das maiores preocupações da sociedade atual.

Ao tratar da questão do risco na sociedade moderna, Giddens (1991, p.34) afirma que “O risco é a dinâmica mobilizadora de uma sociedade propensa à mudança, que deseja determinar seu próprio futuro em vez de confiá-lo à religião, à tradição ou aos caprichos da natureza”, porém, “Vivemos num mundo em que perigos criados por nós mesmos são tão ameaçadores, ou mais, quanto os que vêm de fora” (GIDDENS, 1991, p.44). Conclui afirmando que “Com muita frequência podemos precisar ser ousados, e não cautelosos, e apoiar a inovação científica (sem ela nem sequer saberíamos sobre esses riscos) ou outras formas de mudanças. Afinal, uma raiz do termo *risk* no original português significa *ousar*”. (GIDDENS, 1991, p.45)

Pode-se, então, admitir que o uso do EIA apontaria para os impactos e riscos na instalação de um projeto de produção e, ao questionar o projeto, os atores envolvidos desencadeariam uma luta política pela minimização e pelo conhecimento dos riscos envolvidos e pela mitigação dos impactos, para consentirem na instalação do projeto.

Um “impacto ambiental” é definido⁸⁶ como:

(...) qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetam: I. a saúde, a segurança e o bem-estar da população; II. as atividades sociais e econômicas; III. a biota⁸⁷;

IV. as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente; V. a qualidade dos recursos ambientais.

Interessante notar que o Conama refere-se a “(...) qualquer alteração das propriedades (...) permitindo que se entenda que não há nenhuma ação (...) causada por qualquer forma (...)” que não afete o ser humano e o meio ambiente. Portanto, “Qualificar e, quanto possível quantificar antecipadamente o impacto ambiental é o papel reservado ao EIA como suporte

⁸⁶ Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente - Conama, n. 001 de 23 de janeiro de 1986, artigo 1º.

⁸⁷ Biota: O conjunto da flora e da fauna de uma região. **Grande Dicionário Larousse Cultural da Língua Portuguesa**. São Paulo: Nova Cultural, 1999. p.44.

para um adequado planejamento de obras ou atividades relacionadas com o ambiente” (MILARÉ, 2002, p.54-55).

Para o autor é possível “qualificar o impacto ambiental” dado o avanço da ciência, da tecnologia, dos pesquisadores⁸⁸ e dos próprios processos de evolução das áreas envolvidas. No setor de celulose e papel, há claramente todo um desenvolvimento de pesquisas dos processos de produção de celulose, de produção de papel e, cada vez mais, investimentos e pesquisas na produção de eucalipto, tendo em vista que o eucalipto é a matéria-prima do processo de produção⁸⁹. Mas seria possível quantificar os impactos ao longo do tempo, dadas as mutações de todas as condições sobre as quais não se podem fixar parâmetros? Ou ainda, como seria possível isolar uma instalação de elementos que fogem ao controle dos agentes (públicos e/ou privados) responsáveis?

Por exemplo, em Mucuri, durante o processo das obras civis da Bahia Sul, aproximadamente dez mil trabalhadores foram empregados nesta etapa. Após a conclusão das obras, deveriam deslocar-se para uma nova obra. Na conjuntura pela qual o país passou nas décadas de 1980 e 1990, os investimentos eram escassos. Nesse quadro, parte dos trabalhadores da construção civil, esperando que a economia local fosse dinamizada (pelos efeitos diretos e indiretos da Bahia Sul) e, assim, gerasse novos empregos, permaneceram no município. Na realidade, os empregos não aconteceram e sobrou um grupo de trabalhadores sem qualificação e sem possibilidades de trabalho. Seria possível detectar esta informação no EIA? Uma vez detectada, poderiam os setores público e privado tomarem atitudes para diminuir este impacto socioeconômico? Quanto custaria a ambos investimento e programas

⁸⁸ Aziz Nacib Ab’Sáber e Clarita Müller-Plantenberg na Apresentação – **Contribuições Brasileiras**. p.23-26) citam pesquisadores e estudos que apontam para o alto grau de conhecimento dos pesquisadores do Brasil, da Rússia e da Alemanha. Obra citada na bibliografia.

⁸⁹ O mapa da “árvore do papel” é o título da reportagem da **Revista FAPESP**, mar. 2002, pág. 44-45, relatando o avanço da pesquisa dos genes de eucalipto para o aumento de produtividade do setor florestal, redução da poluição das indústrias do setor e a criação de plantas mais resistentes e adequadas aos diferentes usos.

sociais para ocupar essa mão-de-obra? Segundo o relato de um sindicalista, esta situação real ocorreu e determinou uma “vila” onde existe toda sorte de problemas sociais.

A título de ilustração, o relato do sindicalista entrevistado na sede do sindicato em Itabatã (Mucuri) é impar, para entendermos que o jogo de forças na arena política quase sempre ignora parte (ou grande parte) daqueles que deveria proteger.

As obras civis trazem sempre muitas pessoas de fora. Para a construção da Bahia Sul não foi diferente.

Pesquisador

As obras civis trazem sempre muitas pessoas de fora. Creio que para a Bahia Sul não foi diferente. Você tem alguma estimativa do número de pessoas que estiveram no processo da construção civil e na instalação da parte técnica?

Sindicalista –

No início das obras da Bahia Sul, em 1989, havia 10 mil pessoas trabalhando direta e indiretamente. Na construção civil, 80% eram do Nordeste, Minas Gerais e do Espírito Santo” .

Pesquisador –

O que aconteceu quando as obras civis terminaram?

Sindicalista –

Quando do fim da construção civil e da montagem mecânica, parte dos 30 mil trabalhadores foram para Pedro Canário que, em 1985, foi transformado em município. e recebendo uma população que não tinha nenhuma condição de emprego (geralmente ajudantes sem qualificação que não são incorporados às empresas de construção civil), parte de Pedro Canário foi transformado em um grande bolsão de miséria com mais ou menos 6 mil pessoas. Em Pedro Canário uma mistura de pobreza generalizada, prostituição, alto índice de gravidez de adolescentes e tráfico de drogas. E o pior é que foi criando um estigma com relação a este grupo e até mesmo algumas empresas não contratam funcionários que morem no Município. Alguns trabalhos sociais são desenvolvidos pela Igreja Católica.

Também um outro caso extremo seria a vinda de trabalhadores para tentarem a vida junto às atividades ligadas direta ou indiretamente à fábrica. Poderia haver algum impedimento para que isto acontecesse? O Município estaria preparado para absorver esta quantidade de pessoas? As atividades ligadas à fábrica já não estariam saturadas diante da

realidade do desemprego existente? Sendo possível absorver esta mão-de-obra isto não repercutiria como uma forma de propaganda que alimentaria um fluxo crescente de pessoas à procura de emprego?

Os depoimentos nos remetem à inferência de que Bahia Sul não avaliou o deslocamento de pessoas em busca de emprego e sua incapacidade de evitar processos degradantes com referência aos trabalhadores após a participação na construção da fábrica. Se tais experiências poderiam ser evitadas ou minimizadas a partir das disposições do EIA e do RIMA e, principalmente, contando o legado histórico dos conflitos sociais em torno dos projetos de grande impacto?

Particularmente no caso da construção da Veracel (iniciada em maio de 2003), a informação prestada no Seminário⁹⁰ é de que este item (população e empregos) está no centro do planejamento da construção e operação da nova fábrica. Segundo informação institucional da empresa⁹¹:

O Programa de Qualificação Profissional ofereceu 22 cursos, atendendo 5.900 pessoas na região. Esta mão-de-obra qualificada terá prioridade nas fases de construção civil e operação da fábrica. Foi assinado um convênio com o Governo da Bahia que ajuda a estruturar um parque de fornecedores regionais de produtos e serviços gerando emprego e renda.

Na medida do possível, contando com a experiência negativa da Bahia Sul, a Veracel atentou para a formação de mão-de-obra e de uma cadeia de fornecedores regional integrando a fábrica à dinâmica local.

⁹⁰ Refere-se ao Seminário de Planejamento do Projeto Veracel, realizado de 15 a 16 mar. 2004, na cidade de São Paulo, pelo SINAP/CNQ-CUT. A informação, obtida pelo pesquisador no Seminário, é da consultora da Dialog - Agência 21 encontra-se disponível em www.dialog.org.br.

⁹¹ Matéria institucional publicada na **Gazeta Mercantil**. 3 a 5 out. 2003, p. A-9 e 29 mar. 2004, p. A-8, com o título “No extremo Sul da Bahia, o desenvolvimento está saindo do papel.” e “Responsabilidade Social. Na Veracel, o futuro a gente planta”, respectivamente.

Entendendo que a questão ambiental é uma questão de profundidade global, um dos elementos inovadores que poderiam minimizar o descompasso entre países industrializados⁹² e os não-industrializados⁹³ no campo socioambiental seria a extensão da prática do *Environmental Impact Assessment* (Estudo de Impacto Ambiental – EIA)⁹⁴ obrigatório em cada país, estipulado a partir de um protocolo mundial. Também seria de fundamental importância que nenhuma agência global de financiamento ou mesmo os bancos privados emprestassem recursos para investimentos que não apresentem o EIA. Segundo Spindler (2002, p.13), o tema do EIA não conhece barreiras ideológicas. O autor afirma que existem diferenças de conteúdo, mas o decisivo seria a prática do EIA.

A idéia central seria a de exigir, como no caso da ISO 9000 e ISO 14000, certificação florestal e de outros instrumentos já em uso, uma postura pró-ativa dos países, de suas legislações, dos empresários para uma produção mais limpa e ecoeficiente e menos agressiva ao meio ambiente e à saúde; das ONGs – algumas das quais já operam em escala mundial – para um verdadeiro processo de *sustainable development*.

Não podemos nos esquecer que desde a Eco-92 (há exatamente treze anos) a Agenda 21 está sendo lentamente implantada. As dificuldades são de toda ordem e, neste ponto, Trittin (2002, p.12), consciente das dificuldades⁹⁵, afirma que:

Sem um entendimento que ultrapasse as fronteiras e sem um controle social consolidado localmente dos meios de produção, dos fluxos financeiros e das rotas de comércio, não se concretizará a reivindicação de uma nova ordem na economia mundial, que possibilite um ‘desenvolvimento duradouro’ em todo o mundo”. Portanto, não só é necessário um sistema de EIA nacional ou mundial mas um novo

⁹² Entende-se que os países industrializados já tenham desenvolvido uma forte proteção ao meio ambiente.

⁹³ Para estes países, dependendo de suas instituições políticas e da pressão da sociedade civil organizada, desenvolveu-se um conjunto de leis de alto conteúdo de proteção ao meio ambiente. Não raras vezes, o setor empresarial pressiona os órgãos públicos imputando-lhes críticas, principalmente, no que se refere à burocracia. No mês de março de 2004, os principais jornais de São Paulo trouxeram várias matérias sobre a ‘burocracia’ na aprovação dos EIA.

⁹⁴ O EIA passa a ser desenvolvido a partir do final da década de 1960.

⁹⁵ Exemplo concreto do nível de dificuldades para tomada de ações globais é a postura contrária dos Estados Unidos e o dilatado prazo com que a Rússia esta protelando sua adesão ao Protocolo de Kyoto.(Abril de 2004)

paradigma de produção, consumo e sustentabilidade que aponte uma nova direção para o uso consciente, racional e eficiente de todos os bens ambientais sem esquecer, evidentemente, da sustentabilidade futura.

Ab'Saber e Müller-Plantenberg (2002, p.16-18) fazem uma dura crítica “ao modo de produção capitalista e aos países industrializados e subdesenvolvidos”. Apontam que os países do Norte, após degradarem seu meio ambiente, “transferiram sutilmente” esta degradação para os países subdesenvolvidos de maneira “*sub-reptícia* ou de forma autocrática”. Mas realçam que os países subdesenvolvidos eliminaram sua biodiversidade gradual e continuamente, ao adotarem “selvagens modelos de supressão de coberturas vegetais para a produção de espaços agrícolas ou pecuários”. Eles afirmam que “(...) é ineficaz querer implantar um Estudo de Impacto Ambiental e Social sem que, simultaneamente, seja reduzido o peso da dívida externa”. Portanto, a questão ambiental se desloca para as relações financeiras entre os países em desenvolvimento e seus credores privados.

Mas qual é a relação? Do ponto de vista financeiro, os países em desenvolvimento têm que honrar o pagamento dos juros e parte do principal. Como conseguem fazê-lo se não emitem dólares, a moeda de conta de tais pagamentos? Uma das opções parece ser a da exportação. Neste contexto, a questão é: “exportar ou morrer” e “todo ministro é um caixeiro viajante para vender o Brasil” diriam nossos presidentes da República⁹⁶. No entanto, a dívida externa representa a “(...) verdadeira catástrofe ecológica desses países. Ela gera processos que causam agressões ao meio ambiente, contínua e acelerada devastação, bem como contaminação do solo, da água e da atmosfera ambiental”.

Qual é a relação entre a dívida externa e o EIA? Nesta mesma linha de raciocínio o Instituto Socioambiental (**Almanaque Brasil Socioambiental**, 2005, p.8-9) apresenta uma

⁹⁶ Fernando Henrique Cardoso e Luis Inácio Lula da Silva, respectivamente.

visão bastante crítica do modelo sócio-econômico-ambiental adotado no Brasil. A situação torna-se mais grave quando pensamos que o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi eleito para grandes mudanças no país. Diz o Almanaque

:

Mas eis-nos aqui, ainda e sempre, teimando em serrar o galho em que estamos sentados, com uma política de comércio exterior e sustentação da dívida (externa e dos juros, sic) que vem ampliando um modelo de desenvolvimento ecologicamente predatório, economicamente concentrador, socialmente empobrecedor e culturalmente alienante.

Entendemos que as visões “exportar ou morrer” ou “o ministro é um caixeiro viajante” e a dura realidade do pagamento dos juros e de parte da dívida externa estão inseridas em uma enorme arena de disputas políticas com um alto grau de complexidade quanto à iniciativa de uma mudança radical para imprimir um novo modelo sócio-econômico-ambiental.

O nexos que os autores levantam e com o qual concordamos é que as exportações são utilizadas como um meio obrigatório para o pagamento dos juros e de parte da dívida externa criando, assim, uma pressão sobre o uso e a destinação dos recursos naturais. Podemos chamar este processo de “custo ambiental da dívida financeira” o qual, dialeticamente, se constitui num grande desafio para as questões ambientais locais e mundiais. Ao mesmo tempo, permite que os países industrializados tenham matérias-primas e/ou produtos semi-industrializados para transformarem em mercadorias de alto valor agregado, perpetuando seu nível exacerbado de consumo, a partir da degradação ambiental dos países em desenvolvimento, tornados reféns da questão financeira da dívida e dos juros externos.

Os autores, quando se referem ao EIA, afirmam que “(...) bem elaborado metodologicamente, permanecerá ineficaz enquanto o problema da enorme dívida externa (...) não for resolvido”. Entendemos que a exigência interna (jurídica) e externa (em função do comércio internacional) do EIA/RIMA é um elemento decisivo, importante e central de uma

nova atitude quando se trata de meio ambiente. O fato de utilizarmos mais e mais recursos naturais, especificamente no setor de celulose e papel que está ampliando suas fronteiras para a expansão do eucalipto, poderia estar nos colocando em um desastre ambiental. Se não tivéssemos nenhum instrumento jurídico e a colaboração, pressão e fiscalização das ONGs - como a Rede Alerta Contra o Deserto Verde e da sociedade civil em geral, teríamos dois problemas interligados: a não existência de um EIA/RIMA e a crise no Balanço de Pagamentos. As ações contra a dívida externa são importantes, mas não podem parar ou bloquear um processo que já está em andamento e tem se constituído em um elemento de avanço no campo ambiental.

O problema aparece de forma contundente quando um EIA/RIMA não é reivindicado pela sociedade civil em seu papel democrático. Se fizer parte apenas de um ritual técnico-burocrático, sua eficiência e eficácia serão nulas e todo o esforço de participação social cairá por terra. É sempre interessante apontar que, mesmo com o EIA/RIMA, “À medida que o desenvolvimento industrial, com seus riscos potenciais, entra cada vez mais em confronto com os espaços sociais (...) com seus espaços de risco, tem levado a crescentes conflitos com os interesses de proteção ambiental da população”.⁹⁷

Podemos concluir afirmando que o peso do binômio dívida externa - juros é insuportável, mas em um contexto de pouca ou nenhuma margem de manobra política – por medo ou por fraqueza⁹⁸ - a utilização do EIA/RIMA é ainda melhor do que uma situação extrema de não ter estes mecanismos de controle social. Se, por um lado a população não participa efetivamente do processo de discussão, juridicamente há como acionar o próprio Estado e os empresários quando a lei não é seguida. A Lei dos Crimes Ambientais é um

⁹⁷ AB’SABER e MÜLLER-PLANTENBERG, Clarita. **Previsão de impactos ambientais e sociais – Experiências do Brasil, Rússia e Alemanha. Apresentação – Contribuições brasileiras**. 2002. p. 23-26.

⁹⁸ Cristovam Buarque, doutor em economia e senador pelo PT-DF, diz que “O presidente Lula precisa romper o ciclo de anorexia histórica e usar as energias de que o país dispõe para fazer um choque social, mudando rumo de nossa história”. **Folha de São Paulo**, 11 out. 2004, p. A-3.

marco no arcabouço jurídico institucional. Quanto à passividade em relação à dívida externa, a fraqueza do governo federal é um marco sem precedentes.

A Cia. Suzano e a Bahia Sul utilizam somente o eucalipto, já que o grupo Suzano Feffer foi um dos pioneiros na produção de celulose a partir do eucalipto. Tanto na plantação do eucalipto quanto na produção da matéria-prima, a celulose, os impactos ambientais são muito fortes, relacionados diretamente com o conteúdo das tecnologias utilizadas no processo de produção.

Na plantação de eucalipto há o uso de herbicidas; o transporte do eucalipto é feito por caminhões, geralmente por longas distâncias entre a plantação e o uso final. Isto resulta em mais uma agravante para a cadeia produtiva, já que a opção pelo uso do caminhão como meio de transporte externaliza os custos da poluição.

Cada vez mais o setor utiliza grandes quantidades de novas terras para expandir a plantação e garantir a oferta de eucalipto. Um outro elemento fundamental neste setor é a formação de cidades cujas atividades produtivas referem-se ao plantio de eucalipto tanto em terras das próprias fábricas, quanto em terras arrendadas por produtores independentes. A reclamação geral é que, após a plantação do eucalipto, a terra está inutilizada.

Na fabricação da celulose utilizam-se produtos altamente tóxicos como cloro, ácido sulfúrico, ácido clorídrico, dióxido de enxofre, dióxido de cloro além da geração de lixívia e de efluentes. Verifica-se, no setor, o alto consumo de água e energia (geração própria e geração de hidrelétricas), e de matérias-primas não-renováveis (caulim, cal virgem). Para se ter uma idéia, o uso de água na produção de celulose e papel pode ser equivalente ao consumo de uma cidade de 300 mil habitantes. Em muitas fábricas ainda há a dispersão de partículas no ar⁹⁹.

⁹⁹ Os processos de produção com tecnologias avançadas utilizam o precipitador eletrostático para derrubar as partículas e, assim, evitar a sua dispersão.

Neste quadro, o setor absorve grandes quantidades de terras (plantação de eucalipto), de água (utilização final e reutilização) e de energia. Praticamente todo o transporte no mercado interno ou até os portos (exportação) é realizado com utilização de caminhões.

Outro problema característico do setor é o forte “odor” advindo da estocagem do eucalipto e do próprio processo de produção¹⁰⁰. O cheiro “gruda” no corpo e na roupa, para usar uma expressão comum entre os trabalhadores.

Neste contexto de utilização intensiva de recursos naturais há espaço para negociações que minimizem os impactos ambientais. Segundo Murilo Passos¹⁰¹ a cada cinco anos os *stakeholders* contribuem formalmente para a revisão das estratégias e dos valores da empresa. Em 1988, representantes da prefeitura de Mucuri e de ONGS discutiram um tema importante que foi aceito pela Bahia Sul: a utilização de água oxigenada em substituição ao uso de cloro elementar e dióxido de cloro, suspeitos de ação cancerígena. Não podemos deixar de mencionar que a busca por menores impactos ambientais na produção de papel e celulose nos últimos anos, como o “Elemental Chlorine-Free (ECF) que substitui o cloro elementar que é agressivo ao meio ambiente por oxigênio no processo de branqueamento da celulose” (Relatório da Cia Suzano e Bahia Sul, 2003) e o *Totally Chlorine Free* (TCF), são passos indispensáveis para o setor, frente à necessidade cada vez maior de proteção ao meio ambiente (através da redução das externalidades negativas), fruto de pressões internas e externas por uma produção mais limpa e menos agressiva.

É fato que o consumo de papel aumentou significativamente nos últimos anos. Muitas previsões apontavam que o uso e a expansão dos computadores diminuiriam a demanda por papel. O que se viu foi o contrário: o que está na tela é sempre impresso. E ainda, atualmente, somente em uma das páginas da folha de papel. Mas com todo o rigor da tecnologia e da

¹⁰⁰ Quando o odor é muito forte, nos ônibus que passam em frente à Cia. Suzano é comum os cobradores gritarem: “Vamos fechar as janelas pelo mau cheiro”. Imediatamente os passageiros fecham suas janelas e muitos tapam o nariz.

¹⁰¹ Diretor-superintendente da Cia. Suzano e da Bahia Sul. Bahia Sul – o poder do diálogo. Guia de Boa Cidadania Corporativa – **Revista Exame** – 2003, p. 57.

experiência empresarial quanto aos riscos socioambientais do setor de papel e celulose, podemos utilizar a idéia de Rasmussen citado por Demajorovic (2003, p.79) de que:

As normas de segurança das empresas mostram-se inadequadas para evitar ou gerenciar as ocorrências, as autoridades locais não possuem as informações e a organização necessárias para mitigar seus efeitos sobre a população e o meio ambiente; e, finalmente, a população local desconhece os riscos das unidades industriais próximas, tornando-se extremamente vulnerável em casos de acidentes, uma vez que não está preparada para enfrentar eventos inesperados. (PENTEADO, 2003, p.41)

O autor (p.42) tem uma visão bastante questionadora e negativa das condições possíveis de um meio-termo entre meio ambiente e produção. Vejamos o que ele diz:

Pouca atenção às comunidades locais e aos seus meios de vida tem sido dada pelos governos, cuja principal atenção tem sido olhar para grandes investimentos, deixando os grandes negócios matar os pequenos, impedindo o desenvolvimento de setores mais empregadores de mão-de-obra, como o pequeno comércio, as profissões liberais e o turismo. Pouca atenção tem sido dada também às paisagens naturais e ao respeito das regras de urbanização, transformado as cidades brasileiras e as nossas praias de uma forma geral num amontoado horrível de caixotes sem sentido.

Das reflexões acima podemos concluir que a liberação de grandes obras faz parte da estrutura da política econômica do governo federal¹⁰² tendo em vista os dois problemas que já citamos: a escassez de empregos legalizados e a necessidade de dólares para que o país faça frente aos compromissos dos juros e do principal da elevadíssima dívida externa. Por outro lado, podemos comprovar a referência do autor às mudanças nas paisagens naturais, pois, no extremo sul da Bahia, às margens das estradas, a paisagem dominante é a do eucalipto.

A ênfase na necessidade do EIA está relacionada, segundo Custódio (1995, p.45):

(...) direta ou indiretamente (...) com a preservação do meio ambiente e a proteção da saúde, da segurança, da tranquilidade e do bem-estar da população, constitui instrumento de real importância e atualidade, diante das graves e crescentes

¹⁰² Evidentemente os governos estadual e municipal participam, cada qual segundo a legislação vigente, do resultado dos impostos decorrentes das atividades das grandes unidades de produção, disputadas inclusive dentro de uma feroz guerra fiscal. Não obstante, existe uma renúncia fiscal gravíssima por parte dos três níveis de governo.

repercussões negativas, decorrentes (...) da realização de atividades industriais ou comerciais; da exploração ou utilização de recursos naturais; da ocupação do solo; da aplicação de praguicidas e agrotóxicos na agricultura e nos alimentos em geral (...) com iminentes riscos e danos ao patrimônio ambiental e, conseqüentemente, à saúde pública.

Alves (1995, p.66) defende que

Em princípio, toda atividade ou obra é potencialmente causadora de degradação ambiental; porém, somente algumas acarretam efeitos altamente danosos, que as qualificam como de importância significativa. Nesta hipótese, exige-se a apresentação do EIA exatamente para saber se a respectiva implantação é conveniente e, sendo assim, quais as medidas a serem tomadas para a diminuição ou para a eliminação dos impactos negativos.

Segundo Assunção (1995, p.75),

O Estudo de Impacto Ambiental (EIA), de acordo com a Resolução Conama nº. 1/86, deve contemplar, no mínimo, as seguintes atividades:

- diagnóstico ambiental da área de influência do projeto, cobrindo os meios físico, biológico, e socioeconômico e os ecossistemas naturais;
- análise dos impactos ambientais do projeto e suas alternativas, por meio de identificação, previsão de magnitude e interpretação da importância dos prováveis impactos relevantes.

Quanto aos impactos ambientais o autor ainda acrescenta:

(...) devem ser discriminados quanto aos aspectos: positivos e negativos; diretos e indiretos; imediatos e a longo prazo; temporários e permanentes; de grau de reversibilidade; de propriedades cumulativas e sinérgicas; da distribuição dos ônus e benefícios sociais; da definição das medidas mitigadoras dos impactos negativos; da elaboração do programa de acompanhamento e monitoramento dos impactos positivos e negativos (...).

Maglio (1995, p.77) entende “(...) que o EIA constitui um instrumento de indução ao planejamento ambiental; método utilizável, inclusive, para a avaliação de planos regionais/locais;- e, no Brasil, serve também como instrumento de controle ambiental (...)”.

Para ele, a amplitude do EIA leva a:

(...) formas de controle por padrões de poluição ambiental do ar, do solo, ou da água (...) e introduz a preocupação com quaisquer alterações provocadas aos ecossistemas, incluindo os efeitos acarretados sobre as comunidades tradicionais, sobre a saúde, efeitos sociais e econômicos e inclusive cênico-paisagísticos.

O EIA, utilizado de forma correta e dentro das mais avançadas técnicas científicas, teria como objetivo explícito “(...) promover o desenvolvimento com qualidade ambiental, desenvolvimento ecologicamente sustentado, meta essa a ser atingida no país”. (Maglio: 1995, p.77). E prossegue afirmando que “(...) o EIA caracteriza-se como um importante instrumento de planejamento ambiental, fundamental para a promoção do desenvolvimento com qualidade ambiental, desenvolvimento sustentável como conceituado no relatório *Brundtland* – Nosso Futuro Comum, que se baseia na utilização dos sistemas naturais, de modo a satisfazer as necessidades das gerações atuais e futuras”.

A utilização do EIA/RIMA é sem dúvida um avanço quanto às questões relativas ao cuidado com o meio ambiente. Não obstante, a partir de sua aplicação Maglio (1995, 77) lista doze itens como problemas:

1. Reduccionismo na aplicação do EIA;
2. Necessidade de treinamento de pessoal e formação de equipes multidisciplinares;
3. Análise ambiental qualitativa e quantitativa;
4. Desenvolvimento de parâmetros de controle ambiental;
5. Desenvolvimento de guias para orientação específica do plano de trabalho;
6. Resistência de algumas agências governamentais e particulares;
7. Autoridades locais e prefeitos resistem à regulamentação e a restrições ao desenvolvimento urbano;
8. A visão setorializada e/ou fundamentalista de parte do movimento ambientalista;
9. A ideologia do crescimento e do desenvolvimento a qualquer preço;
10. O abandono das práticas de planejamento físico-territorial;
11. Ausência de conhecimento acumulado associado à falta de pesquisas básicas;
12. O Contra/Rima elaborado por equipes multidisciplinares do órgão ambiental ou SMA.

O setor de celulose e papel, com sua acelerada expansão nas três últimas décadas, mostrou-se atento às leis, normas e procedimentos ambientais. Isto se deve claramente à Lei Federal 6.938, de 31.08.1981 – referente à avaliação de impacto ambiental -, à Resolução nº 1, de 23.01.1986, do Conama; à Constituição Federal de 1988, artigo 225, e às legislações estaduais e municipais que foram sendo elaboradas de conformidade com a Constituição Federal, acrescentando o que era específico de cada estado e município.

Para a plantação de eucalipto (matéria-prima para a produção de celulose), o setor tem utilizado imensas quantidades de terra. Isto é realmente grave problema, já que esta plantação se realiza na base da monocultura, e que o eucalipto é absorvedor de significativa quantidade de água do solo e sua altura produz uma grande extensão de sombra, o que impede a plantação de outros produtos agrícolas. Nos estados do Espírito Santo e da Bahia, por exemplo, à margem das rodovias, o eucalipto é dominante na paisagem.

Para se ter uma idéia da extensão da plantação de eucalipto, a Votorantin Celulose e Papel (VCP), a maior reflorestadora do estado de São Paulo, tem uma área total de 121 mil hectares, sendo que 90% estão concentrados em São Paulo. Em julho de 2004, comprou 40 mil hectares de terras em 14 municípios da Metade Sul do Rio Grande do Sul. A VCP poderá utilizar estas terras para a produção de toras, cavacos ou implantar uma fábrica na região. (**Gazeta Mercantil**, 06 jul. 2004, p. B-12).

Neste contexto, o setor, para se expandir e atender às demandas interna e externa, necessita cada vez mais de terras no sistema de monocultura;

Cabe ressaltar que, de um lado, o setor tem apresentado um grande avanço em seus mecanismos de controle de qualidade ambiental. Verifica-se um grande desenvolvimento de tecnologias de processos e de produção incorporado aos processos existentes e às novas unidades industriais; um aprofundamento nos critérios de controle de qualidade ambiental baseado em certificações de padrão internacional, uma busca incessante na redução do uso de matérias-primas e insumos, a utilização cada vez maior de papéis reciclados etc. De certa forma, isto acaba reduzindo a demanda direta e indireta sobre fontes naturais.

Por outro lado, a constituição e a obrigatoriedade do EIA/RIMA traz para o movimento ambientalista a possibilidade cada vez maior de participar nas discussões sobre a expansão das fábricas já existentes ou da implantação de novas unidades de produção. Os projetos de aumento de produção da Bahia Sul e de implantação da Veracel estão procurando

obedecer aos critérios da discussão com os vários atores envolvidos, além de informações por meios de comunicação social.

Enfatizando as possibilidades trazidas pela obrigatoriedade do EIA/RIMA e o papel desenvolvido pelos movimentos ambientalistas, Maglio (1995, p.91-92) reflete que esta relação é positiva e afirma que:

O amadurecimento do movimento ambientalista vem colocando a questão do desenvolvimento sustentável ou do ecodesenvolvimento, e é neste sentido que, em cada caso concreto, os estudos de impacto ambiental podem auxiliar a discussão de novas estratégias para as alternativas em discussão no país (...).

Embora exista uma resistência aos procedimentos legais com ênfase na questão ambiental, ela tem se reduzido não por livre e espontânea vontade das partes, mas sim pela existência da própria legislação e dos movimentos ambientalistas, da ação mais incisiva das comunidades locais onde se instalarão as fábricas, da disponibilidade e do acesso público ao RIMA, do papel atuante do Ministério Público, da fiscalização da imprensa, da informação por meio da Internet etc.

Nossa entrevista com a fiscal da Secretaria do Meio Ambiente de Mucuri e com a bióloga enfatizaram a não-observância da legislação (ou sua relativização) por parte de algumas autoridades locais¹⁰³. Estas quase sempre estão preocupadas com duas questões básicas: a redução do desemprego e o aumento na arrecadação do município. Na prática, os projetos do setor de celulose e papel, na maioria das vezes, não apresentam alta oferta de emprego (quando o fazem, na maioria, são empregos de alta qualificação ou empregos para profissionais com larga experiência no setor, tendo em vista que o custo de formação da mão-de-obra é muito alto), pois as tecnologias utilizadas são altamente poupadoras de mão-de-obra

¹⁰³ Cubatão talvez represente um dos melhores exemplos do descuido com a questão ambiental e de suas gravíssimas consequências. Somente após o auge da crise é que medidas mitigadoras foram colocadas em prática. Outro caso gravíssimo refere-se ao Pontal do Paranapanema onde atualmente um grande projeto está recuperando parte da mata original e de sua biodiversidade. Ottoni Fernandes Jr. Em se plantando tudo dá. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)/ Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) - Desafios do desenvolvimento, fev. de 2005, ano 2, n. 7. p. 66-75. Disponível em: www.desafios.org.br.

e intensivas em capital. Também ocorre com certa facilidade a redução dos impostos municipais para atraírem o projeto de investimento já que atualmente a guerra fiscal continua uma prática comum.

No contexto atual em que o desemprego bate recorde, a possibilidade de receber uma fábrica apresenta-se como um “milagre”. Para um município; quanto às finanças, a Lei de Responsabilidade Fiscal é rigorosa em relação aos gastos e receitas. Portanto, quando da implantação de uma fábrica em um município, as expectativas positivas que são geradas são imensas. Emprego, mais receita, progresso, melhoria nas condições de vida, efeito multiplicador positivo etc. apresentam-se aos olhos de todos como uma grande esperança.

Há, no entanto, que se compatibilizar os três vértices do triângulo, a saber: crescimento econômico, desenvolvimento social e preservação ambiental. Até porque a destruição ambiental apresenta-se como custo financeiro, político e social e implicará, no futuro, numa crise de sustentabilidade.

A ênfase na necessidade do EIA está relacionada, segundo Custódio (1995, p. 45),

(...) direta ou indiretamente (...) com a preservação do meio ambiente e a proteção da saúde, da segurança, da tranquilidade e do bem-estar da população, constitui instrumento de real importância e atualidade, diante das graves e crescentes repercussões negativas, decorrentes (...) da realização de atividades industriais ou comerciais; da exploração ou utilização de recursos naturais; da ocupação do solo; da aplicação de praguicidas e agrotóxicos na agricultura e nos alimentos em geral (...) com iminentes riscos e danos ao patrimônio ambiental e, conseqüentemente, à saúde pública.

Podemos considerar que o EIA/RIMA é elemento essencial ao processo de minimização dos impactos ambientais, podendo ser usado para um amplo debate político, público e social sobre a sustentabilidade dos recursos e os impactos socioambientais. Ao longo do processo de amadurecimento dos atores sociais, os erros e as omissões decorrentes da confiança cega nas tecnologias e do desprezo pelo saber local podem transformar-se em

um grande espaço para um novo paradigma de sustentabilidade, de produção, de consumo e de justiça ambiental.

CAPÍTULO 2

O SETOR DE PAPEL E CELULOSE NO BRASIL

O setor de papel e celulose representa, desde o final da década de 1930, um importante núcleo do setor produtivo brasileiro. Ao longo deste período progrediu de um setor importador para um setor auto-suficiente e exportador¹⁰⁴.

O crescimento do setor foi realizado, inicialmente, com investimentos de origem nacional, com o apoio do setor público e do BNDES. Com a globalização da economia, a necessidade de ganhos de escala na produção e de redução de custos, o setor passou a contar com *joint-ventures*¹⁰⁵, como no caso da Veracel Celulose S/A, formada pela Aracruz e pela sueco-filandesa Stora Enso.

Confirmando a tendência de setor estratégico no mercado interno e de setor de grande capacidade de exportação, Osmar Elias Zogbi¹⁰⁶, na apresentação do Balanço de 2002 e das perspectivas para 2003, explicitou que o setor deve “Ampliar a produção para duplicar as exportações, a exemplo do que fizemos na década anterior”. Referindo-se ao aumento da concorrência no mercado internacional, fruto da globalização, constata que “(...) o setor de celulose e papel realizou, nesse período, um imenso esforço adicional de racionalização, conseguindo alcançar enormes ganhos de produtividade”.

Os dados do setor mostram que nos últimos 30 anos, a produção de celulose cresceu a uma média anual de 7% e a de papel, acima de 6% . Segundo os documentos oficiais, as pesquisas nos campos da tecnologia e dos cuidados ambientais avançaram. As exportações passaram de US\$ 1 bilhão no início da década de 90 para US\$2,2 bilhões no

¹⁰⁴ No mundo são produzidas 35 milhões de toneladas de celulose por ano, sendo que 17 milhões (48,6%) são negociadas internacionalmente. O mercado de celulose movimenta US\$200 bilhões por ano. **Gazeta Mercantil**, 27 nov. 2003, p. A- 11.

¹⁰⁵ Refere-se à associação entre empresas para o desenvolvimento e execução de um projeto específico.

¹⁰⁶ Presidente da Bracelpa - Associação Brasileira de Celulose e Papel.

ano de 2002. Neste ano, o setor gerou um saldo comercial positivo de US\$ 1,6 bilhão. Em 2003, a exportação alcançou US\$ 2,84 bilhões e a importação chegou a US\$ 520 milhões, com um saldo positivo de US\$ 2,32 bilhões. Em 2004, a exportação alcançou US\$ 3,1 bilhões e a importação foi da ordem de US\$ 600 milhões, com um saldo de US\$ 2,5 bilhões. Na década de 90, o setor investiu US\$ 13 bilhões. No ranking mundial, o setor brasileiro está colocado em 7º. lugar, como produtor de celulose e em 11º. lugar como fabricante de papel¹⁰⁷.

Na análise do ano de 2004, Leonel¹⁰⁸, se refere a este período como “(...) um ano de comprometimento dos *stakeholders*¹⁰⁹ com o desenvolvimento sustentado de nossa economia”. Nas projeções preliminares a produção de celulose alcançou 9,4 milhões de toneladas, e a de papel, 8,2 milhões de toneladas, o que representa um crescimento de 3,6% para os dois produtos, sobre a produção de 2003. O consumo de papel cresceu em 6,5% sobre 2003, o que representa um consumo de 39,3 kg/habitante. As exportações de celulose e papel alcançaram US\$ 3,1 bilhões, com um crescimento de 9,5% sobre o ano anterior. O superávit do setor – diferença entre as exportações (US\$ 3,1 bilhões) e as importações (US\$ 600 milhões) - alcançará US\$ 2,5 bilhões, representando um crescimento de 7,9% em relação a 2003. Com qualidade e competência, o setor exportou celulose para: Europa (45%), Ásia (32%), América do Norte (19%); a exportação de papel ficou assim distribuída: América Latina (44%), Europa (26%), Ásia (13) e América do norte (11%). No geral, a Europa é o primeiro grande mercado de exportação do setor, seguido pela Ásia e América Latina e por último a América do Norte. No total o setor exportou para mais de 100 países.

¹⁰⁷ **Revista Celulose e Papel e Revista O Papel**. Edições de 2002 a 2005.

¹⁰⁸ Desempenho do setor em 2004 e perspectivas para 2005. Mario Higinio Leonel, Diretor executivo da Associação Brasileira de Celulose e Papel. **Revista O Papel**, jan. de 2005, p. 72 e fev. 2005, p.45.

¹⁰⁹ Por aproximação, são as partes interessadas (indivíduos, instituições, acionistas, comunidades, outras empresas) que interagem com a empresa, numa relação de influência mútua.

2.1 Projeções de produção e consumo

O aumento do consumo de papel tanto nos mercados internos e externos e, por consequência, o aumento da matéria-prima que é a celulose, nos mercados colocou o setor frente à necessidade urgente de expansão da produção. Este processo deverá caminhar em duas direções: a primeira refere-se ao aumento da produção e da produtividade das fábricas que já estão em operação; a segunda somente com a implantação de novos projetos, isto é, novos investimentos para novas fábricas. Com o aumento da demanda externa e interna (fruto do crescimento do PIB em 2004 da ordem de 5,2%), as fábricas de celulose e as máquinas de papel estão operando próximo a 95% de sua capacidade plena. Nesta conjuntura de crescimento o setor, que já vinha se preparando para o aumento da oferta, deverá fazê-lo com mais rapidez.

Em um mercado com forte expansão da demanda, é ilustrativo o caso das compras governamentais através de dois Programas – o Programa Nacional de Biblioteca da Escola e o Programa Nacional do Livro Didático – do Ministério da Educação e Cultura (MEC) que absorveram próximo de 60 mil toneladas de papel *off-set* utilizado para confecção de livros, indicando um crescimento de 40% no primeiro trimestre de 2003. Na Suzano Bahia Sul esta demanda representou um crescimento de 40% neste trimestre, segundo informações de Carlos Pontinha, Diretor de Mercado da Companhia Suzano.

Segundo dados da Associação Brasileira de Celulose e Papel (Bracelpa)¹¹⁰ os investimentos previstos entre 2004-2012 deverão resultar “(...) na duplicação das exportações de celulose e manter o suprimento da demanda doméstica”. Para consolidar os investimentos do setor, o BNDES “(...) deverá responder por 40% do capital”.

Para garantir a disponibilidade de matéria-prima, o setor utiliza madeira de florestas plantadas. Neste particular, o setor está limitado pela disponibilidade de novas áreas florestais

¹¹⁰ Audiência com o presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva. **Gazeta Mercantil**, 25 a 27 jul. de 2003, p. A-9. Reportagem de Gustavo Viana.

o que o obriga a aumentar a produtividade do eucalipto e do processo de produção de celulose e de papel. O setor utiliza atualmente 1,4 milhão de hectares como área florestal sendo: 69% para a plantação de eucalipto e 29% para a produção de pinus.

As principais áreas plantadas encontram-se nos estados de São Paulo (38,8%), Paraná (33,7%), e Bahia (27,4%).

Com o intuito de reduzir a demanda por eucalipto e, portanto, de novas áreas para plantações, reduzir custos fixos e variáveis e gerar novas atividades econômicas¹¹¹, o setor vem desenvolvendo uma política de uso e incentivo à reciclagem na produção. Nos produtos que são compatíveis, o uso de reciclados vem colaborando com a redução do consumo de matéria-prima (celulose), do custo de produção e também com a redução do nível de resíduos. O setor utilizou em 2001 e 2002 um total de 2,8 milhões de toneladas de resíduos reciclados. Um exemplo no uso de papel reciclado é dado pelo Banco Real¹¹². Desde 2002, o Banco vem desenvolvendo e aperfeiçoando processos para conseguir a marca de 100% de utilização de papel reciclado em seus impressos. Em 2004, com a utilização de 1.800 toneladas de papel reciclado esta marca foi quase alcançada. Para 2005, com a expansão da correspondência, a previsão é de se chegar a 3.200 toneladas de papel reciclado reduzindo o consumo de celulose branqueada e a necessidade de eucalipto.

2.2 Investimentos do setor de papel e celulose

O Brasil é o 7º produtor mundial de celulose e o 11º produtor mundial de papel. Para o período de 2003-2012, espera-se a criação de 61mil novos empregos no processo de

¹¹¹ O Instituto Ecofuturo, uma ONG da Cia Suzano, desenvolveu uma parceria com a Coopamare para organizar as atividades de catadores de papéis que serão utilizados como reciclagem na produção da linha de papel Reciclato.

¹¹² **Gazeta Mercantil**, 10 mar. 2005, p. A-6.

duplicação da produção. O setor, em janeiro de 2005¹¹³, contava com 130 mil trabalhadores sendo, 100 mil nas fábricas e 30 mil nas florestas.

Para ambientalistas ligados ao acompanhamento das florestas de eucalipto¹¹⁴, a utilização de mão-de-obra é muito baixa. Alguns deles dizem que um trabalhador pode cuidar de 15 a 20 hectares, mas dependendo dos equipamentos disponíveis nas plantações, este número pode chegar a um trabalhador para 30 ou 40 hectares. Nesta perspectiva, a geração de empregos relativamente baratos e com baixa exigência de qualificação técnica que poderia usar mão-de-obra local, é bastante reduzido. Outro item importante que impede a criação de novos empregos simples e baratos é que no transporte, realizado por carretas, não se utilizam ajudantes, pois o carregamento e a descarga são feitos por equipamentos.

2.3 VERACEL¹¹⁵

Um dos maiores investimentos na produção de celulose do mundo, após a entrada em operação da Bahia Sul (1992), é o da Veracel Celulose¹¹⁶, para produzir 900 mil toneladas de celulose por ano destinadas à exportação, constituída através de uma *joint venture* entre a Aracruz (50%) e a Stora Enzo¹¹⁷ (50%), e localizada no vilarejo de Barrolândia, distrito de Belmonte (com cinco mil habitantes), no município de Eunápolis, estado da Bahia. O lançamento da pedra fundamental realizou-se em 03 out. 2003 e o início das operações da fábrica está previsto para maio de 2005. O investimento total é da ordem de US\$ 1,25 bilhão e a área total do projeto é de 147 mil hectares sendo que 70 mil hectares já foram destinados para a plantação imediata de eucalipto.

¹¹³ Osmar Zogbi, Diretor presidente da Bracelpa. **Folha de S. Paulo**, 18 jan. 2005, p. B-10.

¹¹⁴ *Idem*, p. B-10.

¹¹⁵ Em 15 e 16 mar. 2004 foi realizado, na cidade de São Paulo, o Seminário “Planejamento – Projeto Veracel” que tinha por objetivo estudar a implantação do projeto com uma visão dos diversos atores sociais. O Seminário foi coordenado pela SASK – Finlândia, Pappers – Suécia e SINAP/CNQ-CUT – Brasil Participamos deste seminário como convidado do SINAP/CNQ-CUT.

¹¹⁶ **Gazeta Mercantil**, 17 2003, p. A1 e A-9. **O Estado de São Paulo**, 30 nov. 2003, p. B5. **Revista O Papel**, jan.de 2005.

Na perspectiva de proteção ao meio ambiente, serão destinados para área de preservação 71 mil hectares de mata Atlântica, dos quais 6 mil hectares reconhecidos pela UNESCO como Sítio do Patrimônio Mundial. A previsão de empregos, no pico da obra, foi estimada em 12 mil trabalhadores. Os empregos diretos com a fábrica em operação será de 2 mil funcionários.

O faturamento anual previsto será de US\$ 500 milhões. Retomando seu papel de financiador de longo prazo, o BNDES fez um aporte de US\$ 500 milhões¹¹⁸ (40% do projeto, aprovado em 16/12/2003). Para o projeto de plantação de eucalipto, o aporte do BNDS foi de US\$ 50 milhões em 2000, tendo em vista que o eucalipto demora seis anos para o primeiro corte. O investimento social será da ordem de R\$ 21 milhões, sendo que 90% serão financiados pelo Banco nas áreas de saneamento básico, capacitação de professores, ampliação e reforma de escolas e erradicação da hanseníase. O projeto prevê, ainda, o treinamento, capacitação de mão-de-obra e capacitação profissional de 5.500 pessoas.

Na reportagem de Renée Pereira¹¹⁹, à enviada especial, relata que “(...) o povoado de 5 mil habitantes já sonha com as melhorias que a instalação da indústria poderá trazer”.

Nas prioridades relatadas pelos moradores, segundo a reportagem, estão “(...) a rede de saneamento básico (será realizada pela Veracel), novos empreendimentos para a região, oportunidades de emprego e o crescimento econômico (,,,)”, este último, uma derivação do processo multiplicador da fábrica. Importante salientar que, tanto em nosso estudo de caso – a Bahia Sul –, como na construção da Veracel, as fábricas investem em áreas tipicamente de ação do poder público, principalmente em educação e saneamento básico. O investimento total da empresa na região alcançará US\$ 7 milhões. A pavimentação das estradas ficará a cargo do governo do Estado. Após a formação e o treinamento da mão-de-obra, a empresa

¹¹⁸ O BNDES liberou em 12 de março de 2004, US\$ 60 milhões. Em 2004 e 2005, as liberações serão de US\$220 milhões, por ano. *Gazeta Mercantil*, 11 mar.2004, p. A-11.

¹¹⁹ **O Estado de S. Paulo**, p. B5, edição 30 nov. de 2003.

pretende “(...) empregar boa parte desses alunos quando a fábrica estiver concluída (...)”, segundo o coordenador do Centro de Capacitação (Antônio José Bassini)

Para se ter uma idéia do impacto da instalação de uma fábrica em época de escassez de emprego, “(...) 7.300 pessoas se inscreveram disputando 252 vagas do curso para técnico em celulose (...) sendo que 77% eram mulheres”. O impacto sobre a economia local e na microrregião é enorme, pois somente com as unidades de ensino a Fábrica gastará R\$ 9 milhões. Durante o curso, os aprovados receberão R\$ 400 por mês e durante o estágio o valor subirá para R\$ 800 por mês¹²⁰. Para Bassini “(...) nosso maior cuidado é evitar problemas com aumento da pressão sobre sistemas de segurança e saúde locais, e mesmo favelização do entorno industrial, muitas vezes com importação de mão-de-obra não especializada”.¹²¹.

Do ponto de vista ambiental, a Veracel terá uma usina de biomassa para produzir cerca de 125 *megawatts* de energia com cacos de madeira, o que reduz o impacto ambiental e utiliza os resíduos de madeira, economizando energia hidrelétrica.

A questão pertinente que se impõe no momento é: o que levaria uma fábrica a ser implantada em um local tão distante? Nils Grasftrom, diretor da Stora Enso no Brasil, afirma que “(...) o local para a instalação da indústria levou em conta as condições florestais da região, ótimas para a plantação de eucalipto. Hoje a empresa tem 66 mil hectares de eucalipto no local, que absorvem 2 mil empregos diretos e indiretos”¹²².

2.4 O eucalipto: matéria-prima renovável

No ano de 2004 comemorou-se o centenário da introdução do uso do eucalipto em várias atividades econômicas. Em 1904, Edmundo Navarro de Andrade¹²³ realizou as

¹²⁰ **Gazeta Mercantil**, 31 maio 2003.

¹²¹ *Idem*.

¹²² **Folha de S. Paulo**, 18 jan. 20052, p

¹²³ Disponível em: www.abtcp.org.br. Acesso em 05 mar. 2004. Ver J.G.Magaste, **Jornal do Meio Ambiente** – BBC.

primeiras experiências com o eucalipto destinando-o à produção de lenha e de dormentes para as estradas de ferro. O eucalipto apresentou grande adaptabilidade nos solos de São Paulo e, direta ou indiretamente, pode-se obter por meio dele processamento de celulose, tecido sintético, cápsulas para remédios, móveis, perfumes, usos na construção civil, materiais para limpeza, alimentação, equipamentos musicais entre outros.

O processo de produção de celulose branqueada de fibra curta (matéria-prima industrializada), encontra no eucalipto um fator relevante para a redução de custos e para o aumento de competitividade frente ao uso do pinus. Marcovitch (2003, p. 262-265) relata que:

As tentativas para o uso de eucalipto na fabricação de celulose ocorreram na Austrália, de onde o eucalipto é originário, mas não foram aprovadas. No Brasil, o engenheiro Navarro de Andrade, da Cia. Paulista de Estradas de Ferro recebeu a incumbência de conseguir uma madeira que alimentasse as caldeiras das locomotivas, fornecendo, além disso, postes e dormentes. Após os testes e tendo sido aprovado, o eucalipto passou a ser plantado largamente em São Paulo.

Na seqüência o autor informa que Navarro, em 1925, seguiu para Winconsin (EUA) para acompanhar os testes quanto ao uso do eucalipto para a produção de celulose. Aprovado em seu teste inicial, o *Winconsin State Journal* de 30 de setembro de 1925 foi rodado com papel produzido pela celulose de eucalipto. A outra grande vantagem do eucalipto é que ele demora entre seis a sete anos para o primeiro corte, enquanto o pinus necessita, em média, vinte e cinco anos.

Leon Feffer¹²⁴, fundador do Grupo Suzano Feffer, solicitou a seu filho Max Feffer encaminhar as pesquisas sobre o uso do eucalipto na produção de celulose de fibra curta no Brasil. Max Feffer reuniu um grupo de pesquisadores e após seis anos de testes, inclusive na Universidade da Flórida (EUA) o uso do eucalipto estava efetivamente aprovado para a produção de celulose de fibra curta. Segundo o autor, “A produção teve início no primeiro

¹²⁴ Nasceu na Ucrânia em 27 nov. 1902, tento emigrado para o Brasil. Graças à sua força e visão de futuro é considerado um dos maiores líderes empresariais do Brasil. Faleceu em 09 de fevereiro de 1999. Nos baseamos no livro de Jacques Marcovitch, *Pioneiros & Empreendedores: a saga do desenvolvimento no Brasil*. São Paulo: EDUSP, 2003. O capítulo 9 do livro é dedicado a Leon Feffer.

semestre de 1956, quando Leon Feffer comprou a Indústria de Papel Euclides Damiani, em Suzano, a 50 km da capital paulista. A fábrica foi rebatizada como Cia. Suzano de Papel e Celulose”. A partir desta data, a Cia. Suzano passou progressivamente a utilizar o eucalipto como matéria-prima para a produção de celulose.

A partir da visão do engenheiro Navarro e da persistência de Leon e Max Feffer e seus colaboradores, o eucalipto passou a ser usado como matéria-prima que possibilitou à indústria nacional desenvolver-se, contando com uma fonte de recursos renováveis de alta expansão.

Buscando avançar cada vez mais nas pesquisas na área de biotecnologia, foi desenvolvido:

(...) o projeto Genolyptus que reúne 50 pesquisadores das 12 maiores produtoras do país, 7 universidades e 3 centros de pesquisa da Embrapa (...) para identificar os genes do eucalipto responsáveis pelas características de interesse para a indústria – densidade da madeira, comprimento das fibras, teores de celulose e lignina, resistência a doenças etc.¹²⁵.

Após a identificação de mais de 100 genes relacionados às melhores condições do eucalipto para a produção de celulose, cada empresa participante do projeto plantou 50 mil árvores em todas as regiões e climas do Brasil.

Todo esse esforço tem como objetivo “(...) poder adaptar ao clima brasileiro uma variedade de eucalipto que requer menos química para ser processada ao mesmo tempo em que é capaz de produzir até 32% mais celulose por metro cúbico de madeira”, segundo Dario Grattapaglia¹²⁶.

A partir de 1970, com as inovações biotecnológicas, o setor florestal de eucalipto teve sua produtividade triplicada. Se na década de 1970 a Cia. Suzano obtinha três toneladas de celulose por hectare/ano e a Aracruz seis, em 2004 ambas conseguem 11 toneladas de celulose por hectare/ano. A Cia Suzano obteve um aumento de produtividade de 266,7%

¹²⁵ Simone Biehler Mateos, Revista da Confederação Nacional da Indústria, ano 4, n.43, set. 2004, p.36-39.

¹²⁶ Pesquisador da Embrapa e coordenador do projeto. Cf Simone Biehler Mateos. **Revista da Confederação Nacional da Indústria**, ano 4, n. 43, set. 2004, p. 36-39.

enquanto a Aracruz aumentou sua produtividade em 83,3%. Com o desenvolvimento dos projetos de biotecnologia, espera-se para 2017 uma produtividade de 16 toneladas de celulose por hectare/ano o que representará um ganho da ordem de 45,5% para as duas fábricas¹²⁷.

Com os dados de produtividade que o setor florestal de eucalipto apresenta, qual teria sido o nível de investimentos e que economia teria conseguido, por exemplo, a Cia Suzano?

Luis Cornacchioni, gerente de Recursos Naturais da fábrica, afirma que:

(...) o investimento em pesquisa florestal nos últimos 25 anos demandou US\$ 45 milhões, mas isso significou uma economia de US\$ 75 milhões porque seriam necessários investimentos da ordem de US\$ 120 milhões se a produtividade não tivesse aumentando, tendo em vista que a produção de celulose aumentou. Nos últimos dois anos, a Cia Suzano triplicou as verbas destinadas à Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)¹²⁸.

Um outro exemplo sobre os investimentos no setor florestal vem da Aracruz. O primeiro sistema de clonagem obtinha de 100 a 150 brotos por metro quadrado/ano; o sistema atual obtém 40 mil brotos por metro quadrado/ano¹²⁹.

A necessidade de oferta de eucalipto para o período 2004-2014 aproxima-se de 600 mil hectares/ano para suprir a demanda total.

Caso não ocorra um aumento na oferta a um ritmo compatível com a expansão da demanda, uma atitude seria a importação de madeira da Argentina e do Uruguai. A importação de madeira do Uruguai elevaria os custos de produção em até 50%, segundo o Sr. Fernando Henrique da Fonseca, presidente da Celulose Nipo-Brasileira - Cenibra¹³⁰.

A problemática de uma possível escassez de eucalipto (*apagão da madeira*) bem como a necessidade de uma política setorial de produtos florestais foi discutida em seminário

¹²⁷ *Idem.*

¹²⁸ *Idem.*

¹²⁹ *Idem.*

¹³⁰ **Gazeta Mercantil**, 22 jul. p.. A-11.

com representantes dos produtores e consumidores na sede do BNDES¹³¹ e as conclusões foram levadas à presidência da República.

É absolutamente claro que a expansão do setor de celulose e papel depende diretamente da quantidade e do preço da terra disponível, da expansão da fronteira agrícola, das condições do solo, da produtividade das plantações, de um relativo nível de investimentos na imobilização de terras, da articulação com a plantação em fomento, das estradas vicinais, do custo do transporte etc. O solo plano facilita toda a operação de forma mecanizada¹³². Segundo Boris Tabacof¹³³ “(...) os fabricantes de papel e celulose utilizam cerca de 200 mil hectares de área de plantio por ano, o que deve ser elevado para 500 a 600 mil hectares/ano para atender às necessidades de aumento de produção da indústria de celulose e papel do país”.¹³⁴

Para prover o aumento da plantação de eucalipto, a Cia. Suzano e a Bahia Sul vão ocupar áreas na região oeste de São Paulo, no sul da Bahia e no norte do Espírito Santo.¹³⁵ Para ampliar a produção de eucalipto, “A Bahia Sul está desenvolvendo projetos de fomento contratuais, pelos quais fornece a muda, a assistência técnica e toda a infra-estrutura para a plantação, bem como antecipação para o plantio a título de crédito futuro em madeira. Este programa deverá atingir 8 mil hectares de plantio”¹³⁶.

Referindo-se ao modelo de fomento contratual, Luiz Cornacchioni¹³⁷, diz que ele “(...) é uma importante fonte de renda para os pequenos agricultores (...) e responde por 20% do abastecimento da Cia Suzano e da Bahia Sul”. Para Osmar Elias Zogbi¹³⁸ “Estamos estudando

¹³¹ *Idem*, 9 jul. 2003. p. A-9.

¹³² Equipamentos fornecidos pela Komatsu do Brasil (fábrica localizada no município de Suzano/SP) e pela Timberjack, do grupo John Deere, são usadas na colheita de eucalipto para a Cia Suzano e a Bahia Sul.

¹³³ Presidente do Conselho de Administração da Cia Suzano. Entrevista concedida em 1º. mar. 2003.

¹³⁴ **Gazeta Mercantil**, 1 mar. 2003, p. B 7.

¹³⁵ **Gazeta Mercantil**, 14 abr. 2003, p. C-1.

¹³⁶ *Idem*, 14 abr. 2004, p. C-1.

¹³⁷ Gerente de Recursos Naturais. **Gazeta Mercantil**, 14 abr. 2004. p. C-1.

¹³⁸ Presidente da Associação Brasileira de Celulose e Papel (Bracelpa), em jul. de 2003. **Gazeta Mercantil**, 24 jul., p. A-13.

junto com o governo e o BNDES a implantação de linhas de financiamento específicas para permitir a produtores de pequeno porte complementarem sua renda cedendo espaço ao plantio de eucalipto e pinus¹³⁹”.

No final de 2001, a Cia Suzano adquiriu a maioria do controle acionário da Bahia Sul¹⁴⁰ e implementou uma reestruturação para consolidar as operações florestais e melhorar os processos de gestão. Segundo Cornacchioni “(...) a estrutura de pesquisa, planejamento, biotecnologia e meio ambiente já trabalha integrada”. Trabalhando nas áreas de pesquisa e biotecnologia e buscando sempre maior eficiência na produção de eucalipto¹⁴¹, “(...) há 25 anos conseguíamos produzir 3 toneladas de madeira por hectare, hoje são 10 toneladas”, relatou Cornacchioni.

No setor de eucalipto “A indústria brasileira de celulose e papel desenvolveu sofisticada tecnologia, conquistando a maior produtividade do mundo. Hoje, é abastecida exclusivamente por florestas plantadas, que apresentam elevado rendimento industrial, garantido baixos custos para a indústria”. (Juvenal e Mattos, BNDES, 2002, p. 62).

Para suprir as necessidades de eucalipto, a partir de 2004¹⁴², as fábricas estão realizando grandes investimentos na compra de terra, aumento da oferta de eucalipto, melhorias no abastecimento, pesquisas genéticas e em biotecnologia e no desenvolvimento de fomento. As fábricas Cia Suzano e Bahia Sul têm um investimento programado de R\$ 760 milhões e a Klabin investirá R\$ 80 milhões¹⁴³. A Votorantin Celulose e Papel¹⁴⁴, Ripasa e Orsa farão investimentos totais de R\$ 700 milhões em florestas plantadas. A Aracruz desenvolve um projeto piloto em parceria com o BNDES para o financiamento de 2,5 mil fornecedores de eucalipto.

¹³⁹ Madeira também utilizada na fabricação de celulose.

¹⁴⁰ **Gazeta Mercantil**, 14 abr.. 2003, p. C-1.

¹⁴¹ A Cia Suzano foi a primeira fábrica a fazer papel com 100% de celulose de eucalipto.

¹⁴² **Gazeta Mercantil**. Grandes do papel plantam árvores. Rita Karan. 2 mar. de 2004. p. A-1 e A-14.

¹⁴³ A Klabin deverá vender 2,5 milhões de metros cúbicos à terceiros.

¹⁴⁴ A Votorantin compra 15% (600 mil metros cúbicos) do eucalipto que utiliza.

A justificativa para todo o processo de investimento florestal é que a expansão da produção de celulose será de 160 mil toneladas. Em 1999, o metro cúbico do eucalipto estava cotado em R\$ 9. No segundo semestre de 2003, a cotação chegou a R\$ 30, representando um aumento nominal da ordem de 233%. Com a recuperação de parte da economia mundial¹⁴⁵, a demanda por celulose e papel será cada vez maior, o que significa realizar os investimentos futuros imediatamente.

A Cia. Suzano e a Bahia Sul investirão R\$ 760 milhões em 2004 e 2005 para aumentar a oferta e melhorar o abastecimento de eucalipto, além dos investimentos destinados à pesquisa. Em 2007, a produção de celulose da Bahia Sul deverá ser aumentada em 1 milhão de toneladas. Considerando que o eucalipto demora sete anos para o primeiro corte, os investimentos em florestas devem acontecer prevendo-se este prazo no fornecimento da matéria-prima. Os investimentos de 2004 foram 30% maiores que os de 2003. Espera-se plantar no ano de 2004 um total de 31,6 mil hectares que, somados aos atuais 158,4 mil hectares, formarão um total de 190 mil hectares de florestas de eucalipto. Os investimentos na formação de florestas de eucalipto tiveram um incremento de 136,4% no período de 2000 a 2004.

Para a compra de terras em 2004, a Cia. Suzano e a Bahia Sul investiram R\$ 50 milhões, 20% a mais que os investimentos realizados em 2003. Nos itens plantio, manuseio e despesas com colheitas, as duas fábricas gastaram R\$ 90 milhões.

No item equipamentos, os investimentos orçados foram da ordem de R\$ 15 milhões, principalmente em equipamentos para mecanização em áreas que abastecem a Bahia Sul. Os investimentos de 2004 representam um aumento de 5% em relação aos realizados em 2003. Um item que merece destaque na programação de 2004 da Cia. Suzano e da Bahia Sul é o referente à pesquisa e desenvolvimento do eucalipto. Em parceria com universidades, os

¹⁴⁵ Brasil, China, Argentina, Índia, o G-7: Estados Unidos, Japão, Alemanha, Inglaterra, França, Itália e Canadá.

investimentos serão de R\$ 16 milhões aplicados nas áreas de genética e biotecnologia para, entre outras coisas, aumentar os ganhos de produtividade do eucalipto. Para se ter uma idéia dos avanços alcançados, em 1984 a extração de eucalipto em 1 hectare produzia 3 toneladas de celulose; para 2004 é esperada uma relação de 1 hectare para 11 toneladas de celulose, ou seja, um ganho de mais de 266%.

A globalização da economia e o respectivo aumento do comércio internacional aliados à prática cada vez mais forte nos países industrializados do conceito de produção sustentável estão forçando as empresas brasileiras que exportam produtos a partir da madeira a buscarem selos de certificação e qualidade.

Além da Bahia Sul, as fábricas Ripasa e Jarí Celulose preparam-se para obter o selo do Forest Stewardship Council (FSC), ou Conselho de Manejo Florestal. Este sistema de certificação independente adota critérios e padrões aceitos internacionalmente. Sobre a importância deste selo, Pablo Vieitez Garcia, superintendente florestal da Ripasa diz que “Agora, (o selo) pode virar uma barreira alfandegária ou, pelo menos, faz com que as fábricas que não o possuem percam mercado”.¹⁴⁶

Informações do superintendente florestal da Ripasa dão conta de que a implantação do sistema que permitirá a padronização e a emissão do Selo custará US\$ 165 mil nos primeiros dezoito meses e mais US\$ 40 mil para o pagamento dos auditores. A auditoria¹⁴⁷ que está certificando a Ripasa (março de 2004) trabalha com um engenheiro florestal, um ecologista e um sociólogo.

¹⁴⁶ Grandes do papel plantam árvores. **Gazeta Mercantil**. 2 mar. 2004, p.2.

¹⁴⁷ *Scientific Certifications Systems*.

2.4.1 Monocultura: principal problema

No setor de celulose e papel, um dos grandes questionamentos é quanto à ação deletéria das plantações de eucalipto quer por sua extensão, quer por transformar-se em monocultura, quer por sua altura ou por sua alta absorção de água do solo e, portanto, sua *sombra*.

No Seminário de Planejamento do Projeto Veracel (já citado) o engenheiro florestal João Borges, em nome da empresa e respondendo às perguntas dos participantes sobre a questão do eucalipto relatou¹⁴⁸ que:

(...) em 1945 o sul da Bahia tinha quase 100% de floresta e seu desmatamento foi causado pela exportação de madeira e, também, para áreas de pastagens; assim, a Veracel instalando sua unidade de produção e plantando eucalipto nas áreas já degradadas não estaria ferindo nenhum processo de preservação ambiental e, ao contrário, sua ação em benefício do meio ambiente será enorme pois, além de respeitar a legislação vigente, aumentará a área de preservação da Mata Atlântica atingindo um total de 70 mil hectares preservados; também referiu-se (longamente) às condições climáticas da região que receberá a fábrica, informando que não ocorrerá praticamente nenhuma perda com relação à produção de alimentos que é muito pequena na região e que quanto às frutas (grande produção na região) praticamente não haverá alterações; informou também que sendo o descascamento do eucalipto realizado no campo, isto aumentará a fertilidade do solo; como a Veracel trabalhará com fomento, serão respeitados os mesmos limites legais para preservação do meio ambiente, ou seja, 18% da área será preservada para garantir o menor impacto ambiental; a Veracel já está utilizando quinze clones comerciais, o que responde por 85% do plantio.

Neste sentido, podemos resumir a fala do representante da Veracel em seis pontos: já havia desmatamento e áreas degradadas; a empresa respeitará a legislação ambiental vigente; a área destinada à preservação ambiental será aumentada; a produção local de frutas não sofrerá nenhum impacto; o uso do modelo de fomento permitirá geração de renda e a fertilidade do solo será aumentada.

Se uma das questões que envolvem o setor de celulose e papel diz respeito à monocultura do eucalipto, vejamos o projeto de produção de mamona¹⁴⁹ no município de

¹⁴⁸ Estas anotações foram realizadas no decorrer da exposição do engenheiro.

Canto do Buriti, a 435 quilômetros de Teresina (PI). O referido projeto “(...) prevê o plantio de 200 mil hectares de mamona na região Nordeste e o assentamento de 11 mil famílias de trabalhadores rurais. A mamona será matéria-prima para produção de óleo e biodiesel(...)”. Dada à falta de “(...) marco regulatório e decisões de âmbito de tecnologia de motores, no primeiro momento, a produção será de óleo vegetal para exportação. A produção de biodiesel ficará para um segundo momento (...)”, segundo informações da Brasil Ecodiesel

Em um primeiro momento, temos o mesmo princípio que o adotado pelo setor de celulose e papel: a plantação em grande escala ocupando enorme quantidade de terra. Especificamente neste projeto encontramos uma enorme diferença em relação ao setor de celulose e papel, dada pela chamada inclusão social.

Até o final de 2004, 560 famílias serão assentadas em uma área de 18 mil hectares. Serão destinados R\$ 15 milhões. Cada Família terá 15 hectares para cultivo consorciado de mamona e feijão; três hectares para exploração livre; e participação em área reservada à preservação ambiental. Além de receberem casa com água encanada e eletricidade, as famílias vão compartilhar uma estrutura central com posto médico, odontológico, escola, mercado, centro comunitário, hospedarias, auditório e cinema. Os agricultores também terão suporte técnico e de capacitação.

Quando se pensa em diferencial de custo no mercado competitivo de papel e celulose e na utilização do eucalipto de fibra curta para a produção de celulose, em confrontação com a utilização da celulose de fibra longa, os dados mostram que, para um custo de US\$ 250 por tonelada na utilização de celulose de eucalipto, a fabricação de celulose de fibra longa levaria os preços para US\$ 400 por tonelada. É evidente que a diferença de US\$ 150 por tonelada a favor da celulose de eucalipto indica que esta vantagem comparativa de custo deve ser seguida e mantida para fazer frente a um mercado em expansão. Neste particular, retoma-se a questão da expansão da floresta de eucalipto e seus impactos socioambientais.

¹⁴⁹ Inaugurado em 25 de março de 2004 pela empresa Brasil Ecodiesel. **Gazeta Mercantil**. 26 a 8 mar. 2004, p. A-12.

Neste sentido é urgente e imperioso desenvolver alternativas que gerem emprego, renda e baixo impacto ambiental, aliados à sustentabilidade. O setor de papel e celulose, pelo seu potencial, tem condições de oferecer uma alternativa de produção de eucalipto que reúna as condições socioambientais mais favoráveis. Assim, as pesquisas que estão sendo realizadas pelas próprias empresas e por universidades para a melhoria da produção de eucalipto, juntamente com as críticas do movimento Rede Alerta contra o Deserto Verde e a própria afirmativa de Foelkel¹⁵⁰ de que “Se não houvesse vozes criticando e sugerindo, é certo que não teríamos hoje a qualidade de plantações e de tecnologia florestal que dispomos” nos encaminham para a discussão política e técnica com as comunidades, o setor empresarial, as universidades e o governo para um grande projeto de sustentabilidade socioambiental, da mesma forma que no processo de produção as normas da ISO são aplicadas.

2.5 O papel do BNDES

Iniciamos a análise da importância do BNDES¹⁵¹ como estrategista do financiamento de setores importantes da industrialização brasileira. É claro que o setor de celulose e papel, dentre outros, faz e continua fazendo parte da ação do Banco.

Na dinâmica do crescimento industrial brasileiro o BNDES representou:

(...) a capacidade de pensar e compreender a dinâmica da economia brasileira a partir de seus setores produtivos específicos. Foi essa “cultura setorial” que permitiu (...) identificar os principais obstáculos ao desenvolvimento, assim como criar os instrumentos necessários para concretizar sua tarefa de financiador dos projetos essenciais para a inserção do país entre as economias mais avançadas.

¹⁵⁰ Celso Foelkel. **Revista O Papel**. fev. de 2005, p. 28-29.

¹⁵¹ BNDES: 50 anos – histórias setoriais. 2002, p. 6-7.

O Banco desenvolveu logo em seu início “(...) uma visão setorial do processo de desenvolvimento (ficando claro) que era preciso estudar os setores e definir quais deles teriam condições para impulsionar o crescimento industrial nascente”.¹⁵²

Na crise do petróleo da década de 1970, “(...) o BNDES entrou em campo para formar um parque industrial substituidor de importações (...) especialmente as áreas de bens de capital e de insumos básicos, viabilizando projetos nos setores de celulose e papel (...)” .

O desenvolvimento do setor de celulose e papel está intimamente ligado à história e às ações do BNDES. O relacionamento do Banco com o setor de celulose e papel

(...) permitiu desenvolver uma indústria internacionalmente competitiva, sob controle nacional, e formar uma base de tecnologia florestal extremamente avançada, capaz de garantir aumentos constantes de produtividade (...) (tornando-se) (...) um dos alicerces para a expansão da indústria de celulose e papel no país. (Juvenal e Mattos, 2002, p.49).

O período marcante da ação do BNDES no setor de celulose e papel se estende de 1956 – 74, quando se deu “(...) o primeiro grande salto no volume de produção e se criaram as condições para atingir a configuração atual” Zaeyen (1986). O autor cita, ainda, três fatores que permitiram o desenvolvimento do setor. :

I) A política de incentivos fiscais de 1966 (Lei 5106) ... dedução de Imposto de Renda para investimentos em projetos de reflorestamento aprovados pelo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal;

II) A fixação pelo BNDES (1968) de níveis mínimos de escala de produção para projetos que desejassem apoio financeiro;

III) A fixação pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico (1972) de novos níveis de escala de produção. (...) ¹⁵³.

Elementos importantes da relação do BNDES com o setor de celulose e papel referem-se à “(...) escala mínima, conquista de mercado externo, abertura de capital, adoção de

¹⁵² *Idem.*

¹⁵³ JUVENAL e MATTOS. BNDES, 2002, p. 49.

tecnologias limpas, responsabilidade social e governança corporativa, entre outros (...)”¹⁵⁴. É importante frisar que uma preocupação do Banco é aquela ligada às tecnologias limpas (processos de produção, redução do consumo de matérias-primas etc.) que implicam numa menor agressão ao meio ambiente.

O ano de 1955 marca o primeiro financiamento do BNDES para o setor. De 1955 a 2002, o Banco concedeu aprovações de crédito no valor de R\$ 30,9 bilhões (em Reais de 31.12.2001). Deste total, os valores mais expressivos referem-se à década de 70 quando foram implantados os grandes projetos.¹⁵⁵

Segundo Juvenal e Mattos (BNDES, 2002, p.51) na divisão histórico-cronológica das ações do BNDES no setor de celulose e papel, a inauguração da Bahia Sul (1992) e o último grande projeto financiado pelo Banco marca o final do período iniciado em 1952. Este período refere-se à consolidação do parque industrial, com o financiamento dos grandes projetos do setor.

Um grande marco da indústria brasileira de celulose e papel foi a utilização do eucalipto como matéria-prima na produção de celulose de fibra curta e, conseqüentemente, seu uso na fabricação de papel.

Este pioneirismo teve início

Em 1952, [quando] técnicos da S/A Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo conseguiram produzir papel para escrever com celulose de eucalipto. (...) O sucesso desse experimento levou algumas empresas a pesquisarem o processo industrial de produção de celulose de eucalipto em grande escala e sua aplicabilidade para a produção de papel de escrever (...).¹⁵⁶

¹⁵⁴ *Idem.*

¹⁵⁵ *Idem.* p. 50-51.

¹⁵⁶ *Idem.* p. 53-54.

No governo Juscelino Kubitschek (1956 – 1960), foi modelado e implementado o Plano de Metas, com a criação do Conselho Nacional de Desenvolvimento e dos Grupos Executivos Setoriais (operacionais), que representaram uma intervenção do Estado na economia e na infra-estrutura, sem precedentes no Brasil. Os setores selecionados como prioritários no Plano de Metas eram: energia, transporte, alimentação, indústria básica e educação, além da construção de Brasília. O BNDES, dentro da política do Plano de Metas “(...) passou a atuar não só como agente financeiro, mas também como formulador de políticas públicas, especialmente industriais”.¹⁵⁷ O setor de celulose e papel era um segmento da indústria de base considerado altamente prioritário. Com o desenvolvimento das experiências de fabricação de celulose com eucalipto (fibra curta):

(...) em 1957 o Banco passa a apoiar o setor de forma mais constante (...) O eucalipto representou uma revolução na produção de celulose no Brasil (...) O êxito das pesquisas com o eucalipto (...) permitiu ampliar a produção de celulose no Brasil. A Panamericana Têxtil, a Cia. Suzano e a Papel Simão são empresas que tiveram destaque no desenvolvimento da tecnologia do papel de celulose de eucalipto (...).¹⁵⁸

No relato de Juvenal e Mattos (BNDES, 2002, p.55-56) a data de outubro de 1968 é de extrema importância para o setor de papel e celulose, pois o Conselho de Administração do BNDES, após receber as conclusões de um estudo¹⁵⁹ sobre a cadeia produtiva de celulose e papel no Brasil, fixou novos parâmetros para o setor.

Dado que o setor cresceu de forma espontânea, pequenas empresas produziam com uma escala muito baixa. O Banco fixou, então, uma escala mínima de produção para os projetos de financiamento de produção de celulose (100 toneladas/dia) e de

¹⁵⁷ Juvenal e Mattos, BNDES, 2002, p. 53.

¹⁵⁸ *Idem*, p. 49-74.

¹⁵⁹ Proposta da Associação Nacional dos Fabricantes de Papel e Celulose ao BNDES para conhecimento e análise da cadeia produtiva. O Banco custeou 70% das despesas com a pesquisa.

produção de papéis (50 toneladas). Além disso a empresa financiada deveria ter 50% de suprimento próprio de fibras, dedicar-se à investigação tecnológica do uso de celulose de eucalipto no fabrico de papel imprensa e na elaboração de normas técnicas para o setor.

Com a crise do petróleo (final de 1973), ocorreu uma forte retração na economia mundial. A economia brasileira estava ainda dentro dos parâmetros do “milagre econômico” (1968-1973) e sentiu fortemente a retração da economia mundial, principalmente quanto ao item de financiamento através de capitais externos.

Nesta conjuntura de crise, o governo formula o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), priorizando a substituição de importações e forçando os itens possíveis de exportação. Em 1974, os técnicos do BNDES geram subsídios para o Primeiro Programa Nacional de Papel e Celulose (I PNPC).

Resumidamente, estas foram as principais metas e recomendações para o setor:

(...) apoiar ampliações e modernizações das unidades existentes; estimular a implantação de novas fábricas, bem como a fusão, incorporação ou outras formas de associação a visando melhorar a eficiência e ganhos de escala; estimular a pesquisa por fibra curta na produção de papel; estimular a reciclagem de papéis; estimular a liberação de reservas florestais pertencentes às indústrias siderúrgicas; estimular a compra de equipamentos nacionais e a contratação de engenharia de empresas brasileiras; estimular a redução dos efeitos poluidores das unidades fabris, bem como a recuperação de produtos químicos empregados no processo industrial; estimular a integração floresta-indústria, em termos espaciais e empresariais, evitando a dispersão de recursos florestais e minimizando os custos de exploração, transporte e produção; apoiar a pesquisa florestal, seleção e melhoria de espécies na mecanização, na exploração florestal etc.¹⁶⁰

Os autores¹⁶¹ relatam que muitos empresários, no início, resistiram às normas impostas pelo BNDES, mas não houve impedimento no tocante à realização de operações. Um importante elemento da preocupação do BNDES no setor de celulose e papel diz respeito ao

¹⁶⁰ Juvenal e Mattos. BNDES, 2002, p. 60-61.

¹⁶¹ *Idem.* p. 61-62.

cuidado com o meio ambiente. “Em 1976, o Banco firmou convênio com a Secretaria Especial do Meio Ambiente (Sema) (...) cujo objetivo era implementar normas de proteção ao meio ambiente e de controle da poluição industrial”.

Entre 1974 e 1980, a produção de celulose e papel cresceu 201%, fruto da combinação dos investimentos dos empresários e da participação do BNDES no setor. É importante frisar que as ações do Banco fortalecem o capital privado nacional

No período de 1974 a 1980, foram canalizados pelo BNDES, para o setor de celulose e papel, investimentos da ordem de R\$ 8,68 bilhões. No período de 1981 a 1985, os investimentos chegaram a R\$ 3,36 bilhões.

Em fins de 1985, o Brasil possuía uma poderosa indústria de celulose e papel. Para a concessão dos empréstimos, o BNDES reafirmava que, entre outros critérios, estavam a aprovação dos projetos por parte da Secretaria Especial de Meio Ambiente: meio ambiente, tratamento de efluentes, utilização de resíduos florestais como combustível, aproveitamento de energia hidrelétrica, aproveitamento da casca da madeira entre outros.

O parque industrial de celulose e papel já instalado e em pleno funcionamento vai conviver, a partir de 1980, com a adversidade de uma economia em desaceleração. É hora de dirigir os investimentos para modernização e ganhos de produtividade. Entre outras coisas, é importante salientar o início da gestão profissional que vai substituir a gestão familiar¹⁶², em grandes empresas do setor.

No final de 1987, o governo federal lançou um novo Programa Nacional de Papel de Celulose com metas para 1995. Resumidamente, apresentamos algumas propostas:

¹⁶² Dada a liderança empresarial e social, apresentaremos no capítulo NN um resumo sobre o sr. Leon Feffer fundador do Grupo Suzano Feffer, conforme MARCOVITCH, Jacques. **Pioneiros & Empreendedores: a saga do desenvolvimento no Brasil**. São Paulo: Edusp, 2003. p. 251-282. Cap. 9.

- ampliação da oferta de celulose em 94,1%, papel em 110% e pasta em 171,2%;
- implantação de florestas destinadas ao auto-abastecimento das fábricas;
- aumento das exportações de celulose na ordem de 52% e de papel em 51%;
- privilegiar os investidores de reconhecida capacidade financeira e competência empresarial;
- proporcionar incentivos fiscais para importação de equipamentos e implantação de florestas;
- estimular a capitalização das empresas pela abertura de capital.

No novo ciclo de investimentos do Programa Nacional de Papel de Celulose - metas para 1987-1995 surge a Bahia Sul Celulose¹⁶³ a ser implantada no município de Mucuri, no extremo sul da Bahia. A nova fábrica foi planejada para a fabricação de celulose branqueada de fibra curta de eucalipto. Em junho de 1989 foram iniciadas as obras civis; em março de 1992, teve início a operação da fábrica de celulose e, em fevereiro de 1993, a máquina de papel começou a funcionar. Em 2003, começaram as obras para aumento da produção de celulose e papel. Em outubro de 2004, o Conselho de Administração aprovou o estudo de viabilidade para a duplicação da fábrica, com investimentos da ordem de US\$ 1,2 bilhão. Todo o projeto deverá estar concluído no início de 2007.

Em suas exigências, o BNDES passa a incluir nos empreendimentos que se instalavam a preocupação com o denominado “ambiente social”. Isto implica que o Banco introduz o conceito de responsabilidade social das empresas. Nas palavras de Juvenal e Mattos (BNDES: 2002, p.69), “(...) o Banco exigiu que a Bahia Sul investisse na infra-estrutura comunitária, para minimizar os desequilíbrios sociais provocados por projetos daquele porte (...) celebrou [portanto] um contrato específico”.

¹⁶³ A Bahia Sul Celulose é o último projeto do tipo “*green field*”, segundo JUVENAL e MATTOS, BNDES: 2002, p. 68.

A exigência do BNDES quanto aos investimentos na infra-estrutura comunitária, por parte da Bahia Sul, merece registro, pois o setor financeiro já foi duramente acusado de financiar obras de alto impacto socioambiental apenas com a visão do lucro e, portanto, sem atentar para as condições de sustentabilidade socioambiental. Pode-se dizer que a ação do Banco, se insere nos modernos padrões de gerenciamento do processo de produção, da utilização dos recursos naturais, da preservação do meio ambiente e de utilização de subprodutos no setor ou em outros setores de tal forma que minimize os impactos ambientais e sociais.

No início dos anos 90, o setor de celulose e papel encontrava-se consolidado. O BNDES deixou de ser o alicerce do setor para se constituir em uma alternativa de financiamento. O setor passou a enfrentar a competição internacional, regido por uma administração moderna, ágil e conectada com as demandas ambientais, sociais e de normas de qualidade.

Ao aprovar o financiamento de 40% dos investimentos para a construção da Veracel Celulose, o BNDS retoma o seu papel de grande investidor em mega-projetos, especialmente no setor de celulose e papel. A capacidade de produção desta fábrica será de 900 mil toneladas por ano. Segundo Aguiar, o planejamento estratégico sinaliza para a ampliação da participação mundial da empresa, fruto do aumento da capacidade instalada pela construção de novas unidades, ou pela aquisição e fusões.

O Brasil está colocado no *ranking* dos exportadores de celulose em 3º. lugar, atrás do Canadá e dos Estados Unidos. Com a implantação da Veracel e a expansão de outras fábricas, a posição do Brasil fica cada vez mais consolidada neste setor, que consegue avançar para uma posição de liderança através da combinação de fatores sinérgicos: baixo custo de produção do eucalipto, terras férteis, mecanização da colheita de eucalipto, alta rentabilidade do negócio, apoio financeiro do BNDES, alta demanda por papel, formação de um quadro

técnico de alto nível¹⁶⁴, adequação às normas internacionais de qualidade e redução dos impactos socioambientais nas plantas industriais recentes. O setor também reclama da falta da Reforma Tributária, do baixo investimento do Governo em infra-estrutura, na excessiva burocracia etc., que, juntos, dificultam a concorrência, principalmente no mercado internacional.

Para o período de 2004-2012, o setor de celulose e papel fará investimentos (novas plantas industriais) da ordem de US\$ 14,4 bilhões, dobrará as exportações para US\$ 4,3 bilhões (crescimento de 105%), elevará as produções de celulose para 14,5 milhões de toneladas (aumento de 81%) e a de papel para 13,4 milhões de toneladas (incremento de 74%)¹⁶⁵. No processo de alavancagem financeira, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) comprará ações de diversas indústrias do setor e os recursos serão revertidos em investimentos. É importante frisar que o setor de celulose e papel sempre recebeu do BNDES um grande apoio em financiamento de longo prazo.

Concluindo esta apresentação sobre a atuação do BNDES, é necessário dizer que as perspectivas e desafios do setor de celulose e papel passam pelo processo de globalização, da abertura comercial, da formação dos blocos geo-econômicos, dos desafios da integração do Mercosul e da possibilidade de formação da Área de Livre Comércio das Américas - Alca.

¹⁶⁴ A Associação Brasileira Técnica de Celulose e Papel e a Universidade Federal de Vitória oferecem o curso de Pós-graduação *Lato-Sensu* em Celulose e Papel. Disponível em <http://www.abtcp.org.br>.

¹⁶⁵ Dados da Associação Brasileira de Celulose e Papel (Bracelpa) e Gazeta Mercantil, 29 set. 2004, p. A-16, do Panorama Setorial - Estudos Especiais: Celulose e Papel.

CAPÍTULO 3

A BAHIA SUL CELULOSE E PAPEL

Nada se faz sem papel.

(Leon Feffer)

Para relatarmos a constituição e o desenvolvimento da Bahia Sul Celulose e Papel é importante fazermos referência ao pioneiro do setor e líder do grupo Suzano Feffer, Leon Feffer. Para tanto, utilizaremos as informações de Jacques Marcovitch.¹⁶⁶

Leon Feffer nasceu em 27 de novembro de 1902 na Ucrânia e faleceu aos 96 anos, em 09 de fevereiro de 1999, com a mesma vitalidade de sempre. Detestava ficar em casa e jamais parou de trabalhar. Em um período de extrema pobreza, revirava sacos vazios à procura de alguns gramas de sal ou de açúcar. No outro extremo, chegou a ser citado pela **Revista Forbes** como possuidor de uma fortuna pessoal de mais de um bilhão de dólares. Além disso, exerceu a função de Cônsul Honorário de Israel. Desembarcando no porto de Santos para encontrar com o pai que já estava no Brasil, Leon dominava o iídiche, hebraico, russo, alemão e um pouco de inglês e francês, mas nem uma palavra em português. Como seu pai era sócio de um atacadista português que atendia bazares e papelarias, Leon especializou-se em papel, utilizando-se da frase de que “nada se faz sem papel”.

Em 15 de junho de 1923, registrava na Junta Comercial de São Paulo, a primeira firma em seu nome. Casou-se com Antonietta, filha de Salomão Teperman, um judeu riquíssimo que atuava no setor de móveis finos. Do casamento nasceram Max e Fanny.

¹⁶⁶ **Pioneiros & Empreendedores:** a saga do desenvolvimento no Brasil. V 1. São Paulo: EDUSP, 2003. Leon Feffer. Capítulo 9, p. 251 – 281. Para um resumo sobre as origens da Cia Suzano ver: TAVARES, Francisco C. O impacto das mudanças tecnológicas na organização do trabalho: o setor de conversão de papel da Cia. Suzano. **Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia Política,** PUC-SP, 1997.

Atuando em alguns setores da atividade econômica, resolveu que além de vender papel, iria fabricá-lo. Parte dos papéis que Leon vendia eram importados da Alemanha e do Japão. No ano de 1939 a ameaça da Segunda Guerra levou Leon a pensar que haveria desabastecimento de papel. Estava correto. Para conseguir um montante de recursos, Leon resolveu vender tudo o que tinha, inclusive sua própria casa. A fábrica foi montada na Avenida Presidente Wilson, no bairro do Ipiranga¹⁶⁷, em uma área de 11 mil metros quadrados. Em 1941 a Indústria de Papel Leon Feffer começou a operar produzindo vinte toneladas por dia.

Com o aumento da produção surge o problema da matéria-prima: como aumentar a produção de celulose? As experiências com eucalipto, do engenheiro Navarro de Andrade, da Companhia Paulista de Estrada de Ferro, foram decisivas para que Leon Feffer solicitasse a seu filho Max¹⁶⁸ a formação de um grupo para o desenvolvimento de experiências sobre a possibilidade do uso de eucalipto para produção de celulose de fibra curta. Em 30 set. 1925, os testes positivos permitiram que o *Winsconsin State Journal* fosse publicado em papel fabricado a partir da celulose de eucalipto.

Em 1956, Leon Feffer compra a Indústria de Papel Euclides Damiani, em Suzano, a 50 km da capital paulista. Rebatizou a fábrica de Cia. Suzano de Papel e Celulose. A produção inicial era de 30 toneladas por dia.

A celulose de eucalipto não motivou os produtores de papel para consumi-la. Leon, então, decidiu que produziria papel a partir da celulose que a Cia. Suzano fabricava. Aproveitou a oportunidade de expansão e adquiriu a Indústria de Papel Rio Verde, em Suzano. Quando o mercado percebeu a condição da utilização de celulose a partir do eucalipto, colocou seus pedidos para a Cia. Suzano. Porém não havia oferta suficiente para

¹⁶⁷ A unidade Ipiranga foi desativada em 1999.

¹⁶⁸ Pesquisas realizadas na Universidade da Flórida, durante seis anos.

atendê-los. Era tudo o que Leon Feffer queria para aumentar a capacidade de produção. A idéia da celulose de eucalipto era uma realidade e um sucesso.

A partir deste momento, as empresas lideradas por Leon e Max Feffer começam uma arrancada para se tornarem líderes em produção de celulose a partir de eucalipto, bem como para utilizá-la na produção de papéis e cartões.

Os altos investimentos realizados a partir da década de 1970, guiados pela visão de mercado de Leon Feffer, aumentaram a produção da Cia. Suzano. A liderança da Cia. Suzano tornou possível a implantação da nova fábrica de celulose e, por extensão, das máquinas de papel B-5, B-7 e B-8; da cortadeira Will-Pemco¹⁶⁹ para a produção de papel sulfite (linha Report); da máquina de cartão B-6 e da máquina de pintar MP-II.

Atuando em vários ramos da atividade econômica, nasce mais um audacioso projeto: uma fábrica de celulose e de papel no estado da Bahia. Era a hora de planejar e executar a fábrica Bahia Sul.

A Bahia Sul Celulose e Papel está localizada no distrito de Itabatã, município de Mucuri, extremo sul da Bahia, distante 904 km de Salvador, a 7 quilômetros da BR 101 e a 25 quilômetros da divisa com o Espírito Santo.

O projeto da fábrica conseguiu atrair sinergias, pois, do ponto de vista técnico, implantou o que havia de mais moderno em termos de processo, equipamento e técnicas de preservação ambiental; na questão estratégica, a proximidade das florestas com a fábrica reduz custos de transporte; do ponto de vista econômico, o custo de produção é altamente competitivo. Na questão social, a fábrica está instalada em uma região que, desde o descobrimento do Brasil, sempre sofreu com processos econômicos depredadores. Boris Tabacof, diretor-superintendente da Bahia Sul, costuma dizer “(...) que o projeto da empresa

¹⁶⁹ O impacto das mudanças tecnológicas na organização do trabalho: o setor de conversão de papel da Cia Suzano. (estudo de caso a implantação da Cortadeira Will-Pemco que, em 1985, era a máquina mais moderna do Brasil). **Dissertação de Mestrado**. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC, 1997.

representa o início de uma nova onda de desenvolvimento no Estado da Bahia, depois de Aratu e Camaçari”.

Nas informações transcritas, vemos claramente que o capital sempre apresenta o discurso do progresso, do desenvolvimento econômico, da geração de oportunidades, enfim, de um futuro melhor para todos. Na prática, vimos em nossa visita a Mucuri que, se esse discurso existe, ele não é para todos. Os “nativos” estão fora do discurso que, na verdade, enquanto discurso, foi elaborado “para eles”. Os “nativos” somente serão incorporados à dinâmica do consumo e do acesso aos bens e serviços da sociedade na medida em que o espaço for aberto pela fábrica. Em outras palavras, não está, ainda, nas possibilidades dos “nativos” ingressar no mundo do desenvolvimento. Neste discurso e na sua operacionalização corre-se o risco de que “(...) os dominados radicalizem as promessas da modernidade”, como afirma Oliveira (1999, p.11-12), e que descubram “(...) que não existe mercado na acepção liberal na periferia do capitalismo”. O não cumprimento das promessas de emprego, renda e consumo poderá levar à quebra do pacto de boa-vizinhança: a cidadania organizada e consciente de seu papel político e social e refletindo sobre o engano ao qual foi conduzida pelo discurso do capital poderá tornar-se força organizada para cobrar direitos sociais que estão inscritos até na própria ordem constitucional. Em outras palavras, pode aparecer e desenvolver uma radicalização social que questione a base deste discurso do capital e, até, propor um novo modelo de sustentabilidade local.

Neste sentido, para ilustrar nossa análise, a Rede Alerta Contra o Deserto Verde já constitui aquilo que Oliveira chama de “sujeitos difusos” que “(...) podem ser cidadãos, têm que ser cidadãos, aos quais o problema em tela pode não afetar diretamente, mas ameaça sua existência enquanto cidadão e enquanto ser vivo (...)” utilizando-se de formas clássicas de pressão e, até mesmo, incorporando sua luta nos sites da Internet. As formas e os mecanismos de pressão sócio-política podem ser variados e de intensidade diferenciada. Scherer-Warren

(2001, p.40) aponta para a formação de “Novos Movimentos Sociais, como os ecológicos e pela qualidade de vida (...) enfim, uma multiplicidade de novos sujeitos com especificidades diversas, que vêm se fortalecendo por meio de inovadoras formas de participação na esfera pública”.

Cronologicamente, os marcos importantes da Bahia Sul¹⁷⁰ são: a constituição da empresa foi realizada em dezembro de 1987 formada pela Cia. Suzano de Papel e Celulose e a Cia. Vale do Rio Doce. O investimento total foi calculado em US\$ 1,2 bilhão sendo, na época, o maior projeto do Brasil. Na composição inicial dos recursos financeiros, 52% foram próprios e 48% (de longo prazo) foram obtidos junto a duas linhas do sistema BNDES: uma linha do Banco do Nordeste do Brasil, e outra linha do International Finance Corporation (IFC), agência do Banco Mundial. O financiamento do IFC foi de US\$ 100 milhões, o maior da agência no mundo. A Bahia Sul também captou recursos através da abertura de capital lançando US\$ 55 milhões em ações preferenciais. A Bahia Sul ocupa uma área de 1,327 milhão de metros quadrados.

As obras civis tiveram início em junho de 1989. A fábrica de celulose começou a operar em março de 1992; em abril de 1992 foi realizada a abertura de capital da empresa com a colocação de ações na Bolsa de Valores; em fevereiro de 1993 entrou em operação a fábrica de papel; em fevereiro de 1995 a Bahia Sul implantou a ISO 9002 e a BS 7750 (primeira empresa do setor no mundo a receber esta certificação); a ISO 14001 foi implantada em setembro de 1996; a re-certificação da ISO foi realizada em março de 1998; em 2000 e 2001 a empresa recebeu prêmios de qualidade¹⁷¹.

No ano de 2001, a Cia. Vale do Rio Doce deixou o setor de celulose e papel e a Cia. Suzano adquiriu todas as ações da Bahia Sul, gerando um negócio de R\$ 2,7 bilhões de

¹⁷⁰ Disponível em www.bahiasul.com.br. Relatório da Administração Cia. Suzano e Bahia Sul – exercício de 2002.

¹⁷¹ Gestão Ambiental *Millennium Business Award for Environmental Achievement* – ONU e Prêmio Nacional de Qualidade, respectivamente.

faturamento anual¹⁷². Em outubro do mesmo ano, teve início o processo de Gestão Unificada Suzano Bahia Sul. Neste processo foram definidos a “visão, missão e valores” assim descritos “Os valores expressam a essência de uma visão de mundo na qual a Cia. Suzano cumpre a missão de antecipar-se às necessidades de consumo, de desenvolver produtos, serviços, conceitos e ideais, além de otimizar condições para satisfazer acionistas, colaboradores, fornecedores e comunidades”¹⁷³. Ao definir sua trilogia, a empresa fixou seu olhar para a realidade presente além de sinalizar a antecipação das necessidades dos consumidores em um mercado de grande desenvolvimento tecnológico que requer pesquisas de ponta, inovação e qualidade. Embora cite a necessidade de criar e desenvolver sinergias com os *stakeholders*, não cita nominalmente as questões socioambientais como parte de sua visão, missão e valores.

Em junho de 2004, a Bahia Sul Celulose S/A incorporou a Cia. Suzano de Papel e Celulose¹⁷⁴ – unidades Suzano e Rio Verde –, tendo em vista que os ganhos desta operação no mercado foram maiores do que seria se a Cia. Suzano de Papel e Celulose tivesse incorporado a Bahia Sul. Após a incorporação, a denominação ficou registrada como Suzano Bahia Sul Papel e Celulose S/A. Em outubro de 2004 foi aprovado pelo Conselho de Administração o estudo de viabilidade para expansão da fábrica e, em novembro de 2004, após a conclusão do processo de otimização da fábrica, a capacidade de produção de celulose aumentou em 60 mil toneladas/ano.

O município de Mucuri encontra-se localizado na Região do Extremo Sul da Bahia que compreende uma área total de 30mil km². A Região representa 5,6% dos 540 mil km² que formam o território do Estado da Bahia. A Região é formada por 21 municípios: Alcobaça, Belmonte, Caravelas, Eunápolis, Guaratinga, Ibirapuan, Itabela, Itagimirim, Itamarajú,

¹⁷² Murilo Passos, superintendente da Cia. Suzano. **Guia Exame-** Boa Cidadania Corporativa, 2004. Juliana Almeida, p. 52- 53.

¹⁷³ Relatório da Administração Cia. Suzano e Bahia Sul – exercício de 2002.

¹⁷⁴ Relatório da Administração da Suzano Bahia Sul Papel e Celulose S.A/2004 – condensado. **Gazeta Mercantil**, 18 a 20 fev. 2004. Em maio de 2001 a Cia. Suzano de Papel e Celulose adquiriu todas as ações com direito a voto da Bahia Sul.

Itanhém, Itapebi, Jucuruçu, Lagedão, Medeiros Neto, Mucuri (sede da Bahia Sul), Nova Viçosa, Porto Seguro, Prado, Santa Cruz de Cabrália, Teixeira de Freitas e Vereda.

O conjunto de municípios da Região do Extremo Sul tem uma população de 705.494 habitantes¹⁷⁵, representando 5,2% da população do Estado da Bahia (13.466.288 habitantes, previsão, 2003). Mucuri tem uma população de 31.283 habitantes, representando 4,4 % da Região e 0,23% do total do Estado da Bahia.

Dos 133 mil hectares de área da Bahia Sul, 76 mil hectares (57,14%) são destinados à plantação de eucalipto, envolvendo 9 municípios da Bahia e do Espírito Santo. Para área de preservação foram destinados 46 mil hectares (35,38%).

O processo de produção e o desempenho ambiental da Bahia Sul são reconhecidos internacionalmente como os menos agressivos entre os processos usados pelos produtores de celulose. Segundo relato de Eloy Janesch¹⁷⁶ “(...) nossos índices estão bem acima da proposta negociada pelo governo americano com as empresas em operação nos Estados Unidos”.

O sistema de colheita de eucalipto na Bahia Sul é realizado por máquinas que cortam as árvores a cerca de 10 a 15 centímetros do solo, descascam e cortam as toras de madeira, que têm entre 20 e 22 metros, em pedaços de até 6 metros. As cascas e galhos ficam no próprio campo e servem de nutrientes para a terra. Esse processo reduz em cerca de 12% o volume da madeira e em 5,5% o peso. Somente em regiões planas é que se pode usar este sistema mecanizado. Os equipamentos processam o corte de 20 árvores por hora, segundo Luiz Cornacchioni¹⁷⁷. Este profissional informa também que:

A Cia. Suzano, unidade Suzano, adotou o mesmo sistema de colheita de eucalipto utilizado pela Bahia Sul, a partir de outubro de 2003. A redução de custo é de R\$ 1,20 por metro cúbico. A Suzano deverá receber 1,9 milhão de metros cúbicos sem

¹⁷⁵ Disponível em: www.ibge.gov.br/cidades, set. de 2004.

¹⁷⁶ Diretor da fábrica.

¹⁷⁷ Gerente de Recursos Naturais da Cia Suzano.

casca, com uma economia de R\$ 2,2 milhões. O simulador para especializar os operadores custou R\$ 352 mil.

Para atender às necessidades de eucalipto, a Cia. Suzano e a Bahia Sul cultivarão mais 40 mil hectares de terras com aproximadamente 55 milhões de mudas plantadas.¹⁷⁸ A Cia Suzano e a Bahia Sul têm uma área total de 429 mil hectares, sendo 171 mil hectares de florestas (40%) que produzem 2 milhões de toneladas de madeira, 88 mil hectares disponíveis (20,5%) e 169 mil hectares para área de reserva e proteção ambiental e infra-estrutura (39,5%).¹⁷⁹

A Bahia Sul está instalada em uma região originariamente habitada por aproximadamente 200 mil pessoas, vivendo da pesca e da agropecuária extensiva, que pouco remunera ou absorve a mão-de-obra. A revista cita os benefícios da Bahia Sul que criou milhares de empregos diretos e indiretos e o surgimento de novos negócios. Continua afirmando que “(...) o montante de impostos pagos pela empresa geraram investimentos públicos e a nova massa de salários fomentou o consumo”.

Marcando o aspecto social da Bahia Sul, a revista informa que a região estava estagnada desde o ciclo do Pau-Brasil e que (a Fábrica) foi obrigada a elaborar um plano de infraestrutura social para cobrir deficiências nas áreas de educação, saúde e habitação. Mas, imediatamente, qualifica a ação social afirmando “(...) que evidentemente o primeiro objetivo foi o de dar um mínimo de condições à sua mão-de-obra qualificada levada ao local. Mas, por tabela, a população local também se beneficiou”.

No *site* da fábrica¹⁸⁰ e nas entrevistas de campo que realizamos em Mucuri são apresentados e relatados os itens que a própria empresa e seus colaboradores consideram como importantes e que marcam sua presença no campo social e econômico:

¹⁷⁸ **Gazeta Mercantil**. 14 abr. 2003.

¹⁷⁹ Relatório da Administração – 2003.

¹⁸⁰ Disponível em <http://www.bahiasul.com.br>.

A influência da Bahia Sul no extremo sul da Bahia e norte do Espírito Santo é marcante para o crescimento socioeconômico da região. A empresa compõe um pólo de desenvolvimento, com destaque para a oferta de empregos, incremento da renda, geração de impostos e para a melhoria da qualidade de vida da população. Adotando premissas que priorizam a parceria com o poder público e os segmentos sociais organizados, a empresa busca estimular ações da comunidade que promovam o desenvolvimento sociocultural e a melhoria da qualidade de vida. São priorizadas as iniciativas nas áreas de educação e saúde.

Os principais projetos apontados pela fábrica são: Escolas de 1º. e 2º. graus, Capacitação de professores, Cidadão educar, Projeto sementeira, Rede de saúde Paineiras, Associação Comunitária Golfinho.

No aspecto do meio ambiente, o *site* informa que a Bahia Sul tem preocupações voltadas para “Água, Solo, Fauna e Flora, Reciclagem, Coleta seletiva de resíduos, Aterro industrial, Tratamento de efluentes líquidos, Controle de emissões atmosféricas e monitoramento da qualidade do ar, Biomonitoramento do rio, do estuário e do manguezal”.

Algumas características que estão no *site* da fábrica mostram a preocupação por um modelo de produção menos impactante. São elas: Abastecimento próprio de madeira, Geração própria de energia, As plantações de eucalipto ficam em um raio médio de 61 km da fábrica, Certificação pela ISO 9002 e 14001.

As considerações da empresa e de seus colaboradores não fazem menção ao aumento, à extensão e à expansão da plantação de eucalipto no modelo atualmente adotado, nem mesmo a outros indicadores como poluição do ar, causada pelo grande número de caminhões que transportam eucalipto, matérias-primas e o produto acabado. Mesmo os indicadores da Gestão Ambiental, que os engenheiros relataram como sendo os mais rigorosos, não estão disponibilizados para a comunidade. É necessário frisar que, por obrigação legal, a empresa publica o balanço nos jornais de grande circulação¹⁸¹. Um passo da gestão socioambiental também poderia se estender para a publicação dos indicadores desta área e sua discussão com a comunidade organizada. De uma forma mais rígida, poderíamos dizer que o discurso

¹⁸¹ O Balanço de 2004 foi publicado na **Gazeta Mercantil**. 18 a 20 fev. 2005, p. 2-3.

ideológico do capital e de suas benfeitorias ainda necessita avançar para uma transparência que possa ser percebida, confrontada e discutida pela comunidade local ou pelos que se interessam pela situação ambiental.

3.1 O projeto de expansão

Na perspectiva de ampliação da produção da Bahia Sul, em 09 fev. 2004, foi anunciado o projeto de construção da segunda linha de produção de celulose¹⁸², após parecer favorável do Conselho Estadual de Proteção Ambiental (Cepam/Bahia). A tramitação do processo teve início em 2003, quando a Bahia Sul solicitou ao Centro de Recursos Ambientais (CRA) a análise do impacto ambiental. O orçamento previsto é de US\$ 1,2 bilhão e deverá estar concluído em 2008. O projeto de ampliação prevê aumento da produção de 680 mil toneladas/ano para 1.680 mil toneladas/ano, isto é, um aumento de 147,1% na produção.

Um dos grandes diferenciais de competitividade é que o custo de produção na Bahia Sul é de US\$ 170 por tonelada, enquanto no mercado internacional este custo está na faixa de US\$ 300, o que representa uma diferença de 43,3% a menos que a concorrência.

Dentre os resultados que concorrem para a redução do custo de produção, segundo a direção da empresa, estão a otimização do consumo de energia, a partir do aproveitamento do vapor produzido nas caldeiras para geração de energia e o reaproveitamento dos produtos químicos utilizados no tratamento da madeira para a produção de celulose. Além de possibilitar uma redução no custo de produção, estas ações no processo permitem uma enorme redução no impacto ambiental que, aliás, é uma meta estratégica dentro do programa ambiental da Fábrica.

Mas não é só a preocupação com os processos de produção e com a redução de impactos ambientais que move a fábrica da Bahia Sul. Janesch aponta que os investimentos

¹⁸² O anúncio foi feito pelo Élio Régis, Diretor Institucional da Suzano Bahia Sul, conforme relato de Álvaro Figueiredo, **Gazeta Mercantil**, 10 de fevereiro de 2004, p. B-14, seção Ambiente. Ver também: Suzano divulga lucro de 2,8% maior. Julio Nogueira, MogiNews, 18 fev. 2005, p.. 6.

sociais chegam a R\$ 75 milhões e informa que, no distrito de Tabatã, com uma população de 12 mil habitantes, 100% dos domicílios tem sistema de esgoto. Outro item que retrata a preocupação social da empresa é a vila residencial para os empregados, com 513 unidades.

Um importante documento das empresas para o mercado e para os acionistas é o Relatório da Administração. No Relatório de 2003¹⁸³, Bernardo Szpigel¹⁸⁴ apresentou o lucro da Cia Suzano de Papel e Celulose como o maior de sua história: R\$ 586,51¹⁸⁵ milhões contra R\$ 55,078 milhões em 2002. Contribuíram para este lucro recorde o aumento das exportações e a desvalorização do dólar frente ao real. O aumento médio dos preços foi de 15,7%. No mercado interno ocorreu uma queda de 10,5% nas vendas, que foram compensadas pelo aumento nas exportações para o Japão e para a Europa.

Na análise do ano de 2003 e das perspectivas da economia e dos investimentos do Grupo, o presidente do Sindicato dos Trabalhadores do Setor de Papel, Celulose Cortiça da Base de Mogi das Cruzes, Mário Roberto Ventura,¹⁸⁶ mostra-se bastante receoso quanto à questão do emprego. Segundo ele, “(...) com certeza, haverá uma redução do emprego na unidade Suzano em pelo menos 20%, ou 340 vagas (...)”. Mas por que haverá desemprego, se a fábrica fará investimentos?

Uma das grandes mudanças na economia é que o investimento é muito alto e a geração de empregos diretos é muito baixa, pois a tecnologia embutida nos processos de produção é poupadora de mão-de-obra e intensiva em capital.¹⁸⁷ Tecnologias de ponta e dólares para a importação das máquinas são os elementos escassos na economia brasileira. Cada investimento novo representa também a compra da mais moderna tecnologia, que é essencialmente poupadora de mão-de-obra. Também, quando as fábricas fazem processos de

¹⁸³ Cia Suzano investe US\$ 242 milhões. **Mogi News**, 19 fev. 2004, p. 4. Josiane Carvalho.

¹⁸⁴ Diretor Administrativo de Finanças e Relações com Investidores.

¹⁸⁵ Refere-se ao conjunto das fábricas.

¹⁸⁶ Os jornais **Gazeta Mercantil** e **Mogi News** fizeram a cobertura da apresentação do Relatório da Administração, mas somente o jornal Mogi News entrevistou o presidente do Sindicato dos Trabalhadores.

¹⁸⁷ TAVARES, Francisco C. O impacto das mudanças tecnológicas na organização do trabalho: o setor de conversão de papel da Cia. Suzano. **Dissertação de Mestrado**. São Paulo: PUC-SP, 1997.

reengenharia, o resultado geralmente é a eliminação de postos de trabalho. Outro mecanismo adotado em larga escala nos setores produtivos é a terceirização da mão-de-obra. Para as fábricas, isto significa uma redução muito grande de encargos sociais e de custos indiretos de controle e administração.

O presidente do Sindicato dos Trabalhadores acima citado alerta que: “(...) a unidade Suzano já teve em seus quadros mais de 4 mil funcionários; atualmente tem 1,7 mil trabalhadores, com a perspectiva de corte de 340 vagas ao fim do projeto de expansão”.

Valendo-nos dos itens já expostos – maior tecnologia e menos emprego direto, terceirização e redução de mão-de-obra por adaptação às novas tecnologias, podemos dizer que o processo de globalização da produção e a concorrência no mercado internacional tendem a igualar, pela tecnologia de produção, países que têm estrutura de população, emprego e renda completamente diferentes. É evidente que não podemos fechar a indústria nacional para a utilização das tecnologias, mas é oportuno lembrar que o desemprego gera perdas econômicas e sociais imensas em uma sociedade como a brasileira em que a cada ano mais de 1,2 milhão de jovens entram no mercado de trabalho. Por outro lado, opções no modelo de produção industrial e de agro-negócio precisam ser estudadas e colocadas em prática para que se evite que a pobreza generalizada seja mais um dos agravantes de destruição do meio ambiente e de ecossistemas.

3.2 O Relatório da Administração: Suzano Bahia Sul Papel e Celulose

As companhias abertas são obrigadas a divulgarem seus relatórios anuais¹⁸⁸. Neste Relatório estão expressas as informações importantes sobre a condução e os resultados da Empresa, bem como as perspectivas futuras. Os dados referem-se às Fábricas: unidade B (Cia.

¹⁸⁸ O Relatório da Administração da Cia. Suzano de Papel e Celulose, ano de 2003. **Gazeta Mercantil**, 19 fev., p. A-30 – 33.

Suzano) e unidade C (Rio Verde), ambas no município de Suzano/SP, e à fábrica Bahia Sul (município de Mucuri/BA).

Do Relatório de 2003, destacamos as informações que julgamos as mais importantes para esta tese¹⁸⁹, por fornecerem uma idéia de conceitos, atitudes e projetos que movem a empresa. No item “nossas operações”, consta:

- 1 A Cia. Suzano é um dos maiores produtores integrados de papel e celulose da América Latina.
- 2 A capacidade de produção é de 1 milhão de toneladas/ano de celulose e 775 mil toneladas/ano de papéis.
- 3 Com a entrada em funcionamento dos projetos de modernização, em 2004, a capacidade de produtos finais será de 1.290 mil toneladas/ano.
- 4 O total de terra próximo às unidades de produção chega a 269,8 mil hectares; do total, 164,9 mil estão disponíveis para o plantio de eucalipto, e a maior parte da área remanescente é destinada à preservação ambiental.

A empresa apresenta sua Estratégia de Negócio, destacando:

- 1 nosso objetivo fundamental é maximizar o retorno para nossos acionistas, por meio do crescimento de nossos negócios;
- 2 a construção de uma empresa de excelência (com) menor custo de produção . responsabilidade social e ambiental.

Os principais objetivos são:

- 1 expandir e modernizar a produção;
- 2 desenvolver produtos e agregar valor aos clientes;
- 3 aumentar nossa eficiência operacional;
- 4 aperfeiçoar o relacionamento como mercado de capitais e diversificar as fontes de financiamento;
- 5 conduzir nossos negócios de maneira social e ambientalmente responsável;
- 6 buscar a excelência em gestão.

¹⁸⁹ Para efeito de melhor apresentação fizemos divisões e resumos a partir do Relatório da Administração. Mantivemos o essencial da informação prestada.

Uma informação importante no Relatório diz respeito aos Investimentos já realizados e à previsão de investimentos a realizar no próximo ano:

1 Os investimentos totalizaram R\$540,8 milhões. Os investimentos operacionais e florestais alcançaram R\$ 374,5 milhões (69,2%) nas unidades de São Paulo e os investimentos na unidade Bahia Sul (Mucuri) totalizaram R\$ 145,42 milhões (26,9%);

2 Na Bahia Sul o projeto de otimização em implantação resultará em uma produção adicional de 60 mil toneladas por ano de celulose, a partir de 2005, com a redução de gargalos de alguns processos, melhoria do desempenho ambiental e potencial redução de custos;

3 Em dezembro de 2003, o Conselho de Administração aprovou a continuidade do projeto, com investimentos estimados em US\$ 1,2 bilhão.¹⁹⁰

Buscando ampliar seu mercado, a Bahia Sul desenvolveu e exportou para os Estados Unidos o *Paper Fect*, um papel de imprimir e escrever de alta opacidade, vendido em folhas para uso em gráficas. Este produto permite mais velocidade na impressão. A receita consolidada da exportação atingiu, em 2003, o valor de R\$ 1,24 bilhão.

A receita consolidada de exportação das duas fábricas atingiu em 2003 o valor de R\$ 1,24 bilhão (US\$ 442,9 milhões)¹⁹¹.

Outro item importante para acompanharmos o posicionamento da empresa é o referente aos Recursos Humanos e Gestão. Seleccionamos do Relatório:

1 atrair, desenvolver e reter bons profissionais;

2 desenvolver líderes que tenham visão de negócios e sejam norteados pela busca de resultados. Além disso, alcançar desempenho superior de pessoas e equipes;

3 em 2003, após a unificação da gestão (Cia. Suzano e Bahia Sul) foi realizada a primeira pesquisa de satisfação interna que serviu de base para a formulação de várias ações que têm como objetivo aprimorar os processos corporativos e de gestão, o estilo gerencial e o nível de motivação das equipes;

4 adotamos os Critérios de Excelência do Prêmio Nacional de Qualidade (PNQ), que constituem modelo sistêmico da gestão adotado por muitas organizações de classe mundial. A Bahia Sul foi vencedora do PNQ em 2001. Em 2003, foi realizado mais um ciclo de aprendizado do PNQ (Programa Nacional de Qualidade), como parte de nosso modelo da gestão no aprimoramento de nossos processos, com vistas à melhoria da qualidade dos produtos, à redução dos impactos ambientais, à promoção da saúde e segurança de nossos colaboradores;

¹⁹⁰ Cálculo utilizando a cotação R\$ 3,08 por US\$1.

¹⁹¹ **Gazeta Mercantil**. 26 a 28 mar. 2004, p. A-21.

- 5 estabelecemos, como prioridade, o desenvolvimento de um sistema de gerenciamento integrado, baseado nas normas ISO 9001 de qualidade, ISO 14001 de meio ambiente e OHSAS 18001 de saúde e segurança ocupacional;
6. nosso objetivo é obter, até 2005, estas três certificações em todas as unidades industriais e florestais.

Continuando com as informações que nos mostram a prática da empresa, selecionamos também o item Recursos Naturais. São informações importantes que dão visibilidade ao trato das questões ambientais, estudadas nesta tese:

- 1 as diretrizes de atuação em recursos naturais nos levam à condução social e ambientalmente responsável pela ampliação da base florestal, melhoria da produtividade, atuação de acordo com as melhores práticas ambientais aumento da área de fomento;
- 2 Em 2003, a área destinada ao plantio voltado para a produção, em São Paulo e Bahia, atingiu 164,9 mil hectares, com um crescimento de 3,2 mil hectares. A área total atingiu 269,8 mil hectares nestas regiões. No Maranhão e em Minas Gerais, em 31 de dezembro de 2003, tínhamos adicionalmente um total de 161,6 mil hectares. Para o projeto da Bahia Sul, 82% da base florestal já está formada, incluindo atividades de fomento;
- 3 Em 2003 obteve-se um aumento de 3% na produtividade, com base no inventário florestal: desenvolvimento de tecnologia, pesquisa e mapeamento genético. A clonagem das melhores árvores permitiu este ganho de produtividade;
- 4 cerca de 7% da madeira consumida em 2003 veio de terceiros, sempre oriundos de projetos de fomento promovidos pela Companhia, assessorados por programas próprios de assistência técnica. Com isso, criamos um forte elo de relacionamento com os produtores e colaboradores para gerar emprego e renda nas áreas em que atuamos, ao mesmo tempo em que otimizamos o retorno sobre os investimentos.

Em um contexto de participação das empresas em projetos sociais nos mais diversos campos de atuação e em diversas parcerias, entendemos que o item Responsabilidade Social passa a ser fundamental.. No Relatório destacamos:

De acordo com a estratégia de conduzir nossos negócios de maneira social e ambientalmente responsável, nos dedicamos à produção de papel e celulose que não afete de forma adversa o meio ambiente e atuamos diretamente em diversos programas sociais que têm como objetivo a nossa aproximação com a comunidade. Nos programas de responsabilidade social que contem com a maioria de participação voluntária de nossos colaboradores e que nos aproximem das comunidades. Outros projetos estão voltados, para a melhoria da qualidade de vida de nossos empregados, suas famílias e as localidades onde vivem. Projetos: *Educar é Crescer*: incentiva o desempenho escolar dos filhos dos funcionários; Coral Max Feffer: formado por empregados; Supletivo: formação dos empregados; Crescer: profissionalização para o projeto de expansão da Bahia Sul e formação para empreendimentos que ampliem as oportunidades de geração de renda de familiares de funcionários (parceria com o SENAI e com o SEBRAE). Em 2002, 353 pessoas

foram qualificadas; *Programa Sementeira* e os *Clubes da Semente*: ações junto ao ensino fundamental; Ação Comunitária Golfinho¹⁹²: alfabetização, cursos para a comunidade e valorização da cultura popular; Formação de Gestores de Entidades Sociais: preparar gestores e lideranças de entidades sociais (em parceria com o BNDES e a Associação dos MBA's da USP); Em 2003, na unidade Suzano, a seqüência do Projeto Q permitiu a troca de tecnologias antigas por outras mais novas, que minimizaram a emissão de resíduos no meio ambiente. Hoje, a emissão de poluentes – principalmente em relação a efluentes e odores - está absolutamente dentro dos rigorosos padrões internacionais. O Instituto Ecofuturo (fundado em 1999), uma organização não-governamental, tem por objetivo potencializar soluções sociais e ecologicamente responsáveis por meio de educação ambiental, focada no desenvolvimento de competências dos indivíduos e das comunidades. Em 2003 o Ecofuturo foi declarado organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) e recebeu o Prêmio Destaque na Categoria Redução de Desemprego, do Guia Exame de Boa Cidadania Corporativa, pelo projeto Movimento Catadores, em parceria com a Coopamare¹⁹³. Este projeto é voltado pra a capacitação de catadores autônomos de papel. O programa *Ler é Preciso* para a promoção do desenvolvimento das competências de leitura e escrita entre crianças e jovens, focado na democratização do acesso ao conhecimento. O programa implantou 25 bibliotecas comunitárias. Este programa foi premiado em 2003.

O item “Responsabilidade Social Corporativa” mostra o que a empresa tem desenvolvido na concepção do que ela mesma denomina de “nossa aproximação com a comunidade”. Constatamos, em nossa visita a Mucuri, que as ações sociais da empresa têm uma força muito grande, pois ela aplica os mesmos padrões oriundos da gestão de negócios à Responsabilidade Social. Isto significa que os recursos destinados a essas ações são direcionados para um retorno social ou, como alguns afirmam, são ações “focadas” que deliberadamente calculam o seu retorno. Por outro lado, toda a ação da empresa mostra o lado negativo da falta de ação do Estado em seus diversos níveis. Significa também que a falta do Estado propicia a ocupação do espaço público por uma empresa privada. É evidente que as relações da comunidade são alteradas, nesta nova forma de atender parte das necessidades da população. Ao mesmo tempo, a promessa de emprego (o discurso do capital) foi transformada em um conjunto de ações que, no limite, reduzem a capacidade política de contestação do

¹⁹² Visitamos este projeto no município de Mucuri/Bahia no período de 18 a 24 jan. 2004.

¹⁹³ Cooperativa de Catadores Autônomos de Papel, Papelão, Aparas e Materiais Reaproveitáveis (Coopamare), fundada em 1989, coletou em 2003, 2.400 toneladas de material RECICLÁVEL, com um faturamento de R\$480 mil. A maior parte da receita da Coopamare é gerada pela venda de papel e papelão à unidade Suzano para a produção da linha de papel Reciclato. Fonte: Projeto de Destaque – Redução do Desemprego: Suzano – Coopamare. **Revista Exame** – Guia de Boa Cidadania Corporativa, 2003, p. 142-143.

fraco desempenho do setor público e, possivelmente, inibem críticas à empresa, pois ela é detentora, em última análise, da decisão soberana de romper os serviços prestados ou de mudar sua direção.

As ações ligadas à “Responsabilidade Social Corporativa”, conforme descrição de Almeida (2002, p.135), receberam uma primeira definição na Holanda, em 1998, em uma reunião convocada pelo WBCSD¹⁹⁴ com a participação de empresários, trabalhadores, cientistas, políticos, ambientalistas e representantes de minorias raciais e sociais. Conceitualmente a “(...) RSC é o comprometimento dos empresários em adotar um comportamento ético e contribuir para o desenvolvimento econômico, simultaneamente melhorando a qualidade de vida de seus empregados e de suas famílias, da comunidade local e da sociedade com um todo”.

Pelos conceitos acima apresentados e pelo demonstrativo do Relatório Anual, a Bahia Sul desenvolve os padrões de Responsabilidade Social Corporativa guiada pelos padrões essencialmente empresariais e “focados” nos resultados de retorno.¹⁹⁵

Em nossa visita a Mucuri percebemos a existência de dois mundos distintos: “o mundo da Bahia Sul” e o mundo dos “nativos”. Podemos refletir que, após dezesseis anos (1989 a 2005), a empresa ainda não mostrou claramente para a comunidade seus mecanismos de gestão democrática (como a comunidade participaria da vida da fábrica) e ética (as relações com o sindicato dos trabalhadores, a demissão de empregados, a terceirização de atividades, o acordo salarial anual, a participação dos trabalhadores nos lucros e resultados, a isenção de alguns impostos etc.), na medida em que o desenvolvimento econômico se dá apenas para quem tem emprego na fábrica. Uma parte da infra-estrutura social e cultural que a fábrica

¹⁹⁴ *World Business Council for Sustainable Development*. Reunião realizada de 6 a 8 set. 1998. Resultou no relatório *Meeting Changing Expectations*, organizado por *Phil Watts (da Sehell)* e *Lord Holme (da Rio Tinto)* e publicado pelo WBCSD.

¹⁹⁵ Por outro lado, em Jundiapéba, distrito de Mogi das Cruzes, divisa com o município de Suzano, a Cia. Suzano tem uma enorme quantidade de terrenos urbanos que mantém estocados em um processo de valorização. Alguns prefeitos já tentaram que a empresa vendesse esses terrenos, primeiramente, para os seus próprios funcionários que não fossem proprietários de casa. A empresa se nega a fazer tal venda.

montou responde à carência total de tais equipamentos para famílias de funcionários que aceitaram a transferência, principalmente as famílias que moravam na Grande São Paulo e tinham acesso aos mercados médios, ou aos mais sofisticados.

Do ponto de vista ético, deve-se acrescentar que as parcerias com o BNDES, governo do Estado e Prefeitura Municipal colidem com as isenções que a fábrica tem. Portanto, a empresa gasta em infra-estrutura mas, ao mesmo tempo, tem descontos nos impostos, o que reduz a arrecadação da União, do Estado e do próprio Município. A contrapartida dessas isenções seria um progresso social em decorrência das atividades da empresa, que levaria a um novo patamar de renda, emprego e qualidade de vida. Não foi o que vimos e ouvimos em nossas entrevistas em Mucuri.

É importante relatar que na **Revista Exame** - Guia da Boa Cidadania¹⁹⁶ são apresentados, resumidamente, os pontos fortes e pontos fracos da Bahia Sul. Os pontos fortes são: “(...) ações sociais desvinculadas de paternalismo; dados sobre a gestão e os indicadores ambientais são abertos para todos os funcionários”. Já os pontos fracos são apresentados como: “(...) alguns chefes ainda não reconhecem a importância das atividades voluntárias de suas equipes; a Bahia Sul se limita a oferecer basicamente o que é previsto em lei”.

Quando de nossa visita à fábrica, como pesquisador, durante a entrevista com os engenheiros não nos foi fornecido nenhum indicador utilizado pela fábrica para mostrar seus padrões de controle. Todas as informações foram transmitidas verbalmente e nós fizemos os devidos registros. Foi citado como elemento importante da “Responsabilidade Social Corporativa” que os “(...) dados sobre a gestão e os indicadores ambientais são abertos para todos os funcionários(...)”, mas isto é o elementar em uma empresa que se diz moderna e dentro das normas internacionais. Outra questão foi a capacidade de interferência e o poder de decisão dos funcionários sobre as políticas de meio ambiente e as estratégias da empresa.

¹⁹⁶ **Revista Exame** – edição especial, 2003: Guia de Boa Cidadania Corporativa. Matéria: Bahia Sul: o poder do diálogo. Jomar Moraes, p. 57.

É importante observar que a publicação tanto faz menção aos pontos fortes como aos fracos e, entre estes, chama a atenção o fato de que chefes com alto grau de informação e formação específica da política da fábrica ainda apresentam o tipo de comportamento citado.

A reportagem da **Revista Exame** cita que, em 1988, ocorreu a discussão do projeto do Código de Ética da empresa. Em 1987, um fórum que incluiu representantes da Prefeitura de Mucuri e ONGs debateu o impacto ambiental da indústria. A partir de sugestões deste fórum, a Bahia Sul deixou de usar, no processo de branqueamento da celulose, o cloro elementar e o dióxido de cloro, substâncias suspeitas de ação cancerígena, substituindo-as por água oxigenada. Não deixa dúvida que este foi um importante passo em direção à aplicabilidade dos conceitos de “Responsabilidade Social Corporativa”, mas isto só foi possível porque o sistema de branqueamento já estava disponível no mercado e era acessível para a Bahia Sul.

Na edição do Relatório Perfil Corporativo das Empresas Suzano¹⁹⁷ assim se manifestam o Presidente e o Vice-Presidente Corporativo com relação ao Grupo: “(...) estamos conjugando, de forma concreta, contínuo aprimoramento do padrão de excelência nos mercados interno e externo e foco no mercado de capitais com valores e ideais humanistas”.

Analisando este importante fragmento do discurso do capital emitido pela alta administração das Empresas Suzano Feffer, podemos perceber uma acentuação na visão nitidamente capitalista de mercado, isto é, o foco da administração está centrado no mercado de capitais que é altamente volúvel e que, em sentido figurado, pode ser relacionado com a água que vai tomando espaço por onde passa. Neste sentido, a importação de papel e celulose do Brasil só existe na exata medida em que os grandes detentores internacionais de capital aqui investido têm um dos maiores lucros líquidos financeiros do mundo.

¹⁹⁷ Balanço Social Cia Suzano e Bahia Sul e o Balanço Social Suzano Petroquímica, edição de 2002, David Feffer (Presidente) e Daniel Feffer (Vice-Presidente Corporativo). Na edição de 2002, os escritores Carlos Heitor Cony, Lígia Fagundes Telles, Antonio Olinto e Carlos Nejar (da Academia Brasileira de Letras) participam com textos discorrendo sobre as informações contidas no Perfil Corporativo.

De um lado, temos que o foco das ações do Grupo está no acúmulo financeiro, passível extrair das relações sociais de produção que, ao incrementar ao máximo o uso das máquinas, das novas tecnologias, dos novos processos de produção, da gestão de pessoas e da administração da produção com o auxílio do computador vai aumentando cada vez mais o capital constante para extração de um super-lucro oriundo de uma relação desbalanceada com a capacidade de geração de empregos. Particularmente, na Bahia Sul, há um mínimo de emprego e uma demanda por mão-de-obra local quase inexistente, sem, contudo, deixar de registrar as demissões constantes e a terceirização em processo avançado na Cia. Suzano, conforme relato do presidente do Sindicato dos Trabalhadores na base de Mogi das Cruzes.

De outro lado, talvez para demarcar espaço, através do discurso, a ênfase dada ao mercado de capitais com valores e ideais humanistas parece nos conduzir a uma visão idealista e romântica de um processo de aproximação suave entre capital e trabalho.

Pode-se extrair deste discurso a idéia capitalista de buscar uma convivência harmoniosa e pacífica nesta relação. Porém, sabemos que as relações entre o capital e o trabalho nasceram e se desenvolveram sob a ótica da contradição. Talvez, subjacente a este romantismo nas relações entre o capital e o trabalho se encontre a tese de que, sendo acionistas de uma empresa, os trabalhadores são também os seus proprietários. Ora, em um mundo em que as empresas transnacionais operam com conceitos globais e suas ferramentas de gestão são cada vez mais complexas, pressupor a participação de um simples acionista no alto grau de decisão nos processos da administração da empresa é simplesmente ignorar como isto, na prática, ocorre. Essa ignorância não é pertinente apenas ao Presidente e ao Vice-Presidente Corporativo do Grupo Suzano Feffer. Este romantismo parece ser um alerta de que tensões sociais internas podem se refletir sobre as decisões dos investidores.

Em um horizonte mais amplo, valores e ideais humanistas são alcançados quando a meta mais consistente de uma empresa é dirigida aos seus empregados dentro da fábrica, nas

relações cotidianas e, como uma onda concêntrica, chega aos seus familiares. Os discursos que relatam o que a empresa fez para fora de seus muros não explicitam o que ela fez no seu espaço interno. Como nos disse um dos sindicalistas, em Mucuri, quando perguntamos sobre as ações sociais da empresa: “muitas vezes é só marketing”. Neste sentido, o discurso do capital é um importante elemento para extrairmos suas inconsistências.

Quando visitamos a Bahia Sul, vimos o que se poderia chamar de centro de inteligência operacional da Fábrica. Uma sala enorme, com muitos computadores ligados em rede para monitorar toda a operação da Fábrica e alguns poucos funcionários de olhos fixos nas suas telas. Entramos praticamente em silêncio, ficamos lá uma fração pequena de tempo e já saímos. Lembramo-nos de quando as revistas estrangeiras do setor de papel e celulose, no final dos anos 80 e início dos anos 90, mostravam as salas de controle operacional, com funcionários trabalhando de gravata. Na Cia. Suzano, o choque era inevitável, pois, quando íamos ao “chão da fábrica”, víamos os trabalhadores de macacão correndo de um lado para o outro, como se fossem peões em uma dança da produção. Outra experiência importante que presenciamos era quando os trabalhadores que ficavam diretamente no “chão da fábrica” de celulose colocavam a mão no tanque de massa e diziam “a massa está no ponto”. Naquele tempo, produzir celulose e papel era uma arte, como diziam operadores e chefes, entre eles, O.T.M. (contra-mestre da fábrica de celulose) e O. M. (chefe da máquina de papel B-5). Com o passar dos anos e com toda a tecnologia incorporada às máquinas, os “velhos operadores e chefes” foram sendo substituídos pelos recém-formados engenheiros. Agora, no centro de inteligência operacional da fábrica, “produzir é apenas acompanhar os computadores. No dizer de um consultor “(...) qualquer um pode produzir celulose e papel”.

3.3 Responsabilidade Social Corporativa

Tendo em vista a crescente crise ambiental, social e econômica, em

(...) setembro de 2000 a ONU – Organização das Nações Unidas reuniu 147 chefes de Estado em Nova Iorque, para a realização da Cúpula do Milênio. Posteriormente, 189 países membros ratificaram o documento. Na aplicação do documento, muitos obstáculos foram impedindo a sua realização plena.¹⁹⁸.

Na aplicação das metas propostas, a ação dos governos se mostrou bastante limitada em função de arranjos culturais, jogo de poder e interesses mesquinhos. Neste quadro de dificuldades, o encaminhamento de muitas soluções requer “(...) a participação das sociedades, por meio das parcerias entre os diversos atores sociais e as diferentes esferas de governo (...)” e, neste espaço, as empresas poderiam participar dentro de uma ótica que conciliasse ação social com resultados mensuráveis aliados ao rigor das decisões e mecanismos empresariais.

Embora a Cúpula do Milênio de 2000 tenha encontrado obstáculos para sua realização, desde 1999 o programa Pacto Global¹⁹⁹:

(...) dirigido à comunidade empresarial internacional e que visa promover seu compromisso com valores fundamentais nas áreas de direitos humanos, relações de trabalho e meio ambiente, isto é, um comportamento socialmente responsável das empresas, já vinha realizando ações sociais por parte de muitas empresas.

Neste contexto, foram definidas as Metas do Milênio e as ações empresariais para apoiar estas metas. São elas:

- 1 erradicar a extrema pobreza e a fome.
- 2 atingir a universalização do ensino fundamental.
- 3 promover a igualdade entre os sexos e a autonomia da mulher.
- 4 reduzir a mortalidade infantil
- 5 melhorar a saúde materna;
- 6 combater o HIV/Aids, a malária e outras doenças.
- 7 garantir a sustentabilidade ambiental; 8. promover uma parceria mundial para o desenvolvimento.

¹⁹⁸ Oded Grajew- presidente do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social. In: Veiga, João Paulo Cândia. O Compromisso das Empresas com as Metas do Milênio.

¹⁹⁹ A liderança do Pacto Global é exercida pelo secretário-geral da ONU, Kofi Annan.

Gostaríamos de, resumidamente, apresentar os indicadores da Meta 7 - garantir a sustentabilidade ambiental, não esquecendo de que todas as Metas estão interligadas e são importantíssimas em seu conjunto. Apenas a estamos destacando em razão do objetivo desta tese. Os indicadores são: gestão do impacto ambiental, treinamento, formação e capacitação no uso sustentável de recursos naturais; programas de premiação para projetos e ações ambientais; garantia de acesso à água potável; programa de tratamento de resíduos²⁰⁰.

Segundo O Compromisso das Empresas com as Metas do Milênio – Instituto Ethos, nas ações da Meta 7 - garantir a sustentabilidade ambiental, aparecem como empresas que estão engajadas nesta ação a Basf, Natura (duas vezes), Texaco (duas vezes), Aché, AngloGold, Kodak, Souza Cruz, Amanco (três vezes), Belgo Mineira, Pfizer, Bayer, Odebrecht, Petrobrás, Accor, Grupo Pão de Açúcar e Unilever. Nenhuma empresa do setor de papel e celulose consta na relação apresentada. **A Revista Exame**²⁰¹ publica desde 2000 o Guia de Boa Cidadania Corporativa. Para esta tese, interessam-nos as ações de cidadania corporativa da Bahia Sul em seu contexto amplo e como estas ações têm impactos nas comunidades do entorno do fábrica.

Apoiando-nos nas edições 2002, 2003 e 2004 do Guia de Boa Cidadania Corporativa da **Revista Exame**, selecionamos as ações da Bahia Sul, por projeto social (conforme denominação da **Revista Exame**); por item específico (nome do projeto dado pela empresa); por recursos financeiros aplicados (informação da empresa); e, resumidamente, pelo objetivo informado pela empresa. Para possibilitar uma comparação dos recursos financeiros aplicados pela Bahia Sul nos diversos projetos sociais, somamos todas as aplicações de recursos financeiros do setor de papel e celulose para calcularmos a participação da Bahia Sul no respectivo setor.

²⁰⁰ VEIGA, João P. Cândia. **O compromisso das Empresas com as Metas do Milênio**. São Paulo: Instituto Ethos, 2004, p. 59-63

²⁰¹ Pode-se também pesquisar o site www.exame.com.br.

Elaboramos, para cada ano, uma tabela dos projetos desenvolvidos pela Bahia Sul e uma tabela-resumo dos projetos desenvolvidos pelo setor de papel e celulose. Mensurarmos a magnitude da participação da empresa sobre o total de investimentos do setor.

Tabela 3 “Responsabilidade Social Corporativa” - Projetos desenvolvidos pela Bahia Sul.2002

Projeto social	Nome do projeto	Recursos (R\$)	Característica
Comunidade	A.C.Golfinho	130.600	Pré-escola para 200 crianças, informática e alfabetização; atende 1100 mulheres. Apoio da Prefeitura, Estado e voluntários
	Oficina Silkscreen	20.000	Aquisição de equipamentos para A. C. Golfinho
	Voluntariado	232.000	Eventos, campanhas e capacitação
Total		382.600	
Educação	Cidadão Educar	33.300	Erradicação do analfabetismo. Apoio do BNDES e parceria com o Sesi
	Educação	73.700	Capacitação de professores. Parceria com o governo do Estado
Total		107.000	
Saúde	Saúde Paineiras	3.000.000	Hospital mantido pela Bahia Sul
	Semana da Saúde	10.000	Mobilização da comunidade em relação a questões de saúde.
Total		3.010.000	
Meio ambiente	Plano Integrado de Conservação	21.000	Consciência ambiental das comunidades próximas à fábrica; parceria com a USP
	Sementeira	70.000	Sensibilização de professores para o meio ambiente; apoio do BNDES
Total		91.000	
Cultura	Biblioteca para todos	350.000	Doação à Secretaria de Educação para 14 bibliotecas
	Centro Cultural Golfinho	280.000	Patrocínio ao FazCultura da Secretaria do Estado; recursos de Incentivo fiscal.
Total		630.000	
Criança e adolescente	Crescer	105.000	Capacitação de jovens no Senai e no Sebrae
Total		105.000	
Terceira Idade	Arte de viver	12.000	Lar São Francisco de Assis: qualidade de vida
Total		12.000	
Portadores de Nec. Especiais	Qualidade de vida da criança especial	12.000	Apoio à Sociedade Pestalozzi.
Total		12.000	
Total do ano 2002		4.349.600	

Fonte: Guia de Boa Cidadania Corporativa – **Revista Exame**, 2002, p. 72 – 207.

Elaboração: Francisco Claudio Tavares.

Tabela 4 “Responsabilidade Social Corporativa” - Projetos desenvolvidos pelo setor de papel e celulose e pela Bahia Sul. 2002

Projeto social	Setor de papel e celulose* (A) R\$	Bahia Sul (B) R\$	Bahia Sul / Setor (B/A) em %
Comunidade	898.000	382.600	42,6
Educação	2.528.600	107.000	4,2
Saúde	3.565.300	3.010.000	84,4
Meio ambiente	1.428.600	91.000	6,4
Cultura	788.000	630.000	79,9
Criança e adolescente	1.756.400	105.000	6,0
Terceira Idade	12.000	12.000	100,0
Port.Nec.Especiais	27.000	12.000	44,4
TOTAL DO ANO 2002	11.003.900	4.349.600	39,5

(*) Inclui os gastos da Bahia Sul.

Fonte: Guia de Boa Cidadania Corporativa – **Revista Exame**. Edição de 2003, p.66-160.

Elaboração: Francisco Claudio Tavares.

Tabela 5 Responsabilidade Social Corporativa - Projetos desenvolvidos pela Bahia Sul. 2003

Projeto social	Nome do projeto	Recursos (R\$)	Característica
Educação	Formação de Gestores de Entidades Sociais	32.000	Capacitação de mão-de-obra de entidades sociais.
	Bolsa de Estudo	75.000	Jovens de famílias de baixa renda
	Educação	127.000	Capacitação de professores
Total		234.000	
Saúde	Semana da Saúde	12.000	Abertura do Hospital para a comunidade
Total		12.000	
Meio ambiente	Sementeira	70.000	Consciência ambiental para crianças e capacitação de professores
Total		70.000	
Cultura	EnCanto	31.000	Venda de CDs.
Total		31.000	
Criança e adolescente	Centro Cultural Golfinho	294.000	Cultura, educação, geração de trabalho e renda
Total		294.000	
Redução do desemprego	Crescer	116.000	Formação de mão-de-obra para Bahia Sul e geração de renda
Total		116.000	
TOTAL DO ANO 2003		757.000	

Fonte: Guia de Boa Cidadania Corporativa – Exame. Edição de 2003, p. 66 –160.
Elaboração: Francisco Claudio Tavares.

Tabela 6 Responsabilidade Social Corporativa - Projetos desenvolvidos pelo setor de papel e celulose e pela Bahia Sul. 2003

Projeto social	Setor de papel e celulose* (A) R\$	Bahia Sul (B) R\$	Bahia Sul / Setor (B/A) em %
Projeto social	Setor de papel e celulose* (A) R\$	Bahia Sul (B) R\$	Bahia Sul / Setor (B/A) em %
Educação	3.579.000	234.000	6,5
Saúde	1.536.958	12.000	0,8
Meio ambiente	6.858.000	70.000	1,0
Cultura	1.643.500	31.000	1,9
Criança e adolescente	5.184.500	294.000	5,7
Port.Nec.Especiais	166.000	zero	-.-
Redução do desemprego	311.500	116.000	37,2
Combate à fome	80.000	zero	-.-
Redução da violência	431.000	zero	-.-
TOTAL DO ANO 2003	19.790.458	757.000	3,8

(*) Inclui os gastos da Bahia Sul.

Fonte: Guia de Boa Cidadania Corporativa – **Revista Exame**. Edição de 2003, p. 66 – 160.

Elaboração: Francisco Claudio Tavares.

Tabela 7 Responsabilidade Social Corporativa - Projetos desenvolvidos pela Bahia Sul. 2004

Projeto social	Nome do projeto	Recursos (R\$)	Característica
Educação	Gestores Sociais	85.000	Disseminar conhecimentos sobre administração comunitária
	Cidadão Educar	46.000	Erradicar o analfabetismo
Total		131.000	
Meio ambiente	Semeando cidadania	50.000	Formação de voluntários para disseminar conhecimentos
	Sementeira	140.000	Implantação de hortas e de pequenos projetos de cidadania
Total		190.000	
Cultura	Sinfonia Escola de Música	50.000	Orquestra para crianças e jovens
	Corais Max Feffer	300.000	Corais formados por funcionários da Bahia Sul e Cia. Suzano: doação das vendas de CDs.
Total		350.000	
Criança e adolescente	Bolsa de Estudo	150.000	Apoio a alunos carentes
	Esporte com Saúde	75.000	Acesso aos clubes da empresa de 50 crianças
Total		225.000	
Financiamento de projeto	Centro Cultural Golfinho	294.000	Ações com pessoas de baixa renda, oficinas, cursos e geração de renda.
Total		294.000	
Geração de Renda	Crescer	116.000	Capacitação profissional
Total		116.000	
TOTAL DO ANO 2003		1.306.000	

Fonte: Guia de Boa Cidadania Corporativa – **Revista Exame**. Edição de 2004, p. 68 – 154.

Elaboração: Francisco Claudio Tavares.

Tabela 8 Responsabilidade Social Corporativa - Projetos desenvolvidos pelo setor de papel e celulose e pela Bahia Sul. 2004

Projeto social	Setor de papel e celulose* (A) R\$	Bahia Sul (B) R\$	Bahia Sul / Setor (B/A) % em
Educação	4.948.000	131.000	2,6
Saúde	1.725.000	zero	.-
Meio ambiente	2.517.000	190.000	7,5
Cultura	483.000	350.000	72,5
Criança e adolescente	3.940.000	225.000	5,7
Terceira Idade	33.000	zero	.-
Port.Nec.Especiais	321.000	zero	.-
Financiamento de projetos	343.000	294.000	85,7
Geração de renda	1.013.000	116.000	11,5
TOTAL DO ANO 2004	15.323.000	1.306.000	8,5

(*) Inclui os gastos da Bahia Sul.

Fonte: Guia de Boa Cidadania Corporativa – Exame. Edição de 2004, pág. 68 –154.

Elaboração: Francisco Claudio Tavares.

Do ponto de vista dos recursos financeiros aplicados na “questão social” pela Bahia Sul, o maior volume do período de 2002 a 2004 está no ano de 2002, com uma aplicação de R\$ 4.349.600, representando 39,5% da aplicação total do setor de papel e celulose. O volume destes recursos está direcionado para o “Hospital Paineiras que realizou 57 mil exames, 26 mil atendimentos ambulatoriais e de emergência e mais de 600 internações (...)”, o montante de R\$ 3 milhões, que representam 69,2% sobre todos os gastos da empresa em 2002. Nos anos de 2003 e 2004 não aparece esta dotação de recursos para o Hospital Paineiras.

A menor aplicação de recursos financeiros do período 2002 a 2004 ocorreu em 2003, quando a empresa destinou R\$ 757 mil para seus projetos. A participação da Bahia Sul no

montante do setor de papel e celulose ficou em 3,8%, quando, em 2002, esta participação foi de 39,5%.

Em 2004, a empresa aumentou seus recursos (comparativamente com os gastos de 2003, R\$ 757 mil e 3,8% de participação sobre o setor) para R\$ 1.306 mil, passando a um gasto total sobre o setor de papel e celulose da ordem de 8,5%.

Os gastos mais expressivos da Bahia Sul por item, sobre o total do setor de papel e celulose, em 2002, por ordem de percentual são: terceira idade (100%), saúde (84,4%), cultura (79,9%) e comunidade (42,6%). Em 2003, a ordem de gastos se apresenta nesta configuração: redução do desemprego (37,2%), comunidade (6,5%), criança e adolescente (5,7%). No ano de 2004, quando ocorre um aumento nos gastos, a ordem de prioridades passa a ser: financiamento de projetos (85,7%), cultura (72,5%), geração de renda (11,5%) e meio ambiente (7,5%).

Dois projetos de 2003 sofreram descontinuidade em relação a 2002. São eles: Terceira Idade e Portadores de Necessidades Especiais. Aparece como novo projeto a redução do desemprego o qual, em 2004, já não aparece mais na lista da empresa. O projeto de saúde que, em 2002, foi contemplado com um aporte de mais de R\$ 3 milhões, em 2003 recebeu R\$ 12 mil; em 2004 este projeto já não aparece mais nas ações da empresa. Nos projetos de 2004 aparece um novo item que é o de financiamento de projetos, com gastos da ordem de R\$ 294 mil.

No período de 2002 a 2004, a Bahia Sul efetivou gastos de R\$ 6,4 milhões, enquanto todo o setor gastou R\$ 46,1 milhões. Os gastos da empresa, no total do setor, representam 13,9%.

Elaboramos um *ranking* para cada ano, com os três projetos em que a Bahia Sul mais alocou verbas. Para 2002 temos saúde (69,2%), cultura (14,5%) e comunidade (8,8%). Para o ano de 2003 aparecem criança e adolescente (38,8%), educação (30,9%) e redução do

desemprego (15,3%) e, para o ano de 2004, os três projetos são cultura (26,7%), financiamento de projetos (22,5%) e criança e adolescente (17,2%).

No ano de 2004, para o novo projeto intitulado Geração de Renda – Crescer, a Bahia Sul informa que ele é destinado “(...) a oferecer 224 vagas em cursos nas áreas de construção civil, elétrica e alimentos, reduzindo demanda de capacitação profissional na região” (Guia da Boa Cidadania Corporativa – 2004, p.150). Se olharmos criticamente, não encontraremos uma oferta de formação profissional nas áreas específicas das operações técnicas ou administrativas da fábrica. Portanto, somos levados a concluir que a Fábrica não pretende abrir vagas para as pessoas da região ou que a expansão industrial criará pouquíssimos empregos, dado o nível tecnológico das novas máquinas e dos novos processos de produção. Para o discurso já citado de que a Bahia Sul *trará um novo surto de desenvolvimento para a região* convenhamos, é muito pouco.

Quando de nossa visita a Mucuri e à Bahia Sul, uma referência constante girava em torno do Centro Cultural Golfinho. Os gastos com o Golfinho foram de R\$ 130,6 mil (3%) em 2002, R\$ 294 mil (38,8%) em 2003 e R\$ 294 mil (22,5%) em 2004. O resumo das atividades do Centro Golfinho refere-se a “(...) financiamento à entidade, criada em 1996 por funcionários voluntários e que beneficia 1.500 pessoas de baixa renda com oficinas de artesanato, tecelagem e produção de instrumentos musicais, curso de informática, filosofia e saúde preventiva” (Guia da Boa Cidadania Corporativa, 2004, p.131).

Em nossa visita ao Centro Golfinho, constatamos um trabalho muito sério e preocupado com a melhoria da qualidade de vida dos adolescentes e jovens, principalmente oriundos das famílias de pescadores. O relato da presidente, que transcrevemos em entrevista anexa, é bastante claro a respeito de uma situação sócio-econômica insustentável para um ser humano.

No item Meio Ambiente do Guia da Boa Cidadania Corporativa (**Revista Exame**, edições 2002, 2003 e 2004), procuramos especificamente para a Bahia Sul informações sobre os seus projetos nesta área. Encontramos somente o Plano Integrado de Conservação Ambiental, no ano de 2002²⁰², com um orçamento de R\$ 21.000. Na exposição da atividade encontramos, como descritivo, que o Plano Integrado:

Promove a consciência ambiental das comunidades de regiões próximas da fábrica sobre a necessidade de preservação da natureza, principalmente de remanescentes de áreas de mata Atlântica e muçununga, ecossistemas da região. Uma parceria com a Universidade de São Paulo (USP) visa reduzir os riscos de extinção de espécies raras. Pesquisadores estudam a relação entre a área manejada para produção de madeira e a qualidade e disponibilidade de água.

Quando observamos os gastos da Bahia Sul na Responsabilidade Social Corporativa imaginávamos que grande parte de seus recursos fossem destinados a pesquisas e trabalhos mais profundos sobre sua ação como grande consumidora de eucalipto e os impactos socioambientais sobre as comunidades. Mas o que encontramos na pesquisa foi unicamente o projeto acima citado, com uma ridícula verba de R\$ 21 mil. Parece que a ação da empresa quer se manter distante da pesquisa e da discussão sobre o emblemático assunto do uso cada vez maior do eucalipto.

Contrastando com as ações da Bahia Sul, em 2002 e 2003, os maiores projetos no item Meio Ambiente alcançavam R\$ 3,7 milhões e R\$ 4,7 milhões, respectivamente, comandados pela BS Colway – indústria automotiva²⁰³ – que, após triturar em média 300 mil pneus usados por mês, entregava o material à Petrobrás para produção de derivados de petróleo. Este projeto tem, também, por objetivo o combate ao mosquito transmissor da dengue e à febre amarela urbana, além da geração de renda, pois, em 2002 cada pneu recolhido era comprado por R\$ 0,45.

²⁰² Guia da Boa Cidadania Corporativa – **Revista Exame**, p. 149. Optamos por fazer a transcrição na íntegra para dar ao leitor a precisão que o texto merece.

²⁰³ Guia da Boa Cidadania Corporativa – **Revista Exame**. 2002, p. 151.

Na edição do Guia da Boa Cidadania Corporativa (**Revista Exame**, 2004), não há nenhuma informação sobre o projeto desenvolvido pela BS Colway²⁰⁴. Por outro lado, aparece como maior projeto a Ecofábrica de Matozinhos (MG) da Lafarge Brasil – material de construção – com investimentos de R\$ 12,1 milhões. Esta ecofábrica “(...) de cimento utiliza somente resíduos industriais como descarte das siderúrgicas e pneus, um dos maiores problemas ambientais do planeta. Para 2006 a meta é substituir totalmente o combustível dos fornos por pneus usados”.

Com estes dois exemplos podemos avaliar a preocupação das duas empresas que selecionamos pelo critério de maior gasto com o item Meio Ambiente com sua “Responsabilidade Social Corporativa”, colaborando com projetos de alta envergadura e retorno socioambiental. Neste particular, chama a atenção o baixo investimento da Bahia Sul.

²⁰⁴ Através de *e-mail*, a empresa nos confirmou que o Projeto continua.

CAPÍTULO 4

AS “SOMBRAS” DO DESERTO VERDE

O Sr. conhece a expressão “deserto verde”?
Na região (...) é só eucalipto por todo lado.

A organização da viagem de Mogi das Cruzes a Mucuri esteve centrada na data da visita à Bahia Sul. Nesta condição, iniciamos contatos telefônicos com a área de Comunicação Social da Cia. Suzano (unidade Suzano) e a partir das informações obtidas (a quem se dirigir, número de telefone e *e-mail*) começamos a fazer contatos com a área de Comunicação Social da Bahia Sul, com M. C. D. V. Os primeiros contatos realizaram-se por telefone, depois por e-mail e por fax, quando enviamos uma solicitação de visita informando sobre a pesquisa que estávamos desenvolvendo, junto com uma declaração em papel timbrado da PUC/SP²⁰⁵ informando nossa condição de aluno do Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais.

Vencidos os encaminhamentos burocráticos, a visita foi autorizada, para o período de 20 a 23 jan. de 2004. Embarcamos no dia 18 de janeiro, domingo, com destino a Vitória (Espírito Santo). De Vitória, de carro, nos dirigimos até Mucuri em um percurso de aproximadamente 450 km. Nas proximidades da fábrica de celulose e papel Aracruz, no Espírito Santo, às margens da BR 101, a paisagem é tomada pelas imensas plantações de eucalipto e um intenso tráfego de carretas que transportam esta matéria-prima.

A chegada a Mucuri deu-se por volta das 18h00. Da BR 101 até o centro de Mucuri, uns 40 km, fomos observando as margens da estrada estadual (aliás, em ótimas condições de asfalto e sinalização): as placas com os nomes das fazendas, placas de boas-vindas, um assentamento do MST, um posto da polícia estadual, um centro de

²⁰⁵ Declaração emitida em 17 dez. de 2003.

informações, um posto de gasolina, uma pequena rotatória e, finalmente, estávamos na rua principal que conduz ao centro de Mucuri.

Após localizarmos a pousada, tivemos os primeiros contatos com a proprietária que nos deu as informações básicas: a rua principal, o melhor restaurante, a melhor lanchonete, a rua com eventos culturais e artesanato. E uma informação importante: “aqui é tudo muito calmo, podem andar sossegados”. As praias de Mucuri são belíssimas, como nos informaram ex-funcionários da Bahia Sul com quem temos contatos em Mogi das Cruzes.

No dia 19, 2ª. feira, ligamos para a M.C., responsável pela área de comunicação social da Fábrica que confirmou nossa visita à Fábrica para o dia 23, 6ª. feira, às 10h00. O roteiro seria: visita às instalações físicas, o almoço e a entrevista com os engenheiros da área de Excelência Empresarial.

Agendada a visita à fábrica, passamos para a agenda com os sindicalistas do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Celulose e Papel – SINDICELPA. As informações sobre o SINDICELPA nos foram transmitidas Iduigues Martins, Presidente do Sindicato Nacional dos Papeleiros (Sinap) e Diretor Administrativo e Financeiro da Confederação Nacional do Ramo Químico (CNQ-CUT). Conseguimos marcar a entrevista para 22 de janeiro, 5ª. feira, às 9h00, na sub-sede, no distrito de Itabatã.

4.1 Visita à Bahia Sul

Na pesquisa de campo que realizamos em Mucuri para subsidiar esta tese, sem dúvida, a visita à Bahia Sul era de extrema relevância e importância.

Estávamos voltando a uma fábrica de papel e celulose após treze anos de nossa saída da Cia. Suzano onde trabalhamos por dezenove anos. Esta visita alterava radicalmente minha relação com o Grupo Suzano Feffer pois, de funcionário, estava na condição de pesquisador.

Enquanto nos deslocávamos do centro de Mucuri até a Bahia Sul algumas imagens foram se formando: lembramo-nos do primeiro dia em que, junto com meu pai, Odílio Tavares Moreira, tomamos o ônibus da Administração da Suzano, dirigido pelo Sr. José, um homem muito respeitado por todos os funcionários e que fazia o horário nobre das 7h30 min. e das 17h30 min. Naquela manhã, com toda a timidez, cumprimentamos a todos. Alguns amigos de meu pai me deram as boas-vindas; alguns se ofereceram para ajudar; outros disseram: “mais um engenheiro chegando!”. Enfim, uma recepção de um grupo que trabalhava junto e também sonhava colocar seus filhos na Cia. Suzano.

Também nos lembramos da primeira visita à fábrica de celulose, Polpação 300 toneladas (dentro da Cia Suzano, a *produção de celulose* e a *produção de papel* eram chamadas de “fábrica”). Primeiro, tivemos contato com as normas de segurança, depois ganhei um capacete “verde” (cor padrão do pessoal de escritório; o capacete branco era exclusivo do diretor; o capacete cinza, dos chefes), uma capa de chuva e um par de botas (que o pessoal do escritório não usava). Fomos apresentados ao engenheiro Reinor Muzegante Lebrão, chefe da Fábrica de Celulose, da Caldeira e da Recuperação, com quem trabalharíamos diretamente; fomos apresentados ao engenheiro Antônio Garcia Amates que nos conduziu à fábrica de celulose enquanto, pelo caminho, já ia explicando o funcionamento da fábrica, as máquinas com seus nomes estranhos, apresentando pessoas. Quando chegamos à fábrica de celulose, no escritório do chefe Rui Guanaes Simões, um homem inteligentíssimo e extremamente bem humorado, foi uma festa: receber um novo funcionário que trabalharia com o “chefão” (eng. Reinor) mudava a rotina. Contou-nos muitos casos e deu-me muitos conselhos. Depois fomos conhecer o processo de produção. Segundo o chefe Rui, esta honra caberia ao seu encarregado e amigo Odílio, que conhecia cada bomba e cada cano da fábrica como “a palma de sua mão”. Esse encarregado era meu pai. Assim saímos, pela primeira vez, para que conhecer as instalações da fábrica de celulose.

Voltando ao presente, fixamos o olhar. Já estávamos diante da placa “Bahia Sul Celulose: seja bem-vindo. Reduza a velocidade”. Uma seta indicava o estacionamento para visitantes. Olhamos em um giro rápido e as duas imagens se fundiram: a imagem de 1972 e aquela, em janeiro de 2004, diante da Bahia Sul Papel e Celulose do Brasil. Dirigimo-nos à portaria e comunicamos que era esperado para uma visita anteriormente agendada. Como em toda portaria, o tratamento frio: pode entrar e esperar. O porteiro fez as ligações para o setor de Comunicação; deu-nos um folheto com instruções de segurança, indicações para utilização da máscara e um mapa sobre a rota de fuga para que lessemos. Este folheto é obrigatório pelas normas de segurança, pois indica as ruas, os prédios, os produtos químicos (cor verde), o ponto de encontro da Brigada de Incêndio (cor vermelha), as rotas de fuga (setas de cor verde), as birutas (indicam a direção do vento). Na página quatro há uma avaliação sobre atendimento, organização, sinalização e atendimento na unidade visitada.

Após a espera, M. C., da Comunicação Social, chegou e se apresentou, pois só tínhamos nos comunicado por telefone e por *e-mail*. Deu-nos um “kit-segurança” com capacete, máscara, folhetos de instrução e capa e providenciou um par de botas, pois eu estava de tênis. Já podíamos começar nossa visita. Primeiro, de carro e com ar condicionado ligado, fizemos um *tour* pela área externa da fábrica. A cada prédio, instalação e equipamento, Marina ia informando com precisão alguns dados sobre o funcionamento da fábrica. A conversa correu solta! Nos intervalos, de um prédio a outro, Marina já relatava com ênfase como a Bahia Sul atuava na área social, quer para os funcionários quer para a Comunidade. Neste primeiro momento, em sua fala, foi dada grande importância à duplicação da fábrica já aprovada pelo Conselho Estadual de Proteção Ambiental (Cepam). A conclusão da duplicação está prevista para 2007, quando a capacidade da fábrica passará de 680 mil toneladas/ano para 1,680 milhão de toneladas/ano com investimentos de US\$ 1,2 bilhão. Visitamos as obras civis que abrigariam as novas máquinas. Nos canteiros de obras estariam

trabalhando mais de cinco mil operários e outros profissionais especializados. De um modo geral, a impressão que ficou da parte externa da fábrica foi mais ou menos comum a uma fábrica em operação: pessoas utilizando equipamentos obrigatórios de segurança, placas de sinalização e de segurança, encanamentos nas cores-padrão, áreas de extintores de incêndio, ruas pavimentadas etc.

A segunda parte da visita foi realizada dentro da fábrica. Chegava o momento de ver as máquinas e, embora a literatura pesquisada já tivesse sinalizado sobre o pequeno número de trabalhadores nas máquinas, em função das tecnologias de ponta, a pergunta do pesquisador era: quantos funcionários estão trabalhando nas máquinas? Encontraríamos funcionários como nas máquinas B-7 e B-8 da Cia. Suzano, no ano de 1992? Estariam as máquinas operando sozinhas como em um filme de ficção científica, um Matrix de produção de papel e celulose? Encontraríamos um “centro de inteligência” administrando a fábrica, sem pessoas?

Seguramente, vimos duas pessoas na máquina de papel. Os painéis, com suas luzes piscantes, decoravam as paredes e induziam o pesquisador a ter certeza de que eles regulavam e controlavam a máquina em seus vários estágios de operação: parte úmida, formação da folha, secagem, formação do rolo de papel. Somente para a retirada do rolo-mãe era preciso ser humano. A tecnologia estava presente! Era verdade que a ação do homem como “criador de um trabalho vivo para produzir uma mercadoria” estava reduzida a uma transferência do rolo-mãe para a rebobinadeira. E um outro homem, para ajudar a máquina de embalagem. O capital, no seu avanço de utilização de tecnologia, consegue transferir para a máquina todas as operações que o homem realiza. De Taylor (com seu cronômetro e com os movimentos racionais) à ciência e tecnologia, chegamos a uma fábrica quase sem trabalhadores.

Enquanto caminhávamos pelas máquinas, refletíamos: como o discurso do capital poderia oferecer empregos quando, na verdade, eles praticamente não existem mais. Quando

lemos as notícias da expansão da Bahia Sul, sejam as notícias institucionais ou as matérias dos jornalistas, as primeiras informações são sempre sobre o aumento da produção física; depois o aspecto positivo no saldo da Balança Comercial; em seguida, as notícias sobre a conformidade com a legislação ambiental e, somente por último, o número de trabalhadores em grande quantidade para as obras civis. Raramente, o número de trabalhadores que seriam contratados diretamente pela fábrica. Sabemos que a construção civil tem um altíssimo efeito multiplicador, porém, à medida que suas atividades vão cessando, se não existir outro projeto de construção ou de expansão, aqueles trabalhadores ficarão desempregados. No caso particular da construção da Bahia Sul, parte dos trabalhadores da construção civil foram para o município Pedro Canário e, marginalizados, originaram um imenso bolsão de pobreza. Neste sentido, o discurso da geração de mais de cinco mil novos empregos aplicava-se exclusivamente para as obras de ampliação da fábrica.

Fomos para o almoço. O restaurante era muito bonito, muito limpo, obedecendo às normas de higiene. Em cada tipo de alimento havia uma tabela nutricional. Cada um se servia à vontade. O cardápio era bastante variado e também eram oferecidas várias sobremesas. Ao término da refeição, cada um limpava sua bandeja e a colocava em um carrinho.

Visitamos o *centro de inteligência* da fábrica: um escritório com poucas pessoas e muitos computadores. Ali estava o centro de monitoramento e acompanhamento da fábrica. Ficamos pouco tempo e não conversamos com nenhum dos funcionários. Pensando que tecnologia empregasse um número razoável de funcionários com alta qualificação, era de se esperar que encontrássemos no *centro de inteligência* os engenheiros e outros técnicos discutindo, conversando, fazendo simulações etc. Não presenciamos isto. Para uma fábrica do porte da Bahia Sul, o número de engenheiros era bastante reduzido. Portanto, fica a constatação de que a oferta de emprego é tão escassa na linha de produção quanto na área de *inteligência*. Isto nos remete à grande questão dos processos de desenvolvimento de ciência e

tecnologia nos quais o Brasil tem investido minimamente, e que acarreta a compra de “pacotes tecnológicos” desenvolvidos em outros países que atendem a seus próprios interesses. Para nós, é um sucateamento de nossa engenharia a um custo que deve ser pago em dólares.

Na seqüência da visita, Marina levou-me para conversar com os engenheiros da Excelência Empresarial. O próprio nome do departamento é esclarecedor: excelência, (Do *lat. excellentia.*), grau máximo de qualidade ou perfeição (Larousse Cultural). Neste sentido, estaríamos conversando com *a busca de qualidade* ou *perfeição* no nível máximo da estrutura de produção. Dois engenheiros nos receberam. Fizeram todo um discurso sobre os parâmetros de qualidade da fábrica. Falaram sobre a implantação da ISO, os prêmios de qualidade, o acompanhamento dos processos de produção, o monitoramento da qualidade da água do rio Mucuri, as fontes de poluição e seus controles, o odor, as relações da fábrica com a Comunidade e fizeram referência às ações sociais da fábrica. Quanto ao eucalipto, limitaram-se a questionar as ações contra o seu uso e informaram que qualquer planta exótica requer cuidados e que a divisão de Recursos Naturais estava pesquisando. Na fala dos engenheiros, a fábrica dispõe de todo um instrumental para acompanhar, detectar, prevenir e agir sobre qualquer anormalidade no processo de produção. O processo tem um alto grau de segurança e o acompanhamento detalhado e minucioso é realizado sob rigoroso padrão de excelência dos equipamentos e do treinamento de todo o pessoal da fábrica. Garantir a excelência na produção é a responsabilidade primordial do departamento e de todos os funcionários da fábrica, concluiu um dos engenheiros.

A visita estava se encerrando. Marina deu-nos a **Revista Exame** – Guia da Boa Cidadania com as páginas da Bahia Sul e da Cia. Suzano previamente indicadas, entregando-nos uma pasta com o Relatório da Diretoria e outros materiais como: brindes, jornais e revistas.

Marina perguntou se a visita tinha atendido às minhas expectativas. Respondemos que sim e que *in loco* conseguimos fazer muitas observações para articular com as questões que estava desenvolvendo na tese.

Voltamos para a portaria, entreguemos o “kit segurança” e o par de botas, trocamos os cartões de visitas e nos despedimos.

4.2 Refletindo sobre Mucuri

No Poder Executivo realizamos três entrevistas: Fiscal da Secretaria do Meio Ambiente²⁰⁶, Secretário da Administração Municipal e Secretário do Desenvolvimento Econômico e Rural.

No caso do Poder Executivo, os dois secretários entrevistados representam atores de alta relevância, pois são eles que participam da administração do Município, fazem as funções e a execução do planejamento e orientam as ações concretas da Prefeitura, o que implica na intervenção do poder público que pode levar a mudanças nas gravíssimas condições sócio-econômicas que imperam em Mucuri. Sentimos nas duas entrevistas que os secretários têm uma visão bastante simplista das graves questões sócio-econômicas (entrevista anexa), pois não relataram planos ou ações encaminhadas e realizações do próprio Poder Executivo nem fizeram referência a parcerias com outros órgãos públicos ou com ONGs.

Quanto à funcionária da Secretaria do Meio Ambiente (Fiscal concursada), sua função nos pareceu bastante importante, pois, com seu conhecimento técnico e poder legal, pode recorrer a instrumentos para a fiscalização do cumprimento das legislações federal, estadual e municipal. Acrescente-se à questão ambiental uma grande pressão (internacional e nacional) para aplicabilidade de um crescimento e desenvolvimento econômico sustentável (Constituição Federal de 1988, Lei Orgânica do Município de Mucuri e Agenda 21) quando,

²⁰⁶ Não foi possível entrevistar o secretário do Meio Ambiente, pois o mesmo não se encontrava na Cidade.

em uma região que contém rios, praias, mangues, atividades de pesca, de agricultura e de criação de animais, implanta-se uma fábrica de celulose e papel que utiliza como matéria-prima o eucalipto (cujo corte ocorre em ciclos de 6 a 7 anos) e necessita de grandes extensões de terra para produzir esta matéria-prima. Segundo dados da Bahia Sul, entre os estados do Espírito Santo e da Bahia há uma área total de 188.729 hectares de terras, sendo 114.965 hectares (60,89%) para plantação, 9.909 hectares para infra-estrutura e 63.895 hectares (33,86%) para preservação.

Além da questão da plantação de eucalipto, o aumento da população com um acréscimo de demanda aos serviços públicos de infra-estrutura, já muito limitados, e os riscos de acidentes ambientais inerentes ao próprio processo de produção colocam a secretaria do Meio Ambiente e seus agentes como uma área de extrema importância política e técnica que deve receber pressões dos mais variados setores da coletividade. Tanto é verdade que suas ações de fiscalização e estudos foram “muito limitadas”, conforme a entrevista com a Fiscal da Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

Fiscal

Um problema sério é a invasão do mangue, inclusive com a construção de um posto de combustíveis. O descuido ambiental é muito grande. Na Restinga nota-se o desmatamento.

Pesquisador

E qual o motivo?

Fiscal

O Município apresentou um grande crescimento populacional e, principalmente, de construções (...) existe o Conselho Municipal de Proteção e Defesa do Meio Ambiente (COMDEMA), porém os seus membros não têm nenhuma qualificação para tratar dos assuntos ambientais, assuntos importantíssimos.

Pesquisador

Portanto...?

Fiscal

(...) só existe no papel, no documento.

Pesquisador

Existe alguma pesquisa sobre as condições ambientais do Município?

Fiscal

Foi realizada uma pesquisa, por técnicos da própria Secretaria do Meio Ambiente, e constatou-se a degradação do rio Mucuri e do Mangue. Verificou-se o assoreamento do rio na parte da Bahia Sul (...) Há, inclusive, uma queda na atividade de pesca.

Pesquisador

Com a Bahia Sul a arrecadação cresceu?

Fiscal

A arrecadação do Município chega a R\$ 4 milhões. Vou lhe dizer: centro de Mucuri não tem coleta de esgoto, ainda são usadas as fossas. A água é tratada. E mais: existe um lixão nas proximidades do rio Mucuri.

No Poder Legislativo - a Câmara Municipal de Mucuri - conversamos com um funcionário e com um Assessor Jurídico e entrevistamos o Presidente da Câmara.

A visita à Câmara nos trouxe duas surpresas: a conversa com um funcionário e o fato de o Presidente da Câmara ser funcionário do setor florestal da Bahia Sul.

Na primeira vez que chegamos à sede do Legislativo nos apresentamos a um funcionário. Solicitamos informações sobre como marcar uma entrevista com o Presidente da Casa, já que em janeiro os vereadores estavam em recesso. O funcionário nos indicou um “doutor” (Assessor Jurídico) que poderia nos atender. Enquanto esperávamos pelo Assessor, esse funcionário “puxou conversa” fazendo perguntas sobre nosso trabalho. À medida que explicávamos nossa tese, ele foi se posicionando sobre a nossa pesquisa (é muito boa, precisa estudar estas coisas, o estudo é importante etc.), sobre os assuntos políticos de Mucuri, sobre o papel e as funções da Câmara, sobre o trabalho dos vereadores e sobre a Bahia Sul. Com sua simplicidade, nos deu um conjunto de informações muito interessantes do seu ponto de vista

de observador local dos acontecimentos e como funcionário de um Poder que tem força e, ao mesmo tempo, a cada quatro anos é colocado para julgamento da população.

Dos vários temas sobre os quais esse funcionário apresentou suas opiniões, após a conversa com o Assessor, fizemos imediatamente uma transcrição, tentando captar as informações para que pudesse fazer parte do conjunto de atores que falaram ao pesquisador.

Pesquisador

Quantas vezes a Câmara Municipal se reúne?

Funcionário

A Câmara só faz uma sessão por semana. E está bom pois não tem assunto para discutir.

Pesquisador

O centro de Mucuri não tem saneamento básico?

Funcionário

Não tem esgoto. O governo do Estado liberou R\$ 8 milhões para a área de saneamento básico do centro e de outros distritos. No distrito de Itabatã, a Bahia Sul implantou o saneamento básico.

Pesquisador

Com a vinda da Bahia Sul a arrecadação de impostos teve um aumento muito grande? Aumentou o nível de emprego com a vinda da Bahia Sul?

Funcionário

O problema é a que o pessoal não tem qualificação que a Fábrica exige. Parece que tem umas 200 pessoas de toda a região trabalhando na Fábrica. Mas agora tem curso do Senai²⁰⁷ para preparar o pessoal.

Pesquisador

A arrecadação de impostos é alta?

Funcionário

É verdade. Mucuri tem a 8ª. arrecadação do Estado da Bahia, na faixa dos R\$ 3,4 milhões. É preciso ter muita seriedade para administrar tanto dinheiro.

²⁰⁷ Parceria entre a Bahia Sul e o BNDES. Quando de nossa visita a Mucuri (18 a 24 jan. 2004) havia uma unidade móvel de cursos do Senai estacionada em frente ao colégio Leon Feffer.

Pesquisador

Dentre os distritos (...)?

Funcionário

Temos o Distrito-Sede, e os Distritos de Taquarinha, Ibiranhém mas o distrito de Itabatã é umas três vezes maior que a sede de Mucuri. Lá tem o clube da Bahia Sul para sócio e para funcionário.

Por este relato, ficam ressaltadas as condições de precariedade do município de Mucuri, o que apareceu também em outras entrevistas.

A conversa com o Assessor foi mais formal e absolutamente técnica, que mostrou-se interessado pelo tema de nossa tese e em agendar rapidamente a entrevista com o Presidente; entregou-nos uma cópia da Lei Orgânica do Município (com 163 artigos dos quais os n. 147 a 150 referem-se ao meio ambiente), discorreu sobre o funcionamento da Casa, apresentou-nos aos funcionários que estavam na Câmara e nos mostrou as instalações físicas da Casa. Ofereceu-nos também uma brochura sobre a história da cidade e nos disse que, tendo alguns documentos sobre Mucuri, nos entregaria para que pudéssemos ler e tirar cópias. Assim que agendasse a reunião, deixaria o recado na pousada onde estávamos hospedados. Apesar da atitude gentil, prestativa e educada parecia preocupado em não comprometer-se. Suas respostas foram formais e objetivas.

Pesquisador –

Existe uma comissão de meio ambiente?

Assessor –

Sim, existe. A Comissão de Ação Social, Direitos Humanos e Meio Ambiente que é presidida pelo vereador Marílio Martins Mafra, o relator é o vereador Agenor Simões de Oliveira e o secretário é o vereador Jorge Helinton Oliveira Brito.

A entrevista com o Presidente da Câmara Municipal foi marcada para a manhã de quarta-feira. Quando lá chegamos, ele estava dando uma entrevista para uma pesquisadora do

Instituto de Estudos da Religião - ISER²⁰⁸. Enquanto aguardávamos, notamos grande movimentação de vereadores e de pessoas conversando com os mesmos nos corredores dos gabinetes.

Na entrevista o Presidente relatou que sendo vereador e Presidente da Casa era também funcionário do setor florestal da Bahia Sul e que “(...) nada impedia que ele exercesse as duas funções observando os interesses da Empresa e os interesses do Município”.

Pesquisador

O Senhor poderia traçar um quadro geral sobre Mucuri”?

Presidente

Mucuri apresenta o seguinte quadro de atividades: na sede (do Município) existe o comércio básico, banco e a prestação de serviços juntamente com a sede da Prefeitura e as Secretarias e a Câmara Municipal, a Igreja Matriz, o Fórum, as escolas e as atividades ligadas ao turismo – hotéis, pousadas, restaurantes, lanchonetes e a rua do Artesanato. Em Itabatã (distrito) existe a prestação de serviços. Em nove povoados desenvolvem-se a agricultura e a pecuária.

Pesquisador

E as atividades mais tradicionais do Município?

Presidente

As atividades locais, como a pesca, cacau, pecuária e turismo, fazem parte da história de Mucuri e continuam ainda hoje. A atividade pesqueira, em parte, profissionalizou-se e o turismo aumentou muito, o que significa maior geração de renda.

Pesquisador

As atividades de turismo são constantes ou apenas nas épocas de grandes festas como a passagem-de-ano e o carnaval?

Presidente

Estas duas festas são as principais. Para se ter uma idéia, o carnaval de Mucuri é o terceiro maior do estado da Bahia, com as bandas de grande sucesso que animam todo o período de carnaval. Outra festa importante para o município é a passagem-de-ano. Tem também as férias de julho que atraem muitos turistas. Contando-se a passagem-de-ano, o carnaval e as férias de julho, parte dos nativos (moradores) consegue sobreviver durante o ano inteiro com o que se ganha neste

²⁰⁸Segundo informações da pesquisadora “O ISER foi contratado para um levantamento sobre Meio Ambiente, Qualidade de Vida e Responsabilidade Social das Empresas de Papel e Celulose”. Disponível em: www.iser.org.br.

período, fruto dos aluguéis de suas casas, do comércio em geral, artesanato e do comércio na praia.

Pesquisador

Como está estruturada a plantação de eucalipto, já que o consumo da Bahia Sul é muito grande?

Presidente

A produção de eucalipto tem seu desenvolvimento baseado na combinação de compras de terras, arrendamento e fomento florestal. O fomento florestal é demandado pelo produtor que recebe a muda do eucalipto, os insumos e a assistência técnica. Existem casos de “parceirização” e terceirização. Muitos ex-funcionários tornam-se proprietários de empresas ligadas ao setor do eucalipto.

Pesquisador

Quando a Bahia Sul veio para Mucuri e seu entorno houve um aumento no preço das terras?

Presidente

Realmente o preço das terras teve um aumento muito forte. Por exemplo, em alguns casos preço da terra nua que era de R\$ 750 subiu para uma faixa de R\$ 3000 a R\$ 5000 por hectare.

Pesquisador

Como é desenvolvido o processo de plantação de eucalipto²⁰⁹?

Presidente

O primeiro corte ocorre após 6 anos da plantação. Por volta de 1974, ao longo da BR 101, mais de 120 madeireiras e serrarias cortavam árvores nativas, portanto uma parte da área devastada está sendo ocupada pela plantação de eucalipto, o que gera renda e emprego. O processo de mecanização introduzido no corte e transporte do eucalipto trouxe uma grande melhoria para estas atividades. As máquinas só trabalham em terrenos planos, o que não permite a plantação nestas áreas que podem ser usadas para outras atividades.

Pesquisador

As plantações de eucalipto ocupam imensas áreas, leva a um grande impacto ambiental?

²⁰⁹ Conforme o site da Suzano Bahia Sul, em 05 jan. 2005, a plantação de eucalipto nos estados da Bahia, Espírito Santo, Minas Gerais e Maranhão responde por 73,29% do total enquanto em São Paulo a produção corresponde a 26,71%; a maior disponibilidade para implantação da produção de eucalipto é a área do estado do Maranhão com 79,1% da capacidade livre. A área total de preservação ambiental representa 37% da área destinada a produção de eucalipto.

Presidente

Do ponto de vista ambiental a lei obriga 20% de reserva legal²¹⁰ mas a Bahia Sul e a Aracruz aproximam-se dos 40% de reserva legal. O cultivo atual de eucalipto apresenta o mínimo de impacto para o solo.

Pesquisador

A Bahia Sul cumpre as normas ambientais?

Presidente

Sim, os efluentes são tratados. Em caso de acidentes, a comunidade deverá ser avisada imediatamente.

Pesquisador

Já ocorreu algum acidente envolvendo risco para a população ou para o meio ambiente?

Presidente

Não há conhecimento de nenhum caso deste tipo.

Pesquisador

A instalação da Bahia Sul trouxe melhorias para as pessoas e para o Município?

Presidente

A vinda da Bahia Sul trouxe uma certa melhora na vida dos moradores. Um tipo de fomento florestal permite ao produtor receber as mudas de eucalipto, os insumos e a assistência técnica. Isto barateia o custo da plantação.

Pesquisador

Mucuri tem atividades ligadas à agricultura, pecuária, pesca, turismo e tem também a Bahia Sul. O município possui um Plano Diretor?

Presidente

O Município tem Plano Diretor, conforme o artigo 145, parágrafo primeiro.

A entrevista com o Presidente da Câmara Municipal foi solicitada tendo em vista que a Câmara é o espaço político mais próximo do cidadão. É nela, obedecendo ao sistema de ordenamento jurídico brasileiro, que são discutidas e elaboradas as leis mais urgentes que os

²¹⁰ A área de preservação ambiental nas plantações de eucalipto da Cia Suzano e Bahia Sul são, 33,9% (63,9 mil hectares) para a Bahia / Espírito Santo; 39,7% (20,1 mil hectares) para Minas Gerais; 42,5% (47,1 mil hectares) para o Maranhão e 35,4% (30 mil hectares) para São Paulo; na média este valor é de 37,9%. Disponível em www.suzano.com.br, 05 jan. 2005.

cidadãos demandam; que as ações políticas são mais visíveis quanto aos resultados práticos da legislação, que aprova o Orçamento do Município²¹¹, onde estão fixadas as receitas e as despesas dos Poderes Executivo e Legislativo. Por outro lado a Câmara pode ser transformada em um balcão de grandes, médios e pequenos negócios envolvendo esquemas escusos e ligações perigosas contra o exercício da cidadania e da democracia.

Na área da educação, visitamos o colégio Leon Feffer instalado no centro de Mucuri. Em um município carente de infra-estrutura, quando a Bahia Sul iniciou as obras civis (1989) e começou a selecionar o pessoal local para trabalhar na fábrica, notou uma grande defasagem de conhecimentos nos candidatos selecionados, embora todos eles tivessem terminado o Ensino Médio.

Carente e precário, o sistema de ensino local não oferecia condições de receber uma demanda que era formada por filhos dos diretores, gerentes, pessoal técnico e trabalhadores especializados. Também para recrutar pessoal em Mucuri ou na região, o nível de aprendizagem era muito precário. Portanto, verificaram-se dois problemas ligados à área do Ensino: como receber a nova demanda e como preparar futuros funcionários para a Fábrica. De imediato, a Bahia Sul fez uma concorrência e contratou o Grupo Educacional Universitário para dar treinamento aos funcionários locais. Apoiado nesta experiência bem sucedida, a Bahia Sul criou o Colégio Leon Feffer de Ensino Fundamental e Médio (com dois núcleos: o de Mucuri e o de Itabatã) que passou a ser administrado primeiramente pelo Grupo Educacional Universitário e, atualmente, é administrado pela Casa do Estudante. Com a vinda da Bahia Sul e a necessidade de uma nova estrutura na área do ensino, houve um treinamento para 140 professores de Mucuri com palestras, aulas práticas e sessões de vídeo. A Secretaria de Educação da Bahia contratou o Grupo Educacional Universitário para um projeto de atualização para 3.000 professores de todo o Estado.

²¹¹ O Poder Executivo elabora o Orçamento e o envia para o Poder Legislativo. Este tem poder de alterar a distribuição dos gastos (exceto nos impedimentos fixados pela Constituição Federal, pela Constituição do Estado e pela própria Lei Orgânica). Também é proibido criar despesa sem a respectiva fonte de receita.

As duas entrevistas que realizamos no Colégio Leon Feffer nos mostraram uma grande preocupação pelo ensino de qualidade, por ações pedagógicas atualizadas e por infra-estrutura adequada. Uma das falas mais importantes com referência ao Colégio é sua capacidade de preparar e aprovar alunos em vestibulares das universidades mais concorridas do país, conforme expressa uma professora.

Professora

A orientação é para um ensino da melhor qualidade. Isto é verdadeiro pois muitos de nossos alunos entram nas universidades mais conceituadas: nas federais, estaduais e particulares de alto nível.

Pesquisador

O que ajuda neste processo de um bom nível de ensino?

Professora

A motivação de cada professor é fundamental. O desenvolvimento de atividades como jogos, artes, leituras, projetos culturais. Os espaços físicos são muito importantes. A infra-estrutura – biblioteca, computadores, laboratórios - é também um elemento central. Não se pode deixar de mencionar as relações com as famílias dos alunos.

Entrevistamos também o Diretor o qual nos mostrou uma tabela com o número de alunos matriculados.

Tabela 10 – Total de alunos matriculados

Ano	Total de alunos	Alunos da Bahia		Alunos da comunidade	
		n.	%	n.	%
1999	561	414	73,8	147	26,2
2000	615	375	61,0	240	39,0
2001	691	411	59,5	280	40,5
2002	750	453	60,4	297	39,6
2003	828	503	60,7	325	39,3
2004	883	507	57,4	376	42,6

Fonte: Casa do Estudante. jan. 2004.

Também nos relatou a experiência das duas unidades, enfatizou a qualidade e o nível de ensino e nos entregou material informativo. Como colégio particular, não é acessível à grande maioria da população que tem um baixo nível de renda. O entrevistado relatou que alunos da rede pública com notas altas eram selecionados e recebiam bolsas de estudos para que não fossem prejudicados por uma escola (da rede pública) “(...) que não lhes dava maiores condições de capacitação”.

Algumas questões podem ser levantadas sob o prisma desta transferência “rede pública - Colégio Leon Feffer”. Uma delas diz respeito ao grau de sociabilidade e de adaptação de alunos carentes em uma estrutura sócio-econômica diferenciada. Pelo que notamos na entrevista com a professora e o diretor, com a presidente da Fundação Golfinho, com o sindicalista e em conversas com alguns moradores, há uma diferenciação quando se fala “da escola da Bahia Sul” como um centro de excelência e um consenso de que a rede pública é precária e oferece um ensino sem qualidade para os pobres. Neste contexto, fica nítida a idéia de separação de classes, fruto de uma distribuição de renda perversa e de um poder público que atua com baixo grau de eficiência em uma área que pode induzir a mudanças na qualidade de vida e na empregabilidade.

Visitamos a Associação Comunitária Golfinho²¹² e conversamos com a Presidente. Antes de falarmos com a presidente, uma voluntária nos mostrou a sede e o trabalho realizado por adolescentes e jovens carentes. A ênfase deste trabalho é socializar adolescentes e jovens, tirá-los da rua, dar apoio educacional, desenvolver atividades e profissionalização na área do artesanato. Segundo a entrevista da presidente, a situação sócio-econômica das famílias dos pescadores é extremamente precária. “É de fazer dó a situação de uma família de pescadores: marido, mulher e muitos filhos”.

²¹² Disponível em: www.associacaocomunitariagolfinho.hpg.com.br. jan. 2004.

Neste sentido, as ações da Associação Golfinho buscam uma intervenção na precária realidade familiar desenvolvendo trabalhos que deveriam ser de inteira responsabilidade do poder público local, já que a arrecadação de impostos é elevada pela presença da Bahia Sul. Não obstante, está inteiramente dentro da matriz de ações empresariais da Bahia Sul todo um programa de formação e atuação de voluntários e de financiamento de causas sociais e ambientais. A parceria da Bahia Sul com a Associação Golfinho está alinhada à definição da Política de Responsabilidade Social, Saúde e Segurança, ao afirmar que deve “Apoiar ações alinhadas à nossa Visão, Missão e Valores, priorizando as iniciativas voltadas à educação, ao meio ambiente e à cultura”. (Relatório da Bahia Sul, 2003).

Pesquisador

Quais as ações da Fundação Golfinho?

Fundação

Antes é preciso dizer que a situação de pobreza e miséria de crianças e adolescentes é imensa. Antes da chegada da Bahia Sul, os grupos de famílias de pescadores não recebiam nenhuma atenção social (...) Um outro problema muito sério é o da prostituição; este problema é agravado com o desenvolvimento do turismo e o quadro atinge seu ápice no período do carnaval (...) Conseguiu-se reunir 68 mães para a realização de cursos que buscassem a melhoria das condições de vida da família. Deste total de mães, uma foi escolhida como instrutora. Foram realizadas visitas domiciliares com agentes comunitários para orientar sobre a colocação em prática dos temas ensinados nos cursos. Desenvolvemos atividades ligadas à cultura, educação, geração de trabalho e renda por meio do artesanato e atendimentos de saúde. Oferecemos lanche, uniforme e material para os cursos. Temos 350 jovens em todas as nossas atividades.

Pesquisador

Como é o projeto de geração de renda?

Fundação

Os trabalhos desenvolvidos na Fundação Golfinho são vendidos, sendo a divisão de 80% para os produtores e 20% para a Fundação. A loja está localizada na Passarela da Cultura que é um projeto de parceria entre a Bahia Sul e a Prefeitura.

Os projetos sociais são de fundamentais em situações de extremo risco de pobreza, mas, se as condições estruturais da vida das famílias dos pescadores não forem alteradas, o círculo vicioso não será rompido.

Quando recebemos a informação da existência da Pastoral da Criança em Mucuri, imediatamente, buscamos fazer contato com a liderança. Conhecedores do trabalho desta Pastoral, e após ouvirmos os relatos da Presidente da Associação Golfinho, sobre a precariedade das questões sociais, percebemos que seria muito útil à nossa pesquisa uma entrevista para que pudéssemos conhecer um outro olhar: o olhar de quem trabalha com crianças a partir do ventre materno até os seis anos de idade. A partir da questão da fé, o motor central do trabalho das voluntárias da Pastoral da Criança, e do treinamento e formação constantes que as voluntárias recebem, encontramos nossa entrevistada com larga experiência de atuação nas atividades da Pastoral. Ela atua, também, em uma nova área que é a de Políticas Públicas. Além de toda essa militância, nossa entrevistada faz parte do Conselho Municipal de Saúde através do qual se desenvolvem os embates políticos em uma das áreas mais frágeis do setor público e mais precária no atendimento das camadas mais pobres da população.

Sua fala contempla dois movimentos e realidades: *a precária situação social da população mais pobre* e *a forte militância movida pela fé*. Não descarta, porém, uma dura e pesada crítica à política local.

Coordenadora

Mucuri teve um crescimento desordenado, porém não foi acompanhado pela aplicação de verbas nas áreas sociais.

Pesquisador

Mas a arrecadação de impostos com a vinda da Bahia Sul é muito alta (...).

Coordenadora

(...) é a arrecadação do Município chega a R\$ 3,5 milhões porém quase nada é aplicado no social. Para você ter uma idéia as internações hospitalares são realizadas no hospital São José, em Itabatã, que é um distrito de Mucuri. Aqui na sede do Município não tem hospital.

Pesquisador

A Sra. que é da Pastoral da Criança deve ter uma idéia da mortalidade infantil?

Coordenadora

A mortalidade infantil é muito alta e os gastos na área da Saúde são mal distribuídos. Em alguns distritos não há água encanada nem coleta de esgoto. Existem construções de casas no Mangue sem nenhum controle de saneamento. A Bahia Sul ajuda em algumas ações, mas o dinheiro arrecadado em impostos pela Prefeitura é mal aplicado.

Quem diria que andando no pequeno comércio local, conversando com a proprietária de uma loja de artesanato, iríamos encontrar uma Bacharel em Biologia que tinha prestado serviços à Prefeitura de Mucuri na área de meio ambiente e que estava se dedicando ao artesanato? Natural do município de Guarulhos-SP, casou-se com um artista local, construíram uma casa e, segundo ela, encontrou a felicidade de fazer o que gosta, morar em um lugar com praias lindíssimas e ter uma excelente qualidade de vida.

Com uma conversa solta, ao estilo local, ao saber de nossa pesquisa, deu uma série de informações importantes sobre a vida em Mucuri, mas o que nos chamou atenção foi sua experiência na área de meio ambiente. Prontamente, colocou-se à disposição para uma entrevista que poderia ser gravada em sua casa. Aceitamos, marcamos a data e estruturamos algumas perguntas direcionadas ao que ela já havia nos relatado, além de outras, de interesse específico de nossa pesquisa.

Em uma sala de visitas, decorada com peças artesanais, ao som de axé, bebendo água de coco gelada, nossa entrevistada discorreu sobre questões do meio ambiente, fazendo duras críticas ao descuido da Prefeitura e de seu Secretário de Meio Ambiente pela “péssima gestão” nesta área. Indignada pela situação de descuido da área ambiental, deixou de elaborar

trabalhos para a Prefeitura quando sentiu que não eram levados em conta para a gestão ambiental.

Bióloga

Quando trabalhei na Prefeitura, não podia desenvolver minhas atividades nem aprofundar temas críticos de interesse do Meio Ambiente. Era tudo muito disfarçado mas não podia fazer análises críticas.

Pesquisador

Mas existem estudos quanto ao impacto ambiental da presença da Bahia Sul?

Bióloga

Sobre o estudo de assoreamento do rio Mucuri e o estudo sobre recursos hídricos, em virtude da implantação da Bahia Sul, nunca li nada a respeito. Sei que o estudo está arquivado.

Pesquisador

E o rio Mucuri?

Bióloga

A mata ciliar do rio Mucuri está sendo destruída. Só se pode percorrer o rio na maré alta.

A entrevista lamentou o fato de que a cidade tenha se tornado o centro do carnaval regional, o que, na sua visão não traz maiores benefícios, além de ser uma estratégia política do prefeito para se livrar das críticas por “seu fraco desempenho administrativo” e por sua situação insustentável no uso dos recursos financeiros do Município que motivaram inúmeras inspeções do Tribunal de Contas do Estado da Bahia e de Órgãos Federais.

Pesquisador

Como é encaminhada a questão do turismo aqui em Mucuri.

Bióloga

Quanto à vocação turística do Município, não há qualquer incentivo. O que existe é o de pior qualidade: as festas de carnaval (que lotam a cidade) e o turismo de final de semana. Não há um projeto ou uma política para o turismo.

Entrevistamos a proprietária da pousada na qual estávamos hospedados. Um ator importante porque, proprietária de fazenda com seus irmãos, dedicou-se (ela e uma irmã) ao ramo da hotelaria, captando o aumento da demanda que surgiria com a Bahia Sul e a possibilidade de diversificação dos negócios. Segunda ela, não errou ao empreender os negócios na pousada. Não só porque recebe hóspedes que têm relações com a Bahia Sul, como também pelo aumento do turismo com a maior divulgação da cidade – através do carnaval, principalmente, e pela proximidade com Minas Gerais – além de ter contato com muitas pessoas. As informações da proprietária foram mais voltadas à sua área de atuação, sem uma visão crítica e politizada sobre a cidade.

Proprietária

A Bahia Sul ajudou muito e continua ajudando Mucuri ... Para os negócios (pousadas e hotéis) também a Bahia Sul trouxe um dinamismo maior.

Pesquisador

Eu e minha mulher estamos aqui em razão de minha pesquisa sobre a Bahia Sul e Mucuri.

Proprietária

Se não fosse pela Bahia Sul talvez o sr. nem ouviria falar de Mucuri lá em São Paulo. É claro que o turismo é muito forte no extremo sul da Bahia e que atrai uma grande parte de turistas de Minas Gerais, já que fazemos divisa.

Pesquisador

Foi importante para o turismo a vinda da Bahia Sul?

Proprietária

Não há dúvidas. Além de Mucuri ficar mais conhecida, seja para os negócios ligados à Fábrica, seja para o turismo de parentes e amigos que são convidados pelos funcionários da fábrica, a vinda da Bahia Sul ajudou bastante o nosso setor. Um bom exemplo é o do espaço que foi construído no centro (pequeno quarteirão no centro) com palco, músicas, artesanatos e comidas típicas, reúne muitas pessoas todos os dias. É um local de encontro. O comércio e o artesanato têm possibilidade de crescer.

Segundo as informações obtidas, um lindo passeio seria conhecer as praias de Nova Viçosa, um bairro de Mucuri, com estrada asfaltada. Nada ruim em aliar o trabalho de

pesquisa com um pouco de descanso! Realmente, encontramos praias lindíssimas e uma estrada estadual muito bem conservada. Na hora do almoço, escolhemos um restaurante à beira da estrada. Conversando com o proprietário, ele fez uma análise muito crítica da situação de Mucuri, com referência aos gastos da Prefeitura: “muita arrecadação e poucos investimentos”. A falta cuidado com a infra-estrutura, transferiram para a Bahia Sul investimentos em obras e serviços que seriam de inteira responsabilidade do Município e/ou do Estado. Usando a expressão “deserto verde”, o entrevistado fez uma contundente crítica à plantação e expansão do eucalipto. Da expressão utilizada – “deserto verde” – emergiu o título desta tese;

Comerciante

Nos sítios vizinhos à plantação de eucalipto, nada nasce por causa da sombra que o eucalipto faz. O eucalipto cresce até uns 20 metros de altura produzindo uma sombra onde é impossível plantar qualquer coisa e, também, porque ele consome até 20 litros de água por dia.

Pesquisador

O comércio local não se beneficiou da vinda da Bahia Sul?

Comerciante

Muito pouco ou, em alguns casos, não teve benefício nenhum. As compras (para quem ganha bem) são realizadas em Teixeira de Freitas (Bahia) ou em São Mateus (Espírito Santo), o que faz com que o comércio local não tenha desenvolvimento e assim não cresce.

Pesquisador

Quanto à plantação do eucalipto (...).

Comerciante

O Sr. conhece a expressão “deserto verde”? Na região, pelo avanço da plantação do eucalipto, está se formando um “deserto verde” (sic). É só eucalipto por todo o lado. Produz sombra (pela altura da árvore) e consome muita água. E tem também o problema da pobreza dos antigos pequenos sitiantes (proprietários) que venderam suas terras, pois o preço da terra estava alto. Agora vão fazer o quê? Sem terras e sem dinheiro!

Esta fala nos indicou que há, entre tantos atores sociais, percepções críticas da realidade em graus diferentes, o que forma um importante painel para visualizar os eixos

temáticos em uma pequena cidade que, à primeira vista ou por leituras à distância, tem tantos problemas sócio-econômicos, com ou sem nenhuma relação com o grande empreendimento que é a Bahia Sul.

4.3 Atores e movimentos sociais

A luta pela redemocratização no Brasil, nos anos 70/80, que acontece a partir das crises econômica e política, vem possibilitar a construção dos movimentos sociais em diversos e diferentes enfoques e áreas e atuação. O avanço do movimento sindical “combativo” contra o movimento sindical dos “pelegos”; a formação e ação dos clubes de mães na periferia; a nova configuração partidária com a fundação do Partido dos Trabalhadores (1985), a formação da Central Única dos Trabalhadores, (CUT); o crescimento das ONGs e dos movimentos ambientalistas, as associações de moradores de bairro lutando por reivindicações específicas; as pressões da sociedade civil contra a Ditadura e seu modelo político e econômico (ambos em profunda crise) configuram novas realidades de ação, atuação, engajamento e acompanhamento da política. Verifica-se a revitalização dos movimentos da sociedade civil, manifesta na Assembléia Nacional Constituinte, um grande palco de embates para a reconfiguração do ordenamento da sociedade democrática.

Os movimentos sociais organizados tiveram grandes derrotas em suas lutas, mas muitas vitórias foram alcançadas, apontando para uma nova relação entre o Estado e a sociedade civil. Embora, em um quadro de grande complexidade política, econômica, social e cultural dentro do esgarçamento do modelo Estado-nação, pressionado pela globalização financeira e pela quase total hegemonia dos Estados Unidos da América do Norte.

No período em questão, A ONGs emergem, expandindo-se na área do ambientalismo (FERREIRA, 2001). As ações das ONGs ganharam espaço devido ao que Ferreira (2001, p.71) chama de “A crise ecológica global e a incapacidade dos agentes políticos tradicionais

para responderem satisfatoriamente a ela”. Finger (*apud* FERREIRA, 2001, p. 71) comenta que há “um círculo vicioso” que produz e reproduz a crise global, particularmente, a crise ecológica:

(...) que precisa ser rompido e não apenas reformado (...) [com] a adoção de novas leis ambientais, acordos diplomáticos e transformações no sistema industriais, pois as mudanças setoriais serão pouco eficazes se o modelo de desenvolvimento inaugurado na modernidade não for radicalmente superado.

No Brasil esta participação tem crescido de forma lenta, porém firme, com desafios e obstáculo de todo tipo.²¹³ Nessa direção, Penteado (2003, p. 44) coloca-se de uma forma crítica e negativa com relação à mobilização dos sujeitos: “(...) as pessoas continuam completamente apáticas, apesar dos problemas ambientais severíssimos ligados à urbanização, à industrialização, à agricultura, ao clima, ao lixo e à poluição que geramos”. Ao mesmo tempo constata que “A apatia só desaparece quando pessoas morrem intoxicadas pela poluição ou quando os peixes desaparecem dos lugares onde os pescadores buscam sua subsistência”. Neste particular, o autor só vê a mobilização como uma resposta passiva, quando um desastre ocorre.

Na perspectiva da participação dos movimentos sociais na questão ambiental, Marina Silva²¹⁴ afirma:

(...) na gestão ambiental para a sustentabilidade, a participação social é imprescindível. Para isso, nossas ações devem ser dirigidas, cada vez mais ao fortalecimento da sociedade civil e suas organizações. O Estado não pode chamar para si a responsabilidade sobre todas as coisas, deve dialogar com a sociedade.

Mas as esferas de decisão do Governo são diferentes da esfera de decisão do setor privado. As decisões de Governo resultam do jogo de pressões e de interesses dos diversos

²¹³ O Ministério do Meio Ambiente promoveu no segundo semestre de 2003 os seminários para debates e consolidação do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA. *Participamos da fase municipal de Planejamento e do Seminário para a elaboração do Documento parcial*

²¹⁴ Marina Silva: Meio ambiente: preparando a mudança. **Folha de S. Paulo**, 05 jun. 2003, p.. A-3.

atores sociais em conflito na arena política. Por exemplo, temos um quadro paradigmático quando, diante da decisão de permitir a colheita e o posterior plantio de soja transgênica, o Governo, pressionado pelos produtores e pela necessidade de exportações, cedeu e liberou, à revelia de grande parte do movimento ambiental nacional e internacional e de muitos cientistas, a soja transgênica. Os governantes operam em duas dimensões inter-relacionadas, pois o setor privado tem sua lógica centrada no espaço microeconômico de sua atuação e de seu nível de lucro, mas o Governo trabalha com no horizonte macroeconômico e no *princípio da precaução*. Trava-se, então, um choque entre *a ação do setor empresarial privado*, com um tempo próprio, e *as decisões políticas* e suas repercussões no âmbito das ações do Governo.

Ao mesmo tempo em que movimentos sociais e ONGs ganham força e desenvolvem ações de protesto e de proposta. Em nossa pesquisa de campo encontramos no relato dos dois sindicalistas, a informação de que quando da construção da Bahia Sul, o contingente de mão-de-obra para a parte civil não foi absorvido nas áreas de produção da fábrica. Não houve nenhum planejamento quanto a este item. Portanto, quando do término da construção civil, grande parte da mão-de-obra deslocou-se para o município de Pedro Canário, sem emprego e sem nenhum apoio da fábrica ou da Prefeitura. O que existe hoje é uma situação de extrema miséria e problemas de ordem social de grande repercussão. As ações sociais no município de Pedro Canário são realizadas pela Igreja Católica, com um grupo de voluntários. Neste caso, a miséria e a exploração impedem a organização dos mais fracos para reivindicarem seus direitos básicos, ou aqueles que foram anunciados no discurso do capital e na sua ênfase liberal: *“salário, progresso, consumo e mercado”*.

Sindicalista

No início das obras da Bahia Sul, em 1989, havia 30 mil pessoas trabalhando direta e indiretamente. Na construção civil, 80% eram do Nordeste, Minas Gerais e do Espírito Santo.

Pesquisador

O que aconteceu quando as obras civis terminaram?

Sindicalista

Quando do fim da construção civil e da montagem mecânica, parte dos 30 mil trabalhadores foram para Pedro Canário que, em 1985, foi transformado em município. e recebendo uma população que não tinha nenhuma condição de emprego (geralmente ajudantes sem qualificação que não são incorporados às empresas de construção civil), parte de Pedro Canário foi transformado em um grande bolsão de miséria com mais ou menos 6 mil pessoas (...) Em Pedro Canário uma mistura de pobreza generalizada, prostituição, alto índice de gravidez de adolescentes e tráfico de drogas ... E o pior é que foi criando um estigma com relação a este grupo e até mesmo algumas empresas não contratam funcionários que morem no Município. Alguns trabalhos sociais são desenvolvidos pela Igreja Católica.

Pesquisador

Aqui de Mucuri quantos trabalhadores estão na Bahia Sul?

Sindicalista

Os trabalhadores nativos, empregados diretamente na Bahia Sul, devem chegar a 10 pessoas.

Ouvidos os diversos atores sociais (previamente selecionados ou entraram na pauta de entrevistas por indicações por seu envolvimento na questão ambientalista), de diversos níveis sócio-econômicos, de diversas funções e profissões, a saber: do setor público (Executivo e Legislativo), do setor privado (engenheiros, comerciantes, prestadores de serviços, professores), de entidades de ação social (Associação Golfinho e Pastoral da Criança), da representação dos trabalhadores (sindicato dos trabalhadores). podemos constatar que questões referentes aos impactos socioambientais aparecem nas entrevistas como um tema marginal.

Sindicalista

As questões ambientais não dependem dos trabalhadores.

Presidente da Câmara Municipal

Os efluentes são tratados. Em caso de acidente a comunidade deverá ser avisada imediatamente (...) não há conhecimento de nenhum acidente envolvendo risco para a população ou para o meio ambiente (...) a vinda da Bahia Sul trouxe uma certa melhora na vida dos moradores.

A maior preocupação dos entrevistados que se referiram às questões ambientais está ligada à expansão das plantações de eucalipto, dado o seu efeito deletério na estrutura da posse da terra (se já era um fato gravíssimo, a tendência de expansão do setor de celulose e papel para o Espírito Santo e Bahia tenderá a agravar ainda mais este problema secular), seja pela condição das vendas das terras e a conseqüente formação de um ciclo de pobreza futura; seja pela redução da produção de atividades agropecuárias clássicas de Mucuri e da região. A hortifruticultura e a criação de gado geram emprego e renda para as famílias que têm suas atividades de subsistência mesmo que consigam colocar seus produtos no mercado local e regional, gerando relações econômicas.

Fiscal da Secretaria do Meio Ambiente

O eucalipto é dominante na região, é um grande consumidor de água e é um problema, pois é plantado quase como monocultura. Existe alguma combinação de plantar eucalipto com outras culturas, mas é mínimo, talvez insignificante (...) a população rural está ficando sem opção: vê o avanço e o desenvolvimento da plantação de eucalipto e acaba vendendo suas propriedades. Quando o dinheiro acaba o ex-proprietário com sua família torna-se pobre, criando um sério problema social.

Secretário de Administração Municipal

O pequeno agricultor está sendo expulso de suas terras pela plantação de eucalipto. Após vender as terras, o agricultor e sua família perdem o seu sustento e, como não têm qualificação, ao longo do tempo tornam-se pobres (...) há um decréscimo na produção de alimentos no município. Antes, os produtores do município traziam seus produtos para as feiras livres (...) hoje o caminhão vai até Vitória e traz gêneros alimentícios para abastecer as feiras-livres. De produtor estamos nos tornando importadores. Temos ao mesmo tempo desemprego no setor agrícola, empobrecimento das famílias e importação de produtos de outro Estado (...) por incrível que possa parecer, parte da produção da agrícola que abastece hoje o município vem do acampamento dos Sem-terra. Neste caso específico, o MST está defendendo o município contra a expansão do eucalipto e a redução de nossa produção agrícola. A invasão das terras, neste caso, é um benefício para todos nós.

Sindicalista

A monocultura do eucalipto cobre 60 a 70% da área disponível para plantações. Não há uma discussão sobre os impactos nem por parte da empresa nem por parte da imprensa. Ocorreu uma especulação muito grande no que diz respeito aos preços das terras com a expansão da plantação do eucalipto. Em decorrência da monocultura do eucalipto a produção local de frutas quase desapareceu.(...) O processo de plantação de eucalipto ocorre por arrendamento, por fomento ou pela própria fábrica em suas terras. No processo de arrendamento utilizam-se até 15

alqueires e resulta em uma baixa produção, pois a área é pequena (...) No processo de fomento há três ciclos de sete anos cada um. A cada ciclo o lucro do produtor é declinante. No terceiro ciclo, a Bahia Sul define o preço do eucalipto e neste momento o lucro do negócio é menor para o produtor. Quando acaba o contrato de fomento, o proprietário fica livre para utilizar a sua terra. Nas áreas de plantação de eucalipto é proibido caçar e pescar, o que limita a sobrevivência das famílias pobres.

Secretário Municipal de Desenvolvimento –

Nesta data (jan. 2004) existem quatro grupos do MST com aproximadamente duas mil famílias que estão em áreas invadidas. Mas são eles que produzem grande parte dos alimentos consumidos em Mucuri, devido à redução da produção agrícola em função da entrada do eucalipto. A monocultura do eucalipto está acabando com a produção local de frutas tropicais, denominada de tabuleiro de frutas tropicais (...). Os impactos sociais da vinda da Bahia Sul são dramáticos no setor fundiário. Agravou ainda mais o problema da concentração de terras e a monocultura do eucalipto leva à redução das atividades tradicionais da economia local.

Comerciante

Nos sítios vizinhos à plantação de eucalipto nada nasce por causa da sombra que o eucalipto faz. O eucalipto cresce até uns vinte metros de altura (...).

Apenas os informantes ligados mais diretamente à Bahia Sul adotam uma posição favorável ou neutra em relação ao “deserto verde”.

Presidente da Câmara Municipal

A produção de eucalipto tem seu desenvolvimento baseado na combinação de compras de terras, arrendamento e fomento florestal. O fomento florestal é demandado pelo produtor que recebe a muda do eucalipto, os insumos e a assistência técnica. Existem casos de parcerização e terceirização. Muitos ex-funcionários tornam-se proprietários de empresas ligadas ao setor de eucalipto (...). Por volta de 1974, ao longo da BR 101 mais de cento e vinte madeireiras e serrarias cortavam árvores nativas, portanto uma parte da área devastada está sendo ocupada pela plantação de eucalipto, o que gera renda e emprego ... Do ponto de vista ambiental a lei obriga 20% de reserva legal mas a Bahia Sul e a Aracruz aproximam-se dos 40% de reserva legal. O cultivo atual de eucalipto apresenta um mínimo de impacto para o solo.

Engenheiro da Bahia Sul

O eucalipto é uma planta exótica, isto é, foi trazida de fora e introduzida na nossa paisagem ambiental. Toda a plantação de eucalipto tem permissão dos órgãos ambientais. A clonagem do eucalipto, que é diferente do transgênico, está sendo desenvolvida com muito sucesso. Isto nos permitirá um ganho em relação aos custos da matéria-prima e melhorias, maior sustentabilidade na produção. O projeto de fomento (a Bahia Sul fornece a semente e tudo que é necessário para a plantação) também é muito importante e libera parte das terras para plantar

outras culturas. A altura do eucalipto traz alguns problemas. Parte do eucalipto é plantada em terras em que já havia criação de gado.

Alguns dos entrevistados mostraram toda a sua indignação quanto a algumas ações administrativas e ao uso das verbas públicas. Neste tema foram feitas fortes críticas ao Prefeito que negligencia o uso das altas receitas municipais oriundas dos impostos pagos pela Bahia Sul, além das parcerias que a fábrica tem, junto à Prefeitura, para ações que são essencialmente da esfera pública. Para alguns, é difícil mudar esta situação quando os eleitores reelegem um Prefeito que tem um histórico nada recomendável do ponto de vista da lisura com o trato das coisas públicas, principalmente na área das finanças.

Funcionário

Mucuri tem a oitava arrecadação do estado, na faixa dos R\$ 3 a R\$ 4 milhões. É preciso ter muita seriedade para administrar o dinheiro público.

Fiscal

O Município arrecada R\$ 4 milhões. Um problema sério é a invasão do mangue, inclusive com a construção de um posto de combustíveis. O descuido ambiental é muito grande. Na restinga nota-se o desmatamento.

Bióloga

Infelizmente o Secretario do Meio Ambiente não tem nenhum conhecimento de sua pasta, pois é um indicação absolutamente política. Não tem conhecimento sequer da Agenda 21. A Prefeitura está em situação de inércia, pois responde aos vários interesses políticos. Existem várias ações populares no Fórum de Mucuri contra a Prefeitura (...). Sobre o estudo de assoreamento do rio Mucuri e o estudo sobre Recursos Hídricos em virtude da implantação da Bahia Sul, nunca li nada a respeito. Sei que o estudo está arquivado.

Sindicalista

Veja, o Presidente da Câmara Municipal de Mucuri é funcionário da área de recursos naturais da Bahia Sul.

Secretário de Desenvolvimento Econômico –

Falta conhecimento sobre a realidade do Município e da região (...) A cooperativa e o associativismo no campo não avançam pois os políticos não deixam, mas

também os políticos estão cada vez mais desacreditados (...) A cidade não tem planejamento, o que implica um crescimento completamente desordenado.

Comerciante

O investimento da Prefeitura é muito pequeno, parece que o dinheiro some. A gente sabe o tamanho da arrecadação que a Bahia Sul traz para o Município. A estrada que liga Nova Viçosa, que tem as praias mais lindas da região, a Mucuri foi feita com dinheiro da Bahia Sul e o Governo do Estado e a Prefeitura deram a mão-de-obra. Até então a estrada era de terra em uma região de praias lindíssimas”.

Coordenadora da Pastoral da Criança

Mucuri teve um crescimento desordenado, porém não foi acompanhado pela aplicação de verbas nas áreas sociais (...) A arrecadação do Município chega a R \$ 3,5 milhões. Porém quase nada é aplicado no social (...) A Bahia Sul ajuda em algumas ações, mas o dinheiro arrecadado em impostos pela Prefeitura é mal aplicado.

Fundação Golfinho

Até a chegada da Bahia Sul, as famílias dos pescadores não recebiam nenhuma atenção por parte da Administração Municipal.

Para os engenheiros da Bahia Sul, a fábrica - com uma das mais modernas tecnologias de produção, processo e controle - exerce seu papel de dinamizadora da economia local, regional e nacional, dentro dos padrões de excelência de qualidade, de ação social e de um rigoroso controle ambiental seguindo as normas e padrões nacionais e internacionais. Não obstante, o papel de geração de lucro, empregos, impostos, ações sociais e voluntariado, a questão do eucalipto é tratada de forma mais técnica e científica do que como juízo de valor ou campo de contradições. Enquanto um dos entrevistados usava a expressão “deserto verde”, os engenheiros preferiam dizer que “toda a monocultura tem e traz alguns problemas e na condição de planta exótica, o eucalipto apresenta, portanto, alguns problemas”. Na condição de técnicos, devolvem o problema para as áreas de pesquisa científica do eucalipto, enfatizando o seqüenciamento do DNA da árvore, que trará ganhos de produtividade e menos agressividade à terra.

Para os entrevistados, nos setores do comércio e serviços, com exceção da bióloga, a Bahia Sul não trouxe necessariamente um aumento no turismo que já tinha como base as belezas naturais das praias e as festas do carnaval e da passagem-de-ano. Mas ressaltam a evidência de que, com a Bahia Sul, Mucuri ficou mais conhecida e isto sempre gera um maior fluxo de turistas, o que eles entendem ser muito bom para todos os negócios.

Uma análise das entrevistas da bióloga e da fiscal da Secretaria do Meio Ambiente tem interesse particular nesta tese. Ambas, com formação específica no tema do meio ambiente e nos impactos socioambientais, se não acusam diretamente possíveis problemas decorrentes da implantação da fábrica e da expansão da fronteira agrícola do eucalipto, levam-nos a pensar que a falta de material técnico e de estudos aprofundados sobre toda esta temática impede que se faça uma discussão aberta e franca, envolvendo toda a comunidade.

Praias, rios, mangues, eucalipto, aumento da população urbana, aumento do lixo urbano, as operações da Fábrica, as chuvas e o vento, o aumento do turismo etc. nos levam a questionar a necessidade de uma política de Meio Ambiente altamente eficiente, científica e tecnicamente, para monitorar os indicadores ambientais, prevenir riscos e situações de emergência, desenvolver juntamente com as outras secretarias um plano diretor que aponte para um crescimento e desenvolvimento sustentável. Nenhuma destas ações poderá ser realizada sem a presença do maior número possível de atores sociais que têm envolvimento direto com o presente e o futuro, ou seja, com a sustentabilidade da utilização dos recursos naturais e das ações antrópicas nos diversos ecossistemas.

Nas entrevistas, destacam-se a presidente da Fundação Golfinho e a coordenadora da Pastoral da Criança. Pela relação direta de trabalho com as questões sociais, com o trato com mães, crianças, adolescentes e jovens, percebem o total abandono e descaso dos mais necessitados por parte do setor Público. São duas entidades da sociedade civil organizada que prestam ações de apoio e desenvolvimento social buscando na estruturação da família a base

de um projeto de integração, educação, motivação e desenvolvimento de aptidões para uma inserção no mercado de trabalho. As falas destes dois atores sociais são emblemáticas, pela percepção da realidade de abandono e sofrimento e de que a degradação da vida humana leva a um nível de insignificância social, moral, política e cultural. De várias famílias oriundas das atividades pesqueiras, a pobreza é gritante e chocante segundo ambas, mas, especialmente, na fala da Presidente da Fundação Golfinho: por não ser “nativa”, como dizem os moradores de Mucuri, talvez o choque seja maior.

Estas duas mulheres e suas companheiras de ação social poderiam culpar o destino, a falta de sorte, a crise econômica, a cachaça, o baixo preço do peixe etc. e ver esta situação com olhos da classe média alta, ou do destino de cada um, ou mesmo, da fatalidade divina do sofrimento. Ao contrário, diante de um quadro tão desolador onde a vida não vale “quase nada ou mesmo nada” dispuseram-se para o trabalho em favor de uma vida digna para muitos que merecem ter as mesmas condições e chances como pessoas humanas.

Outra entrevista que merece destaque foi a dos sindicalistas. Diante de uma crise nas estruturais sindicais dos centros mais avançados em termos de politização das relações de trabalho e de uma pressão violenta por empregos, inclusive abrindo mão de garantias legais, o papel e a ação do sindicato parecem estar em uma encruzilhada. Nascido para defender os trabalhadores contra a violenta exploração do início da Revolução Industrial do século XVIII; no Brasil, amordaçado pelo regime militar (1964-1985) parte do sindicalismo fortaleceu-se durante a repressão, passando a lutar pelos direitos políticos e sociais além dos direitos econômicos e, no micro universo das empresas (especialmente no ABC paulista, nas empresas multinacionais), por um novo sistema de gestão do trabalho e de repartição dos lucros. Mas de que adianta toda esta história de lutas do movimento sindical em uma realidade completamente distante dos grandes centros de discussão e debates? Diante de uma economia sedenta por empregos, discutir direitos dos empregados? Em uma

comunidade em que a discussão política é restrita às eleições municipais, como discutir as questões mais amplas da sociedade em um sindicato filiado à CUT e com vários membros filiados, entre outros, ao Partido dos Trabalhadores? É preciso entender que a construção das organizações dos trabalhadores é lenta e requer muita capacidade de ação diante da força do empregador, inclusive em uma região onde este empregador trouxe o sonho do emprego para muitos, mas que, na verdade, realiza a produção com alta tecnologia poupadora de mão-de-obra e implanta a terceirização, que nem sindicato tem.

Um tema que desperta a atenção dos entrevistados é o da qualidade do ensino. Focado como a única possibilidade de habilitação para um emprego, dado o único empregador, que é a Bahia Sul com seu rigoroso processo de seleção. A preocupação com um ensino qualidade apareceu de uma forma marginal. O Colégio Leon Feffer é descrito como o protótipo da excelência que o ensino na área pública não tem. Mesmo com o treinamento e com os cursos para professores apoiados pela Bahia Sul na área do ensino público, nota-se a divisão entre os que estão no *centro de excelência* e aqueles que estudam no sistema público. Pode-se, então, apreender duas formas de separação econômica e social em Mucuri: ser empregado da Bahia Sul e estudar no Colégio Leon Feffer *vis-à-vis* com ser “nativo”, isto é, não trabalhar na Bahia Sul e estudar no sistema público. A operação de oferecer bolsas de estudo no Colégio Leon Feffer para alunos com alto rendimento escolar no setor público tem, por um lado, a questão de apoiar aqueles que têm interesse e aptidão para o estudo e, por outro lado, pode sinalizar as diferenças de classe existentes.

Quanto à participação efetiva e democrática da comunidade nas decisões sobre o uso dos recursos naturais e sua sustentabilidade, neste estudo de caso, percebemos sua ausência.

4. 4 “Os nativos” e “os de fora”

O tratamento verbal que se dá às pessoas, faz um grande sentido, faz uma grande diferença, inclui ou excluí. Ser chamado de “doutor” entre os acadêmicos de Direito denota uma deferência ao aluno do nono semestre. Cada lugar, cada organização, cada espaço público ou privado tem seu modo particular de tratar as pessoas.

Cada tratamento corresponde a uma inclusão ou exclusão. Por exemplo, na fábrica, os engenheiros, os líderes, os facilitadores, os colaboradores, os membros da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes etc. estão incluídos cada qual no seu campo de atuação, na sua área específica. Já o diretor-superintendente está praticamente isolado quando pensamos que o tratamento que lhe é dado é um monopólio.

Temos, também, outras formas de inclusão ou exclusão. Em uma fábrica, por exemplo, o diretor-superintendente e os diretores de divisão usam capacete de cor branca; os capacetes dos gerentes são de cor prata; os líderes usam capacetes de cor cinza etc. Já para o pessoal do escritório, a cor do capacete é azul. No chão da fábrica os operários reconhecem que aquela pessoa é do escritório pela cor do capacete. Ninguém precisa dizer que um homem de capacete de cor branca é o diretor-superintendente ou um diretor de divisão. Já está determinado pela cor de seu capacete. Muitas vezes, o superintendente ou um diretor visitavam o “chão da fábrica” sem se apresentar ao contra-mestre do turno, o que criava um mal-estar, pois nesse “espaço” existe uma hierarquia. O correto seria que qualquer um “de fora da máquina” se apresentasse ao contra-mestre. Independente da forma pela qual é exercida a hierarquia, existe, devidamente introjetado, um código de inclusão ou exclusão.

Quando chegamos a Mucuri para a pesquisa de campo notamos este código em todos os nossos contatos, formado pelas expressões “os nativos”, “os de fora” e “os da Bahia Sul”. Desmembrando código, a expressão “os nativos” refere-se aos de Mucuri ou da região. São aqueles que nasceram e vivem nos municípios da região do Extremo Sul da Bahia. São os têm

direitos sobre o espaço, enraizamento cultural, tradição familiar, conhecem toda a geografia da região, sabem da história das famílias, dos ‘causos’ etc. Em uma fala “(...) meu avô quando veio para cá isso era mato puro (...) meu pai quando construiu a casa-sede da fazenda (...) eu continuo com o gado; está no sangue”.

O outro código, “os de fora”, refere-se àquelas pessoas que, não sendo da região, estão apenas de passagem, estão apenas curtindo as praias e o sol. Por exemplo, os turistas se encaixam neste conceito. São “os de fora”, mas não pretendem ficar, estão apenas em trânsito. Não alteram a vida e a rotina da região.

O terceiro código, “os da Bahia Sul”, apresenta uma alta complexidade. Já comentamos que a vinda da Bahia Sul representou no imaginário coletivo um sonho de emprego, salário, consumo e progresso. Como este progresso não chegou, embora fizesse parte do discurso do capital, a expressão “os da Bahia Sul” marca a grande distância percebida pelos “nativos” e os que agora, morando em Mucuri e região, trabalham na Bahia Sul e são, ao mesmo tempo, “os de fora” porque não têm enraizamento familiar e histórico, mas vivem em Mucuri e na região e alteraram com sua “cultura de fora” o cenário social, cultural, econômico e político. De outro lado, como em Mucuri as condições sócio-econômicas são muito precárias, poderíamos dizer que para “os da Bahia Sul” o lugar de morar é apenas um dormitório.

Duas realidades são visíveis entre “os nativos” e “os de fora da Bahia Sul”. A primeira diz respeito às condições de vida entre os dois grupos sociais. É evidente que os trabalhadores da Bahia Sul têm uma condição de vida melhor, salário, casa, carro, assistência médica, clube, acesso a bens de consumo duráveis, acesso à cultura e à informação que “os nativos” não têm. A segunda realidade é que se formou uma barreira intransponível quanto ao acesso dos “nativos” aos padrões de vida desfrutados pelos “de fora da Bahia Sul”. A falta de acesso está

marcada principalmente na escassez de emprego de médio e alto nível e até mesmo nos empregos mais simples e com salários de piso da categoria.

Ao olhar “os de fora da Bahia Sul”, os “nativos” excluídos da própria lógica do capital (embora o discurso fosse o da inclusão pelo emprego) sentem a distância “imaterial”, embora real e palpável, de serem como que “invisíveis” aos olhos dos “de fora da Bahia Sul”.

A distância entre “os nativos” e “os de fora da Bahia Sul” está presente em uma atividade realizada no centro de Mucuri. Segundo as placas e as informações das pessoas, a Passarela da Cultura foi uma idealização e realização da Bahia Sul com o apoio do BNDES. Em um pequeno quarteirão entre duas avenidas foram montadas várias barracas de comidas típicas e de artesanato, um palco, um sistema de som e uma lojinha de artesanato da Fundação Golfinho. As mesas ficam ao ar livre. Segundo nos disse a dona da pousada, o que se vende é de qualidade e a quase totalidade dos proprietários das barracas não eram residentes em Mucuri.

Aproximadamente a partir das vinte horas, a Passarela da Cultura começa a receber os visitantes: turistas, os funcionários da Bahia Sul e os “nativos”.

Os funcionários da Bahia Sul são maioria ou parecem ser. Encontram-se e saúdam-se com grande entusiasmo e falam alto; fazem círculos com as mesas para sentarem-se juntos. Compram muitas comidas típicas e bebem muitas cervejas. De um lado sentam-se os homens e do outro lado as mulheres. Os filhos pequenos correm livremente pela rua. A cada casal que passa faz-se um ritual de cumprimentos, abraços e referências do tipo: “passa lá em casa”; “vamos fazer outro churrasco”; “quando tem aquele peixe?”; “vou fazer uma receita nova” e “quando você for para Vitória (...)”. Homens e mulheres vestem-se com roupas e calçados de grife. Param os carros nas laterais das duas avenidas. Percebemos que todo este ritual é absolutamente restrito ao pessoal da Bahia Sul.

Durante as seis noites em que freqüentamos a Passarela da Cultura, percebemos que casais “nativos” não participam dos grupos de casais “da Bahia Sul”. Trata-se uma espécie de clube fechado ao ar livre. Ao encontrarmos nossas fontes na Passarela, todas nos cumprimentaram rapidamente, com certa frieza, embora fôssemos visitas e estivéssemos realizando uma pesquisa acadêmica. Éramos “de fora”, mas não pertencíamos ao seletor círculo “da Bahia Sul”.

Os casais “nativos” passavam entre as mesas dispostas em círculos, compravam pouca coisa nas barracas e arriscavam um olhar para os círculos dos casais da “Bahia Sul”. O olhar rápido denotava uma “invasão de privacidade”, embora todos estivessem em uma rua pública e em uma atividade liberada pela Prefeitura, além do mais, financiada por recursos públicos do BNDES.

Se há barreira social em Mucuri entre “os nativos” e “os de fora da Bahia Sul”, é na rua do lazer que ela se manifeste de forma mais veemente.

Vista de outra forma, a expressão “os de fora da Bahia Sul” representa para os “nativos” a marca indelével da distância que separa duas realidades diferentes e distantes no mesmo espaço físico.

Para “os de fora da Bahia Sul” os “nativos” precisam se mexer; para os “nativos”, eles precisam da oportunidade do emprego. A Bahia Sul, para não agudizar este conflito, silencioso porém latente investe no social, principalmente, na educação. A barreira que se forma pode ser atenuada pela prestação de serviços que os funcionários da fábrica fazem em favor da comunidade.

Assim, como o capital não consegue executar o seu discurso de emprego, “os de fora da Bahia Sul” ajudam a minimizar as deficiências sociais para os mais pobres. Estes precisam ser treinados em outras formas de educação, vida, trabalho, responsabilidade. Em um único

lance se move, o capital com a chamada responsabilidade social, encarnado no voluntariado da fábrica que apenas coloca uma nuvem entre os “nativos” e “os de fora da Bahia Sul”:

Fundação Golfinho

Quando chegamos aqui notamos que não havia condições de recrutar empregadas domésticas, pois a qualificação era absolutamente zero. Precisávamos de empregadas, mas elas não sabiam trabalhar na cozinha ou limpeza de casa. Montamos um curso básico para qualificar a futuras empregadas domésticas. Começou com as noções de higiene (e não foi fácil), cuidado com os alimentos, boas maneiras, cardápios, até carta de vinhos. Também não descuidamos das noções de limpeza da casa, lavagem de roupa. Enfim, tudo aquilo que se faz em uma casa.

Não conseguindo incorporar os pais no progresso capitalista, resta a alternativa de educar os filhos nesta nova dinâmica que veio de fora. Talvez, para que estes filhos não sejam somente “nativos”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O setor de papel e celulose representa um desafio para o campo da pesquisa, em especial, das Ciências Sociais.

De uma perspectiva de risco ambiental, podemos dizer que: a) é um setor que causa grandes impactos socioambientais; b) utiliza grande quantidade de recursos naturais; c) a demanda por celulose e papel é crescente; d) requer grandes investimentos em suas plantas industriais e nas fontes de matérias-primas, o eucalipto.

Observando o setor por uma análise macroeconômica, podemos afirmar que: a) é gerador de empregos diretos embora atualmente em escala decrescente e, em parte terceirizado; b) é um setor importante na Balança Comercial para geração de dólares; c) as novas plantas industriais utilizam tecnologias avançadas que minimizam os efeitos negativos dos impactos ambientais no processo de produção; d) desenvolve ações de responsabilidade social corporativa.

Nosso objetivo foi pesquisar o nível de relacionamento entre a comunidade local e os agentes do processo de implantação de uma nova unidade industrial. É evidente que a cultura do capital provocou e ainda provoca um atrito com a cultura da comunidade local. O discurso de que “trouxemos o progresso” precisa ser qualificado com as perguntas “que progresso?”, “para quem?”. Estas foram as questões sobre as quais buscamos refletir nesta tese.

O desenvolvimento das ONGs passa a ser de fundamental importância na medida em que milhares de ONGs emergiram em todos os continentes,²¹⁵

(...) criando um campo político especificamente ambiental (...). pressionando governos, desenvolvendo pesquisas, novos projetos e experiências, apoiando iniciativas voltadas à promoção da sustentabilidade, estreitando relações e parcerias entre os níveis local e global, além de exigirem transparência nas decisões (...) e apontando evidências de que há inúmeras possibilidades de superar a crise global atual” (FERRIRA: 2001, p; 71-72).

²¹⁵ FERREIRA, Lúcia da Costa faz um breve relato da expansão das ONGs no mundo. Disponível em: Ambientalismo e participação na contemporaneidade. p.. 69-70.

As ONGs ambientalistas, na análise de Ferreira (2001, P.72-73), vão constituindo um diferencial na cena política e social do Brasil. Aparecem com um *design* específico dentro de uma atuação “parainstitucional”, isto é, dividem responsabilidades com governos, universidades e centros de pesquisa. Em sua atuação, merecem destaque o diagnóstico participativo dos recursos naturais e dos usos a que se destinam; popularização de técnicas de agroecologia ou de manejo de espécies e sistemas; alternativas de geração de emprego e renda para moradores de Unidades de Conservação e seu entorno; cursos de capacitação; técnicas sustentáveis de abastecimento de água para zonas semi-áridas; mutirões para reposição florestal, além de projetos de co-gestão de áreas protegidas, em parcerias com órgãos governamentais.

Nos vários conceitos sobre o ambientalismo nos aproximamos das idéias de Sposati (2001, p.15) quando diz:

(...) ambientalismo é, ao mesmo tempo, uma utopia, uma ética e uma ‘cultura’ (que examina) os chamados comportamentos destrutivos, da predatória sociedade industrial e pós-industrial, como também instala uma concepção preservadora e preventiva que repense os usos e costumes da modernidade e seu impacto no futuro da vida humana e da natureza.

Para dar vida e consistência a esta utopia, ética e cultura, é necessário que se forme um agrupamento de pessoas que pense e questione sua realidade socioambiental e, na luta cotidiana, possa realizar “O exercício da cidadania plena (que) implica marcar presença na esfera pública”. (SCHERER-WARREN: 2001, p.41)

De um ponto de vista mais positivo, as ONGs ambientais trouxeram uma nova relação do conhecimento científico e técnico com o saber e o conhecimento populares. Determina-se uma relação interdisciplinar entre “índios, seringueiros, ribeirinhos, sertanejos, pescadores, pequenos agricultores familiares, artesãos, ex-sem-terra assentados, grupos de jovens

moradores de Unidades de Conservação de uso indireto sem alternativas de emprego e renda, dentre outros”. Neste sentido, podemos dizer que a Rede Alerta Contra o “Deserto Verde”, como aglutinadora de ONGs, sindicatos, associações e movimentos sociais, coloca-se na vanguarda pois reúne elementos descritos acima, atuando como instrumento desta nova maneira de fazer política, de novo *design* de participação, de interlocução entre aqueles que estão à margem da sociedade (ou são colocadas nesta situação). Como uma ponte de mão dupla entre a sabedoria popular, o conhecimento especializado, a mídia, a Internet e novos canais políticos.

Em Mucuri não encontramos ONGs que estejam trabalhando com as questões ligadas ao ambientalismo. Isto quer dizer que o processo de inserção e formação de grupos na arena política tem histórias e particularidades específicas.

Abordando a participação da comunidade em questões ambientais, entre os diversos exemplos e casos de estudo, Henderson (2003, p.11) cita como exemplo sua participação na fundação em Nova York, no início dos anos 60, do grupo “Cidadãos pelo Ar Puro” (*Citizens for Clean Air*). As preocupações deste grupo (na maioria formado por jovens mães) iam desde “(...) o aumento da asma até o ruído nos aeroportos”. Para o que nos interessa neste tese colocamos em destaque os itens “(...) aumento da asma, o chumbo tóxico nas emissões da gasolina (...), a fumaça das fábricas e instalações de geração de energia (...)” por representarem elementos freqüentes nas cidades, fruto de uma urbanização caótica, descontrolada e rigorosamente prejudicial à vida humana.

Na luta desigual destas mulheres contra os malefícios da produção com impactos ambientais e de saúde altamente negativos, Henderson (2003, p.11-12) relata: “Disseram-me que eu não entendia de economia e que as propostas (...) eram todas irracionais e antieconômicas”. Isto, colocado em Nova York, nos leva a perceber a maneira como os gerentes tratam as questões ambientais e de saúde pública, bem como o preconceito explícito

em sua fala. Muito perto de nós, o caso da Borregaard é alentador pois, de um movimento ambientalista da Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiental Natural - Agapan - ele transborda para a esfera política, tendo como respaldo a Assembléia Estadual do Rio Grande do Sul.

O avanço do movimento ambientalista no Brasil tem no Fórum Social Mundial de Porto Alegre um grande ponto de encontro e de referência. Neste sentido, Henderson (1999; 2003, p. 099) refere-se ao debate no Fórum afirmando que “O ponto crítico deste novo e mais sofisticado debate - a globalização - emana do Brasil. Porto Alegre hoje é sede do Fórum Social Mundial, onde milhares de líderes da sociedade civil mundial encontram-se para reexaminar novas formas mais humanas, mais favoráveis à ecologia e mais sustentáveis”.

Assim:

Porto Alegre (...) é o berço do lema “Outro Mundo é Possível” e dos grupos cada vez maiores de pensadores criativos e de gente que faz (...).Essa coalização cada vez mais forte de cidadãos globais representa organizações cívicas que trabalham em prol dos direitos humanos (...) participação política, democracia, acesso a crédito, investimentos e apoio a empreendimentos locais e desenvolvimento econômico interno. Essas questões são tidas como essenciais e sinérgicas para a criação de comunidades e modelos de vida ecologicamente sustentáveis (...) produtos e serviços ecologicamente corretos, com uso de recursos e de energia renováveis, a prática da reciclagem e de uma agricultura e alimentos livres de pesticidas.

Na direção do protagonismo de novos agentes sociais e de sua participação na questão ambiental, Sobral (1997, p.144) afirma que “Tem se incorporado os aspectos sociais nas discussões e nas políticas ambientais, assim como elementos de descentralização e de democratização de poder”.

Outro foco de resistência ou de apoio às ações e diretrizes do Governo apresenta-se quando a população que necessita de empregos coloca-se diante do dilema “sem emprego e com preservação ambiental”. Não raro, pela falta de conhecimento, a população pode optar por “emprego a qualquer custo”, deixando as discussões ambientais para um segundo plano.

No médio prazo, a população pode rever seus conceitos de emprego a qualquer custo (alto custo ambiental) e questionar a qualidade do crescimento econômico, frente a questões ambientais graves ou gravíssimas como, por exemplo, o empobrecimento de pequenos e médios produtores que venderam suas terras para a expansão da fronteira de plantação de eucalipto, como está ocorrendo no Sul da Bahia²¹⁶.

Outro elemento importante da composição da orientação do Governo, da ação das empresas e da relação com as comunidades e movimentos sociais, diz respeito ao fato de que, uma vez instalada a fábrica, especialmente no curto e médio prazo, ela pode não gerar um processo de crescimento e desenvolvimento econômico e social que foi idealizado simbolicamente pelo conjunto da população local.

Neste caso, instalada a fábrica que gera poucos empregos com salários um pouco acima do piso da categoria para a população local, aliada à baixa capacidade de criar efeitos de expansão das atividades do comércio local, acirra-se o conflito entre a perspectiva de emprego e a preservação do meio ambiente. Instala-se na população uma postura cética e crítica quanto à opção adotada e seus efeitos deletérios. Portanto, passa-se a viver em um paradoxo.

Em Mucuri, foi possível verificar, através de relato de pessoas que ocupam posições estratégicas, os problemas causados pela instalação da Bahia Sul: venda de terras para a plantação de eucalipto, abandono das atividades tradicionais como a pesca e agricultura, empobrecimento da população local.

Por outro lado, o progresso anunciado quando da instalação da fábrica não atinge a maioria dos “nativos”, por duas razões básicas: tratam-se de atividades intensivas em capital e poupadoras de mão-de-obra; a população originária de Mucuri estava muito distante da qualificação profissional necessária para assumir postos de trabalho oferecidos pela empresa.

²¹⁶ Relatos das entrevistas realizadas na Bahia Sul em 23 jan. 2004.

Diante das ações predatórias do capital, a legislação internacional e brasileira proporcionam elementos para as comunidades locais se defenderem dos impactos causados ao meio ambiente: o EIA e o RIMA. Este último prevê a discussão com a sociedade civil.

Durante a pesquisa de campo em Mucuri fomos informados da ausência de ações e discussões sobre a temática ambiental, em virtude da inexistência de ONGs ou outros movimentos ambientalistas.

Por outro lado, a maioria dos nossos entrevistados demonstra graus diferentes de consciência de que, na relação custo/benefício, a instalação da Bahia Sul trouxe mais empobrecimento do que progresso para a maioria da população local.

Foi possível verificar, nos discursos dos atores sociais, sujeitos da pesquisa, a mesma crítica formulada por alguns autores da pesquisada. Embora alguns deles afirmem que a população ainda não tem uma visão crítica, nem experiência de mobilização, identificamos que alguns sujeitos entrevistados equacionam o problema do “deserto verde”, o leva-nos a supor que o potencial de contestação seja maior do que aparenta ser. Por exemplo, a pressão social, do movimento ambientalista, pode ser percebida no fato de que já estão sendo desenvolvidos estudos de projetos alternativos para integrar o eucalipto com espécies nativas ou culturas consorciadas. Vemos nisto o resultado do conflito provocado pelo movimento na sua defesa por tecnologias mais limpas e pela priorização da vida humana.

Percebemos que a defesa da fábrica com suas atividades de risco só é sustentada por entrevistados diretamente ligados à Bahia Sul. Segundo alguns informantes, o poder público mantém-se numa posição imobilista e omissa.

Constatamos em Mucuri o mesmo processo que ocorre em toda a industrialização brasileira: ilhas de excelência num contexto de situações caóticas, desencadeadas por relações de produção e consumo pré-capitalistas. Ao mesmo tempo, presença de um complexo industrial tão sofisticado e imponente que intimida posicionamentos mais críticos do poder

público local ou da comunidade. A pobreza da população, a má utilização das verbas públicas, a precariedade de áreas estratégicas como Educação e Saúde, levam a uma supervalorização de alguns benefícios oferecidos pela fábrica através de seu programa de Responsabilidade Social Corporativa.

Em alguns centros de pesquisa já estão sendo desenvolvidos estudos de projetos alternativos para integrar o eucalipto com espécies nativas ou culturas consorciadas. Vemos nisto o resultado do conflito provocado pelo movimento ambientalista e sua defesa intransigente de tecnologias mais limpas e priorização da vida humana.

No entanto, nas “sombras do deserto verde”, temos ainda uma população alijada dos supostos benefícios que a empresa traria para a sociedade. Nesse contexto, a Bahia Sul apresenta-se como detentora dos meios de produção, explorando, na mais perfeita lógica do capital, os donos da força de trabalho. A ideologia do progresso impregna-se no cotidiano, ao mesmo tempo em que aliena a maioria da população de Mucuri, notadamente “os nativos”. Desta forma, constatou-se que não há nem o progresso econômico, alardeado para Mucuri e seu entorno, e nem desenvolvimento social.

BIBLIOGRAFIA

AB'SABER, Aziz N., MÜLLER-PLANTENBERG, Clarita. Previsão de impactos ambientais e sociais – Experiências do Brasil, Rússia e Alemanha. In: AB'SABER, Aziz N., MÜLLER-PLANTENBERG, Clarita (orgs.). 2. ed. **Previsão de impactos: o estudo de impacto ambiental no Leste, Oeste e Sul. Experiências no Brasil, Rússia e na Alemanha.** São Paulo: EDUSP, 2002.

ACSELRAD, Henri. Políticas ambientais e construção democrática. In: VIANA, Gilney, SILVA, Marina, DINIZ, Nilo (orgs.). **O desafio da sustentabilidade: um debate socioambiental no Brasil.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

ALMANAQUE BRASIL SOCIOAMBIENTAL. Glossário. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2004.

ALMEIDA, Fernando. **O bom negócio da sustentabilidade.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

ALVES, Alaor C. Análise ambiental do ponto de vista jurídico. In: TAUKE-TORNISIELO, Sâmia M., GOBBI, Nivar, FOWLER, Harold G. (orgs.). **Análise Ambiental: uma visão multidisciplinar.** São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 1995. (Natura Naturata).

A MÁFIA VERDE: o ambientalismo a serviço do Governo Mundial. **Executive Intelligence Review - EIR.** 3. ed. Rio de Janeiro: EIR, 2001.

AMPLIAÇÃO DA BAHIA SUL É APROVADA (NO CEPRAM). Disponível em <http://www.correiodabahia.com.br>. Acesso em 01 abr. 2004.

ART, Henry W. **Dicionário de ecologia e ciências ambientais.** 2. ed. São Paulo: UNESP/Melhoramentos, 2001.

ASSUNÇÃO, João V. Critérios para Estudo Prévio de Impacto Ambiental. In: TAUKE-TORNISIELO, Sâmia M., GOBBI, Nivar, FOWLER, Harold G. (orgs.). **Análise Ambiental:**

uma visão multidisciplinar. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 1995. (Natura Naturata).

BAHIA SUL vai abrir seu capital. **Gazeta Mercantil.** São Paulo, 22 a 24 fev. 92.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – **BNDES.** VV.AA. BNDES – 50 anos: histórias setoriais. São Paulo: DBA Artes Gráficas, 2002.

JUVENAL, Thaís L., MATTOS, René L.G. O setor de celulose e papel. In: **BNDES: 50 anos de histórias setoriais.** São Paulo: DBA Artes Gráficas, 2002.

BOFF, Leonardo. **Ecologia:** grito da terra, grito dos pobres. Rio de Janeiro: Sextante, 2004.

BOLETIM INFORMATIVO DO MOVIMENTO ALERTA CONTRA O DESERTO VERDE. Diga não ao deserto verde. Ano 2004, n. 6.

CÂMARA MUNICIAPAL DE MUCURI. Bahia. Lei Orgânica do Município de Mucuri. Atualizada com a Emenda à Lei Orgânica Municipal n. 015/01 25 set. 2001.

CAPELA, Maurício. Aracruz investe US\$ 53,7 milhões. **Gazeta Mercantil.** São Paulo, **06 fev.** 2003, p. B7.

CARVALHO, Josiane, FUJITA, Eric. Cia Suzano investe US\$ 242 milhões. **Mogi News,** Mogi das Cruzes, 19 fev. 2004, p.4.

CASTRO, Antonio Carlos. Bahia Sul prepara início das operações e contrata dois gerentes comerciais. **Gazeta Mercantil,** São Paulo, 22 out. 91.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso futuro comum.** 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Conferência das Nações Unidas sobre o meio ambiente e desenvolvimento – Rio de Janeiro: 1992. Resolução n.44/228. Assembléia Geral, 22 dez. 1989. **Agenda 21.** Brasília: Câmara dos Deputados / Coordenação de Publicações, 1995.

CAPRIGLIONE, Laura. Anapu sobrevive da madeira, mas vive caos na saúde. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 24 fev. 2005, p. A-8.

COMPANHIA Suzano de Papel e Celulose e Bahia Sul Celulose S.A. Fato relevante: a reorganização das Empresas Suzano. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 26 set. 2001, p. C-7.

COLITT, Raymond. Para ONGs, soja acentua o desmatamento. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 16 jan. 2005, p. B-10.

COMO PARTICIPAR DO PROGRAMA DE FOMENTO DE MADEIRA. Disponível em [http:// www. correiodabahia.com.br](http://www.correiodabahia.com.br). Acesso em 15 jul. 1999.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Promulgada em 05 out. 1988. Atualizada até a Emenda Constitucional n. 42, de 19 dez. 2003.

CORREIA, Carla. Plano de investimentos vai de 2003-2012, expandirá florestas e duplicará as exportações. **Gazeta Mercantil**. São Paulo, 24 jul. 2003, p. A-13.

CUSTÓDIO, Helita B. Legislação brasileira do Estudo de Impacto Ambiental. In: TAUKE-TORNISIELO, Sâmia M., GOBBI, Nivar, FOWLER, Harold G. (orgs.) **Análise ambiental: uma visão multidisciplinar**. 2. ed. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 1995. (Natura Naturata).

D'ALMEIDA, Alfredo, O ano da Bahia Sul. **Revista Celulose e Papel**, n. 73, dez. de 2002. p.16- 19.

DEMAJOROVIC, Jacques. **Sociedade de risco e responsabilidade socioambiental: perspectivas para a educação corporativa**. São Paulo: Senac, São Paulo, 2003.

EMPREGOS na Veracel atraem 7 mil candidatos. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 31 maio 2003, p. B-16.

EUCALIPTO VIRA NOVA OPÇÃO PARA PRODUTORES BAIANOS. Disponível em [http:// www. correiodabahia.com.br](http://www.correiodabahia.com.br). 15 jul. 1999.

EVANGELISTA, Rafael. Fórum Social Europeu – Em debate as novas formas de controle da produção e da vida. **Revista Ciência & Cultura**. São Paulo: Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. São Paulo / Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2005. Ano 57, n. 1, jan. /fev. /mar. 2005, p. 20-22.

EXMAN, Fernando. Suzano reajusta preço (internacional) pela 3ª. vez em 2005. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 24 a 27 mar. 2005, p. A-8.

FEFFER, David, FEFFER, Daniel. **Relatório de Gestão da Cia Suzano e Bahia Sul – 2002**. Com textos de TELLES, Lygia F., NISKIER, Arnaldo, CONY, Carlos H. s/e, 2002.

FEFFER, David. Relatório da Administração (condensando): Suzano Bahia Sul Papel e Celulose S.A. 2003. **Gazeta Mercantil**. São Paulo, 19 fev. 2004. p. A-30-33.

_____. Relatório da Administração (condensando): Suzano Bahia Sul Papel e Celulose S.A. - 2004. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 18 a 20 fev. 2005, p. 2-3.

FERRARI, Livia. Celulose – Setor prevê falta de madeira em 2004. **Gazeta Mercantil**. São Paulo, 09 jul. 2003, p. A-9.

FERRARI, Livia. BNDES libera recursos para a Veracel. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 11 mar. 2004, p. A-11.

FERRARI, Livia. A Veracel acerta nesta semana o reforço externo. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 17 dez. 2003, p. A-1 e A-09.

KARAN, Rita. Suzano amplia investimentos em florestas. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 14 abr. 2003, p. A-1.

_____. Grandes do papel plantam árvores. **Gazeta Mercantil**. São Paulo, 02 mar. 2004, p. A-1.

FERNANDES, FLORESTAN. **A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. 3. d. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. (Biblioteca de Ciências Sociais)

FERREIRA, Leila C. A política ambiental no Brasil. In: MARTINE, George. (org.). **População, meio ambiente e desenvolvimento: verdades e contradições**. 2. ed. Campinas-SP: UNICAMP, 1996.

FERREIRA, Leila C. Introdução. In: FERREIRA, Leila C. (org.). **A Sociologia no horizonte do século XXI**. São Paulo: Boitempo, 2002.

FERREIRA, Leila C. A busca de alternativas de sustentabilidade no poder local. In: SORRENTINO, Marcos. (coord.). **Ambientalismo e participação na contemporaneidade**. São Paulo: EDUC/FAPESP, 2001.

FERREIRA, Leila C., VIOLA, Eduardo. Introdução. In: FERREIRA, Leila C., VIOLA, Eduardo. (orgs.). **Incertezas de sustentabilidade na globalização**. Campinas, SP: UNICAMP, 1996.

FERREIRA, Lúcia C. Ambientalismo brasileiro nos anos 1990: crise e oportunidade de mudança social. In: SORRENTINO, Marcos. (coord.). **Ambientalismo e participação na Contemporaneidade**. São Paulo: EDUC/FAPESP, 2001.

FERREIRA, Lúcia C. Os ambientalistas, os direitos sociais e o universo da cidadania. In: SORRENTINO, Marcos. (coord.). **Ambientalismo e participação na contemporaneidade**. São Paulo: EDUC/FAPESP, 2001.

FERRARI, Livia. A Veracel acerta nesta semana o reforço externo. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 17 dez. 2003, p. A-1.

FIGUEIRA, Ricardo R. **Pisando fora da própria sombra**: a escravidão por dívida no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

FIGUEIREDO, Álvaro. Conselho aprova ampliação da Bahia Sul Celulose. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 10 fev. 2004, p. B-14.

FRANCO, Tânia. Trabalho industrial e meio ambiente: a experiência do complexo industrial de Camaçari. In: MARTINE, George. (org.). **População, meio ambiente e desenvolvimento**: verdades e contradições. 2.ed. São Paulo: UNICAMP, 1996.

FOELKEL, Celso. Plantando florestas para gerar benefícios e riquezas. **O Papel – Revista Mensal de Tecnologia em Celulose e Papel**. Ano LXVI. n. 2., fev. de 2005, p. 28-29.

FUNDAÇÃO PARA O PRÊMIO NACIONAL DA QUALIDADE - Classe Mundial – 2001. **Relatório da Gestão – Síntese: Bahia Sul**. Ano II, n. 2, nov, 2001. p. 21-49.

FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DE SÃO PAULO - FAPESP. **O mapa da árvore do papel**. março – 2003, n. 73, p. 44-45.

FURTADO, André. Opções Tecnológicas e Desenvolvimento do Terceiro Mundo. In: CAVALCANTI, Clóvis. (org.). **Desenvolvimento e natureza**: estudos para uma sociedade sustentável. 2.ed. São Paulo: Cortez/ Recife-PE: Fundação Joaquim Nabuco, 1998.

GODARD, Olivier. A gestão integrada dos recursos naturais e do meio ambiente: conceitos, instituições e desafios de legitimação. In: VIEIRA, Paulo F., WEBER, Jacques. (orgs.). **Gestão de recursos naturais renováveis e desenvolvimento**: novos desafios para a pesquisa ambiental. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2000. (Desenvolvimento, meio ambiente e sociedade).

GONÇALVES, Carlos W. Os movimentos sociais diante da reorganização societária em curso. In: VIANA, Gilney, SILVA, Marina, DINIZ, Nilo. (orgs.). **O desafio da**

sustentabilidade: um debate socioambiental no Brasil. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2001.

GONÇALVES, Carlos W. P. Meio ambiente ciência e poder: diálogo de diferentes matrizes de racionalidade. In: SORRENTINO, Marcos. (coord.). **Ambientalismo e participação na contemporaneidade**. São Paulo: EDUC/FAPESP, 2001.

GRANDE DICIONÁRIO LAROUSSE CULTURAL DA LÍNGUA PORTUGUESA. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

GUATTARI, Félix. **As três ecologias**. Campinas-SP: Papirus, 1990.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 1991. (Biblioteca básica).

GUIA DE BOA CIDADANIA CORPORATIVA. **Revista Exame**. Edição Especial. 2002. p.72 – 207.

GUIA DE BOA CIDADANIA CORPORATIVA. **Revista Exame**. Edição Especial. 2003. p.72 – 207.

GUIA DE BOA CIDADANIA CORPORATIVA. **Revista Exame**. Edição Especial. 2004. p. 52-53 e 68-154.

HENDERSON, Hazel. **Além da globalização: modelando uma economia global sustentável**. São Paulo: Cultrix, 1999.

HESSE, Geraldo. **Vanguarda florestal**. Disponível em [http:// www. seculodiario.com.br](http://www.seculodiario.com.br). Acesso em 28 dez. 2004.

HOUAISS, Antônio. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

HOUAISS, Antônio, CARDIM, Ismael. **Novo Dicionário Folha Webster's – Inglês/Português, Português /Inglês**. São Paulo: Publifolha, 1996.

KARAN, Rita. Suzano amplia investimentos em florestas. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 14 abr;. 2003, p. A-12.

_____ Suzano busca maior presença nos EUA. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 26 a 28 mar. 2004, p.A-21.

_____ Suzano amplia investimento florestal. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 02 mar. 2005, p. A-12

LEONEL, Mário H. Coluna BRACELPA. Desempenho do setor em 2004 e perspectivas para 2005. **O Papel Revista Mensal de Tecnologia em Celulose e Papel** Ano LXVI, n. 1 jan. de 2005, p.45.

_____ **Saber Ambiental**: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

LEIS, Héctor R. Ambientalismo: um projeto realista-utópico para a política mundial. In: VV.AA. **Meio ambiente, desenvolvimento e cidadania**: desafios para a ciências sociais. 3.ed. São Paulo: Cortez / Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2001.

MARCOVITCH, Jacques. **Pioneiros e empreendedores**: a saga do desenvolvimento no Brasil. V. 1. São Paulo: EDUSP, 2003.

MAGLIO, Ivan C. Questões verificadas na aplicação do EIA/RIMA: a experiência da Secretaria do Meio Ambiente de São Paulo. In: TAUKE-TORNISIELO, Sâmia M., GOBBI, Nivar, FOWLER, Harold G. (orgs). **Análise ambiental**: uma visão multidisciplinar. 2. ed. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 1995. (Natura Naturata).

MAGNAVITA, Mônica. Selo verde para florestas da Aracruz. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 27 maio 2004, p. A-10.

MARTINS, Paulo R. Por uma política ecoindustrial. In: VIANA, Gilney, SILVA, Marina, DINIZ, Nilo. (orgs.). **O desafio da sustentabilidade: um debate sócioambiental no Brasil**. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2001. (Coleção Pensamento Petista).

MATEOS, Simone B. Papel de protagonista. **Revista da Confederação nacional da Indústria**. Ano 4, n. 43, set. de 2004, p. 36-39.

MAY, Peter H. Economia Ecológica e o Desenvolvimento Equitativo no Brasil. In: MAY, Peter H. (org.). **Economia ecológica: aplicações no Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 1995.

MENDES, Carlos. Missionária americana é morta no Pará. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 13 fev. 2005, p.A-12.

MERCANTE, Renata. Aracruz: a ordem é não focar parada. **O Papel Revista Mensal de Tecnologia em Celulose e Papel**. Ano LXVI, n. 1, jan. 2005, p. 26-27.

_____. Voith: laços cada vez mais fortes com o Brasil. **O Papel Revista Mensal de Tecnologia em Celulose e Papel**. Ano LXVI, nº. 1, jan. 2005, p.51-52.

MILARÉ, Édis. Estudo Prévio de Impacto Ambiental no Brasil. In: AB'SABER, Aziz N., MÜLLER-PLANTENBERG, Clarita. (orgs.). 2. ed. **Previsão de impactos: o estudo de impacto ambiental no Leste, Oeste e Sul. Experiências no Brasil, na Rússia e na Alemanha**. São Paulo: EDUSP, 2002.

MINAYO, Maria C. S. (org.). DESLANDES, Suely F., CRUZ NETO, Otávio, GOMES, Romeu. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 22. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

MOREIRA, Darlan. Piauí dá início à produção de mamona em larga escala. **Gazeta Mercantil**. São Paulo, 26 a 28 mar. 2004, p. A-12.

NARDOCCI, Adelaide C. Risco como instrumento de gestão ambiental. Tese apresentada ao Departamento de Saúde Pública da Universidade de São Paulo. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1999.

NOGUEIRA, Julio. Suzano divulga lucro 2,8% maior. **Mogi News**, Mogi das Cruzes, 18/ fev. 2005, p.6.

O ANO DA BAHIA SUL. **Revista Celulose e Papel**. 2000. n. 38

OLIVEIRA, Francisco de. Entre o céu e a terra: mensurando a utopia? In. **Democracia Viva**. Rio de Janeiro: IBASE, n.6, 1999.

OLIVEIRA, Francisco de. Passagem na neblina. IN: OLIVEIRA, Francisco de, STEDILE, João P., GENUÍNO, José. **Socialismo em discussão**: Classes sociais em mudança e a luta pelo Socialismo. São Paulo: Perseu Abramo, 2000. (Coleção Socialismo em discussão).

OLIVEIRA, Roberto Guerra de. Economia do Meio Ambiente.. In: PINHO, D.B. (org). **Manual de Economia – equipe de professores da USP**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 1998. p. 568-582.

O PAPEL – Revista Mensal de Tecnologia em Celulose e Papel. Indicadores. Ano LXVI, n.1, jan. de 2005, p. 72

O PAPEL - Revista Mensal de Tecnologia em Celulose e Papel. Indicadores. Ano LXVI, Edições 2002-2005.

PENTEADO, Heloísa D. **Meio ambiente e formação de professores**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2001. (Coleção Questões da Nossa Época; v. 38).

PEREIRA, Renée. Sonho de papel anima sul da Bahia. **O Estado de S. Paulo**. São Paulo, 30 nov. 2003, p.B5.

PINHO, Marcelo. Setor de celulose faz parceria com pequenos (agricultores). **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 18 jan. /2005, p. B-10.

POLANYI, Karl. **A grande transformação**: as origens da nossa época. 2.ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI DAS CRUZES. Proposta de orçamento para 2005. Mensagem GP n. 1217/04. PMMC, 27 set. 2004.

PUZATCHENKO, Iúri G. Pressupostos para a avaliação das ações antrópicas sobre o meio ambiente. In: AB'SABER, Aziz N., MULLER-PLANTENBERG, Clarita. (orgs.). **Previsão de impactos: o estudo de impacto ambiental no Leste, Oeste e Sul. Experiências no Brasil, na Rússia e na Alemanha.** 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2002.

REDE ALERTA CONTRA O DESERTO VERDE. Brasil: A Rede Alerta Contra o Deserto Verde exige mudança de modelo florestal. II Encontro Nacional da Rede Alerta Contra o Deserto Verde, Porto Seguro-Bahia, 28 e 29 de jun. 2003. Disponível em [www. fase.org.br](http://www.fase.org.br)

RIBEIRO, Helena. Poluição urbana. In: **Almanaque Brasil socioambiental.** São Paulo: ISA, 2004.

ROCHA FILHO, Milton. Setor de celulose teme esgotamento. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 1 mar. 2003, p. B7.

ROMEIRO, Ademar R. Economia ou Economia Política da Sustentabilidade. In: MAY, Peter H., LUSTOSA, Maria Cecília, VINHA, Valéria da. (orgs.). **Economia do meio ambiente: teoria e prática.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

ROMERO, Thiago. Floresta Social. Disponível em: [http:// www.agencia.fapesp.br](http://www.agencia.fapesp.br). Acesso em: 02 mar.2005.

ROMEIRO, Ademar R. Economia Ecológica. In. **Almanaque Brasil socioambiental.** São Paulo: ISA, 2004.

ROCHA FILHO, Milton. **Setor de celulose teme esgotamento.** **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 1º./03/2003, p. B7.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. 2. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SACHS, Ignacy. Estratégias de transição para o século XXI. In: BURSZTYN, M. (org). **Para pensar o desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Brasiliense. 1993.

SAFLATE, Antonio. Fábrica da Bahia Sul custa US\$1,4 bilhão. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 24 abr. 1992.

SAFLATE, Amália. Fábrica da Bahia Sul custa US\$ 1,4 bilhão ; produção será de 500 mil toneladas anuais. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 26 abr. 1992.

SANDRONI, Paulo. **Novíssimo Dicionário de Economia**. 14. ed. São Paulo: Best Seller, 2004.

SANTILLI, Márcio *et. al.* Proposta para manter a floresta em pé. **Folha de S. Paulo**, São Paulo. 23 set. 2003, p. 16-17. Caderno Mais: Mais Ciência – especial

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as ciências**. São Paulo: Cortez, 2003.

SANTOS, Laymert G. **Politizar as novas tecnologias**: o impacto sócio-técnico da informação digital e genética. São Paulo: Editora 34, 2003.

SCHARF, R. Ricos plantam florestas e pobres desmatam. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 04 jan. 2001, p.A-9.

SCHERER-WARREN, Ilse. Movimentos sociais e participação. In: SPOZATI, Aldaíza, SAWAIA, Bader, DALLARI, Dalmo, SCHERER- WARREN, Ilse. /et al./. SORRENTINO, Marcos. (coord.). **Ambientalismo e participação na contemporaneidade**. São Paulo: EDUC/FAPESP, 2001.

SILVA, Maria Amélia R da. Economia dos recursos naturais. In. MAY, Peter H., LUSTOSA, Maria Cecília, VINHA, Valéria da. (orgs.). **Economia do meio ambiente: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

SILVA, Marina. Uma nova maneira de caminhar. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 27 nov. 2003. Tendências / Debates, p.A-3.

SILVA, Marina. Meio ambiente: preparando a mudança. **Folha de S. Paulo**, São Paulo. Tendências / Debates, 05 jun. 2004, p.A-3.

SILVA-SÁNCHEZ, Solange S. **Cidadania ambiental: novos direitos no Brasil**. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2000.

Site disponível em: [http:// www.agenciartamaior.com.br](http://www.agenciartamaior.com.br). Acesso em 27 ago. 2004.

Site disponível em: [http:// www.bahiasul.com.br](http://www.bahiasul.com.br). Acesso em 16 set. 2003.

Site disponível em: [http:// www.iser.org.br](http://www.iser.org.br). Acesso em 26 jan. 2005.

Site disponível em: <http://www.wrm.org.uy/paises/Brasil/manifesto.html>. Acesso em 26 jan.2005.

SOBRAL, Helena Ribeiro. Globalização e o Meio Ambiente. In. DOWBOR, Ladislau, IANNI, Octávio, RESENDE, Paulo-Edgar A., **Desafios da globalização**. Petrópolis-RJ: Vozes, 1997.

SOBRAL, Maria, CHARLES, H. Peter. Relatório de Impacto Ambiental: Procedimentos e Processo de Decisão. AB'SABER, Aziz N., MÜLLER-PLANTENBERG, Clarita. (orgs.). **Previsão de impactos: o estudo de impacto ambiental no Leste, Oeste e Sul**. Experiências no Brasil, Rússia e na Alemanha. São Paulo: EDUSP, 2002.

SPINDLER, Edmund A. Primeiro pensar, depois planejar e depois agir ecologicamente. In: AB'SABER, Aziz N., MULLER-PLANTENBERG, Clarita. (orgs.). 2. ed. **Previsão de impactos: o estudo de impacto ambiental no Leste, Oeste e Sul. Experiências no Brasil, Rússia e na Alemanha.** São Paulo: EDUSP, 2002.

SPOZATI, Aldaíza. Movimentos utópicos da contemporaneidade. In: SPOZATI, Aldaíza, SAWAIA, Bader, DALLARI, Dalmo, SCHERER- WARREN, Ilse. /et al./. SORRENTINO, Marcos. (coord.). **Ambientalismo e participação na contemporaneidade.** São Paulo: EDUC/FAPESP, 2001.

TAVARES, Francisco C. O impacto das mudanças tecnológicas na organização do trabalho: o setor de conversão da Cia. Suzano. **Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia Política da Pontifícia.** São Paulo: Universidade Católica de São Paulo, 1997.

TRITTIN, Jürgen. O estudo do impacto Ambiental – Necessidade de Pactos. In: AB'SABER, Aziz N., MULLER-PLANTENBERG, Clarita. (orgs.). **Previsão de Impactos: O estudo de impacto ambiental no Leste, Oeste e Sul. Experiências no Brasil, Rússia e na Alemanha.** 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2002.

VALOR ECONÔMICO. Presidente (Lula) promete “espetáculo do crescimento”. **Valor Econômico**, São Paulo, 1º. Caderno, 27 jun. 2003.

VARGAS, Everton V. O meio ambiente como tema de política externa. **Revista de Economia e Relações Internacionais.** São Paulo: Faculdade de Economia da Fundação Armando Álvares Penteado. Vol. 2, n. 4(2004). São Paulo: FEC-FAAP, 2004, p. 118-135.

VERACEL. No extremo sul da Bahia, o desenvolvimento está saindo do papel. Matéria institucional – Veracel. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 03 a 05 out. 2003, p. A-9.

VIANA, Gustavo. Suzano anuncia que vai investir US\$ 1 bilhão na Bahia Sul. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 25 a 27. jul 2003.

VIANA, Gustavo, Veracel planeja construir duas novas fábricas em 2010. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 26 nov. 2003, p. A-11.

VIANA, Gustavo. A Veracel planeja construir duas novas fábricas em 2010. **Gazeta Mercantil**. São Paulo, 26 nov. 2003, p. A-11.

VEIGA, João Paulo C. **O compromisso das empresas com as metas do milênio**. São Paulo: Instituto Ethos, 2004.

VIEIRA, Paulo Freire. Meio ambiente, desenvolvimento e planejamento. In: VVAA. **Meio ambiente, desenvolvimento e cidadania**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2. ed. Porto Alegre- RS Bookman, 2001.

WRM – MOVIMENTO MUNDIAL POR LOS BOSQUES TROPICALES. Brasil: Movimento Contra o Deserto Verde e a favor da Vida. Belo Horizonte - 07 maio 2004. Disponível em [http:// www. wrm.org.uy/paises/Brasil/manifesto](http://www.wrm.org.uy/paises/Brasil/manifesto).

ZAHEYEN, A. Estrutura e desempenho do setor de celulose e papel no Brasil. **Dissertação de Mestrado**. Rio de Janeiro, IEI/UFRJ, 1986.

ANEXO 1 ROTEIRO DE TRABALHO

Instrumentos de coleta de dados

- 1 Visita a campo (A visita foi realizada na segunda quinzena de janeiro de 2004).
- 2 Entrevistas

Bahia Sul

Quais normas de qualidade estão em vigor?
Quais normas de gestão ambiental estão em vigor?
Já ocorreu algum acidente ambiental?
Quem edita as normas ambientais?
Quem faz auditoria das normas ambientais?
A fábrica tem coleta seletiva de lixo?
Há programas de redução de contaminantes?
Há programas de mitigação de elementos contaminantes?
Existem comitês de gestão ambiental?
A Fábrica faz reunião com a comunidade?
Com a tecnologia empregada na Fábrica, ocorreu redução no ‘cheiro’ do processo de produção?
A tecnologia de produção reduziu os impactos ambientais comparativamente com plantas anteriores?
Qual a demanda de trabalhadores diretos da região?

Poder Público

Quais legislações referem-se ao setor de celulose e papel? Federal, estadual e municipal?
Qual o acompanhamento do poder público sobre as informações prestadas?
Quais os levantamentos realizados pelo setor público?
Já ocorreram notificações ou multas sobre não-conformidade ambiental?
Quanto a Fábrica paga de impostos?
Quais as parcerias que a fábrica desenvolve com a Prefeitura?
Quais as condições de infra-estrutura anterior e atual desenvolvidas pela Prefeitura?
Qual a arrecadação de impostos com a Fábrica?
Quais protocolos foram assinados entre a Prefeitura e a Fábrica?

Comunidade

A Fábrica compra algum item do comércio local ou de moradores?
A Fábrica dinamizou a economia local?

O que a fábrica implantou para a comunidade?

Você já soube de algum acidente grave ou de média gravidade na fábrica? Ele causou algum impacto na vida dos moradores?

Você acha que a plantação de eucalipto é prejudicial? Por que?

Ocorreu aumento nos preços dos alimentos?

Ocorreu aumento nos preços dos terrenos e casas?

Ocorreu algum treinamento para o caso de um acidente que provocasse algum impacto ambiental?

Você ou alguém de sua família já visitou a Fábrica ?

Se você pudesse votar hoje, votaria a favor da instalação da Fábrica?

O que de melhor a Fábrica trouxe para a comunidade?

O que de pior existe atualmente em decorrência da Fábrica?

Havia associação de moradores antes da instalação da Fábrica?

Após a instalação da Fábrica foi fundada a associação de moradores? Ela é chamada a participar ou é informada sobre as ações da Fábrica? Sua condição de vida melhorou ? Em qual sentido?

Você está empregado na fábrica ou em alguma atividade indireta ligada a Fábrica?

A Fábrica trouxe algum inconveniente para você?

Você percebeu alguma doença após a vinda da Fábrica?

A Fábrica tem programas sociais? Quais? Você participa?

Houve discussão quando do projeto de instalação da Fábrica? Você participou?

Você foi empregado na construção da Fábrica? Você foi contratado para continuar trabalhando na Fábrica? Fez cursos e treinamentos?

Você fez algum curso pago pela Fábrica?

Anexo 2 Entrevistas

Transcrevemos abaixo as entrevistas que realizamos no período de nossa permanência em Mucuri.

1ª. Entrevista: Sra. I. L..

Fiscal concursada da Secretaria do Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Mucuri.

Esta entrevista foi realizada no prédio da Secretaria do Meio Ambiente.

A Sra. I. L. nos concedeu a entrevista tendo em vista, segundo ela, que “(...) é a coisa mais difícil do mundo encontrar o secretário”.

Pesquisador – *Tendo Mucuri praias, mangues, agropecuária e a plantação de eucalipto e a Bahia Sul, como está a questão ambiental?*

I.L. - *O atual secretário é do Partido da Frente Liberal -PFL. Toda a ação de fiscalização está parada por instruções do secretário. Um problema sério é a invasão do mangue, inclusive com a construção de um posto de combustíveis. O descuido ambiental é muito grande. Na Restinga nota-se o desmatamento.*

Pesquisador - *E qual o motivo?*

I.L. - *O Município apresentou um grande crescimento populacional e, principalmente, de construções. O custo de vida na Cidade é baixo. A escolaridade varia de analfabetos até portadores de curso superior.*

Pesquisador - *Temos a Constituição Federal de 1988, a Constituição do Estado e a Lei Orgânica do Município para organizar e responsabilizar as condutas ambientais?*

I.L. - *É verdade. De acordo com a Lei Orgânica do Município, artigos 148 e 149, existe o Conselho Municipal de Proteção e Defesa do Meio Ambiente (COMDEMA) porém os seus membros não têm nenhuma qualificação para tratar dos assuntos ambientais, assuntos importantíssimos.*

Pesquisador – *Portanto?*

I.L. – *(...) só existe no papel, no documento.*

Pesquisador - *Tem alguma delegacia do IBAMA para uma fiscalização com mais rigor?*

I. L. *No município de Teixeira de Freitas está localizada a sede da delegacia do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA) que faz todas as ações para a região.*

Pesquisador - *Existe alguma pesquisa sobre as condições ambientais do Município?*

I.L. *Foi realizada uma pesquisa, por técnicos da própria Secretaria do Meio Ambiente, e constatou-se a degradação do rio Mucuri e do Mangue. Verificou-se o assoreamento do rio na parte da Bahia Sul. Há, inclusive, uma queda na atividade de pesca.*

Pesquisador - *Dá para sentir o “odor” da Bahia Sul aqui no centro de Mucuri?*

I.L. *Aqui na sede do Município não existe o ‘odor’ forte da fábrica, pois o vento não vem nesta direção mas, em Tabatã, o “odor” é insuportável.*

Pesquisador - *Já que estamos falando da Bahia Sul, o que você acha da plantação do eucalipto?*

I.L. - *Quanto à plantação do eucalipto, é dominante na região; o eucalipto é um grande consumidor de água e é um problema, pois é plantado quase como monocultura.*

Pesquisador - *Não existe nenhuma combinação com outras culturas (...).*

I.L. - *Existe alguma combinação de plantar eucalipto com outras culturas, mas é mínimo, talvez insignificante.*

Pesquisador - *Dá para perceber algum impacto social da quase monocultura do eucalipto?*

I.L. - *A população rural está ficando sem opção: vê o avanço e o desenvolvimento da plantação de eucalipto e acaba vendendo suas propriedades. Quando o dinheiro acaba, o ex-proprietário com sua família torna-se pobre, criando-se um sério problema social.*

Pesquisador - *E como este problema é contornado?*

I.L. - *No Carnaval grande parte da população residente aluga sua casa para os turistas, já que a festa aqui é muito grande e atrai muitos turistas. O prefeito traz muitos grupos musicais de grande fama na Bahia. Mucuri fica lotado! Com este aluguel, os moradores podem manter-se e atender suas necessidades básicas.*

Pesquisador - *Portanto há uma regressão na renda pois de proprietária produtora a família passa a viver do aluguel de casa para os turistas?*

I.L. - *É isso.*

Pesquisador: *Como é o Partido dos Trabalhadores (PT) no Município?
O PT é muito fraco na cidade.*

Pesquisador - *Com a Bahia Sul a arrecadação cresceu enormemente?*

I. L. - *A arrecadação do Município chega a R\$ 4 milhões.
Vou lhe dizer: o centro de Mucuri não tem coleta de esgoto, ainda são usadas as fossas. A água é tratada.
E mais: existe um lixão nas proximidades do rio Mucuri.*

2ª. Entrevista: Sra. R. V. N. E.

Atividade: Presidente da Associação Comunitária Golfinho.

A entrevista foi realizada na sede da fundação Golfinho.

Pesquisador - A sra. poderia falar um pouco sobre suas atividades?

R.V.N.E. - *Sou natural do Espírito Santo e meu marido é funcionário da Bahia Sul. Quando chegamos aqui notamos que não havia condições de recrutar empregadas domésticas, pois a qualificação era absolutamente zero. Precisávamos de empregadas mas elas não sabiam trabalhar na cozinha ou na limpeza de casa.*

Pesquisador - Então?

R.V.N.E. - *Montamos um curso básico para qualificar as futuras empregadas domésticas. Imagine que a alimentação básica deste pessoal é pescado e farinha. Para este curso formamos uma equipe com mais dez mulheres.*

Pesquisador - E o curso?

R.V.N.E. - *Começou com as noções básicas de higiene (e não foi fácil), cuidado com os alimentos, boas maneiras, cardápios até carta de vinhos. Também não descuidamos das noções de limpeza da casa, lavagem de roupa, passar roupa. Enfim, tudo aquilo que se faz em uma casa. As alunas fizeram o estágio no restaurante da Bahia Sul que serve refeições para 800 pessoas.*

Pesquisador - Com o curso concluído (...)?

R.V.N.E. - *As famílias que necessitavam dos serviços de empregadas domésticas foram buscar a mão-de-obra que tinha concluído o curso. Também é importante ressaltar que com a vinda da Bahia Sul somado ao turismo local (em crescimento) e ao carnaval (que aqui é uma grande festa) aumentou a necessidade de mão-de-obra especializada em serviços domésticos.*

Pesquisador - Como funciona o Projeto Fundação Golfinho?

R.V.N.E. - *O Projeto Fundação Golfinho é desenvolvido em parceria entre a Prefeitura, que cede 32 funcionários e um médico, e a Bahia Sul, que contribui financeiramente e com a especialização dos gestores do projeto.*

Pesquisador - Como a Bahia Sul se relaciona com o projeto?

R.V.N.E. - *A Bahia Sul tem um Comitê de Relações com a Comunidade que recebe todas as demandas. São feitas as análises de necessidades e das disponibilidades da Fábrica.*

Pesquisador - Quais as ações da Fundação Golfinho?²¹⁷

²¹⁷ A Bahia Sul aplicou R\$ 294 mil nas atividades da Fundação Golfinho. Guia de Boa Cidadania Corporativa. **Revista Exame – Edição Especial**, 2003, p.99. Na edição de 2004, não encontramos informações específicas sobre destinação de recursos à Fundação Golfinho.

As informações referentes às ações em Mucuri e nos municípios vizinhos somam R\$ 271 mil. **Revista Exame – Edição Especial**, 2004, p.82 e p.100.

R.V.N.E - Antes é preciso dizer que a situação de pobreza e miséria de crianças e adolescentes é imensa. Antes da chegada da Bahia Sul, os grupos de famílias de pescadores não recebiam nenhuma atenção social.

Um outro problema muito sério é o da prostituição; este problema é agravado com o desenvolvimento do turismo e o quadro atinge seu ápice no período do carnaval. Conseguiu-se reunir 68 mães para a realização de cursos que buscassem a melhoria das condições de vida da família. Deste total de mães, uma foi escolhida como instrutora. Foram realizadas visitas domiciliares com agentes comunitários para orientar sobre a colocação em prática dos temas ensinados nos cursos. Desenvolvemos atividades ligadas à cultura, educação, geração de trabalho e renda por meio do artesanato e atendimentos de saúde. Oferecemos lanche, uniforme e material para os cursos. Temos 350 jovens em todas as nossas atividades.

Pesquisador - Como é o projeto de geração de renda?

R.V.N.E - Os trabalhos desenvolvidos na Fundação Golfinho são vendidos, sendo a divisão de 80% para os produtores e 20% para a Fundação. A loja está localizada na Passarela da Cultura que é um projeto de parceria entre a Bahia Sul e a Prefeitura.

3ª. Entrevista: Dr. M. V.

Atividade: Secretário de Administração da prefeitura de Mucuri.

A entrevista foi concedida no prédio da prefeitura de Mucuri.

Pesquisador - Existem parcerias entre a Prefeitura e a Bahia Sul?

M.V. - Temos a parceria na montagem do Projeto Golfinho. A Prefeitura cede os funcionários e a Bahia Sul desenvolve o projeto com suas equipes de funcionários e voluntários.

A Bahia Sul em parceria com o BNDES criou e implantou o Calçadão que é um espaço de cultura e lazer.

Pesquisador - A Bahia Sul trouxe algum impacto para a atividade econômica do Município?

M.V - O pequeno agricultor está sendo expulso de suas terras pela plantação de eucalipto. Após vender as terras, o agricultor e sua família perdem o seu sustento e, como não têm qualificação, ao longo do tempo tornam-se pobres.

Pesquisador - Mas isto afeta a produção de alimentos?

M.V - Sim, é claro. Há um decréscimo na produção de alimentos no Município. Antes, os produtores do Município traziam seus produtos para as feiras-livres e ali eram comercializados. Hoje, o caminhão vai até Vitória (Espírito Santo) e traz gêneros alimentícios para abastecer as feiras-livres. De produtor estamos nos tornando importadores. Temos, ao mesmo tempo, desemprego no setor agrícola e empobrecimento das famílias e, importação de produtos de outro Município.

Pesquisador - Aqui em Mucuri temos os rios Mucuri e Mucurizinho, o mangue e o mar para as atividades de pesca. Como estão estas atividades?

M.V - O sistema de pesca é todo artesanal e os pescadores têm baixíssimo nível de escolaridade.

Pesquisador - *O resultado neste setor?*

M.V - *A pobreza é muito grande. Temos um círculo vicioso: baixa instrução – pouca técnica - falta de financiamento – pobreza.*

Pesquisador - *Vimos um acampamento do MST²¹⁸ na estrada que liga a BR ao centro de Mucuri. O Sr. nos disse que os pequenos produtores estão vendendo suas terras para a plantação de eucalipto. Então o MST faz justamente o contrário ao invadir aquela propriedade?*

M.V - *É verdade. Há um acampamento do Movimento sem-terra (MST) e, por incrível que possa parecer, parte da produção agrícola que abastece hoje o Município como verduras, hortaliças e aves vem deste acampamento. Neste caso específico, o MST está “defendendo” o Município contra a expansão do eucalipto e a redução de nossa produção agrícola. A invasão das terras, neste caso, é um benefício para todos nós.*

Pesquisador - *Para importar alimentos como o sr. se referiu, os custos devem ser altos.*

M.V - *Você está correto. Mucuri está a 300km de Vitória, a 700 km de Belo Horizonte e a 1000 km de Salvador. Para reduzir este custo, principalmente referente ao transporte, o lugar mais próximo é Vitória. É de lá que estamos comprando mais produtos.*

Pesquisador - *A Bahia Sul trouxe uma possibilidade de emprego e de salário para os moradores do Município. É correta esta visão?*

M.V - *Veja, a qualificação geral da população apta aos empregos é muito pequena, isto implica que os empregos a que eles podem concorrer na Bahia Sul são os de baixa qualificação e, portanto, os de menores salários. Como não há fábricas no Município, não há também experiência acumulada por parte dos trabalhadores para oferecer serviços à Fábrica.*

Pesquisador - *A área da saúde apresenta sempre grandes demandas e problemas operacionais. Aqui em Mucuri como está o serviço de saúde?*

M.V - *O hospital municipal atende em sistema de parceria. Uma parte do atendimento é realizado pela Bahia Sul e outra parte pela Prefeitura. O hospital Paineiras é exclusivo da Bahia Sul.*

4ª. Entrevista²¹⁹ - Realizada na Câmara Municipal de Mucuri.

4.1 Entrevistado: Funcionário.

Atividade: Funcionário.

Entrevista realizada na sede da Câmara Municipal.

Pesquisador - *Quantas vezes a Câmara Municipal se reúne?*

²¹⁸ A Folha de S. Paulo publicou na edição de 08 jan. de 2005, de autoria de Fábio Amato, p. A-5, a matéria MST ocupa fazenda pela 4ª. vez. Resumidamente, a fazenda ocupada pertence ao Grupo Votorantin e tem 675,45 hectares destinados à plantação de eucalipto. Segundo os ocupantes “A fazenda é improdutiva e nós não vamos abrir mão dela”.

²¹⁹ Quando procuramos o primeiro contato na Câmara Municipal, fomos recebido por um funcionário que, muito educado, nos colocou em contato com o assessor jurídico da Câmara. Enquanto aguardávamos o assessor, este funcionário nos deu algumas informações e respondeu perguntas que transcrevemos.

Funcionário - *A Câmara só faz uma sessão por semana. E está bom pois não tem assunto para discutir.*

Pesquisador - *O centro de Mucuri não tem saneamento básico?*

Funcionário - *Não tem esgoto. O governo do Estado liberou R\$ 8 milhões para a área de saneamento básico do centro e de outros distritos. No distrito de Itabatã, a Bahia Sul implantou o saneamento básico.*

Pesquisador - *Com a vinda da Bahia Sul a arrecadação de impostos teve um aumento muito grande? Aumentou o nível de emprego com a vinda da Bahia Sul?*

Funcionário - *O problema é a que o pessoal não tem qualificação que a Fábrica exige. Parece que tem umas 200 pessoas de toda a região trabalhando na Fábrica. Mas agora tem curso da Senai²²⁰ para preparar o pessoal.*

Pesquisador - *A arrecadação de impostos é alta?*

Funcionário - *É verdade. Mucuri tem a 8ª. arrecadação do Estado da Bahia, na faixa dos R\$ 3,4 milhões. É preciso ter muita seriedade para administrar tanto dinheiro.*

Pesquisador - *Dentre os distritos ...?*

Funcionário - *Temos o Distrito-Sede, e os Distritos de Taquarinha, Ibiranhém mas o distrito de Itabatã é umas três vezes maior que a sede de Mucuri. Lá tem o clube da Bahia Sul para sócio e para funcionário.*

4.2 Entrevista - Assessor Jurídico.

Entrevista realizada na sede da Câmara Municipal.

Atividade: Assessor Jurídico²²¹

Pesquisador - *Existe uma comissão de meio ambiente?*

Assessor - *Sim, existe. A Comissão de Ação Social, Direitos Humanos e Meio Ambiente que é presidida pelo vereador Marílio Martins Mafra, o relator é o vereador Agenor Simões de Oliveira e o secretário é o vereador Jorge Helinton Oliveira Brito.*

4.3. Entrevista - Sr. E. V. ..

Atividade: Presidente da Câmara Municipal²²² de Mucuri e funcionário do setor de Recursos Naturais da Bahia Sul.

Entrevista realizada na sede da Câmara Municipal.

²²⁰ Parceria entre a Bahia Sul e o BNDES. Quando de nossa visita a Mucuri (18 à 24 de janeiro de 2004) havia uma unidade móvel de curso do Senai estacionada em frente ao colégio Leon Feffer.

²²¹ O Assessor Jurídico nos mostrou as dependências da Câmara, agendou a entrevista com o Presidente, emprestou para consulta um livro sobre Mucuri e nos forneceu a Lei Orgânica do Município de Mucuri.

²²² A Câmara Municipal de Mucuri é composta por 13 vereadores sendo uma mulher. Em 25 set. 2001 foi aprovada a Emenda à Lei Orgânica Municipal n. 015/01.

Pesquisador - O Sr poderia traçar um quadro geral sobre Mucuri?

E.V. - Mucuri apresenta seguinte quadro de atividades: na sede (do Município) existe o comércio básico, banco e a prestação de serviços juntamente com a sede da Prefeitura e as Secretarias e a Câmara Municipal, a igreja matriz, o Fórum, as escolas e as atividades ligadas ao turismo – hotéis, pousadas, restaurantes, lanchonetes e a rua do Artesanato. Em Itabatã (distrito) existe a prestação de serviços. Em nove povoados desenvolvem-se a agricultura e a pecuária.

Pesquisador - E as atividades mais tradicionais do Município?

E.V. - As atividades locais como a pesca, cacau, pecuária e turismo fazem parte da história de Mucuri e continuam ainda hoje. A atividade pesqueira, em parte, profissionalizou-se e o turismo aumentou muito, o que significa maior geração de renda.

Pesquisador - As atividades de turismo são constantes ou apenas nas épocas de grandes festas como a passagem-de-ano e o carnaval?

E.V. - Estas duas festas são as principais. Para se ter uma idéia, o carnaval de Mucuri é o terceiro maior do estado da Bahia com as bandas de grande sucesso que animam todo o período de carnaval. Outra festa importante para o município é a passagem-de-ano. Tem também as férias de julho que atraem muitos turistas. Contando-se a passagem-de-ano, o carnaval e as férias de julho, parte dos nativos (moradores) consegue sobreviver durante o ano inteiro com o que se ganha neste período, fruto dos aluguéis de suas casas, do comércio em geral artesanato e do comércio na praia.

Pesquisador - Como está estruturada a plantação de eucalipto já que o consumo da Bahia Sul é muito grande?

E.V. - A produção de eucalipto tem seu desenvolvimento baseado na combinação de compras de terras, arrendamento e fomento florestal. O fomento florestal é demandado pelo produtor que recebe a muda do eucalipto, os insumos e a assistência técnica. Existem casos de 'parceirização' e terceirização. Muitos ex-funcionários tornam-se proprietários de empresas ligadas ao setor do eucalipto.

Pesquisador - Quando a Bahia Sul veio para Mucuri e seu entorno deve ter havido um aumento no preço das terras?

E.V. - Realmente o preço das terras teve um aumento muito forte. Por exemplo, em alguns casos preço da terra nua que era de R\$ 750 subiu para uma faixa de R\$ 3000 a R\$ 5000 por hectare²²³.

Pesquisador - Como é desenvolvido o processo de plantação de eucalipto²²⁴?

E.V. - O primeiro corte ocorre após 6 anos da plantação. Por volta de 1974, ao longo da BR 101, mais de 120 madeireiras e serrarias cortavam árvores nativas, portanto uma parte da área devastada está sendo ocupada pela plantação de eucalipto, o que gera renda e emprego. O processo de mecanização introduzido no corte e transporte do eucalipto trouxe uma grande melhoria para estas atividades. As máquinas só trabalham em terrenos

²²³ Variação entre 300 a 567 % em termos nominais.

²²⁴ Conforme o site da Suzano Bahia Sul, em 05/01/2005, a plantação de eucalipto nos estados da Bahia, Espírito Santo, Minas Gerais e Maranhão responde por 73,29% do total enquanto em São Paulo a produção corresponde a 26,71%; a maior disponibilidade para implantação da produção de eucalipto é a área do estado do Maranhão com 79,1% da capacidade livre. A área total de preservação ambiental representa 37% da área destinada a produção de eucalipto.

planos, o que não permite a plantação nestas áreas que podem ser usadas para outras atividades.

Pesquisador - *As plantações de eucalipto ocupam imensas áreas o que leva a um grande impacto ambiental?.*

E.V. - *Do ponto de vista ambiental a lei obriga 20% de reserva legal²²⁵ mas a Bahia Sul e a Aracruz aproximam-se dos 40% de reserva legal. O cultivo atual de eucalipto apresenta o mínimo de impacto para o solo.*

Pesquisador - *A Bahia Sul cumpre as normas ambientais?*

E.V. - *Sim, os efluentes são tratados. Em caso de acidentes, a comunidade deverá ser avisada imediatamente.*

Pesquisador - *Já ocorreu algum acidente envolvendo risco para a população ou para o meio ambiente?*

E.V. - *Não há conhecimento de nenhum caso deste tipo.*

Pesquisador - *A instalação da Bahia Sul trouxe melhorias para as pessoas e para o Município?*

E.V. - *A vinda da Bahia Sul trouxe uma certa melhora na vida dos moradores. Um tipo de fomento florestal permite ao produtor receber as mudas de eucalipto, os insumos e a assistência técnica. Isto barateia o custo da plantação.*

Pesquisador - *Mucuri tem atividades ligadas à agricultura, pecuária, pesca, turismo e tem também a Bahia Sul. O município possui um Plano Diretor?*

E.V. - *O Município tem Plano Diretor conforme o artigo 145, parágrafo primeiro.*

Pesquisador - *Qual a estrutura da Câmara Municipal?*

E.V. - *A Câmara é composta por 13 vereadores, sendo uma professora e outros 12 vereadores eleitos, em sua maioria, como representantes das comunidades. A Prefeitura tem 2100 funcionários com um gasto da ordem de R\$ 1,2 milhão por mês.*

Na sede do Município temos todas as atividades ligadas ao turismo e ao comércio em geral; a agricultura e a pecuária são desenvolvidas nos 9 povoados. Em Itabatã temos um maior desenvolvimento na área de serviços.

5ª. Entrevista: Sra. C. P. S.

Atividade: Proprietária de pousada Trilhas do Sol, a duas quadras da praia.

Esta entrevista ocorreu em um final de tarde (de muito calor!) no escritório da administração da Pousada.

Pesquisador - *A sra. sempre atuou na área da hotelaria?*

C. P. S. - *Não, nós temos também uma fazenda na estrada que liga Mucuri à rodovia federal²²⁶.*

²²⁵ A área de preservação ambiental nas plantações de eucalipto da Cia Suzano e Bahia Sul são, 33,9% (63,9 mil hectares) para a Bahia / Espírito Santo; 39,7% (20,1 mil há) para Minas Gerais; 42,5% (47,1 mil hectares) para o Maranhão e 35,4% (30 mil hectares) para São Paulo; na média este valor é de 37,9%. Disponível em: www.suzano.com.br, 05 jan. 2005.

²²⁶ São 40 km de distância entre o centro de Mucuri e a BR 101.

Pesquisador - *A sra. veio para a área da hotelaria contando com o aumento de pessoas em função da Bahia Sul, ou seja, negócios e turismo?*

C. P. S. - *A Bahia Sul ajudou muito e continua ajudando Mucuri. Para os negócios (pousadas e hotéis) também a Bahia Sul trouxe um dinamismo maior.*

Pesquisador - *Eu e minha mulher estamos aqui em razão de minha pesquisa sobre a Bahia Sul e Mucuri.*

C. P. S. - *Se não fosse pela Bahia Sul talvez o sr. nem ouviria falar de Mucuri lá em São Paulo. É claro que o turismo é muito forte no extremo sul da Bahia e que atrai uma grande parte de turistas de Minas Gerais, já que fazemos divisa.*

Pesquisador - *Foi importante para o turismo a vinda da Bahia Sul?*

C. P. S. - *Não há dúvidas. Além de Mucuri ficar mais conhecida, seja para os negócios ligados à Fábrica, seja para o turismo de parentes e amigos que são convidados pelos funcionários da fábrica, a vinda da Bahia Sul ajudou bastante o nosso setor.*

Um bom exemplo é o do espaço que foi construído no centro (pequeno quarteirão no centro) com palco, músicas, artesanatos e comidas típicas, reúne muitas pessoas todos os dias. É um local de encontro. O comércio e o artesanato têm possibilidade de crescer.

Pesquisador - *Qual a capacidade da pousada e o número de funcionários?*

C. P. S. - *Temos 25 apartamentos com capacidade para mais de 100 pessoas. Trabalhamos na faixa de 6 a 8 funcionários para o café-da-manhã, limpeza dos apartamentos, lavanderia e serviços gerais.*

6ª. Entrevista - Sra. V.

Atividades: Formada em Biologia (SP). Atualmente trabalha com artesanato e tem uma loja na rua principal de Mucuri.

Os primeiros contatos com V. foram feitos em sua loja de artesanato. Para a entrevista, ela nos convidou para uma visita à sua casa.

Pesquisador - *Mucuri tem praias, mangues, rios e a Bahia Sul. Como está a questão do meio ambiente?*

V. - *Infelizmente o secretário do Meio Ambiente não tem nenhum conhecimento de sua pasta, pois é uma indicação absolutamente política. Não tem conhecimento sequer da Agenda 21. Já o secretário de Desenvolvimento Rural e Econômico Engº. Paulo Silveira tem um trabalho na sua pasta que envolve questões da Agenda 21²²⁷.*

Pesquisador: *Então a Prefeitura não tem ações na área ambiental?*

²²⁷ Documento aprovado na Conferência 'Rio-92' que estipula os mecanismos para a colocação em prática de pontos para o desenvolvimento sustentável no século XXI.

V. - A prefeitura está em situação de inércia, pois responde aos vários interesses políticos.

Existem várias ações populares no Fórum de Mucuri contra a Prefeitura, geralmente por descumprimento de obrigações legais nas áreas sociais, entre elas, pelo fechamento de uma creche.

Pesquisador - Mas do ponto de vista legal temos a Constituição Federal e a Lei Orgânica do Município que tratam das questões sobre o meio ambiente?

V. - O Conselho Municipal de Proteção e Defesa do Meio Ambiente (CONDEMA²²⁸) a Lei Orgânica do Município e a secretaria do Meio Ambiente estão apenas no papel.

Pesquisador - Você é bióloga ?

V.- Quando trabalhei na Prefeitura, não podia desenvolver minhas atividades nem aprofundar temas críticos de interesse do Meio Ambiente. Era tudo muito disfarçado mas não podia fazer análises críticas?

Pesquisador - Mas existem estudos quanto ao impacto ambiental da presença da Bahia Sul?

V.- Sobre o estudo de assoreamento do rio Mucuri e o estudo sobre recursos hídricos, em virtude da implantação da Bahia Sul, nunca li nada a respeito. Sei que o estudo está arquivado.

Pesquisador - E o rio Mucuri?

V. A mata ciliar do rio Mucuri está sendo destruída. Só se pode percorrer o rio na maré alta.

Pesquisador - E uma solução?

V.- Precisaria haver o replantio de mais ou menos 4 mil mudas de árvores.

Pesquisador - A população tem se envolvido com as questões ambientais²²⁹?

V.- A população não tem envolvimento com as questões do Meio Ambiente.

Pesquisador - Se existem forças para não se mexer com a questão ambiental e existe uma certa degradação, o IBAMA não poderia agir?

V. Sim, poderia. Em Teixeira de Freitas tem a sede do IBAMA que atende 13 municípios. O problema principal é que a estrutura (do IBAMA) é mínima para atender uma área imensa como esta.

Pesquisador - Mucuri é produtor de hortifrutigranjeiros?

V.- Sim, mas já teve uma produção em larga escala. A produção hortifrutigranjeira local é, atualmente, muito pequena.

A feira é uma atividade apenas local; começa a ser montada na sexta-feira à noite e se desenvolve no sábado até as 13h00.

Pesquisador: Quais são os projetos da Bahia Sul que envolvem questões ambientais?

²²⁸ Na Lei Orgânica do Município de Mucuri, capítulo VIII – Do Meio Ambiente – os artigos 147 a 150 tratam das responsabilidades sobre o meio ambiente. Especificamente os artigos 148 e 149 tratam do Conselho Municipal de Proteção e Defesa do Meio Ambiente (CONDEMA).

²²⁹ A população urbana é de 6.856 pessoas, 29,55% do total.

V: O projeto Sementeira²³⁰, apoiado pela Bahia Sul, está em dificuldade. E uma pergunta poderia ser feita: qual o resultado concreto deste projeto?

Pesquisador - *Ouvimos falar sobre o distrito de Itabatã tornar-se um município separando-se de Mucuri?*

V.- Fala-se sobre a emancipação deste distrito. Acho uma questão muito complicada. A fábrica (Bahia Sul) fica neste Distrito. Portanto, como ficaria a arrecadação de impostos? Somente com Itabatã?

Pesquisador - *Como é encaminhada a questão do turismo aqui em Mucuri?*

V.- Quanto à vocação turística do Município, não há qualquer incentivo. O que existe é o de pior qualidade: as festas de carnaval (que lotam a cidade) e o turismo de final de semana. Não há um projeto ou uma política para o turismo. Uma fase do campeonato 'Baja Brasil' passa por Mucuri.

7ª. Entrevista - Com os Diretores do Sindicato dos Trabalhadores - SINDICELPA

Atividade: Diretor do Sindicato dos Trabalhadores – SINDICELPA.

Entrevista realizada na sub-sede do sindicato dos Trabalhadores em Itabatã.

Pesquisador - *Quando o sindicato foi fundado e como se estrutura?*

Sindicalista - *O Sindicato foi fundado em 15 de março de 1988²³¹ e sua sede central é em Santo Amaro da Purificação, Bahia. Apenas para registrar, quando foi divulgada a vinda da fábrica, inicialmente ela foi chamada pelos nativos de 'Suzana' e não Suzano.*

Pesquisador - *As obras civis trazem sempre muitas pessoas de fora. Para a construção da Bahia Sul não foi diferente. Tem alguma estimativa do número de pessoas que estiveram no processo da construção civil e na instalação da parte técnica?*

Sindicalista - *No início das obras da Bahia Sul, em 1989, havia 30 mil pessoas trabalhando direta e indiretamente. Na construção civil, 80% eram do Nordeste, Minas Gerais e do Espírito Santo.*

Pesquisador - *O que aconteceu quando as obras civis terminaram?*

Sindicalista - *Quando do fim da construção civil e da montagem mecânica, parte dos 30 mil trabalhadores foram para Pedro Canário que, em 1985, foi transformado em município. e recebendo uma população que não tinha nenhuma condição de emprego (geralmente ajudantes sem qualificação que não são*

²³⁰ O projeto Sementeira – Educar par o futuro, com o apoio do BNDES, em parcerias com prefeituras, é desenvolvido em municípios da Bahia e do Espírito Refere-se “ as ações para o desenvolvimento de uma consciência ambiental em crianças, com capacitação de professores (...) criação de clubes de estudantes para iniciativas como coleta seletiva, hortas nas escolas, jardinagem, higiene, saúde coletiva e plantio de árvores”. Aplicações anuais: 2002: R\$ 70 mil; 2003: R\$ 70 mil e 2004: R\$ 140 mil.

Revista Exame – Edição Especial – Guia da Boa Cidadania Corporativa: Edição 2002, p. 149 / Edição 2003, p.113 / Edição de 2004, p.. 115.

²³¹ A Bahia Sul foi constituída em 3 de dezembro de 1987 e as obras tiveram início em junho de 1989; o início da operação de produção de celulose foi em março de 1992 e a operação de produção de papel foi em fevereiro de 1993.

incorporados às empresas de construção civil), parte de Pedro Canário foi transformado em um grande bolsão de miséria com mais ou menos 6 mil pessoas. Em Pedro Canário uma mistura de pobreza generalizada, prostituição, alto índice de gravidez de adolescentes e tráfico de drogas.

E o pior é que foi criando um estigma com relação a este grupo e até mesmo algumas empresas não contratam funcionários que morem no Município. Alguns trabalhos sociais são desenvolvidos pela Igreja Católica.

Pesquisador – *Em Mucuri quantos trabalhadores estão na Bahia Sul?*

Sindicalista - *Os trabalhadores nativos, empregados diretamente na Bahia Sul, devem chegar a 10 pessoas.*

Pesquisador - *A Câmara Municipal ... ?*

Sindicalista - *Veja, o presidente da Câmara Municipal de Mucuri (Elvacy Venâncio dos Santos) é funcionário da Bahia Sul da área de Recursos Naturais.*

Pesquisador - *A Bahia Sul tendo sido inaugurada em uma nova estrutura política e social apresenta muitas diferenças, por exemplo, da Cia Suzano (fábrica localizada em Suzano/SP) quanto à gestão e ao relacionamento com o sindicato?*

Sindicalista - *Não, não há uma relação nova ou diferente da empresa para com o Sindicato. Também não são discutidas questões ligadas ao meio ambiente. O plano de saúde é muito caro.*

Em tudo o Marketing da empresa é muito forte e muito bem feito, mas na prática, as relações são as mesmas que antigamente e as dificuldades são as mesmas para o trabalho do sindicato e a organização dos trabalhadores.

Pesquisador - *O sindicato e / ou os trabalhadores têm discutido a questão ambiental?*

Sindicalista - *As questões ambientais não dependem dos trabalhadores.*

Pesquisador - *Em uma realidade que não conhecia fábrica, sindicato e não tinha uma cultura de politização, como os trabalhadores e a população enxergam as ações do sindicato?*

Sindicalista - *O apoio às ações do Sindicato chega a 70% dos funcionários. A população vê com bons olhos as atividades do Sindicato.*

Pesquisador - *Existem mecanismos que fazem ligação entre as ações do sindicato e a população, ONGs, ou associações de moradores?*

Sindicalista - *Não há uma rede de contatos entre o Sindicato e a população, não existem mecanismos formais de integração.*

Pesquisador: *Embora a Fábrica seja muito automatizada e tenha poucos trabalhadores, qual o comportamento do número de acidentes?*

Sindicalista - *O número de acidentes é muito pequeno pois a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA) é muito forte e muito atuante.*

Pesquisador - *O sindicato tem informações ou demandas sobre doenças do trabalho?*

Sindicalista - *Não há informações ou relatos sobre doenças do trabalho.*

Pesquisador - *Uma das grandes reclamações contra às fábricas de celulose é sobre o ‘odor’ muito forte e quase insuportável. Como é a reação dos trabalhadores e da comunidade?*

Sindicalista - *Quanto ao cheiro, todos se acostumam.*

Pesquisador - *Estamos em uma região de grande monocultura de eucalipto²³². Quais os impactos dessa situação, quais as discussões do sindicato, dos trabalhadores e da comunidade.*

Sindicalista - *A monocultura do eucalipto cobre 60 a 70% da área disponível para plantações. Não há uma discussão sobre os impactos, nem por parte da empresa nem por parte da imprensa.*

Ocorreu uma especulação muito grande no que diz respeito ao preço das terras com a expansão da plantação de eucalipto.

Em decorrência da monocultura do eucalipto, a produção local de frutas quase desapareceu. Mas os preços pagos para o agricultor são muito baixos: por exemplo, o coco custa R\$ 0,10 na lavoura.

É uma situação muito complicada.

Pesquisador - *Como está a Participação nos Lucros e Resultados já que é um elemento de distribuição de renda?*

Sindicalista - *O programa Participação nos Lucros e Resultados (PLR) caiu de 1,6 para 1,0 do salário. Por exemplo, quem tinha um salário de R\$ 800 chegou a receber R\$ 1.280 de PLR; hoje só recebe o equivalente ao seu salário. Por outro lado a Empresa acusou um lucro de R\$ 260 milhões.*

Pesquisador - *Mas as metas de produção aumentaram? Elas são discutidas ou são impostas?*

Sindicalista - *Primeiro, as metas de produção são discutidas e já ocorreu um recorde de produção atingindo a marca de 1 milhão de toneladas de celulose. A nova meta é de 1,2 milhão.*

A produção aumenta mas não conseguimos segurar o valor da PLR.

Pesquisador - *terceirização está avançando em todos os setores. Qual é o quadro aqui na Bahia Sul?*

Sindicalista - *As relações entre a empresa e as prestadoras de serviços é muito ruim pois a maioria das prestadoras faliu. O rodízio de pessoal nas prestadoras é excessivo.*

Pesquisador - *Na Bahia Sul implantou inovações administrativas e gerenciais na produção ou na manutenção?*

Sindicalista - *A empresa usa o método TPM²³³ que tem por slogan “da minha máquina cuido eu”. Significa que o operador atua como um funcionário polivalente.*

Pesquisador - *Quantas mulheres trabalham na linha de produção?*

Sindicalista - *Não há nenhuma mulher na linha de produção.*

²³² Pelos dados de janeiro de 2005, a Bahia Sul tem nos estados de Bahia e Espírito Santo e Minas Gerais 129.527 hectares plantados de eucalipto. Disponível em: <http://www.suzano.com.br>.

²³³ O método TPM (formado por oito pilares) consiste em identificar e eliminar perdas, utilizar plenamente os equipamentos, obter processos mais eficazes e buscar a melhor performance do fator humano. Na fala de João Luiz Broglio, chefe de manutenção e facilitador do módulo MA (manutenção autônoma) “Todos sabem que ganharão com mais produtividade”. Fonte: **Emfoco** – informativo mensal Suzano Bahia Sul, ano 2, n. 14, out. 2004, p.. 3.

Pesquisador - A Bahia Sul está anunciando a ampliação da fábrica. Isto significa mais empregos?

Sindicalista: A empresa está implantando a 3ª. empilhadeira e reduzindo a mão-de-obra de 1500 para 800 funcionários. São 700 empregos a menos.

Pesquisador - Qual a situação na área da Saúde?

Sindicalista - Na área da saúde, o hospital Paineiras vende plano de saúde e faz convênios. O caminho é sempre procurar atendimento em Mucuri e Itabatã ou ir para Vitória (Espírito Santo). O plano de saúde é muito caro.

Pesquisador - Ouvimos falar muito bem da escola.

Sindicalista - A escola que a empresa mantém, administrada de forma terceirizada, tem boa qualidade e bons professores, mas ainda não desenvolve um sistema mais avançado entre pensar-dialogar.

Pesquisador - Qual é o acompanhamento que o Sindicato faz das atividades que a Bahia Sul realiza na área social?

Sindicalista - O Sindicato não acompanha os projetos sociais da empresa. Sabemos apenas pelos noticiários e pelas informações da própria empresa.

Pesquisador - Quem assessora o Sindicelpa nas negociações com a Bahia Sul?

Sindicalista: - Existe um escritório do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) em Salvador.

Pesquisador - O projeto de implantação da Veracel e da duplicação da Bahia Sul vão provocar grandes impactos de deslocamento de mão-de-obra, ambiental, mais terra para eucalipto etc.

Sindicalista - É verdade a Veracel demandará uma imensa quantidade de mão-de-obra que trará grandes impactos. A duplicação da Bahia Sul trará um impacto menor pois o maior impacto foi o relativo à sua construção.

Pesquisador - O piso salarial na Bahia Sul?

Sindicalista - O piso salarial é de R\$ 380,00.

Pesquisador - Politicamente quais as forças que atuam na região?

Sindicalista - A União Democrática Ruralista (UDR) é muito forte na região.

Pesquisador - Qual é a estrutura da plantação de eucalipto?

Sindicalista - O processo de plantação de eucalipto ocorre por arrendamento, por fomento ou pela própria fábrica em suas terras.

No processo de arrendamento, utilizam-se até 15 alqueires e resulta em uma baixa produção, pois a área é pequena. O pequeno produtor participa deste processo. Geralmente fazem parte mais três ou quatro famílias além da família do proprietário.

No processo de fomento, há três ciclos de 7 anos cada um. A cada ciclo o lucro do produtor é declinante. No terceiro ciclo, a Bahia Sul define o preço do eucalipto e neste momento o lucro do negócio é o menor para o produtor. Quando acaba o contrato de fomento, o proprietário fica livre para utilizar sua terra.

Nas áreas de plantação de eucalipto é proibido caçar e pescar o que limita a sobrevivência das famílias pobres.

O eucalipto é sempre plantado em áreas planas que permitem as máquinas fazerem o corte e os caminhões terem acesso à carga.

8ª. Entrevista - Profa. V. v.

A entrevista foi realizada no colégio Leon Feffer – unidade Mucuri.

A profa. Vv nos apresentou um filme institucional sobre a Casa do Estudante e os trabalhos desenvolvidos nas unidades do Colégio Leon Feffer, depois visitamos as instalações da unidade Mucuri.

Pesquisador - Como funciona a escola?

Vv - A Casa do Estudante administra as duas unidades do Colégio Leon Feffer: esta unidade (em Mucuri) e a unidade de Itabatã.

A unidade Itabatã funciona nos períodos da manhã e da tarde; esta unidade funciona no período da tarde.

Pesquisador - E qual o papel da Bahia Sul?

Vv - A Bahia Sul entra com o apoio.

Pesquisador - Qual a orientação para formação dos alunos?

Vv - A orientação é para um ensino da melhor qualidade.

Isto é verdadeiro pois muitos de nossos alunos entram nas universidades mais conceituadas: nas federais, estaduais e particulares de alto nível.

Pesquisador - Como os professores se atualizam?

Vv - Temos todos os meios possíveis para a atualização. Temos um processo de formação continuada através de cursos, palestras e de grupos de estudos. Temos acesso à Internet, à biblioteca e aos laboratórios.

Pesquisador - É possível desenvolver um trabalho de bom nível quando se está distante dos grandes centros urbanos?

Vv - Sim, isto é possível. Os nossos trabalhos são de alta qualidade. A orientação é aliar a teoria à prática; sempre inovar; mostrar as relações entre o que se explica e o que se vê na prática.

Pesquisador - O que ajuda neste processo de um bom nível de ensino?

Vv - A motivação de cada professor é fundamental. O desenvolvimento de atividades como jogos, artes, leituras, projetos culturais. Os espaços físicos são muito importantes. A infra-estrutura – biblioteca, computadores, laboratórios - é também um elemento central. Não se pode deixar de mencionar as relações com as famílias dos alunos.

8ª.1. Entrevista - Prof. M. A. S. diretor da Casa do Estudante, colégio Leon Feffer, unidades Mucuri e Itabatã..

O prof. M.S.²³⁴ nos relatou as experiências das duas unidades, enfatizou a qualidade e o nível de ensino e nos entregou material informativo. Também relatou as excelentes colocações dos alunos nos vestibulares das principais universidades do país.

9ª. Entrevista: Engº. agrônomo P. S..

Atividade: Secretário Municipal de Desenvolvimento Rural e Econômico.

Empresário da área de comércio e paisagismo.

Entrevista realizada no galpão da atividade comercial do secretário.

Pesquisador - Qual o perfil das atividades rurais em Mucuri?

P. - Mucuri tem 35 comunidades agrícolas, mas falta descobrir a vocação destas áreas, definir e implementar projetos.

Pesquisador - O que falta?

P. - Falta conhecimento sobre a realidade do município e da região.

Pesquisador - Sendo de base agrícola, pecuária e de pesca não deveria ser incentivada a implantação de cooperativas?

P. - A cooperativa e o associativismo no campo não avançam pois os políticos não deixam. Mas também os políticos estão cada vez mais desacreditados. Com toda a fome e desemprego no Brasil a pequena agricultura não avança.

Pesquisador - O plano diretor em essência não deveria nortear o crescimento e o desenvolvimento?

P. - A cidade não tem planejamento, o que implica um crescimento completamente desordenado.

Pesquisador - Vimos um acampamento do Movimento Sem-Terra (MST). Qual a situação deles?

P. - Nesta data (janeiro /2004) existem 4 grupos do Movimento Sem-Terra (MST), com aproximadamente 2.000 famílias, que estão em áreas invadidas. Mas são eles que produzem grande parte dos alimentos que são consumidos em Mucuri devido à redução da produção agrícola em função da entrada do eucalipto. A monocultura do eucalipto está acabando com a produção local de frutas tropicais, denominada de 'tabuleiro de frutas tropicais'.

A redução da produção local obriga à compra de gêneros alimentícios do Espírito Santo.

Mucuri é um grande produtor de mamão papaia. As atividades giram em torno de US\$ 70 milhões.

Outras atividades são a plantação da cana-de-açúcar para produção de álcool, eucalipto e criação de bovinos.

Por ferrovia, através do norte de Minas Gerais, podemos importar produtos da Argentina.

Pesquisador - E os impactos sociais com a vinda da Bahia Sul?

²³⁴ Disponível: em [http:// www.casaestudante.com.br](http://www.casaestudante.com.br).

P. Os impactos sociais da vinda da Bahia Sul são dramáticos no setor fundiário. Agravou ainda mais o problema da concentração de terras e a monocultura do eucalipto leva à redução das atividades tradicionais da economia local.

10ª. Entrevista: Proprietário de restaurante.

Atividades: Comerciante em Nova Viçosa.

Esta entrevista foi realizada no restaurante, com o proprietário.

Pesquisador - Qual é a situação da região?

Comerciante - A pobreza na região é imensa.

Pesquisador - Mas não houve melhoras com a vinda da Bahia Sul – com empregos diretos e indiretos – e com o sistema de plantação de eucalipto?

Comerciante - Nos sítios vizinhos à plantação de eucalipto, nada nasce por causa da sombra que o eucalipto faz. O eucalipto cresce até uns 20 metros de altura produzindo uma sombra onde é impossível plantar qualquer coisa e, também, porque ele consome até 20 litros de água por dia.

Pesquisador - O comércio local não se beneficiou da vinda da Bahia Sul?

Comerciante: Muito pouco ou em alguns casos não teve benefício nenhum. As compras (para quem ganha bem) são realizadas em Teixeira de Freitas (Bahia) ou em São Mateus (Espírito Santo), o que faz com que o comércio local não tenha desenvolvimento e assim não cresce.

Pesquisador - Quanto à plantação do eucalipto ...?

Comerciante - O sr. conhece a expressão “deserto verde”? Na região, pelo avanço da plantação do eucalipto, está se formando um “deserto verde”. É só eucalipto por todo o lado. Produz sombra (pela altura da árvore) e consome muita água. E tem também o problema da pobreza dos antigos pequenos sitiantes (proprietários) que venderam suas terras pois o preço da terra estava alto. Agora vão fazer o quê? Sem terras e sem dinheiro!

Pesquisador - Com a vinda da Bahia Sul a arrecadação de Mucuri aumentou e muitos projetos foram e estão sendo realizados pela própria fábrica. Não houve melhorias?

Comerciante - O investimento da Prefeitura é muito pequeno, parece que o dinheiro some. A gente sabe o tamanho da arrecadação que a Bahia Sul traz para o Município.

A estrada que liga Nova Viçosa, que tem as praias mais lindas da região, a Mucuri foi feita com dinheiro da Bahia Sul e o governo do Estado e a Prefeitura deram a mão-de-obra. Até então a estrada era de terra em uma região de praias lindíssimas. Até mesmo algumas barracas foram doadas pela Bahia Sul. Como o turista vem para cá se a estrada era de terra e não havia nenhuma infraestrutura?

10ª. Entrevistada: sra. M. S.

Esta entrevista foi realizada na lanchonete de M., na orla marítima, por volta das 17h00. M. tinha acabado de chegar de um encontro sobre Políticas Públicas organizado pela Pastoral da Criança²³⁵, em Brasília. A entrevista se desenrolou tendo por paisagem o mar, a alegria e a vivacidade da entrevistada, os pastéis deliciosos feitos em sua lanchonete e muita água de coco.

Pesquisador - Gostaria que a sra. se apresentasse.

M.S - Sou Líder e Coordenadora de Área da Pastoral da Criança em Mucuri e na diocese de Teixeira de Freitas (composta por 14 Municípios e 2 distritos). Atualmente respondendo pela área de Políticas Públicas na Pastoral da Criança e sou membro do Conselho Municipal da Saúde do município de Mucuri e proprietária desta lanchonete.

Pesquisador - Como a sra. poderia descrever a situação de Mucuri?

M.S Mucuri teve um crescimento desordenado, porém não foi acompanhado pela aplicação de verbas nas áreas sociais.

Pesquisador - Mas a arrecadação de impostos com a vinda da Bahia Sul é muito alta ...?

M.S – (...) é a arrecadação do Município chega a R\$ 3,5 milhões porém quase nada é aplicado no social. Para você ter uma idéia as internações hospitalares são realizadas no hospital são José, em Itabatã, que é um distrito de Mucuri. Aqui na sede do Município não tem hospital?

Pesquisador - a sra. que é da Pastoral da Criança deve ter uma idéia da mortalidade infantil?

M.S - A mortalidade infantil é muito alta e os gastos na área da Saúde são mal distribuídos. Em alguns distritos não há água encanada nem coleta de esgoto. Existem construções de casas no Mangue sem nenhum controle de saneamento. A Bahia Sul ajuda em algumas ações mas o dinheiro arrecadado em impostos pela Prefeitura é mal aplicado.

12ª. Entrevista: Eng. M. T.R.A. e. M. C D. V.

Atividade: Respectivamente, Engenheiro da área de Excelência Empresarial e Área de Comunicação.

²³⁵ Sobre a Pastoral da Criança. Disponível em: www.pastoraldacrianca.org.br. A Pastoral da Criança começou suas atividades em setembro de 1983, em Florestópolis, Paraná. A idéia nasceu de uma solicitação de Mr. James Grant diretor da UNICEF ao Cardeal Arcebispo de São Paulo Dom Paulo Evaristo Arns, em 1982, para que a Igreja Católica atuasse junto às crianças. A solicitação foi repassada para a Dra. Zilda Arns Neumann e para Dom Geraldo Majella Agnello que aceitaram o desafio de colocar em prática uma ação inovadora junto à crianças a partir do ventre materno até os 6 anos.

Esta entrevista foi realizada na Bahia Sul conforme agendamento.

Pesquisador - Quais os resultados que a Bahia Sul tem na área de excelência empresarial?

M.T.R.A - A Bahia Sul tem investido constantemente na área de excelência empresarial e tem conseguido ótimos resultados dentro dos padrões, normas e especificações mundiais.

Temos, desde fevereiro de 1995, a certificação pela norma internacional BVQI a ISO 9002 e a certificação BS 7750. Em setembro de 1996 obtivemos a certificação ambiental ISO 14001 e prêmios de Qualidade de reconhecimento internacional.

Pesquisador - Como a Bahia Sul tem conseguido estes resultados?

M.T.R.A - Os investimentos em tecnologias de processo e de produção e os controles para mitigação de resultados negativos são uma constante em nossa estratégia de excelência empresarial.

Pesquisador - A questão ambiental é tida hoje como central tanto na legislação nacional (país, estado e município) e internacional como no mercado externo que é de grande concorrência. Como a Bahia Sul tem respondido a estes desafios?

M.T.R.A - No que se refere ao Meio Ambiente, temos uma política pró-ativa que compreende: comitês internos, auditoria interna, coleta de materiais dentro e fora da Fábrica, prevenção de acidentes e relações com a comunidade sobre possíveis problemas ambientais.

Pesquisador - Alguns itens são acompanhados com mais rigor?

M.T.R.A - Todos os itens são tratados com o máximo rigor.

Pesquisador - As fábricas de celulose têm uma marca forte que é o odor insuportável. Aqui ele é monitorado?

M.T.R.A - É verdade. O odor é uma característica deste setor. Nós monitoramos o odor, a qualidade do ar e, a qualidade da água, os resíduos sólidos e o nível de ruído.

Pesquisador - Quanto ao rio Mucuri é feito algum trabalho especial de monitoramento acompanhamento?

M.T.R.A - Fazemos biomonitoramento dos manguezais e do rio Mucuri em uma faixa de 70 metros que passa pela Fábrica. A situação é sempre de grande atenção pois qualquer problema pode afetar o rio em uma extensão de 70 quilômetros.

Pesquisador - Este trabalho (de preocupação ambiental) é desenvolvido somente por especialistas (tipo clássico de divisão de trabalho) ou é estendido para alguns ou todos os funcionários?

M.T.R.A - A Gerência de Qualidade forma consultores internos para atuarem com ênfase nos nossos padrões internos, nas normas que implantamos e na legislação em vigor.

Pesquisador - Existe alguma rotina para as atividades de inspeção, controle e ação para as questões ambientais?

M.T.R.A - Fazemos monitoramento e inspeção diária em itens ambientais. Todas os problemas são registrados e as respectivas ações são desenvolvidas.

Além disso, quando da implantação da ISO e em cada revisão²³⁶, recebemos auditoria externa que confere os padrões, as normas e nossos resultados.

Pesquisador - Quais as relações entre a Bahia Sul e os órgãos governamentais que atuam na área do Meio Ambiente?

M.T. R.A - Seguimos as normas do Centro de Recursos Ambientais (CRA) e do Conselho Estadual de Proteção Ambiental (Cepam) do governo do estado da Bahia, inclusive quanto ao EIA/RIMA.

Pesquisador - E com relação à expansão da fábrica?

M.T.R.A - Para o projeto de expansão da Fábrica, o CRA, o Cepam e também várias ONGs aprovaram o projeto que submetemos à sua apreciação, nos itens de meio ambiente. Também o Cepam visitou a Fábrica para constatar o que já fazemos e o planejamento para a expansão da produção.

Além de muito sucesso nas questões ambientais posso relatar uma vitória importante. O Grupo de Trabalho de Resíduos faz revisões periódicas quanto à destinação dos resíduos. A vida útil de um aterro é de 3 meses. Conseguimos ampliar para 3 anos e estamos em uma fase de extensão para aproximadamente 5 anos.

Para o aterro são destinados materiais que não têm nenhuma chance de reuso.

O Grupo de Trabalho sobre Conscientização Ambiental tem uma equipe que atua interna e externamente. É a equipe do voluntariado verde. Parte dos membros deste grupo de trabalho fez cursos na USP (MBA) e na FGV.

Pesquisador - Tem coleta seletiva na fábrica?

M.T.R.A - A coleta seletiva está implantada na Fábrica.

Pesquisador - Um dos grandes problemas mundiais refere-se à disponibilidade de água. Uma fábrica de celulose e papel é uma grande consumidora de água. Existem ações para otimizar o consumo de água?

M.T.R.A - Conseguimos reduzir o uso de água por tonelada de celulose: de 80 metros cúbicos, reduzimos para 40,4 metros cúbicos e estamos caminhando para a marca de 27 metros cúbicos; isto representa uma economia de 66,2%. A necessidade de economia de água está evidente, pois a expansão da produção de celulose passou de 232 mil toneladas/ano em 1992 para 680 mil toneladas/ano atualmente e, com a nova expansão, chegaremos a 1,680 milhão de toneladas por ano.

A caldeira, a evaporação e o incinerador têm as menores taxas de poluição.

Por outro lado estamos atentos para compatibilizar o aumento da produção e a otimização de matérias-primas e insumos.

Nossa meta é a redução de 10% dos insumos utilizados e a menor toxicidade nos efluentes.

Pesquisador - E com relação ao eucalipto? O suprimento para atender à expansão da Fábrica será muito grande?

M.T.R.A - O eucalipto é uma planta exótica, isto é, foi trazida de fora e introduzida na nossa paisagem ambiental. Toda a plantação de eucalipto tem permissão dos órgãos ambientais.

A clonagem do eucalipto, que é diferente do transgênico, está sendo desenvolvida com muito sucesso. Isto nos permitirá um ganho em relação aos custos da matéria-prima e melhorias, maior sustentabilidade na produção.

O projeto de fomento (a Bahia Sul fornece a semente e tudo que é necessário para a plantação) também é muito importante e libera parte das terras para plantar outras

²³⁶ A norma ISO estabelece revisões periódicas realizadas por auditores externos para manter sua validade.

culturas. A altura do eucalipto traz alguns problemas. Parte do eucalipto é plantada em terras em que já havia criação de gado.

Pesquisador - Já ocorreu na Bahia Sul algum acidente ambiental?

M.T.R.A - Não há registro de nenhum acidente ambiental e existe toda uma estrutura montada para que, caso haja qualquer anormalidade, as medidas sejam tomadas imediatamente.

Pesquisador - Você falou do Comitê de Relações com a Comunidade. Do que se trata?

M.T.R.A - O Comitê de Relações com a Comunidade tem por eixo três itens: educação, saúde e desenvolvimento auto-sustentável. Este Comitê reúne-se a cada 15 dias com os membros da Fábrica e da comunidade.

Pesquisador - Em uma população com grandes necessidades de sobrevivência, todos trabalham para o sustento da família. Como a Bahia Sul vê a questão do trabalho infantil?

M.T.R.A - Como parte da política de Responsabilidade Social da Fábrica não permitimos que sejam retirados os resíduos do eucalipto e não se permite o trabalho infantil no complexo do eucalipto.

ANEXO 3 REDE ALERTA CONTRA O “DESERTO VERDE”

MANIFESTOS

CARTA DE PORTO SEGURO

Data 04/07/2003

“Nós, representantes de comunidades quilombolas, Tupinikins, Pataxós, Guaranis, pescadores e camponeses, e dezenas de entidades, presentes ao II Encontro Nacional da Rede Alerta Contra o Deserto Verde, movimento que luta contra a expansão da monocultura do eucalipto para produção de celulose e carvão vegetal no Espírito Santo, Bahia, Rio de Janeiro e Minas Gerais, vimos denunciar as profundas violações dos direitos econômicos, culturais e socioambientais provocadas por este complexo agroindustrial exportador. Ao longo das últimas quatro décadas, este complexo tem destruído o modo de vida de comunidades locais. As empresas do setor continuam invadindo suas terras, causando o êxodo rural e a consequente dispersão de muitas comunidades. Os rios nessas regiões foram degradados pela contaminação por uso intensivo de agrotóxicos e por um processo de secamento relacionado ao plantio em larga escala, ambos comprometendo a pesca e a qualidade e quantidade da água potável. A empresa Aracruz Celulose desviou o Rio Doce para garantir o consumo abusivo de 248.000 metros cúbicos diários, inclusive gratuitos, das suas três fábricas de celulose. As empresas, com seu discurso desenvolvimentista, têm estimulado uma migração enorme de trabalhadores em busca da promessa de emprego. Hoje, o que resta são milhares de ex-trabalhadores, muitos mutilados pelo trabalho danoso, que foram demitidos como resultado de um processo violento e nefasto de automatização e terceirização. A perda da dignidade dessas pessoas é explícita quando constatado a existência de um alto índice de prostituição infantil nos bairros onde os ex-trabalhadores abandonados residem. E as pessoas que resistem, no meio da monocultura de eucalipto, estão perdendo sua identidade e sua riqueza cultural e sofrendo literalmente um processo de isolamento profundo. Quem resiste contra este projeto desumano está sujeito à tentativas de cooptação e até ameaças de morte. Lamentavelmente, o Estado tem sido cúmplice das práticas dessas empresas. Há quatro décadas que fornece altos empréstimos através do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), e que concede licenças ilegais para plantios – não respeitando áreas de preservação permanente – e fábricas – uma construída em cima de uma antiga aldeia indígena. Além disso, as empresas exportadoras são devedoras no INSS e são beneficiadas pela Lei Kandir, causando situações dramáticas como no Espírito Santo, onde o governo estadual deve mais de R\$ 100 milhões de créditos de ICMS à empresa Aracruz Celulose. Ao mesmo tempo, o Estado não tem apresentado nenhuma alternativa à população local, ao contrário, mostra-se cada vez mais conivente com os interesses empresariais em detrimento da sua responsabilidade social e, neste vazio, as empresas assumem alguns papéis do Estado, desenvolvendo uma relação perversa de dependência e desestruturação da organização social das comunidades locais. As entidades abaixo relacionadas entendem que as consequências de todos esses problemas estão ligadas ao modelo atual de desenvolvimento financiado pelo governo federal e por organismos internacionais que têm como objetivo, exclusivamente, o retorno econômico dos financiamentos em detrimento do modo de vida das populações acima relacionadas. As tentativas para reverter os danos das estratégias empresariais perversas, introduzindo por exemplo o selo verde do FSC (Conselho de Manejo Florestal) para o manejo sustentável de monoculturas de árvores, têm se mostrado incapazes de reverter os impactos negativos já citados, e mais ainda, insuficientes em redirecionar a lógica deste modelo agroindustrial. Lembramos inclusive um relatório elaborado recentemente por uma equipe de pesquisadores da Rede Alerta Contra o Deserto Verde que mostra a flagrante insustentabilidade das plantações de eucalipto das empresas Plantar e V&M Florestal em Minas Gerais, certificadas pela FSC. A Rede se pronuncia também contra o uso de Mecanismos de Desenvolvimento Limpo – MDLs – para plantações extensivas dessas mesmas empresas mineiras, entendendo que esses mecanismos continuam favorecendo países do Norte que não terão que reduzir suas emissões de poluentes que contribuem para o aquecimento global, e ao aumentar as áreas de plantações, os MDLs vêm agravando o empobrecimento das populações do Sul. Afirmamos que existem contradições entre os investimentos nesse complexo agroindustrial e o programa Fome Zero do Governo Federal. De um lado, volumosos investimentos, como no caso da fábrica projetada da Veracel Celulose na Bahia, continuam privilegiando uma monocultura que na sua grande maioria é destinada à produção para exportação aos países ricos, gerando pouquíssimos empregos, legitimando o latifúndio, impedindo a reforma agrária e aumentando mais ainda o êxodo rural e o desespero de milhares de famílias que ficarão sem terra e sem sustento. De outro lado, o governo apresenta um Programa Fome Zero que busca estimular a produção de alimentos, enquanto as melhores terras agricultáveis continuam sendo ocupadas por plantações de árvores. As metas da política macroeconômica não podem ser obtidas com o sacrifício das condições de vida, saúde, trabalho e modos de vida

dos trabalhadores e das comunidades que necessitam de água, terra, pescado e caça para não serem obrigados a engrossar o contingente de desempregados nas cidades. Não é suficiente buscar saídas temporárias dentro do modelo atual de desenvolvimento. É preciso mudar drasticamente os rumos deste modelo que gira em torno da acumulação financeira e do consumo ilimitado, e construir uma outra lógica de desenvolvimento onde o ser humano – homem e mulher - , na sua totalidade, seja questão central e que altere a forma de utilização dos recursos naturais do planeta. Conscientes da insustentabilidade do presente modelo, movimentos e comunidades que integram a Rede Alerta Contra o Deserto Verde discutem e desenvolvem experiências novas no campo da produção, valorizando a biodiversidade e os conhecimentos locais, construindo assim uma outra relação com o ambiente. Em função de tão dramático e insustentável quadro socioambiental acima descrito, envolvendo milhares e milhares de pessoas diretamente, nós, comunidades e entidades abaixo relacionadas, entendemos que é inaceitável a proposta do setor de ampliar suas plantações de 5 milhões de hectares para 11 milhões nos próximos 10 anos. E que a PARALIZAÇÃO DA EXPANSÃO DA MONOCULTURA DE ÁRVORES DE RÁPIDO CRESCIMENTO NO BRASIL na elaboração do novo PPA e da política industrial do governo é uma necessidade de caráter extremo e urgentíssimo.

Porto Seguro, 29 de junho de 2003

FASE-ES Vitória (ES) – SINDIPETRO São Mateus (ES) – MST – MPA – Movimento Quilombola São Mateus (ES) – Associação Remanescentes Quilombos Conceição da Barra (ES) – CDDH Teixeira de Freitas (BA) – APEDEMA Rio de Janeiro (RJ) – STR São Mateus e Jaguaré (ES) – MDPS Porto Seguro (BA) – SINDEC Teixeira de Freitas (BA) – STR Itanhém (BA) – AGB Vitória (ES) – APESCA São Mateus (ES) – EFA Montanha (ES) – PT São Mateus (ES) – EFA Bley São Gabriel da Palha (ES) – FASB Teixeira de Freitas (BA) – CEPEDDES Eunápolis (BA) – AGB Rio de Janeiro (RJ) – Grupo do Jongo São Mateus (ES) – STR Belmonte (BA) – STR Eunápolis (BA) – CIMI Aracruz (ES) –Projeto Semear Eunápolis (BA) – Terra Viva Itamarajú (BA) –STR Teixeira de Freitas (BA) – SINTERP Eunápolis (BA) – STR Curvelo (MG) – CEDEFES Belo Horizonte (MG) – CPT Belo Horizonte (MG) – Gambá Salvador (BA) – Rede Mata Atlântica – Oásis da Luz Eunápolis (BA) – Deputado Federal Guilherme Menezes (BA) – Assessoria Deputado Estadual Claudio Vereza (ES) – Assessoria Deputada Federal Iriny Lopes (ES) – Aldeia Guarani Aracruz (ES) – Comissão de Meio Ambiente CUT Rio de Janeiro (RJ) – STR Mucuri (BA) – STR São Gabriel da Palha (ES) – CUT/BA Eunápolis (BA) – Sindicato dos Vigilantes Eunápolis (BA) – Flora Brasil Porto Seguro (BA) – Frente de Resistência Pataxó Monte Pascoal (BA) – P.Amigo Tartaruga Porto Seguro (BA) – EFA Boa Esperança (ES) – CIMI Eunápolis (BA) – Missionárias Comboianas Aracruz (ES) – FASE Nacional Rio de Janeiro (RJ).

Brasil: a Rede Alerta Contra o Deserto Verde exige mudança de modelo florestal

Cem organizações do Espírito Santo, Bahia, Rio de Janeiro e Minas Gerais reuniram-se nos dias 28 e 29 de junho, em Porto Seguro, Bahia, no II Encontro Nacional da Rede Alerta Contra o Deserto Verde. As organizações elaboraram uma carta a ser enviada ao Presidente Lula, a congressistas e ao Banco Mundial, exigindo uma maior atenção ao problema descrito a seguir:

"Nós, representantes de comunidades quilombolas, Tupinikins, Pataxós, Guaranis, pescadores e campesinas e dezenas de entidades presentes ao II Encontro Nacional da Rede Alerta Contra o Deserto Verde, movimento que luta contra a expansão da monocultura do eucalipto para produção de celulose e carvão vegetal no Espírito Santo, Bahia, Rio de Janeiro e Minas Gerais, vimos denunciar as profundas violações dos direitos econômicos, culturais e socioambientais provocadas por este complexo agroindustrial exportador.

Ao longo das últimas quatro décadas, este complexo tem destruído o modo de vida de comunidades locais. As empresas do setor continuam invadindo suas terras, causando o êxodo rural e a conseqüente dispersão de muitas comunidades. Os rios nessas regiões foram degradados pela contaminação por uso intensivo de agrotóxicos e por um processo de secamento relacionado ao plantio em larga escala, ambos comprometendo a pesca e a qualidade e quantidade da água potável. A empresa Aracruz Celulose desviou o Rio Doce para garantir o consumo abusivo de 248 mil metros cúbicos diários, inclusive gratuitos, das suas três fábricas de celulose.

As empresas, com seu discurso desenvolvimentista, têm estimulado uma migração enorme de trabalhadores em busca da promessa de emprego. Hoje, o que resta são milhares de ex-trabalhadores, muitos mutilados pelo trabalho danoso, que foram demitidos como resultado de um processo violento e nefasto de automatização e terceirização. A perda da dignidade dessas pessoas é explícita quando constatada a existência de um alto índice de prostituição infantil nos bairros onde os ex-trabalhadores abandonados residem. E as pessoas que resistem, no meio da monocultura de eucalipto, estão perdendo sua identidade e sua riqueza cultural e sofrendo literalmente um processo de isolamento profundo. Quem resiste contra este projeto desumano está sujeito a tentativas de cooptação e até ameaças de morte.

Lamentavelmente, o Estado tem sido cúmplice das práticas dessas empresas. Há quatro décadas que fornece altos empréstimos através do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e que concede licenças ilegais para plantios - não respeitando áreas de preservação permanente - e fábricas, uma construída em cima de uma antiga aldeia indígena. Além disso, as empresas exportadoras são devedoras no INSS e são beneficiadas pela Lei Kandir, causando situações dramáticas como no Espírito Santo, onde o governo estadual deve mais de R\$ 100 milhões de créditos de ICMS à empresa Aracruz Celulose. Ao mesmo tempo, o Estado não tem apresentado nenhuma alternativa à população local; ao contrário, mostra-se cada vez mais conivente com os interesses empresariais em detrimento da sua responsabilidade social e, nesse vazio, as empresas assumem alguns papéis do Estado, desenvolvendo uma relação perversa de dependência e desestruturação da organização social das comunidades locais.

As entidades abaixo relacionadas entendem que as conseqüências de todos esses problemas estão ligadas ao modelo atual de desenvolvimento financiado pelo governo federal e por organismos internacionais que têm como objetivo, exclusivamente, o retorno econômico dos financiamentos em detrimento do modo de vida das populações acima relacionadas.

As tentativas para reverter os danos das estratégias empresariais perversas, introduzindo, por exemplo, o selo verde do FSC (Conselho de Manejo Florestal) para o manejo sustentável de monoculturas de árvores, têm se mostrado incapazes de reverter os impactos negativos já citados, e mais ainda, insuficientes em redirecionar a

lógica desse modelo agroindustrial. Lembramos inclusive um relatório elaborado recentemente por uma equipe de pesquisadores da Rede Alerta Contra o Deserto Verde que mostra a flagrante insustentabilidade das plantações de eucalipto das empresas Plantar e V&M Florestal em Minas Gerais, certificadas pelo FSC.

A Rede se pronuncia também contra o uso de Mecanismos de Desenvolvimento Limpo - MDLs - para plantações extensivas dessas mesmas empresas mineiras, entendendo que esses mecanismos continuam favorecendo países do Norte que não terão que reduzir suas emissões de poluentes que contribuem para o aquecimento global, e ao aumentar as áreas de plantações, os MDLs vêm agravando o empobrecimento das populações do Sul.

Afirmamos que existem contradições entre os investimentos nesse complexo agroindustrial e o programa Fome Zero do Governo Federal. De um lado, volumosos investimentos, como no caso da fábrica projetada da Veracel Celulose na Bahia, continuam privilegiando uma monocultura que na sua grande maioria é destinada à produção para exportação aos países ricos, gerando pouquíssimos empregos, legitimando o latifúndio, impedindo a reforma agrária e aumentando mais ainda o êxodo rural e o desespero de milhares de famílias que ficarão sem terra e sem sustento. De outro lado, o governo apresenta um Programa Fome Zero que busca estimular a produção de alimentos, enquanto as melhores terras agricultáveis continuam sendo ocupadas por plantações de árvores. As metas da política macroeconômica não podem ser obtidas com o sacrifício das condições de vida, saúde, trabalho e modos de vida dos trabalhadores e das comunidades que necessitam de água, terra, pescado e caça para não serem obrigados a engrossar o contingente de desempregados nas cidades.

Não é suficiente buscar saídas temporárias dentro do modelo atual de desenvolvimento. É preciso mudar drasticamente os rumos desse modelo que gira em torno da acumulação financeira e do consumo ilimitado, e construir uma outra lógica de desenvolvimento onde o ser humano - homem e mulher -, na sua totalidade, seja questão central e que altere a forma de utilização dos recursos naturais do planeta. Conscientes da insustentabilidade do presente modelo, os movimentos e comunidades que integram a Rede Alerta Contra o Deserto Verde discutem e desenvolvem experiências novas no campo da produção, valorizando a biodiversidade e os conhecimentos locais, construindo assim uma outra relação com o ambiente.

Em função de tão dramático e insustentável quadro socioambiental acima descrito, envolvendo milhares e milhares de pessoas diretamente, nós, comunidades e entidades abaixo relacionadas, entendemos que é inaceitável a proposta do setor de ampliar suas plantações de 5 milhões de hectares para 11 milhões de hectares nos próximos 10 anos. E que a paralisação da expansão da monocultura de árvores de rápido crescimento no Brasil na elaboração do novo PPA e da política industrial do governo é uma necessidade de caráter extremo e urgentíssimo. Porto Seguro, 29 de junho de 2003 [seguem assinaturas]".

Por: Rede Alerta Contra o Deserto Verde, correio eletrônico: winnie.fase@terra.com.br

Manifesto Contra o Deserto Verde e a Favor da Vida

A Rede Alerta Contra o Deserto Verde, uma articulação que envolve mais de 100 entidades dos movimentos sociais dos estados de Minas Gerais, Espírito Santo, Bahia e Rio de Janeiro, vem através deste, se manifestar sobre:

- a) o desastre sócio-ambiental causado nos últimos 35 anos pela monocultura de eucalipto e pinus, integrado aos complexos siderúrgico e de celulose, atingindo diversos ecossistemas e populações de nosso território, empobrecendo nossa diversidade biológica, social e cultural, causando expropriação, desemprego, êxodo e fome;
- b) a necessidade de outro modelo de geração e divisão de riquezas e de ocupação de nosso território, que respeite e coloque como protagonista as populações rurais e o interesse da sociedade brasileira e não do capital global.

Desde 1500, o Brasil tem colocado seus recursos naturais e o trabalho de seu povo a serviço da exportação de riquezas para os países chamados desenvolvidos. Com a modernização no campo, desde os anos 1960 e 1970, foram dramaticamente ampliados o estímulo e a implantação das monoculturas. Dentre elas, as monoculturas de árvores, em especial de eucalipto e pinus (que não são florestas), talvez tenham sido as de maior impacto socioambiental nas regiões Vale do Jequitinhonha, Vale do Aço, Norte e Central de Minas, Sul da Bahia e Norte do Espírito Santo, com a implantação predatória de complexos dos setores siderúrgicos e de celulose. Esse impacto, criou uma identidade comum entre populações indígenas, quilombolas e camponesas diretamente impactadas – os atingidos pela monocultura do eucalipto –, gente que sempre perdeu nos 500 anos de Brasil, em detrimento de grupos capitalistas que engordam seus lucros à custa do sangue e da expropriação das populações tradicionais e dos trabalhadores brasileiros e da degradação de nossos ecossistemas, antes ricos em biodiversidade e água, hoje secos e empobrecidos, transformando-se em desertos verdes.

No último período de governo neoliberal da era FHC, esse desastre foi legitimado e intensificado, seguindo os interesses do capital envolvido nesses poderosos complexos, embora alguns avanços na legislação, em termos de direitos dos povos tradicionais e da importância da agricultura camponesa, tenham feito um contraponto a esse processo devastador.

Causa-nos espanto, entretanto, a postura do atual Governo Lula, que carregava a esperança desse povo oprimido nesses 500 anos, de resgatar a cidadania sempre negada e de começar a construir um modelo de desenvolvimento democrático, que permitisse reorientar a apropriação e o uso de nosso território, no rumo da inclusão, da justiça e da sustentabilidade.

Esse governo (assim como alguns governos estaduais) vem se submetendo aos interesses oligárquicos desses complexos, destinando enormes quantidades de recursos via BNDES e Ministério do Meio Ambiente (PNF - Plano Nacional de Florestas), sendo complacente com a falácia dos Mecanismos de Desenvolvimento Limpo, incentivados pelo Banco Mundial (PCF – Fundo Piloto de Carbono), que legitima a poluição dos países desenvolvidos através da criação de cotas de carbono, que transformam a fotossíntese (dádica da natureza) em mercadoria privada do comércio global. Usa-se um pretexto ambiental para disseminar as monoculturas de árvores, geradoras do desastre socioambiental acima relatado.

Para as populações tradicionais e entidades componentes da Rede Deserto Verde, não cabe apenas negociar limites e condicionantes aos excessos do setor de monocultura de árvores. Os licenciamentos ambientais e os selos verdes só têm aprofundado as desigualdades socioambientais. O modelo por inteiro está comprometido com a lógica excludente do latifúndio de exportação, se apropriando de órgãos públicos e se legitimando através de certificações não participativas, nem independentes. Ao contrário do atual ordenamento monocultor do território, propomos um outro modelo agrícola e agrário, onde as prioridades estejam reorientadas para a Reforma Agrária, a Agroecologia, a Segurança Alimentar e a defesa das Florestas, Cerrados e de seus povos tradicionais. Somente um novo modelo de desenvolvimento pode garantir a diminuição das desigualdades socioambientais no campo e de seus efeitos colaterais nos centros urbanos.

Neste sentido, a Rede afirma: **MONOCULTURAS NÃO SÃO FLORESTAS!!**

As populações atingidas reivindicam deste governo a criação de políticas públicas que recuperem esse passivo socioambiental desastroso e incentivem ações que fortaleçam nossas diversidades biológicas, culturais e agroecológicas.

Belo Horizonte, 07 de maio de 2004

Rede Alerta contra o Deserto Verde

REDE ALERTA CONTRA O DESERTO VERDE

Sobre a Rede

Sua coordenação está, atualmente, sob a responsabilidade do seguinte grupo de entidades:

- Projeto Brasil Sustentável e Democrático, sediado na Fase;
- Laboratório de Estudos de Cidadania, Territorialidade, Trabalho e Ambiente - LACTTA, da Universidade Federal Fluminense;
- Centro de Estudos da Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana da Fundação Oswaldo Cruz;
- Laboratório Estado Trabalho, Território e Natureza, do Instituto de Planejamento Urbano e Regional, da Universidade Federal do Rio de Janeiro;
- Comissão Nacional de Meio Ambiente da Central Única dos Trabalhadores.

Entidades

A Rede é atualmente composta por entidades que assinam a sua declaração de princípios, e está aberta para a adesão de novos membros.

- Ação Verde - TO
- Amigos da Justiça Ambiental - RJ
- Ambiente Global (AMGLO) - SP
- Assembléia Permanente de Entidades de Defesa do Meio Ambiente (APEDEMA) - RJ
- Associação Brasileira dos Expostos ao Amianto (ABREA)
- <http://www.abrea.com.br/Associação> Caeté Cultura e Natureza - SC
- Associação de Defesa do Meio Ambiente (AMAR) - PR
- Associação de Preservação e Equilíbrio do Meio Ambiente de Santa Catarina (APREMA) - SC
- Associação de Combate aos POP'S (ACPO) - SP
- Associação de Ambientalistas Amigos do Parque da Água Branca - SP
- Associação de Proteção ao Meio Ambiente Cianorte (APROMAC) - PR<http://www.apromac.org.br/>
- Associação Livre para Gerenciamento Ambiental (ALGA) - RS<http://www.alga.org.br/http://www.alga.org.br/>
- Associação Comunitária de Produção Ambiental Chico Mendes (ACOPACHIM)
- Associação Novas Propostas para a Agroecologia na Amazônia (GTNA) - PA
- Associação Palmares de Ilhotinha - SC
- Associação Paraibana dos Amigos da Natureza (APAN) - PB
- Associação Projeto Roda Viva - RJ
- Associação Vida Verde - MS
- Bicuda Ecológica - RJ
- Brasil Sustentável e Democrático
- Campanha "Billings Eu Te Quero Viva" - SP
- CEBRAC - Fundação Centro Brasileiro de Referência e Apoio Cultural - DF
- Central Única dos Trabalhadores (CUT)
- Centro de Estudos de Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana - ENSP/FIOCRUZ - RJ
- Coalizão Rios Vivos - MS
- Conselho de Administração da Comunidade Iny - MT
- ECOIA - Ecologia e Ação - MS
- ECOCIDADE - RJ
- Equipe de Conservacionistas de Santa Cruz (ECOSC) - RJ
- FASE
- FIUPAM - AM
- Fundação SOS Euterpe Edulis - SC
- Fundação Vitória Amazônia - AM
- Fundação Viver, Produzir e Preservar - PA
- Greenpeace Brasil
- Grupo Ambientalista da Bahia (GAMBA) - BA
- Grupo de Ação Ecológica (GAE) - RJ
- Grupo de estudos sobre temáticas ambientais - GESTA/UFMG - MG
- Grupo de Defesa da Natureza (GDN) - RJ
- Grupo de Trabalho Amazônico (Rede GTA)
- Grupo Ecológico "Salve o Tamanduateí" - SP

- IBASE
- Instituto de Desenvolvimento Ambiental (IDA) - DF
- INESC - Instituto de Estudos Sócioeconômicos (INESC) - DF
- Instituto de Vivência Ambiental (IN VIVA)
- Instituto Ipanema - RJ
- Instituto Rede Brasileira Agroflorestal (REBRAF) - RJ
- Instituto Serra da Canastra - MG
- Instituto Terra - RJ
- Instituto Terrazul - CE
- KOINONIA
- Laboratório do Espaço Antrópico (LEEA) da UENF - RJ
- Laboratório de Estado, Trabalho, Território e Natureza - IPPUR/UFRJ - RJ
- Laboratório de Estudos de Cidadania, Territorialidade, Trabalho e Ambiente - ICHF/UFF - RJ
- Laboratório de Gerenciamento Costeiro da FURG – RS
- Liga ambiental - PR
- Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) <http://www.mabnacional.org.br/>
- Movimento de Defesa da Vida do Grande ABC - SP
- Núcleo de Ação Ecológica Caminho da Vida - SP
- Núcleo de Pesquisa em Movimentos Sociais da UFSC - SC
- Os Argonautas - PA <http://www.argonautas.org.br/>
- Os Verdes Movimento de Ecologia Social - RJ
- Pastoral da Juventude Rural de São Mateus - PR
- Programa da Terra (PROTER) - SP
- Programa de Pós Graduação em Ciência Ambiental (PROCAM/USP) - SP <http://www.usp.br/procam>
- Rede Alerta contra o Deserto Verde ES/BA/RJ/MG
- Rede Internacional de Rios
- Rede Virtual Cidadã pelo Banimento do Amianto
- Sindicato dos Sociólogos do Estado de S. Paulo - SP
- Sindicato dos Petroleiros de Caxias - RJ
- Sindicato dos Petroleiros do Estado do Rio de Janeiro - RJ
- Sindicato dos Petroleiros de Santos - SP
- Sindicato dos Químicos do ABC - SP
- Sindicato dos Químicos de Bacarena - PA
- Sindicato dos Químicos Unificados - Osasco, Campinas, Vinhedo e Região
- Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Mateus - PR
- Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura Familiar do Vale do Ribeira e Litoral Sul (SINTRAVALE) - SP
- Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos - PA
- Sociedade dos Amigos e Moradores do Bairro Recanto dos Pássaros / Paulínea - SP
- Sociedade Protetora da Diversidade das Espécies (PROESP) - SP
- Sociedade Rio Clarense de Defesa do Meio Ambiente (SORIDEMA) - SP
- Terra de Direitos – PR <http://www.terradedireitos.org.br/>
- Terrae – SP
- Verde America - SP
- VIACICLO - SC
- Vitae Civilis – SP